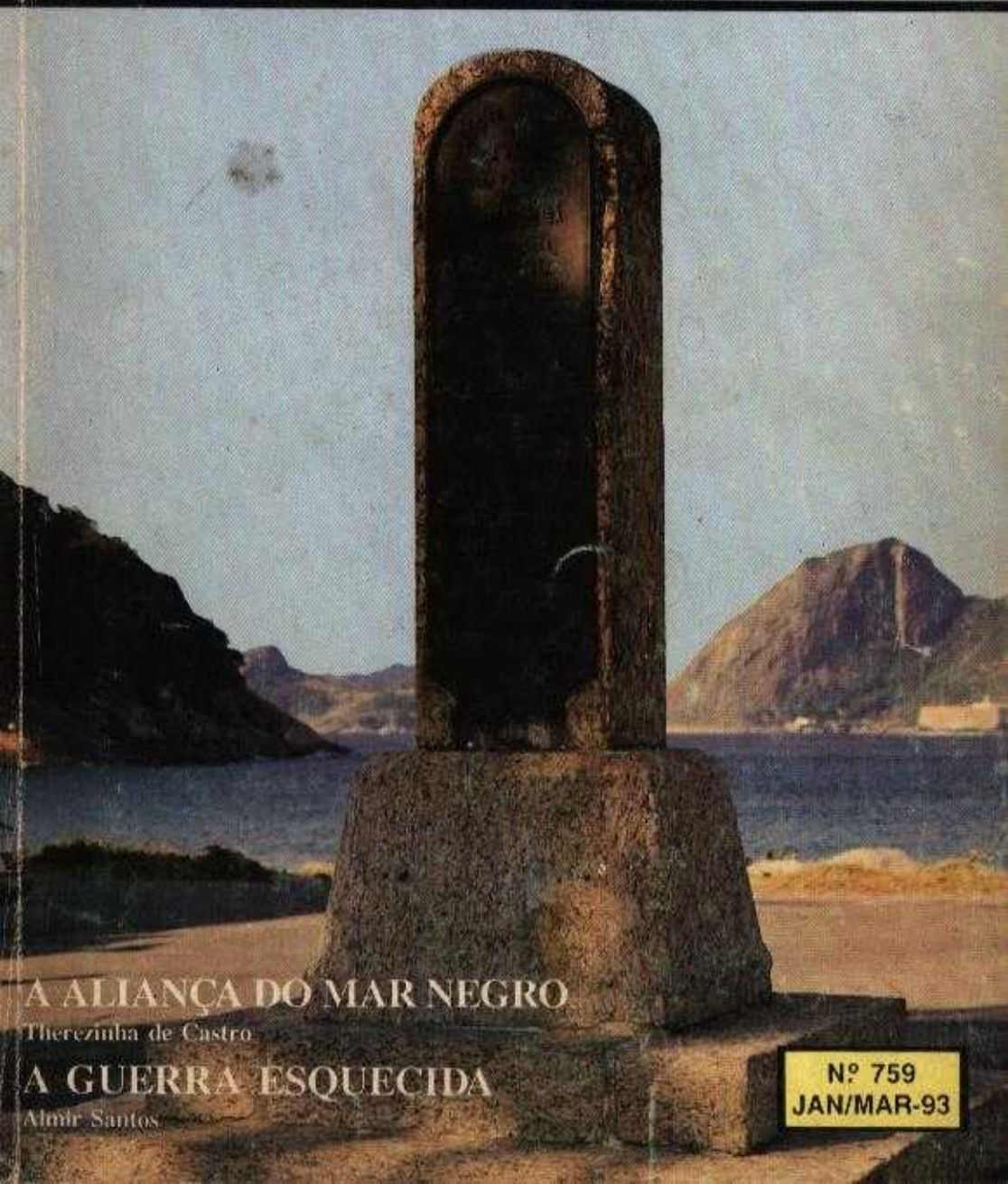




ISSN — 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



A ALIANÇA DO MAR NEGRO

Therezinha de Castro

A GUERRA ESQUECIDA

Almir Santos

Nº 759
JAN/MAR-93

TAURUS

SEGURANÇA DE QUALIDADE.

Quando a questão é segurança, a melhor solução é Taurus. A marca Taurus representa a mais moderna tecnologia à sua disposição. Em cada produto, em cada detalhe, você tem sempre o máximo em qualidade.



MAGNUM 357

6 tiros

Canos com 76, 101 ou 152mm

Acabamento oxidado, niquelado ou inoxidável

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



320782

290637

v.75, n.759, jan./mar. 1993 BFD



PISTOLA 9mm PARABELLUM

15 + 1 tiros

Dispositivo de segurança manual

Dente de travamento de cão

Indicador de cartucho na câmara

Acabamento oxidado ou niquelado



CAPACETE E ESCUDO ANTI-TUMULTO

Em fibra ultra-resistente.

COLETE À PROVA DE BALAS

Em KEVLAR®. Proporciona segurança e agilidade.



TAURUS®
FORJAS TAURUS S.A.

Av. do Forte, 511 - Porto Alegre - RS - Brasil - CEP 91360 - Fone: (051) 340-2244.
Telex: (51) 1129 FTUS BR - Fax: (051) 340-4981

290637/320782

290639/320x82
et. 1



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
COMENTÁRIOS.....	7
A GUERRA ESQUECIDA.....	13
Almir Santos	
A ALIANÇA DO MAR NEGRO.....	27
Therezinha de Castro	
AS ELITES, OS INTELLECTUAIS E OS MILITARES.....	39
Sergio Paulo Muniz Costa	
O BRASIL E A UNIDADE NACIONAL.....	45
Aldo Demerval do Rio Branco Fernandes	
A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E O ACESSO ÀS FRONTEIRAS	57
Luiz Rogério Castelo Branco Mourão	
O EXÉRCITO E O CRIME ORGANIZADO — UM CASO HIPOTÉTICO?	78
Roberto José da Costa	
FATOS E PERSONAGENS DO IMPÉRIO — O LIMIAR DA REPÚBLICA	89
Davis Ribeiro Sena	
VINTE E UM ANOS DE OPERAÇÕES “NINFA”.....	102
Gil Cordeiro Dias Ferreira	
UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA PARA A AMAZÔNIA	114
José Benedito de Barros Moreira	
A ENERGIA ELÉTRICA E O PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA.....	132
Oswaldo de Jesus Ferreira	
LIVROS.....	153
INFORMAÇÕES.....	155
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	158

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação - Rua do Ouvidor, 11 - Rio de Janeiro - Caixa Postal 1000

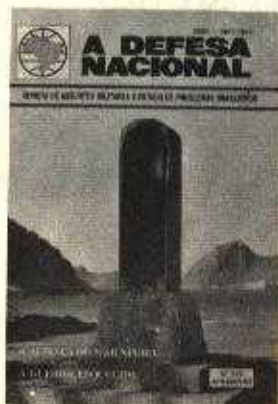
N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo redactor: Bernardino Klingner, Ezequiel de Oliveira, Joaquim de Sousa Reis (presidente), Francisco de Paula Chaves, Maria Clementino Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Figueira, Manuel Cerveira, Ezequiel Figueiredo, Yago de Almeida, Américo Villa, Nery, Nery de Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)



NOSSA CAPA

Marco de fundação da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, origem da cidade do Rio de Janeiro, em 1.º de março de 1565. Construído no sítio do desembarque de Estácio de Sá, hoje área do Centro de Capacitação Física do Exército, no complexo de Fortaleza de São João.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário:	Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Marco Antonio Cunha
Diretor-Tesoureiro:	2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Salim Nigri T C João Vicente Barboza Cap Gil Faria
Suplentes:	Maj Paulo Roberto Monteiro Araújo Maj Décio Coelho 1º Ten Francisco de Assis Carvalho Vilanova

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Sady Guilherme Schmidt
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Marco Antônio Esteves Balbi CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Claudio Moreira Bento Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional*
Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290-270, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (021) 542-5646 r 204/205 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20221-260,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que não necessariamente refletem a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

EDITORACÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA: Biblioteca do Exército

SORTEIO DE ASSINATURAS

A BIBLIEX TEM A SATISFAÇÃO DE APRESENTAR OS 50 ASSINANTES CONTEMPLADOS COM ASSINATURAS DAS REVISTAS: A DEFESA NACIONAL, REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O ANO DE 1993, NO SORTEIO REALIZADO NO DIA 20/10/92.

- | | |
|--|--|
| — Alberto Bezerra Mariano — Juazeiro/BA | — Humberto Cezar Fiori — Bauru/SP |
| — Avelino Donadel — Lages/SC | — Hélio Raymundo Ferreira — Belém/PA |
| — Armand Berdat — Campinas/SP | — Henio Melich Coelho — Porto Alegre/RS |
| — Arnaldo Trindade Almeida — Guarulhos/SP | — Ivan Pereira Guerra Rodrigues — Niterói/RJ |
| — Asdrubal Nascimento Lima — Brasília/DF | — Ivan Pornquis — Pouso Alegre/MG |
| — Arnaldo Rigonatti — São Paulo/SP | — José Pereira Mendes — Arapiraca/AL |
| — Almerino Fernando S. Paranhos — Belo Horizonte/MG | — João Jonas da Costa — Jardim/MS |
| — Alexandre Tollens Linck — Rosário do Sul/RS | — José Jacintho Neto — Presidente Prudente/SP |
| — Alexandre Tiezerini — São Miguel do Oeste/SC | — José Romanello Netto — Mogi Mirim/SP |
| — AGROPAR — Assoc. Ensino Agropecuário Oeste do Paraná — Paraná/PR | — Jayme Copstein — Porto Alegre/RS |
| — Carlos Corrêa de Oliveira — São Paulo/SP | — José de Oliveira Pereira Filho — Silva Jardim/RJ |
| — Cypriano Ferreira Cezar — Centro St.ª Maria/RS | — Jesus França — Astorga/PR |
| — Carolino Gomes da Silva — Petrópolis/RJ | — José Fernando Teixeira — Curitiba/PR |
| — Carlos Eduardo da Cunha Pereira — Botafogo/RJ | — Luiz Fernando Barreto Cesar — Maracanã/RJ |
| — Douglas Michalany — São Paulo/SP | — Marcelo Caracas Linhares — Brasília/DF |
| — Edson Pereira Bueno Leal — Lins/SP | — Maurício Broinizi Pereira — São Paulo/SP |
| — Elio Cardoso de Mello — São Paulo/SP | — Milton Silva Oliveira — Botafogo/RJ |
| — Francisco José de Queiroz — Brasília/DF | — Milton Ribeiro da Silva — Anil/RJ |
| — Fernando Márcio Queiroz — Brasília/DF | — Mario Schrubre — Blumenau/SC |
| — Francisco José Pereira de Campos Carvalho — Curitiba/PR | — Manoel Souza Costa — Cataguases/MG |
| — Gilvandro de V. Coelho — Recife/PE | — Mario Sylvio Bastos Filho — Praia 13 de Julho |
| — Geraldo Simões Garrido — São Paulo/SP | — Paulo Luís Pencarinha de Moraes — Pelotas/RS |
| — Guilherme Fernandes de Barros — Alagoinha/BA | — Rodrigo Andrade Rocha — Belo Horizonte/MG |
| | — Rogério Alves da Mota — Jacarepaguá/RJ |
| | — Sergio Baltaduonis — Fortaleza/CE |
| | — Sauro José Bartolomei — Lençóis Paulista/SP |
| | — Walter Veado — Belo Horizonte/MG |



EDITORIAL

O IMPEACHMENT E O EXÉRCITO

O comportamento das Forças Armadas no decorrer da crise política que culminou com o impedimento do Presidente eleito em 1989 foi por todos considerado exemplar, dentro e fora das nossas fronteiras. Pela primeira vez, na América Latina, um governante foi destituído pela ação exclusiva das instituições civis, sem qualquer interferência militar.

Essa isenção, que provocou surpresa e especulações, foi, antes de tudo, o resultado de um processo em grande parte comandado pelas próprias Forças Armadas.

A partir da Proclamação da República, na qual o Exército teve papel decisivo, por diversas vezes as Forças Armadas foram levadas a interferir no processo político do País. Foram interferências de intensidade variável, feitas em defesa dos poderes constituídos ou contra o que julgavam seus excessos, e sempre em conjugação com lideranças políticas, com ponderável apoio popular e com a consciência da transitoriedade de sua ação.

Cada uma delas, no entanto, com o correr do tempo, dava aos militares um sentimento de frustração quanto aos seus resultados e a sensação de terem sido usados para a mera conquista do Poder. Como decorrência, foi se fortalecendo, nas Forças Armadas, a convicção da necessidade do seu afastamento do jogo político, e formas de neutralizar algumas das motivações realimentadoras do processo foram procuradas.

No Exército, a valorização social idealizada pelo General José Pessoa assegurou novo status ao cadete de Realengo, com reflexos no comportamento do chefe militar que este se tornaria. A seguir, a transferência da Escola Militar para Resende afastou-o do centro da vida política do País e então Capital Federal, preservando-o das paixões que, em certas oportunidades, o contaminaram, e das quais nem sempre conseguiu libertar-se.

Por sua vez, as ciências sociais ganharam mais espaço nos currículos de formação profissional; a diplomação adicional em Faculdades civis, antes vista com suspeição, passou a ser estimulada; o intercâmbio acadêmico com outros exércitos e o debate de temas de defesa fora dos círculos militares foram intensificados, tudo contribuindo para ampliar horizontes culturais e aparar arestas na ortodoxia do pensamento militar.

Não se pode omitir, também, o papel desempenhado por algumas iniciativas das Forças Armadas em favor de sua profissionalização. Para elas, as restrições ao afastamento da Força para o exercício de cargos civis valorizaram o serviço das armas e resguardaram as lideranças militares da atração pela política. Regras de acesso ao generalato e de limitação de permanência no posto e no serviço ativo promoveram o saudável rodízio nas chefias militares, e contribuíram para inibir o personalismo a que está sujeito o processo de promoção por escolha.

Como resultado de todas essas inovações, foram surgindo, aos poucos, uma nova mentalidade militar e um novo conceito de chefia que começam a se fazer notar com maior nitidez, quando os oficiais nascidos nos anos trinta começam a ocupar a cúpula do Exército.

Formados já em Resende, eles viveram movimentos político-militares apenas a partir de 1945, na condição de ginásianos, cadetes, tenentes ou capitães — maiores bem poucos. Seus observatórios e parâmetros de avaliação, bem assim seu envolvimento emocional nos acontecimentos foram, obviamente, diversos daqueles dos altos chefes militares da época. Além de tudo, o que é mais importante, desde então mudou muito o Brasil e mudou muito o mundo.

Fique claro, porém, não se tratar de repúdio ou desprezo ao passado. Nem, sequer, é desaprovação. O orgulho de sua própria história e de seus antepassados é precondição para existir o que se possa chamar: Forças Armadas. É preciso, entretanto, prevenir-se contra o equívoco perverso de julgar fatos de ontem com a ótica de hoje. Adotada essa cautela, a salutar visão crítica do papel das Forças Armadas na vida nacional há de assegurar continuidade à defesa da Pátria — de sua soberania, patrimônio territorial e instituições — sem desmerecer a obra grandiosa legada, com denodo e determinação, pelos nossos ancestrais.



COMENTÁRIOS

DIMENSÕES DA ESTRATÉGIA

Rodolfo Gustavo da Paixão Netto*

Li o livro (2 volumes) publicado em 1991, de Amerino Raposo Filho, intitulado *Dimensões da Estratégia: Evolução do Pensamento Estratégico* e também seus trabalhos sobre *Centros de Poder*, produzidos na Escola Superior de Guerra, onde defendeu tese a nível de doutorado, e, quando convocado pelo comandante da ESG, Gen Oswaldo Muniz Oliva, deu contribuição na reformulação da doutrina da Escola Superior de Guerra.

Hoje, convivendo mais perto com esse brilhante companheiro e admirando-o por seu patriotismo e grande cultura, vi-me motivado a escrever este comentário.

Em 1916, Kjellén criou o termo *geopolítica* que, no seu entendimento,

não ligou inicialmente à geografia, e sim a considerou como uma das cinco partes da política.

No entanto, as idéias que se seguiram com Mackinder e Mahan, aproveitando conceitos de Ratzel contidos nos seus dois livros publicados, *Antropogeografia* e *Geografia Política*, conduziram a Geopolítica a uma associação mais íntima com a vitalidade geográfica dos países. A própria teoria do espaço vital, erigida por Ratzel, já se podia chamar de uma idéia geopolítica.

Hoje se podem associar, em torno do termo, algumas novas considerações, tais como: a filosofia geopolítica tem a sua matriz na cultura grega, produzindo o que se poderia chamar de idéias geopolíticas; o traçado do Meridiano de Tordesilhas foi uma ação geopolítica. A própria redação do *Destino Manifesto* de Ratzel foi produto da observação sobre o desenvolvimento dos Estados Unidos, onde suas idéias sobre o determinismo geográfico estiveram presentes ao prever o destino dessa grande nação.

* Militar, membro do CEBRES e da ESG (curso e CP). Pós-graduado em Geografia Política.

Se quisermos compreender a Geopolítica em seu relacionamento com a Geografia, produzindo efeitos políticos, sob a forma de idéias ou ações geopolíticas, estaremos individualizando o país e os autores que desse modo procederam. Apontamos três momentos realçados por três brasileiros estudiosos desse assunto e que, a meu ver, souberam indicar, com oportunidade, ações geopolíticas sugeridas pela Geografia e pela Política brasileiras.

O primeiro momento foi o bem analisado por Mário Travassos, que motivou a mocidade estudiosa do Exército, com o seu livro *Projeção Continental do Brasil*, cuja leitura se tornou obrigatória para aqueles que se candidavam ao concurso vestibular, para ingresso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na década de 50.

Mário Travassos analisou o grande espaço geográfico brasileiro como um espaço envolvido e envolvente. Envolvido, porque estava cercado por quase todos os países sul-americanos (apenas dois, Chile e Equador, não têm fronteira com o Brasil); envolvente, porque insinuava a possibilidade de sua dominação na área sul-americana, pela abrangência que tem e poderia ter, desde que pudesse manter-se a cavaleiro dos pontos sensíveis, os *puncti dolentes*, que permitiriam a sua articulação com os Estados-nação vizinhos, o Oceano Pacífico e as Antilhas. Esses pontos — passos andinos, gargantas das serras e montanhas e rios navegáveis — seriam as passagens obrigatórias a serem aproveitadas nos traçados das grandes linhas de trans-

porte, terrestre, marítimo e fluvial. De qualquer forma, a construção de ferrovias, de rodovias e de vias navegáveis, aproveitando esses pontos sensíveis, seriam ações estratégicas de grande importância para o domínio da área. O Brasil seria beneficiado por ser o grande espaço que, fatalmente, contaria a maior parte do percurso a ser vencido por essas vias de transporte.

O segundo momento foi o inteligentemente descoberto por Golbery ao explorar, com oportunidade, a necessidade de integração do País, pela eliminação dos enormes bolsões surgidos em consequência da desigual ocupação das áreas brasileiras. Existiam no País dois mundos distintos: o do Sul e o do Norte/Nordeste.

Essas desigualdades regionais não podiam deixar de ser encaradas no contexto de ações geopolíticas a serem recomendadas, visando a alcançar o equilíbrio regional. Daí seu excelente trabalho constante do livro *Geopolítica do Brasil* ter servido para orientar os primeiros passos dos governos militares, na realização do desenvolvimento integrado brasileiro, traduzido no Decreto-Lei 200/1967, nos termos de que o desenvolvimento nacional deveria ser realizado de forma integrada e harmônica no sentido econômico e social.

O terceiro momento, seguindo a mesma linha de pensamento de encontrar na individualidade brasileira, com a ajuda de sua Geografia, os indicadores mais autênticos para servir a estratégia nacional, é o trazido por Amerino Raposo Filho, que concentra seus estudos na busca de uma linha estraté-

gica brasileira que deverá orientar a Política brasileira nesse fim de século.

É preciso considerar que outros brasileiros deram sua contribuição aos estudos geopolíticos do Brasil, mas se ativeram mais em discutir fundamentalmente os princípios geopolíticos de Ratzel, Mackinder e Mahan e procuraram tirar de suas reflexões as grandes conclusões para o nosso País, ao passo que os três autores, Travassos, Golbery e Amerino, se ocuparam de uma geopolítica brasileira, usando exclusivamente dados geográficos e as características próprias da Nação e, com criatividade, apresentaram seu estudos, dando-lhes o cunho nacionalista, que ficou comprovado na identidade nacional e na oportunidade de suas propostas.

Amerino traça linhas estratégicas dentro do quadro da Geopolítica brasileira, buscando com isso, e com a oportunidade do momento, definir o caminho do Brasil coerente com suas conquistas efetivas como Nação, obtidas no contexto mundial, na defesa dos tratados e dos compromissos assumidos, como expressões de sua vontade de Nação livre e independente. Foram esses compromissos que levaram a Nação a duas grandes guerras e a várias participações externas, na América e fora dela, atendendo à solicitação da ONU e OEA.

Nos seus estudos sobre Centros de Poder, ele delineia a evolução histórica da Geopolítica como *politic* sempre atenta às relações entre os Centros de Poder, separando-a da Geografia Política voltada para o campo interno, como *policy*.

O seu estudo é uma excelente análise de estratégia mundial, envolvendo o Brasil. São 25 séculos de apreciação histórica com uma seqüência criativa lógica e inteligente, na qual procura projetar o Brasil no mundo.

Nesses 25 séculos de análise, ressaltou, com raro brilhantismo, o que chamou "a dinâmica da estratégia", a qual possibilita perscrutar o Poder e a Política, sobretudo esta última.

Seus estudos constituem hoje importantes subsídios, sendo sua leitura indispensável para aqueles que buscam encontrar a posição brasileira no cenário mundial, neste fim de século.

OS ANOS ÉPICOS DE 22 e 24 — sua dimensão histórica

Cel Ref João Evangelista
Mendes da Rocha

São dos mais diversos os aspectos que podem ser abordados e analisados a respeito da fase mais genuinamente heróica da nossa história política-militar, o chamado "tenentismo" (1922-1927). Foram cinco anos sofridos e sonhados por uma plêiade de jovens oficiais, cadetes e praças, na busca incessante e destemida de um Brasil redivivo. Aspectos militares — desde os mais simples atos isolados de rebeldia até os de ordem estratégica — e os de caráter político, alguns sobrejamente conhecidos, outros ainda carentes de uma interpretação mais profunda, estavam todos intimamente ligados à idéia-força de um Brasil novo e livre.

Priorizando sua parte mais comovedora e sensível, a face política do "te-

mentismo", desde o primeiro 5 de julho (1922), no decurso de seus desdobramentos no segundo 5 de julho (1924) e na coluna Miguel Costa-Prestes (1924-1927), é inegável a constatação das duas vigas-mestras do movimento: a mudança dos costumes políticos e a defesa de nossas riquezas naturais. Foram bandeiras desfraldadas difusamente e fora de um contexto programático, é verdade, mas empunhadas com o vigor de braços jovens e destemidos e a chama de uma justa revolta. Com o passar do tempo, porém, esses anseios patrióticos foram tomando formas mais definidas,¹ traduzidas em "voto secreto, reforma administrativa, ensino gratuito, independência do Judiciário e a moralização dos costumes políticos", algumas ainda tão atuais. O historiador Manuel Maurício de Albuquerque vai até mais longe, ao se referir à data de 1922: "O 'tenentismo' colocou-se, a partir de então, como opção contestatória ao poder das oligarquias, e esta reivindicação política constituiu-se talvez no seu único elemento, constante na etapa que se prolongou da Crise de 1922, ultrapassando mesmo o Movimento de 1930." E mais: "Alguns setores mais avançados chegaram a propor posteriormente a nacionalização das empresas estrangeiras e a melhoria das condições de vida do proletariado urbano."

Sem dúvida, eram posições políticas progressistas para a época e, até mesmo, para os dias de hoje, atestando a visão política e social dos "tenentes".

Sem disporem de uma estrutura de suporte, capaz de levar a cabo tão ambiciosos objetivos, restou a intenção heróica do feito. Mas aí dos povos que não podem se orgulhar dos sonhos, aventuras e desventuras de uma ou mais gerações.

O movimento revolucionário de 1924, o primeiro desdobramento da saga tenentista, eclodiu no dia 5 de julho. O segundo 5 de julho épico teve a data escolhida de propósito para homenagear o primeiro. Sua base operacional, inicialmente, foi a capital paulista, cabendo a chefia do movimento ao general Isidoro Dias Lopes, com a participação valiosa dos "tenentes" de 22, os irmãos Juarez e Joaquim Távora (este, morto em combate), Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Estillac Leal, Cordeiro de Farias, Miguel Costa, João Alberto e outros.

Já a 10 de julho, com forte apelo popular, assim se manifestava Isidoro:² "...este é um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político... Tanto assim que, preparado cautelosamente, há muitos meses, deveria irromper simultaneamente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Circunstâncias imprevistas, porém, determinaram a sua irrupção sem o caráter de simultaneidade desejado, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e a eficácia ou ação das demais unidades do movimento revolucionário". E, frisando o caráter

1. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de, *Petua História da Formação Social Brasileira*, Edições Graal, 2ª edição.

2. KEITH, Henry Hunt, *Soldados Salvadores*, Bibliex, 1989.

anti-bernardista da revolta, continua: "O Exército Nacional não pode e não deve aceitar o governo do Sr. Artur Bernardes... O Exército não tem ambições e não quer postos. Age abnegadamente por altruísmo brasileiro e fundamentalmente patriótico, deseja dar o exemplo que empreste autoridade à sua crítica aos republicanos, que até agora ocupam os altos postos (do País) e que, com raras exceções, não souberam servi-lo nos seus interesses gerais... Este movimento revolucionário é um gesto de indignação e patriotismo..."

Assim chegamos ao segundo desdobramento do "tenentismo", a Coluna Miguel Costa-Prestes, que daria início à grande estratégia de guerra de movimento, após a correspondência de Juarez para Prestes, em outubro de 1924.³ "As forças revolucionárias que ora se encontram na margem esquerda do rio Paraná, desde a foz do Parapanema à foz do Iguaçu, devem orçar por cerca de 3.000 homens, valentes, bem armados e pletoricamente municiados. Estão divididos em 3 brigadas, assim estacionadas: 1ª brigada (general Padilha) Guafrá e Porto Mendes; 2ª brigada (general João Francisco) Santa Helena, Foz do Iguaçu e Catanduvas; 3ª brigada (general Miguel Costa) margem esquerda do Paraná, entre o Parapanema e o Ivaí. O conjunto dessas forças dispõe de cerca de 20 canhões de montanha, campanha e pesada, umas 40 ou 50 armas automáticas e, aproximadamente, uns 6.000 de tiros. Conduz, além disso,

cerca de 2.000 fuzis *Mausser* como reserva de armamento disponível." Prestes, com essa informação, se desloca para fazer a junção de suas forças com as de São Paulo, e, a partir desse fato, efetivamente se inicia "a grande marcha" Brasil adentro, divulgando a mensagem revolucionária das reformas, até seu final heróico, já em território boliviano, percorridos exatos 24.947 quilômetros, segundo Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna".⁴

É este comentário que tomo de empréstimo, para o fecho desta síntese de um tempo épico, e que ilustra muito bem o sentimento de fraternidade imperante em nossas Forças Armadas: "Depois da retirada de São Paulo, até a internação na Bolívia, a campanha revolucionária só teve, verdadeiramente, grandes combates nas cercanias de Catanduvas. Tudo o mais apresenta a incursão prodigiosa, através de vários Estados, prolongando o atrito da revolução nas cidades e povoados. Prestes não dispunha de homens, nem de armamento para encontros importantes, e sua opinião prevalecera sobre a de Miguel Costa, este sim, desejoso de um choque decisivo. A tropa legalista, por sua vez, refletindo o pensamento generalizado do Exército, não queria esmagar os seus irmãos em armas."⁵

3. SILVA, Hélio, *A Grande Marcha*, Civilização Brasileira, 2ª edição.

4. Idem 3.

5. O grifo é do autor deste comentário.



A GUERRA ESQUECIDA

Almir dos Santos

Ao ensejo do cinquentenário do término da Batalha de Stalingrado (17.02.42 a 02.02.43), o autor reverencia os 20 milhões de russos e 9 milhões de alemães que morreram de fome, de frio, nos embates corpo a corpo, ou sob pesados bombardeios, que foi o saldo de toda a insanidade exercitada na Frente Russa, durante a 2ª Guerra Mundial.

A história da Segunda Guerra Mundial continua atraindo a atenção de cientistas, escritores, políticos e militares em todo o mundo, uma vez que envolveu 61 países, 80 por cento da população mundial, teve uma duração de 6 anos e deixou 50 milhões de mortos.

O conflito teve três frentes de batalha: a guerra do Pacífico, a guerra na Europa e a frente russa. Nessa terceira frente, alemães e russos travaram a mais violenta guerra da história da humanidade.

O que ocorreu ali é algo inconcebível para um ser humano civilizado. Naqueles quase 1.500 dias que durou a guerra, os exércitos alemães e rus-

sos rasgaram todas as Bíblias, esqueceram todos os filósofos e profetas, e se digladiaram numa batalha genocida, de uma ferocidade que poucos acreditam possa ter acontecido neste século. Entretanto, muita coisa ainda não foi revelada. Os americanos a chamam de "Guerra Desconhecida", os alemães "A Guerra do Leste", os russos "A Grande Guerra Patriótica", mas o seu nome bem que poderia ser "A Guerra Esquecida".

Com a aproximação dos 50 anos da batalha de Stalingrado, que durou de 17.07.42 a 02.02.43 gostaria, num momento de reflexão, lembrar os 20 milhões de russos e os 9 milhões de alemães que morreram de fome, de

frio, ou sob pesado bombardeio em meio a toda aquela insanidade.

Uma pergunta que ainda muito se faz é por que Hitler, envolvido numa guerra ainda indefinida com os ingleses, atacou os russos, se havia um acordo entre eles, e os russos o estavam cumprindo rigorosamente? Deve-se lembrar, entretanto, que, em 1925, na primeira edição de *Mein Kampf*, ele escreveu: "a Alemanha se expandirá de um modo geral, unicamente sob as expensas da Rússia".

Em 23 de fevereiro de 1933, numa conferência para os generais alemães, Hitler apresentou seus planos estratégicos de longo prazo, que começavam com o rearmamento alemão, a partir de 1935, e culminavam com uma guerra com a Rússia que teria início em 1943, de onde sairiam as terras do grande Reich. Durante a guerra entre a Rússia e a Finlândia, o ditador alemão comentou várias vezes que o exército russo era tão medíocre que poderia derrotá-lo em 6 (seis) semanas. Em junho de 1940, confidenciou ao comandante do exército, que estava muito preocupado com as intervenções russas na Bessarábia, na Bukovina e nos estados Bálticos. Em 15 de julho de 1940, em meio às comemorações da vitória sobre a França, Hitler informou ao chefe do estado-maior das Forças Armadas (Wehrmacht ou OKW), marechal-de-campo Keitel, que pretendia atacar a Rússia imediatamente.

Ainda há muita controvérsia sobre os verdadeiros motivos desse ataque naquele momento da guerra. Uma corrente de pensamento acha que a resis-

tência da Inglaterra em aceitar um acordo de paz era porque, no entender de Hitler, ela esperava a abertura de uma segunda frente pela Rússia no leste. Se o ditador pensava assim, estava completamente enganado, pois a guerra no oeste estava beneficiando a União Soviética, que gradativamente ia recompondo todo o império russo. Outra corrente acha que a resistência feroz da Inglaterra aos bombardeios alemães, prolongando indefinidamente a guerra no oeste, estava deixando preocupado o povo alemão. Uma vitória espetacular sobre a Rússia, como as que ocorreram sobre a Polônia e a França, revigoraria o moral do povo alemão.

E os militares? O que pensavam eles? Com as vitórias ocorridas até aquele momento, não há a menor dúvida de que a Alemanha estava com uma safra de grandes gênios. Quem não ouviu falar na "Raposa do Deserto"? Nas divisões panzer? Nos comandantes dos submarinos?

Agora, o que pensavam esses homens? O comandante do exército, marechal-de-campo Von Brauchitsch, o marechal Keitel, chefe da OKW, o comandante da Força Aérea, o marechal-do-ar Goering, e o comandante da Marinha, o grande almirante Raeder, todos se posicionaram contra a invasão da Rússia naquele momento. Hitler ouviu os profissionais do assunto e marcou a invasão para maio de 1941. O leitor deve estar pensando: como? Ninguém sabe. O fato é que ele detinha nas mãos todos os poderes constitucionais do País. Era o dono da vida e da morte do povo alemão. Como conseguiu isso é tema de antiga discussão.

A notícia da invasão ecoou como uma bomba no meio militar. Todos acharam que a Alemanha cometeria suicídio se abrisse outra frente na guerra. Muitos chegaram a protestar, veementemente, junto ao comandante do exército, mas o marechal apenas respondia: "o Fuhrer já decidiu".

O coronel-general Halder era o chefe da OKW, quando a ordem de planejar a invasão chegou até lá. O primeiro estudo estratégico entregue à OKW foi feito pelo general Marcks. Nesse relatório, com muitos detalhes, o general mostrava que a Inglaterra estava longe de ser derrotada e que a Alemanha corria o risco de enfrentar uma coligação anglo-americano-soviética. O segundo relatório foi do general Kossing, que fora adido militar em Moscou. Esse general frisava a importância do Cáucaso e que a região estava muito longe para ser conquistada num só verão. Alertava também para o poder econômico da Rússia Asiática, que poderia prolongar essa guerra por muitos anos. Lembrava que o exército russo possuía 5 milhões de homens, que poderiam ser convertidos em 15 milhões, caso a guerra começasse.

Um outro relatório importante foi feito pelo marechal-de-campo Von Rundstedt, militar de muito prestígio, que comandara um corpo-de-exércitos nas invasões da Polônia e da França. O experiente marechal alertava sobre fatos novos como espaço e distância, e colocava em dúvida a possibilidade de se poder aplicar uma *blitzkrieg* (guerra rápida, barata e com poucos mortos) contra a Rússia.

Mas nada disso teve importância;

o Fuhrer garantia que poderia derrotar a Rússia, como derrotara a Polônia e a França, em poucas semanas.

A operação Barbarossa foi o nome de código dado à invasão. Como das outras vezes, a OKW e a OKH, apesar de ambas serem contra a invasão, travaram a já tradicional disputa na elaboração dos planos de ataque. A OKW, de Keitel, era simpatizante do nazismo, enquanto a OKH, de Halder, era totalmente anti-nazista. A OKW queria um comando único para as Forças Armadas. Entretanto, nem a Marinha, nem a Força Aérea, nem o Exército queriam isso. Assim sendo, por tradição, cabia ao estado-maior do Exército (OKH) aprovar todos os planos, inclusive os apresentados pelo estado-maior das Forças Armadas (OKW).

Nas reuniões seguintes, Hitler afirmou que o ataque deveria ser concentrado na Ucrânia, o grande celeiro da União Soviética. Com isso, pretendia duas coisas: derrotar economicamente os russos e garantir, para os alemães, o fornecimento de grãos e matéria-prima. Baseado no adido militar em Moscou, a OKH não concordou, alegando que a capital russa é que devia ser prioritária, pois, como todo sistema rodo-ferroviário vindo da Rússia Asiática passava pela cidade, seria possível isolar a Rússia Européia de ataques vindos da Ásia. Outro argumento da OKH era que todas as comunicações russas passavam por Moscou; ocupada a cidade não haveria mais um comando único para o Exército Vermelho. A OKW apoiou Hitler, e o debate se prolongou por várias semanas.

O primeiro plano de ataque, elabo-



Esquema 1 — Barbarossa: o plano de invasão de Hitler

rado pelo coronel Greiffenberg, propunha um poderoso ataque à Ucrânia, como Hitler queria. Apesar do apoio do general Jold, chefe de operação da OKW, Halder o recusou, temendo ter que utilizar o território romeno. Halder recusou, também, o plano do general Erick Marcks que previa um ataque à Ucrânia, mas priorizava a tomada imediata de Kiev, capital do país. O plano da OKH, totalmente oposto, previa um ataque pelo norte, pelos países bálticos, mil quilômetros distante até Leningrado. De lá, o exército desceria até Moscou e aí, então, entraria na Ucrânia pelo lado oposto.

Em setembro de 1940, Halder abandonou tudo e nomeou o general Von Paulus para elaborar um novo plano. Esse general, por ter servido nos blindados, sob as ordens de Guderian, criador das divisões Panzer, poderia dar uma visão mais moderna à operação.

Von Paulus e seus oficiais planejaram, como objetivo principal, a destruição rápida do exército russo estacionado entre a Polónia e Moscou. Três grupos-de-exércitos se encarregariam do ataque. O principal, o do centro, se encarregaria do ataque a Moscou. Os outros dois cobririam seus

flancos, deslocando-se para Lenigrado e Ucrânia. Halder aprovou o plano e indicou para comandante, dos grupos-de-exércitos, os mesmos marechais dos ataques à França: Von Leeb, para o norte; Von Bock, para o centro; e Von Rundstedt, para o sul.

O plano foi apresentado a Hitler, em 5 de dezembro de 1940. O Führer porém rejeitou a importância do ataque à Moscou, e sugeriu que parte do exército do centro fosse deslocado para o norte, a fim de cortar a retirada das tropas russas, que estavam nos estados Bálticos (Diretriz nº 21 da operação Barbarossa).

Em janeiro e fevereiro de 1941, duas informações importantíssimas foram escondidas de Hitler por Keitel e Halder, provavelmente temendo a ira do ditador que já estava muito irritado com tantos problemas na elaboração do plano.

O primeiro omitiu que as estradas de ferro russas tinham bitolas diferentes das alemãs e que as estradas de rodagem, com piso de terra, ficariam intransitáveis sob a chuva e a neve. O suprimento teria de ser feito por caminhões em distâncias de até 960km e a Alemanha tinha um *déficit* de 50% na produção de pneus.

A omissão de Halder foi relativa aos pântanos de Pripet, que os planejadores consideravam inconvenientes para operações militares. Estudos posteriores mostraram que os russos poderiam colocar um exército ali e atacar a retaguarda dos alemães que se dirigiam a Moscou e a Kiev.

Em fevereiro de 1942, o coronel

Treskow escreveu um memorando a Halder, acusando a SS de cometer crimes hediondos na Polônia e de muitos comandantes militares fazerem "vista grossa" a tudo isso. Não se sabe se esse relatório chegou às mãos de Hitler. Se não chegou, foi porque os comandantes do exército, da OKW e da OKH não tiveram coragem de fazê-lo.

O fato é que, pouco tempo depois, Hitler anunciou a "Ordem do Comissário". Por essa ordem, ficava decidido que: os oficiais políticos do Exército Vermelho seriam executados; proibia conselho de guerra para alemães que matassem civis soviéticos; membros da resistência seriam presos e seu destino não informado às famílias; esses membros não teriam *status* de prisioneiros de guerra, seriam entregues para tratamento especial.

Essa infâmia foi assinada pelo marechal-de-campo Wilhelm Keitel. Nesse dia, ele pôde conhecer a verdadeira face do seu ídolo. Por que não se recusou a assinar uma ordem dessa? Aquele, cujos discursos tanto o encantavam, era um monstro. Mas ele assinou. Naquele dia, confidenciou ao general Jold, que estava muito infeliz no seu trabalho e que pretendia pedir demissão. Jold o convenceu a ficar.

Verdade seja dita, muitos generais não a transmitiram à tropa. Entretanto, aqueles que divulgaram a "Ordem do Comissário" tiveram sérios problemas nos tribunais de Nuremberg. Alguns foram inclusive enforcados, como foi o caso de Keitel e Jold.

Nas vésperas da invasão da Rússia, na conferência final do general Halder

com os marechais-de-campo, o chefe da OKH, encontrou Von Bock, que comandaria o grupo-de-exércitos do centro, muito desanimado. O marechal estava preocupado com o tamanho da Rússia, com sua população e com seu potencial industrial. "A Rússia é um país poderoso e grande demais para ser vencido por uma simples *blitzkrieg*", argumentava ele. Bock achava que o poderoso exército do centro tinha uma tarefa operacional, e não estratégica. Sua missão era simplesmente destruir o exército russo, mas não havia nenhum pensamento estratégico sobre o que fazer se a operação fosse bem sucedida. Rundstedt também estava muito preocupado com a largura de seu setor que era de 800km. Para agravar a situação, no final de abril, Hitler resolveu adiar a invasão para junho, ou seja, eles teriam um mês a menos, antes do inverno russo, para derrotar um exército de 5 milhões de homens.

Halder e Brauchitsch ficaram desesperados. Solicitaram várias audiências com o Führer, foram recebidos quatro vezes, mas nada puderam fazer. Como a Itália estava perdendo a guerra na Iugoslávia, Hitler resolveu invadir a Iugoslávia para deixar tudo sob controle na sua retaguarda. Halder e Brauchitsch ficaram tão aflitos que, numa reunião com todo alto comando, o ditador comentou com Keitel, quando Brauchitsch chegou: "aquele é o covarde número um". Logo depois Halder apareceu, e ele acrescentou: "e aquele é o covarde número dois".

Finalmente, no dia 22 de junho de 1941, começou a invasão. 190 divisões, 4.000 tanques, 5.000 aviões, dis-

tribuídos em três grupos-de-exércitos, cada um deles tendo um exército *panzer*, iniciaram o mais avassalador ataque de todos os tempos. Pegos de surpresa, os russos ofereceram pouca resistência e os alemães começaram a avançar cerca de 20km por dia, destruindo tudo à sua frente, como uma nuvem de gafanhoto. Quinze dias depois, a coisa mudou: a resistência russa se agigantou. Eles passaram a vender caro as derrotas e as baixas, em ambos os lados alcançando níveis nunca vistos.

Parecendo adivinhar os planos de Hitler, Stalin tinha colocado o grosso de seu exército na Ucrânia. Por isso, no dia 6 de julho, deteve o exército do sul na região da Galícia. Com uma poderosa artilharia de 1.500 canhões, os exércitos russos impuseram pesadas baixas no grupo-de-exércitos de Rundstedt. O exército *panzer* do grupo, comandado pelo general Kleist, com os modernos tanques *Pzkw*, enfrentaram os desconhecidos tanques soviéticos *T34*, cuja blindagem era impenetrável aos tiros dos tanques alemães. Um tiro de *T34* inutilizava o *Pzkw*, enquanto eram necessários três tiros do *Pzkw* para destruir o *T34*. Foi uma surpresa muito desagradável para todo o alto comando.

Somente em 8 de agosto, os russos foram derrotados na Galícia. A inexperience soviética em guerra móvel facilitou o envolvimento planejado por Kleist e Rundstedt na região de Uman. Os russos tiveram sua primeira grande derrota na Ucrânia: 103.000 prisioneiros, 317 tanques e 1.100 canhões destruídos. Mas os alemães começaram

a ficar preocupados.

Von Bock, nos exércitos do centro, foi mais feliz. Numa manobra bem sucedida, conseguiu destruir, no chão, 2.500 aviões, o que lhe deu total superioridade aérea, liberando o caminho para o exército *panzer* de Guderian. No único ataque aéreo que fizeram, os aviões russos foram todos abatidos no ar pela experiente *Luftwaffe*.

O que se viu a seguir foi uma sucessão de grandes vitórias: *Bialystick*, *Minsk* e finalmente, a 5 de agosto, *Smolensk*, importante centro industrial e ferroviário. As perdas russas foram assustadoras: 4.500 canhões, 4.700 tanques, 940.000 prisioneiros e 2 milhões de mortos. "A Rússia está derrotada", disse Hitler.

Nesse dia, deu a ordem para que o grupo-de-exércitos do centro parasse o ataque. Von Block e Rundstedt foram chamados ao quartel-general de Hitler, e ouviram do ditador que não estava satisfeito com o comando de Kleist no exército *panzer* do sul, visto que a cidade de Kiev ainda não tinha caído. Os generais retrucaram que o importante agora era Moscou, que o caminho estava livre e que os exércitos de Von Bock estavam a menos de 400km da capital russa.

Hitler passou a viver uma crise de decisão. A Rússia tinha perdido 63% de seu carvão, 35% de sua extração mineral, 68% de sua produção de aço, 60% de sua produção de alumínio. Os alemães ainda tinham se apossado de 175.000 máquinas, 18 milhões de toneladas de grãos, 17 milhões de cabeças de gado. A Rússia estava derrotada!

Com os exércitos do centro ainda parados, Hitler chamou a Berlim o comandante dos grupos de *panzer*, o general Guderian, mais conhecido como *General Panzer* ou o *Grande G*.

Esse general escrevera um livro, em 1937, intitulado: *Actung, Panzer*, onde mostrava a importância dos tanques no exército moderno, e ensinava como deveria ser feito um ataque com blindados. Apesar de totalmente desacreditado pelos militares conservadores, Hitler investiu nos *panzer* e a Alemanha saiu na frente no uso de guerra móvel. Na invasão da Polônia, foram os *panzer* de Guderian que destruíram a artilharia pesada polonesa, iniciando a primeira grande vitória alemã. Na invasão da França, foram os *panzer* de Guderian que atravessaram a cidade francesa de Sedan e, movendo-se em alta velocidade, atingiram o canal da Mancha, na retaguarda dos ingleses e franceses, conseguindo um triunfo jamais imaginado pelos generais do Estado-Maior. Após as vitórias do exército do centro, Hitler, na Rússia, começou a sondá-lo para comandante do Exército.

Na conversa com Guderian o ditador voltou a criticar o comandante Panzer do grupo de Rundstedt e afirmou que a conquista de Kiev era fundamental. O *General Panzer* discordou dele, insistindo na conquista de Moscou, e solicitou um aumento na produção de tanques, de 128 para 800 por mês. Hitler afirmou não poder aumentar a produção de tanques e nada respondeu sobre a capital russa.

Somente no dia 20 de agosto, 15 dias depois, Hitler se decidiu: Gude-

rian deveria dirigir-se para o sul e participar do ataque final a Kiev. Todos ficaram muito confusos. Brauchitsch e Halder convidaram Bock, Guderian e Hoth (comandante do outro grupo-panzer do grupo-de-exércitos do centro) para uma reunião. Halder e Brauchitsch já sabiam que a decisão de Hitler era definitiva, mas não disseram nada, esperando que Guderian, o melhor general alemão, com todo seu prestígio, convencesse o ditador a mudar de idéia. Isso não ocorreu. Hitler falou o tempo todo e garantiu que a Rússia estava derrotada. Halder ficou furioso com Guderian por ele ter ficado calado, mas o general deu-lhe uma resposta prussiana "não se discute questões já decididas pelo Chefe do Estado na frente de outras pessoas".

O exército panzer de Guderian, efetuando uma guinada de 90°, partiu em alta velocidade para o sul, para a Ucrânia. No dia 14 de setembro, seus panzer, juntamente com os de Kleist, fecharam um bolsão em Kiev e a cidade caiu.

Mesmo com a euforia no estado-maior, já comemorando a vitória alemã na frente-de-batalha, as preocupações do povo eram muitos grandes. Berlim foi pixada com dizeres "Morte a Hitler". O motivo eram os 700.000 mortos alemães, seis vezes mais do que em todas as campanhas juntas. O povo, acostumado a comemorar vitória, sabia agora o que era chorar por seus mortos. As comemorações, após uma *blitzkrieg*, não existiam mais.

No dia 15 de setembro, veio a ordem ao exército do centro para iniciar

a marcha sobre Moscou. Mesmo com os panzer já reduzidos em 50%, os alemães acumularam vitórias: *Rzhev, Klin, Kalunga, Tula e Vyazma*, destruindo, nessa cidade, um exército de 650.000 soldados. Os panzer de Guderian chegaram aos subúrbios da capital e houve pânico em Moscou.

Mas a situação estava difícil, também, para os alemães. As noites estavam frias, os ventos cortantes levavam ao desespero toda a tropa, temendo o inverno que se aproximava. Os motores dos tanques já mostravam sinais de cansaço, muitos precisando de reparos na Alemanha. O braço aéreo da *blitzkrieg* estava esgotado, por falta de manutenção e fadiga dos pilotos, após 4 meses ininterruptos de bombardeios. Ao redor de Moscou, grandes buracos impediam o avanço dos Panzer.

As chuvas de novembro começaram tirando toda a mobilidade do exército panzer. Rundstedt propôs que as operações do grupo-de-exércitos do sul fossem suspensas, a fim de preservar o poder de ataque da tropa para a primavera seguinte. Hitler, Brauchitsch e Halder insistiram que o avanço continuasse até Rostov.

Em 21 de novembro, a cidade foi ocupada. No dia seguinte, 3 exércitos russos contrataram violentamente, obrigando Kleist a recuar 75km, até o rio Mius. Hitler exigiu que Rostov fosse mantida, uma vez que ela era o portão de entrada para as jazidas petrolíferas do Cáucaso. Rundstedt ordenou o novo ataque e a cidade foi tomada. Mas, no dia seguinte, Kleist ordenou nova retirada para o rio Mius. Hitler ficou furioso, disparando acusa-



Esquema 2 — A invasão da Rússia, 1941

ções e insultos a todos. O marechal Rundstedt respondeu: "É loucura resistir. Solicito que a ordem seja rescindida ou arranje outro para me substituir".

Antes que a resposta chegasse, o marechal pediu demissão.

Uma semana depois, foi a vez de Bock. Chuvas fortes e lama pararam totalmente a máquina de guerra alemã, impedindo o ataque final a Moscovo. Guderian fez um memorando afirmando que o exército *panzer* poderia ser totalmente destruído, se os russos atacassem agora. Por isso, solicitava um recuo tático. Bock enviou o pedido à Berlim. Hitler teve um ataque histérico, voltando a gritar acusações, dizendo-se cercado de incompetentes

e acusando Keitel, seu grande defensor, de ter-lhe negado informações.

Após muita insistência para recuar os blindados, Von Bock caiu em desgraça e foi substituído por Von Kluge, comandante de um dos exércitos do corpo. Uma semana depois, caiu Von Leeb, que comandava o exército do norte, e também não conseguiria ocupar Leningrado. E chegou a neve. Durante a noite a temperatura caía para menos 30° e a tropa não tinha roupa de inverno. Milhares de soldados morriam congelados. Durante o dia, a neve derretia, tornando tudo um mar de lama, impedindo o movimento de caminhões e veículos menores.

Na segunda semana de dezembro, a Rússia contratou, em Moscovo, com

um exército descansado e com roupas de frio. Pela primeira vez Guderian se viu na defensiva.

O criador do exército *panzer*, o imbatível, o mestre da estratégia, o gênio da guerra móvel, estava a ponto de ser envolvido pelo Exército Vermelho. O homem que, segundo os historiadores, estava muito à frente de sua época, amado e idolatrado por seus soldados, que se referiam a ele como o *Grande G*, estava a ponto de perder todo seu exército e passar o resto de seus dias num campo-de-concentração na Sibéria.

Invejado por seus colegas de farda, respeitado por Hitler, admirado pelos generais aliados, o general *panzer* trazia em seu curriculum algumas indisciplinas. Na invasão da Polônia, ao ser repreendido por Halder por estar indo muito à frente e correndo o risco de ficar sem suprimento, respondeu: "Os suprimentos é que têm de andar mais rápido e não o meu exército mais devagar". Na invasão da França, sua teimosia em ir com seu exército muito à frente foi punida com uma exonegação que durou 15 dias. Um mês depois o alto comando reconheceu que se o tivessem deixado prosseguir na sua investida louca, teriam cercado todo exército inglês em Dunquerque.

Hoje, porém, dezembro de 1941, quem estava a ponto de ser envolvido era ele, o mestre do envolvimento. Com frio, preso à lama, vendo seus homens morrerem em quantidade nunca vista, o super-herói do povo alemão dependia, talvez, de um milagre de Deus.

Um oficial alemão, que provavel-

mente morreu congelado num campo-de-concentração na Sibéria, escreveu: "Meu Deus, por que nós abandonaste?" E ele tinha razão. À noite um frio de menos 30°C, pela manhã um pesado bombardeio dos russos e, à tarde, uma movimentação desesperada para não serem envolvidos.

Segundo os historiadores, a leitura das súplicas de Guderian pelo bem-estar de suas tropas são de cortar o coração. Ele afirmava que, ao ver seus soldados enrolados com os trapos das roupas retiradas dos cadáveres russos, sentia-se comandando um bando de mendigos. Os aviões não podiam levantar vôo, porque a gasolina congelava e, pela manhã, era muito difícil botar para funcionar os motores dos *panzer*. Tudo isso sob pesado fogo da artilharia russa e sob o olhar dos milhares que, toda manhã, amanheciam mortos por congelamento.

Kluge, agora comandando os exércitos do centro, foi ao quartel-general solicitar a retirada das tropas de volta para Smolensk. Hitler reagiu: "Na primeira guerra sofri 15 dias de bombardeio incessante." O marechal respondeu que ele não sabia o que era combater a menos 30°C, sem roupas de inverno. Hitler retrucou irado: "Se é assim, então acabou o exército alemão."

Ao contrário de Brauchitsch, Kluge respondia à altura, mas sabia quando parar. E chegara o momento. Voltou para o seu quartel e negou a Guderian a ordem de retirar-se. Os dois tiveram uma briga furiosa acrescida de ofensas pessoais. Rebelde como sempre, Guderian ordenou a retirada por sua

livre e espontânea vontade. Salvou o exército *panzer*, foi exonerado e teve, como prêmio, um ataque cardíaco.

Não há a menor dúvida de que o grande número de mortos da grande ofensiva alemão de 1941, conhecida como *Operação Barbarossa*, foi devido à interferência de Hitler e Stalin no movimento das tropas.

Em janeiro de 42, os alemães já haviam perdido 1 milhão de homens e os russos mais de 4 milhões. A Hitler pesa a culpa de mandar bombardear indiscriminadamente as populações das cidades, mesmo quando não havia qualquer interesse estratégico nesses bombardeios. Associa-se a isso os massacres das populações judaicas, ciganas e portadoras de defeitos físicos e mentais, para ter-se uma idéia da irracionalidade dessa guerra. Num único dia, na Ucrânia, os nazistas mataram 32.000 judeus ucranianos. Nesse mesmo território, os russos mataram 5.000 prisioneiros alemães que estavam feridos e não podiam caminhar a pé para a Sibéria. Os grandes envoltórios alemães ocorriam porque Stalin simplesmente não permitia retiradas estratégicas. Os *panzer* alemães destruíam as fontes de suprimento dos exércitos russos e eles acabavam ficando sem combustível e sem munição. O grande número de mortos do grupo de exércitos do centro de Von Bock, 50% do total de perdas alemãs, deve-se ao fato de Hitler, também, não ter permitido o recuo na hora exata.

Em janeiro de 1942, depois do recuo alemão para Smolensk, numa fala pelo rádio, Hitler mudou o tom

de seu discurso, disse ele: "Nenhum sacrifício será em vão. Precisamos dar à Pátria até mesmo o nosso alimento, o nosso sangue e tudo que nos for essencial, pois, se a Alemanha perder a guerra, o seu povo será humilhado e aniquilado pelo inimigo."

É evidente que, em janeiro de 1942, o ditador alemão já sabia que não venceria a União Soviética, ainda mais com a entrada dos Estados Unidos na guerra. Não há a menor dúvida, também, de que a ajuda americana aos soviéticos foi considerável. Segundo o historiador soviético, Oleg Rzheshevski, essa ajuda foi de 14.700 aviões, 7.000 tanques, e 400.000 veículos de transporte. Parece muito, mas foi apenas 33%, ou seja, um terço do que os militares americanos forneceram às nações aliadas. Entretanto, não há como negar que o grande mérito da reação soviética coube ao povo russo. Enquanto os exércitos do centro esperavam a ordem de Hitler para o ataque final a Moscou, os russos retiraram dez milhões de pessoas, a maioria técnicos, desmontaram e levaram 1.523 grandes fábricas e, ainda, 24 milhões de cabeças de gado, tudo para a Rússia asiática. Outro dado importante é que, em junho de 1942, 1.200 dessas indústrias já estavam operando.

O alto comando nazista, percebendo a enrascada em que se metera, tentou uma paz com a Inglaterra. Mas, com o passado de Hitler, especialista em romper acordo, quem confiaria em sua palavra? A saída alemã foi abandonar a audaciosa *Operação Barbarossa*, por um plano bem mais

modesto: o *Plano Azul*. O objetivo agora era a conquista do Cáucaso e de todo seu petróleo para poder resistir a uma guerra, a qual não poderiam vencer.

Para desespero dos generais, Hitler assumiu o comando de todas as operações militares. O grupo-de-exércitos do sul foi então dividido em dois grupos A e B. O primeiro, tinha como objetivo a Criméia, enquanto o segundo, mais poderoso, deveria chegar ao Cáucaso. Com poderes agora para nomear, inclusive os comandantes de exércitos, o ditador indicou o general Von Paulus para comandar o 6º Exército, o mais poderoso do grupo-de-exércitos B, formado por 14 divisões, sendo duas *panzer*, num total de 300.000 homens. Von Paulus foi escolhido já dentro da nova filosofia que Hitler queria implantar no exército, afastando dos cargos importantes generais contestadores, como Kluge, Bock e Guderian.

Ao começar a ofensiva da primavera de 1942, as vitórias retornaram aos alemães na Criméia. Em agosto, o 11º exército de Manstein conseguia conquistar a região. Enquanto isso, a ponta da lança do grupo-de-exércitos B, o 6º Exército, de Paulus, avançava velozmente para Stalingrado, tudo dentro do organograma previsto pelo ditador, apesar de Halder ter dito que o *Plano Azul* era um jogo de azar, porque o Führer continuava a desmerecer os russos.

Quando Von Paulus aproximou-se de Stalingrado, Hitler reforçou o 6º Exército, retirando da Criméia a 4ª Divisão *Panzer* e anexando-a ao exér-

cito de Paulus. O 6º Exército passou a ser, então, o mais poderoso exército alemão, desde o início da guerra com 350.000 homens. No dia 21 de agosto, Paulus cruzou o rio Don e avistou a cidade. No dia 23 do mesmo mês, a 14ª Divisão *Panzer*, pelo norte, e a 4ª Divisão, pelo sul, cercaram Stalingrado.

No dia 25 de agosto, Hitler ordenou o seu bombardeio aéreo. Cerca de 900 aviões, fazendo três vãos por dia, lançaram toneladas de bombas durante vinte dias. A cidade foi arrasada. Numa decisão louca, Stalin não permitiu que a população civil fosse evacuada, provocando um verdadeiro genocídio. Entretanto, os russos fizeram das ruínas importantes abrigos e a cidade não caiu.

Hitler então ordenou: "A cidade tem de ser tomada." Os comandantes dos grupos de exército A e B, mostraram ao ditador que a conquista da cidade estava se tornando muito demorada e que, talvez, não desse tempo para chegar ao Cáucaso, repetindo o que ocorrera com Moscou. Obcecado com a idéia da superioridade alemã, o ditador reiterou: "A cidade tem de ser tomada."

No dia 13 de setembro, Paulus ordenou a invasão. As 14 divisões alemãs entraram em Stalingrado, dando início à maior batalha de infantaria do século. Cerca de 500.000 homens, russos e alemães travavam um corpo-a-corpo, rua por rua, casa por casa. Os dois exércitos perdiam cerca de 20.000 homens por semana. Os cadáveres não eram enterrados e o cheiro de podre tornava-se insuportável. Halder, já to-

talmente sem prestígio, procurou Hitler mostrando-lhe a gravidade da situação e a falta de necessidade de tantas baixas. Furioso, o ditador exonerou-o e aposentou-o.

Em outubro, Paulus e o comandante do grupo-de-exércitos procuraram o ditador e lhes contaram de suas preocupações com o flanco norte, totalmente desguarnecido, assim como sua retaguarda, defendida apenas por romenos e húngaros. Hitler garantiu que os russos tinham tido tantas perdas na batalha de Moscou e na Criméia, que não teriam a menor condição de um contra-ataque.

Em meados de novembro, Paulus avisou a Hitler que observadores aéreos tinham lhe informado que os russos estavam concentrando forças poderosas em seus flancos e que estava começando a nevar. Hitler respondeu: "faltam apenas dez por cento da cidade. Um último esforço deve ser feito para capturar Stalingrado".

No dia 19 de novembro, os russos atacaram os romenos procurando envolver todo 6º Exército alemão. As barreiras do norte foram rapidamente rompidas pelas tropas de Zhukov. O mais humilde soldado alemão, ouvindo a artilharia russa atacar os romenos ao norte, podia perceber que o poderoso 6º Exército alemão corria perigo dentro daquela cidade em escombros. Se Paulus tivesse agido ousadamente, enviando tropas ao norte, ou ao sul, para ajudar os romenos, ou se tivesse dado ordem de retirada da cidade e comunicado a Hitler depois, teria salvo 280.000 homens.

No 3º dia da ofensiva russa, Hitler

recebeu a sugestão da OKH: Paulus deveria receber ordens para retirar-se da cidade. O ditador pensou dois dias. Por fim, ordenou a Paulus que permanecesse na cidade como uma fortaleza avançada até a primavera. No dia 23 de novembro, os russos fecharam o cerco e, dentro de uma área de 32km por 50km, ficaram presos 280.000 homens. Alguns generais do estado-maior do 6º Exército sugeriam a Paulus que solicitasse ordem de liberdade de ação. Paulus, porém, sempre obediente, recusou-se a fazê-lo.

Em 12 de dezembro, Manstein assumiu o comando do grupo-de-exércitos B, e a primeira coisa que fez foi permitir a Paulus que abandonasse a cidade, mesmo sem ordem de Berlim. Paulus recusou-se a mover-se, alegando que as ordens de Hitler eram para que permanecesse na cidade. Com as tropas de Manstein presas pela neve e longe de Stalingrado, nada mais podia ser feito.

A 9 de janeiro, os russos invadiram a cidade. Novamente lutas corpo-a-corpo e casa a casa voltaram a acontecer.

No dia 15 de janeiro, Hitler o promoveu a marechal-de-campo, esperando que cometesse suicídio, pois um marechal-de-campo alemão não se rende. Mas, a 31 de janeiro de 1943, com todo seu exército sem munição e sem alimento, Von Paulus se rendeu. Os russos contaram 107.800 prisioneiros, sendo 24 generais. A grande massa de prisioneiros sofreu inacreditáveis sofrimentos e privações. Apenas 6.000 voltaram para casa após a guerra.

Após Stalingrado, os alemães não

mais recuperaram a ofensiva, e sua derrota passou a ser uma questão de tempo. As perdas em equipamentos foi tão grande que, para repô-las, os alemães precisariam produzir 1.200 *panzer* por mês, quando a produção não passava de 100.

Agora, por que insistir com Stalin-grado se o objetivo era o Cáucaso?

A história profere um veredito cruel sobre o marechal Von Paulus: "Comandante vulgar do tipo ordens são ordens, que jamais questionou o nazismo e que estava sempre pronto a fazer tudo que Hitler ordenasse." Se tivesse ouvido o general Beck quando disse: "a obediência militar tem limi-

tes" ou se tivesse tido a ousadia de Guderian, que retirou seu exército na hora certa, teria salvo um quarto de milhão de homens.

Por isso, depois da guerra, enquanto Guderian foi trabalhar para o exército americano escrevendo suas memórias, ele ficou em prisão domiciliar em Moscou, até 1953. Libertado em novembro, foi-lhe permitido viver na Alemanha Oriental, mas impedido de viajar para a Ocidental, onde vivia sua família.

Morreu em 1957, numa clínica para idosos sem poder fazer o que mais desejava: rever sua esposa.



ALMIR DOS SANTOS é formado em Física pela UFRJ. Como professor trabalhou no Colégio Naval (1965/1969), na Escola Naval (1972/1979) e no Instituto Militar de Engenharia (1979/1985). Nessas instituições conheceu ex-combatentes, surgindo assim o interesse pela 2ª Guerra Mundial. Hoje possui em sua biblioteca obras importantes de pesquisadores ingleses, alemães e russos, tais como: Panzer Leader e La 2ª Guerra Mundial. Realiza palestras sobre o assunto em escolas e faculdades.



ALIANÇA DO MAR NEGRO(*)

Therezinha de Castro

A Aliança do Mar Negro, assinada a 25 de junho de 1992, por onze chefes de Estado e de Governo de países que vão dos Balcãs ao Cáucaso, propõe-se a ser uma réplica do leste europeu à CEE.

Neste artigo, são analisados os aspectos geopolíticos mais significativos da região abrangida pelo projeto.

Dos quatro eixos idealizados, em 1937, por Haushofer, dois já estão delineados: o da Euráfrica, que na prática atende pelo nome de CEE (Comunidade Económica Européia) e o da Co-Prosperidade Asiática liderada pelo Japão. O da Pan-América encontra-se na fase dos blocos regionais: O NAFTA, com a união Estados Unidos-Canadá-México, e o MERCOSUL, integrado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Ainda embrionário, se encontra o Eixo da Pan-Rússia com a *Cooperação Económica do Mar Negro*, inspirada na CEE, assinada a 25 de junho de 1992 por onze chefes de Estado e de Governo de países que vão dos Balcãs ao Cáucaso. (Mapa 1)

Uniram-se onze países que, em pá-lácio nas margens do Bósforo, na cidade de Istambul, que já teve os nomes de Bizâncio e Constantinopla, viram seus representantes sentarem-se lado a lado, esquecidos dos grandes problemas que os separam. Assinaram a *Declaração de Istambul, proposta pela Turquia*, que prevê a colaboração do grupo em questões de política externa, transportes e comunicações, pretendendo ainda a criação de um Banco Central. Durante os seis primeiros meses, caberá a presidência ao Governo de Ancara.

Dos onze países, apenas quatro não possuem litoral no Mar Negro, que dá nome à Aliança, como grande via que une a Europa à Ásia.

Observamos, assim, que além dos países limítrofes, a Aliança do Mar Ne-

(*) Selecionado pela PADECEME

ALIANÇA DO MAR NEGRO



PAÍSES	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Milhões)	RENDA PER CAPITA (US\$)
Rússia	17.075.400	147,3	4.600
Turquia	779.452	55,3	1.360
Ucrânia	603.700	51,7	3.900
Rumânia	237.500	23,1	2.400
Grécia	131.957	10,0	4.300
Bulgária	110.994	8,9	2.320
Azerbaidjão	86.600	7,1	3.750
Geórgia	69.700	5,4	4.410
Moldávia	33.700	4,3	3.830
Armênia	29.800	3,3	4.410
Albânia	28.748	3,2	930

gro inclui a Albânia, no oeste da Península dos Balcãs, vizinha da Grécia, também dependente do Mediterrâneo; voltado para o Cáspio, encontra-se o Azerbaidjão, e, comprimida entre a Ucrânia e Rumânia, a interiorizada Moldávia.

O Mar Negro tem, como países ribeirinhos, além da Rússia, a Turquia e a Ucrânia, do lado dos Balcãs, a Rumânia e a Bulgária, encontrando-se na Caucásia a Geórgia e a Armênia.

Ponto Euxino dos antigos, o *Mar Negro* tem salinidade relativamente fraca, a despeito de receber uma corrente vinda do Mediterrâneo. Assim, a forte proporção de hidrogênio sulfuroso impede qualquer forma de vida além dos 150 metros de profundidade. O *Mar de Azof*, sua dependência no norte, apresenta profundidades raramente ultrapassando os 50 metros. Já a Bacia do Negro, sobretudo no setor meridional, conta com profundidades que ultrapassam os 2.000 metros.

Nesse conjunto, dentro do enfoque geoestratégico, o destaque é para os *Estreitos de Dardanelos e Bósforo*, assinalando o início e o fim do Mar de Marmara, entre o Egeu e o Negro. (Mapa 2)



A importância dessas passagens tomou vulto no século XVIII, quando a Rússia atingiu o Mar Negro, aspirando o Mediterrâneo. Assim, em 1774, pelo Tratado de Kutchk-Kainardji, o Império Otomano autorizava ao Moscovita o livre trânsito a seus navios mercantes. Mais de meio século depois, num ato de precaução, as potências da época — França e Inglaterra — conseguiram do Império Otomano o Tratado dos Estreitos, firmado em Londres (1841), proclamando como princípio de direito público europeu o fechamento dessas vias aos navios de guerra. Pouco depois, para neutralizar o Mar Negro, o Tratado de Paris (1850) determinava que os Impérios

Russo e Otomano só poderiam manter na área seis navios de guerra. Em sequência à *Geopolítica do Controle*, o Convênio de Londres (1917) concedia ao Império Otomano permissão para, em tempo de paz, abrir os Estreitos aos navios de guerra das potências aliadas.

Com a desagregação do Império Otomano e conseqüente aparecimento da Bulgária e da Romênia, o Mar Negro perdia a sua posição geopolítica de neutralidade, transformando-se em artéria livre. Firmava-se o Tratado de Lausanne (1923) desmilitarizando os Estreitos, que ficavam liberados para as marinhas de todo o mundo, cabendo à Convenção de Montreux (1936) reconhecer a completa liberdade de navegação para as marinhas mercantes, embora concedendo à Turquia o direito de fortificá-los, para melhor controle em tempo de guerra.

Comunicando os mares Egeu e Marmara, o Estreito de Dardanelos tem cerca de 60km de comprimento, com larguras variando dos 1,5 aos 7km. Já o de Bósforo, com 30km de comprimento e larguras dos 300 aos 3.000 metros, une Marmara ao Mar Negro.

Na margem ocidental do Bósforo está *Istambul*, que já se denominou Constantinopla como capital do Império Otomano, e Bizâncio como centro administrativo do Império Romano do Oriente. Numa bacia profunda — o Corno de Ouro —, Istambul oferece fácil aportagem; seu nome é corruptela da expressão grega *is tan bolin* — significando "na cidade", resposta que davam os antigos habitantes aos recém-

chegados, desejosos de saber onde se encontravam.

Detentora dos Dardanelos e Bósforo, a Turquia, no decorrer da "Guerra Fria" foi importante peça da OTAN, no estrangulamento da URSS, pelo controle que essas vias exercem na navegação entre os Mares Mediterrâneo e Negro, no geoestratégico cruzamento de rotas entre a Ásia e Europa. Ao se iniciar a década de 90, o Mar Negro transformou-se no ponto de enlace entre a Turquia, ao sul, a Ucrânia/Rússia, ao norte, os Balcans, no oeste, e a Caucásia, no leste.

Em turco, *Balcans* significa montanhas, topônimo justificado para a mais oriental das penínsulas mediterrâneas, dividida na esfera geopolítica da Iugoslávia (em processo de desintegração), Albânia, Grécia, Bulgária, România e Turquia. Da superfície desse complexo geográfico, 2/3 se apresentam com a média dos 500 metros de altitude; enquanto 43% é pobre em terras cultiváveis, sem proporcionar colheitas regulares e suficientes, mas de subsolo rico em minerais metálicos.

Dentro do aspecto geo-histórico, pelo aspecto montanhoso, a região serviu de *refúgio e centro de caldeamento das nacionalidades grega e eslava, durante a dominação turco otomana*.

Como frente de batalha, as fronteiras daí muito mudaram ao sabor das armas. Conseqüentemente, sem unidade política nem étnico-lingüística, os países aí instalados foram sempre meros expedientes da História.

Congregando eslovenos, sérvios, croatas, bósnios, macedônios, albane-

ses, búlgaros e até rumanos (estes considerados a "ilha latina num mar de eslavos"), as origens desses povos se perdem num *panorama étnico dos mais complexos*. É panorama produzido pela *sucessão de impérios* que se formam e se esfacelam desde a Idade Média — primeiro o Império dos Búlgaros, destruído pelo Império Bizantino; dos séculos XII ao XV chega a vez do Império Sérvio, desmontado pelo Império Otomano.

Dos avanços e recuos históricos restariam, frente a frente, *cristãos ortodoxos e islâmicos*. E, nesse embate, é importante ressaltar as diferenças exercidas durante a implantação do domínio otomano. Assim, a Bósnia-Herzegovina¹ e a Albânia se converteram, em massa, ao islamismo; já na Bulgária, Sérvia e Macedônia, liquidada a antiga nobreza na guerra de conquista, instalava-se no poder a classe dirigente turca; enquanto na Moldávia e Valáquia mantinha-se a velha nobreza pagando tributos ao sultão e suborno aos oficiais locais.

Mistura étnica sem paralelo, ponto de encontro e conflito entre a Europa e o Oriente, à medida que o Império Otomano decaía, os Balcans se transformavam no pomo da discórdia entre os Império Russo e Austro-Húngaro. Conseqüentemente, até a Primeira Guerra Mundial, a Geopolítica dos Balcans, transformada em *campo de rivalidades e interesses*, foi pontilhada de guerras, alianças, pactos secretos, in-

1. Aí os muçulmanos ou eslavos islamizados representam 44% da população ao lado dos sérvios (31,5%) e croatas (18%).

vasões e partilhas — tudo profetizado por Bismark em 1897 ao dizer: “Alguns loucura nos Balcãs acabará por deflagrar um conflito mundial.” E foi justamente em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina, que o assassinato de Francisco Ferdinando, Príncipe Herdeiro do Império Austro-Húngaro, ao qual estava anexada, faria desencadear o conflito de 1914-18.

Terminada a guerra, desmembrava-se o Império Austro-Húngaro, proclamando-se a república nos dois países. Por sua vez, o *Tratado de Saint Germain* (setembro de 1919) obrigava a República da Áustria a reconhecer a independência dos povos eslavos. Com isso, a Sérvia, recompensada pelo apoio aos Aliados, conseguia unificar na Iugoslávia (que significa eslavos do sul) parte desse grupo étnico, surgindo ainda a Albânia, a România e a Bul-

gária, enquanto renascia a Grécia.

Na Segunda Guerra Mundial, os alemães tiveram que abrir uma frente de batalha nos Balcãs, invadindo a Iugoslávia e a România para atingir a Grécia, onde seus aliados italianos haviam sofrido grande derrota. Valendo-se da situação, a Rússia reclama para si a Bulgária e o controle dos Estreitos de Dardanelos e Bósforos. Não acatando as exigências de Molotov e abandonando os conselhos de seus estrategistas, Hitler rompe o pacto de não agressão, firmado em 1º de maio de 1941, e ataca a Rússia, que passa para o lado dos Aliados.

A paz de 1945, em suas cláusulas territoriais, determinava que a Itália, vencida, conservaria Trieste, mas perdia toda a Istria para a Iugoslávia, bem como as ilhas do Dodecaneso para a Grécia. Caberia à Hungria restituir a



Transilvânia para a Rumânia, enquanto este país entregava a Bessarábia para a Rússia.

Assim, dos ajustes e reajustes, numa troca de populações como se fossem cabeças de gado, os países dos Balcãs, com exceção da Grécia, vivendo no regime comunista e dentro do comunismo, se mantiveram como "barris de pólvora" que começaram a explodir, sobretudo na enigmática Iugoslávia, com o esfacelamento do Império Soviético, em 1990. A partir de então, retornando ao Mundo Ocidental, passando a fazer parte da Europa, os *países balcânicos subsistem, como todo o leste do continente, dentro do subdesenvolvimento*, no revisionismo da Nova Ordem Mundial.

A *Caucásia*, situada entre os Mares Negro e Cáspio, toma regionalmente esse nome pela presença do maciço montanhoso — o Grande Cáucaso, que se estende por 1.280km, com larguras variando dos 60 aos 260km (Mapa 3).

Entre a Turquia e o Iran, no sul dessa zona montanhosa, se localizam três repúblicas da extinta URSS — a Geórgia, a Armênia e o Azerbaidjão, em meio a "quistos geopolíticos", refletindo, na pluralidade estatal, a dispersão política e função desagregadora exercida pela montanha.

Assim, a *Geórgia*, condicionada pelo parcelamento do relevo, abriga, além dos georgianos ou karthli, também armênios, russos e osetianos. Com capital em Tbilisi, engloba dentro de seu território o Abkhaz e Adznar, que lhe fecham praticamente as fronteiras

no Mar Negro; no interior se encontra a Osétia do Sul² em comunicação com a do Norte, esta já em território russo.

Limita-se a Geórgia com a *Armênia*, localizada mais para o sudoeste, se defrontando com o Iran. Essa fronteira é repartida em dois pequenos trechos pela interposição do *Nakhichevan*,³ república autônoma, dependente do *Azerbaidjão*, tendo como fiadora a Turquia. Dentro do labirinto geopolítico, o território armênio se estreita ao se aproximar de *Nagorno-Karabakh*, anexado ao Azerbaidjão, como república autônoma em 1920, mas disputada pelo governo de Yerevan. No confronto entre essas duas repúblicas autônomas, um corredor poderia ser estabelecido para a ligação do Nakhichevan (onde não vivem mais os armênios) e o Azerbaidjão, enquanto outro seria aberto entre o Nagorno-Karabakh (onde convivem 120.000 armênios e 40.000 azerbaijanos) e a Armênia. No entanto, o Governo de Yerevan não aceita essa troca, pois perderia a sua janela para o Iran, no pequeno trecho de fronteira que ainda lhe resta.

Como os judeus, os armênios também estão muito espalhados pelo mundo. Combatidos pelos turcos, quase que exterminados, conservaram

2. Os osétios, descendentes dos alanos e citas, majoritariamente cristãos, porém parcialmente islamizados, são 600.000 integrados a CEI e 100.000 ainda dentro da Geórgia, embora, desde dezembro de 1991, estes últimos tenham proclamado unilateralmente a sua independência.

3. Proclamou-se independente em janeiro de 1990, onde os muçulmanos são em geral da seita xiita, ligados ao Iran.

a sua fé cristã. Daí contrastar com o Azerbaijão, uma das mais ricas regiões petrolíferas do Globo, de maioria muçulmana, com fronteira dividida entre o Iran e o Mar Cáspio.

Ainda por ajustar suas "velhas contas nacionais", aos cinco "quistos geopolíticos" existentes nessas repúblicas caucásicas, se somam outros três dentro da Rússia: o Adyge, o Cherkessk e a Osétia do Norte.

A semelhança dos Balcãs, essa Caucásia que se procura unir numa Aliança, é, na realidade, outro autêntico "barril de pólvora". Tanto assim, que há um século os conflitos sangrentos dessa região foram tema de um clássico da literatura — "Guerra e Paz", do romancista russo Leon Tolstói.

Com a ocupação da área pela URSS, o problema foi temporizado pelo governo forte e centralizado de Moscou, o que já não ocorre desde 1990, com a dissolução da União e a formação da CEI (Comunidade de Estados Independentes).

A Caucásia é habitada por cerca de 50 povos diferentes, espalhados pelas repúblicas e "quistos geopolíticos". Assim, cristãos armênios lutam contra azerbaijanos muçulmanos, defendendo seus respectivos povos que coabitam o Nagorno Karabakh, enclave montanhoso de 4.400km². Por sua vez, azerbaijanos disputam, no norte, terras com os lezguins e, no sul, com os talish e curdos. E, se convivem no Azerbaijão com os georgianos que adotaram a fé islâmica, os azerbaijanos também coabitam com os cristãos no setor leste da Geórgia.

Nessa troca do lá e cá, o perigo de um suposto fervor nacionalista pode vir tumultuar ainda mais a região.

Os georgianos, por sua vez, dividem seu território com os adzharis, os abkhazis, os armênios, os russos e os osétios. Seguindo o exemplo dos osétios do sul, os do norte proclamaram sua independência em maio de 1992, cimentando sua união com a CEI. Complementa ainda mais esse conturbado quadro, dentro do território da Rússia, os chechênios-inghusétios, com base em Groznyy, que se declararam independentes em março de 1992, lutando contra Moscou para que seja delimitado o seu território. Ainda não satisfeitos os inghusétios, reclamam também o território de Vladikavkaz, sua terra sagrada, que Stalin, em 1944, anexou à Osétia do Norte.

Não são também muito amistosas as relações entre a Ucrânia e a Rússia, com a retirada da primeira da CEI. A geoestratégica *Península da Criméia* é o pivô do confronto; a Rússia a deseja de volta, pois a anexação desse território foi decidida em 1954, pelo então líder soviético ucraniano, Nikita Krutchev, como presente à Kiev pelos 300 anos de união eslava.

A declaração de independência da Ucrânia, a 5 de maio de 1992, pôs em destaque a problemática da Criméia, que se adentra no Mar Negro isolando a Bacia do Azof, e que, por seu posicionamento geoestratégico, possui, em *Sebastopol*, uma das bases navais mais importantes da antiga URSS. Povoadora por 60% de russos, transformouse em região autônoma, acirrando os ânimos entre Kiev e Moscou.

Curiosamente, Kiev e Moscou foram os núcleos geo-históricos do Império Russo, gerando duas nações co-irmãs. Com o Principado de Moscou tornando-se mais importante, os cossacos ucranianos se colocaram, em 1654, sob sua proteção. Assim, a Ucrânia, a despeito de suas tendências autonomistas nos anos 90, pela vivência de séculos com a Rússia, tem com esta muita coisa em comum.

Além da importância geoestratégica, já que a Ucrânia e o Kazaquistão dividiam com a Rússia o arsenal nuclear da antiga URSS, essa república do Mar Negro é a responsável por mais de 65% da produção de açúcar, 30% dos cereais e 25% da carne consumida pelo conjunto. Possui gás natural, petróleo e carvão, mas sua vulnerabilidade se atém ao fato de o seu território haver sido formado às custas do de outros países. Assim, a Ucrânia Ocidental pertencia à Polônia até novembro de 1939, parte da Romênia foi incorporada em junho de 1940, enquanto trecho da própria Rússia, abaixo dos Carpatos, foi anexado em junho de 1945. Eis aí outro intrincado "quebra-cabeças" de uma geopolítica flutuando no tempo, feito pela vontade de homens, sem o aval das populações.

Outra incógnita se encontra na *Moldávia*, onde russos e ucranianos se opõem ao governo separatista moldavo, desde dezembro de 1991. A Moldávia pertenceu à Romênia até 1944, quando a URSS cedeu parte de seu território, no norte e no sul, à Ucrânia, mas acrescentou-lhe, como compensação, a região habitada por

eslavos, a Transnístria, no leste do Dniester. Caberia a essa região, onde os russófonos receberam apoio da Ucrânia, se separar da Moldávia, criando mais um foco de tensão na área. Tensão que já era de se esperar, pois como a maioria dos moldavos é de origem rumena, os descendentes dos eslavos tendem bem mais para a CEI, temerosos da união da Moldávia com a Romênia.

Conclui-se, então, que essas *chamadas "guerras de quintal"* são produtos de anexações e arranjos políticos, que não levaram em conta estabelecimentos humanos em processos históricos já consagrados. Tudo que foi feito ficou, por algum tempo, no compasso de espera, na estagnação, por serem *fronteiras internas da URSS*, delimitando simples repúblicas federadas, sem grandes poderes decisórios. Esses aviltamentos geopolíticos foram de tal ordem, com delimitações mudando tanto ao longo dos anos, que *as etnias que aí subsistiram raramente possuem fronteiras geo-históricas naturais*, gerando, pois, conflitos intrincados.

Sob o ponto de vista político, são considerados países balcânicos, além da Romênia e Bulgária, também a Iugoslávia (em fase de esfacelamento), a Turquia Européia, a Grécia e a Albânia. No entanto, dentro do aspecto geográfico, os Balcãs têm limites mais reduzidos, já que a Romênia e parte da Iugoslávia se incluem entre os países danubianos.

Dentro do aspecto geopolítico, no Mediterrâneo Oriental, a *Península dos Balcãs se constitui numa ponte da Eu-*

ropa para a Ásia, escalonada por numerosas ilhas que povoam o Egeu. No norte, entre os Mares Adriático e Negro, a península é larga e contínua, destacando-se do continente europeu pelos rios Sava e Danúbio. Para o sul, vai se estreitando, tornando-se muito digitada na Grécia, com a vantagem da maior possibilidade no intercâmbio comercial, mas, em tempo de guerra, na desvantagem de facilitar invasões.

O aspecto geral geográfico dos Balcans contribui para uma *geopolítica de confronto*, tornando a área aberta a toda classe de pressões e influências, zona de constantes invasões, e palco de variadas lutas, sobretudo entre cristãos e muçulmanos.

Vários povos buscaram aí acolhida, entre eles seis ramos principais: os gregos, descendentes dos antigos, embora bastante misturados a outras raças; os valacos ou rumenos, latinizados; os albaneses, descendentes dos antigos ilírios; os sérvios, autênticos eslavos chegados no século VI; os búlgaros, mongóis eslavizados, instalados no século VI; e os turcos otomanos, dominadores a partir do século XIV.

Situada nos Balcans, a Rumânia limita-se com a Rússia, Hungria, Iugoslávia e Bulgária. Pouco menor que o nosso Estado de S. Paulo (247.222km²), limita-se com quatro países, com litoral no Mar Negro bastante reduzido, quando perdeu a Bessarábia, na Segunda Guerra Mundial, para a Rússia, e parte da Dobruja para a Bulgária, conseguindo manter a embocadura do Danúbio, que obteve em 1919.

O ideal nacionalista rumeno é he-

rança bizantina. Embora o latim tenha caído em desuso, esse povo guarda o nome de *rhumaiot* e, sem abdicar de sua origem latina, herdou o nome de *Rhumania*.⁴ Quando os eslavos ocuparam as províncias romanizadas do sul e oeste do Danúbio, os rumenos se isolaram nas montanhas carpáticas, formando uma ilha de latinidade entre os invasores, sendo, entre todos os povos de origem neolatina, talvez o que mais fez da conservação da língua uma lição perene de conscientização da identidade cultural.

Em contrapartida, os búlgaros, de origem turco-mongólica, considerados herdeiros dos hunos, uniam-se aos eslavos para formarem, ainda no século VIII, o primeiro grande Estado nos Balcans. Esse território fez parte dos Impérios Bizantino e Otomano, e só retomou a sua consciência nacional em 1876, no momento em que os russos desejaram pôr as mãos nos Estreitos de Dardanelos e Bósforo. Com Moscou fomentando o levante contra o jugo otomano, se daria a intervenção da Rússia, em defesa dos búlgaros, seus irmãos na crença cristã ortodoxa, contra o inimigo comum muçulmano. Vencidos os otomanos, o Tratado de San Stefano (1878) fazia nascer a *Bulgária* autônoma, incluindo parte da Grécia, para se chegar ao Egeu e Mediterrâneo.

Dentro do enfoque geoestratégico, para impedir a chegada da Rússia a esses mares, a Europa Ocidental, reunida

4. Daí o mais certo topônimo para o país ser Rumânia, como sempre o foi em português, e não Romênia, como se quer impôr mais recentemente.

no Congresso de Berlim (1878), subtrai o acesso da Bulgária ao Egeu, dividindo-se em duas: no norte da Cadeia Balcânica instalava-se o Principado vassalo do Sultão e, no sul, a Rumélia, com governo cristão designado pelo poder otomano. Tal expediente da História deveria ter pouca duração (1885), com a revolta das duas regiões que a diplomacia européia impusera, mas que os passos balcânicos jamais isolaram.

A partir de então, a existência da Bulgária ficaria condicionada à rivalidade entre os Impérios Russo e Austro-Húngaro, regulamentando os avanços e recuos de sua fronteira sobre o Egeu. Foi, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, que a Bulgária passou a se constituir numa das peças de importância na estratégia da URSS no sudeste europeu. Seu valor geoestratégico fundamentava-se no fato de o Kremlin sentir-se inseguro na Iugoslávia, e não poder contar com a Grécia e a Turquia, comprometidas com a OTAN.

A maciça muralha formada pelos Alpes Albaneses, que se estendem pela costa ocidental dos Balcans, do Lago Scutari até o Cabo Lingueta, serviria como fortaleza natural de refúgio para o povo albanês. Caberia, assim, à Geografia, transformar a *Albânia* numa das mais fechadas e inacessíveis regiões da Europa. Afastadas uma das outras, as principais cidades do país, inclusive Tirana, a capital, são interiorizadas, destacando, no litoral, apenas Durazzo. Como criadores de gado, os albaneses, no nomadismo de suas comunicações, justificam, em grande

parte, a existência do fator unitário entre eles.

Nos dias de hoje, a despeito de tal posicionamento e unidade, *os conflitos na acomodação de fronteiras* poderão atingir a Albânia, já que os sérvios que nunca tiveram clara expansão territorial, poderão querer acertar suas contas em Kossovo, ocupado por maioria albanesa, que consideram como seu núcleo geo-histórico.

Já a vizinha *Grécia*, na projeção meridional dos Balcans, teria seu destino ligado a três aspectos geopolíticos — o continental, o peninsular e o insular. O litoral bastante recortado propiciaria a penetração do mar em todas as sinuosidades, deixando pouco espaço para as planícies. Os vales e anfiteatros abertos para o mar, descerraram a Grécia e determinaram o seu esfacelamento político. Consequentemente, cada uma das três Grécias teria o seu papel geopolítico na evolução da nação, tantas vezes em conflitos e guerras civis. Em contrapartida, pela projeção meridional de seu posicionamento nos Balcans, a Grécia ficou resguardada das numerosas invasões vindas do interior, conseguindo, por isso, manter *uma quase exclusividade exterior de sua própria população original*, possuindo em seu território minorias alienígenas relativamente insignificantes.

A *Turquia*, o que restou do vasto Império Otomano, procura hoje, tanto nos Balcans quanto na Caucásia, como potência regional e nação emergente, exercer sua influência no que se esfacelou da URSS e no que resta a CEI.

Por isso, se aproximou da Bulgária, onde existe minoria turca atuante; da România, onde inúmeros comerciantes são seus súditos; da Albânia e Caucásia, que buscam seu apoio; e de seus irmãos de crença que na Bósnia-Herzegovina⁵ se insurgiram contra os sérvios, centralizadores de uma Iugoslávia que se esfacela.

Isolada pela Geografia e pelo mundo comunista por mais de 70 anos, a Turquia procura com atraso entrar no século XX, para sobreviver no XXI. Emerge assim, como *potência regional* em posicionamento entre a Europa e a Ásia, como *ponte de certa solidez*, em competição aberta com o Iran e a China. Leva a Turquia a vantagem de haver sido peça-chave na geoestratégia da OTAN, contando assim com maiores chances de um ingresso na CEE — sem se esquecer de que cerca de 3 milhões de trabalhadores turcos vivem na Europa, metade dos quais na Alemanha.

País entre o leste e o oeste, além de possuir seus naturais no Iran e China, conta com vários outros milhares espalhados pelas ex-repúblicas soviéticas na Ásia Central, onde seu canal de televisão Ayrasya, transmitido por satélite, abrange 98% de espectadores.

5. Majoritários no Parlamento, os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina decidiram entrar no jogo da secessão que vem esfacelando a Iugoslávia; por sua vez, os sérvios e croatas da região se recusam a viver sob o jugo islâmico, acatando um Estado cantonalizado, dividido em cantões à semelhança da Suíça, para melhor proteção da mistura étnica. Daí os conflitos e a intromissão das forças federais de Belgrado.

Nessa mesma Ásia Central, onde no século XIX a ofensiva diplomática dos russos e países europeus ficou conhecida como o "Grande Jogo", tem na Turquia, agora, como principais competidores, além da própria Rússia, ainda o Iran e a China. Nesse contexto, as vantagens para a Turquia estão na ortodoxia religiosa de um Iran xiita, no maior afastamento geográfico da China, e na desagregação do Império que a Rússia centralizou. Conta, pois, o posicionamento da Turquia, já que uma vez conquistada a união do Mar Negro, será mais fácil e barato entrar e sair da Ásia Central via Istambul do que via Moscou.

Não tendo sido convidado para entrar na Aliança, o Iran vê o ideal da Turquia como praticamente impossível, enquanto não houver estabilidades internas e redução das tensões causadas pelas disputas étnicas e territoriais entre os associados do Mar Negro.

Para a Turquia, embora sem pujança suficiente para levantar a economia combatida dos parceiros, o objetivo da Aliança do Mar Negro é o de estabelecer a livre circulação de pessoas, bens e serviços, para estimular o setor privado a fim de transformar toda a área que vai dos Balcãs ao Cáucaso, num *complexo ecopolítico que possa vir a complementar a CEE*. O objetivo da Aliança do Mar Negro é o mesmo da CEE, embora a Nova Ordem recue, por vezes, nos limites europeus do leste, nos Balcãs e no Cáucaso, onde se impõe o furor revisionista em direção do traçado de novas fronteiras internacionais.

Conclui-se, então, que a Aliança do Mar Negro, em sua essência, procura englobar *uma área geopolítica-mente instável, mas geoestrategicamente importante*, atendo-se à Nova Ordem Internacional, cuja lógica vem sendo a da formação de Grandes Blo-

cos. E se os Blocos da CEE e do Mar Negro conseguirem um dia se entrosar de fato, estará concretizada a idéia de Kjellen, de que o destino da Alemanha seria o de dominar um espaço vital que se estenderia da Escandinávia até Bagdad.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras.

TRANQUILIDADE
É O QUE VOCÊ
CONQUISTA QUANDO
SE ASSOCIA AO GBOEX.



GRÊMIO
BENEFICENTE



AS ELITES, OS INTELLECTUAIS E OS MILITARES

Sérgio Paulo Muniz Costa

"Os intelectuais têm o direito de empenhar-se em combates duvidosos."

Raymond Aron — In "Mémoires"

O artigo procura interpretar a visão das elites e dos intelectuais civis em relação às Forças Armadas, comenta as críticas usuais ao Movimento de Março de 1964 e faz uma avaliação do cenário nacional, caso esse Movimento não tivesse acontecido.

As Forças Armadas, em particular o Exército, são vistas com reservas, desconfiança e má vontade por alguns setores da sociedade brasileira. A maioria das pessoas que forma a opinião pública não conhece o Exército, seja pela reduzida percentagem de aproveitamento dos jovens para a prestação de serviço militar, seja pela inexistência de uma tradição de participação das elites na

formulação de uma política de segurança nacional.

Para esses grupos sociais, normalmente da classe média alta e alta, o Exército é algo com que se preocupar quando alguém da família tem que ser "salvo" do serviço militar. Como maiores consumidores das artes e das ciências, no lazer ou no trabalho, esses grupos entram em contato freqüente com os intelectuais, aquelas pessoas

que têm em comum o propósito de explicar a sociedade, seja por que prisma ou atividade for.

No meio intelectual de uma sociedade livre, proliferam idéias de toda sorte, muitas das quais contribuem para a evolução dessa sociedade. Existe no entanto uma enorme distância entre a criação de uma idéia e a responsabilidade pela sua aplicação. Deixamos então o campo das artes e ciências para adentrar na Política, que procura estabelecer as metas a serem alcançadas por um determinado poder a serviço do bem comum. Segundo Bernard Crick, a atividade política procura conciliar os diferentes interesses, dando-lhes uma participação no poder proporcional à sua importância para o bem-estar e sobrevivência da comunidade.

Idealistas e sensíveis às injustiças, os intelectuais têm a natural propensão, em qualquer parte do mundo, a questionar a Política, argumentando que ela não atende totalmente aos ideais de justiça e liberdade. No entanto, é forçoso admitir que os elevados ideais defendidos pela comunidade intelectual não podem deixar de levar em conta as necessidades de bem-estar e sobrevivência da comunidade como um todo. Além disso, uma história das idéias nos últimos duzentos anos estaria repleta das violências praticadas em nome de elevados ideais. As causas defendidas pelos intelectuais nem sempre são passíveis de ser efetivadas pela Política, e algumas vezes servem aos propósitos de caricatos ditadores eufemisticamente denominados de líderes.

A interação entre pessoas socialmente influentes, porém pouco infor-

madas sobre Forças Armadas, e intelectuais nem sempre coerentes com seus anseios de liberdade, tem sido, na presente conjuntura, desastrosa para as Forças Armadas, particularmente o Exército, e, inevitavelmente, para a Nação. A evolução profissional da mídia brasileira, em particular a televisão, não tem um equivalente do ponto de vista de amadurecimento político. Em sua quase totalidade, quando se trata de Forças Armadas, ela continua explorando o filão ideológico aparentemente inesgotável da interpretação marxista da história recente da vida nacional. No entanto, não é apenas a interpretação marxista do nosso passado recente a única causa de desgastes na imagem das Forças Armadas. Existe também o oportunismo pseudoliberal, que se apressa em taxar os militares de retrógrados, nacionalistas e estatizantes.

Isso não significa dizer que está em andamento uma conspiração de uma mídia toda poderosa, capaz de mobilizar sozinho a opinião pública contra as Instituições Militares. O processo de formação de opinião pública é complexo e é mais prudente visualizar a mídia interagindo com a sociedade. Ademais, a profissão do jornalista é altamente competitiva e, quaisquer que sejam os seus ideais, ele só poderá exercer sua profissão de acordo com as condições impostas pela indústria jornalística.

O que ocorre na realidade é a ação de grupos de interesse, politicamente organizados e financeiramente independentes, que perseguem objetivos próprios numa conjuntura de crise do Estado brasileiro.

Está completa a combinação altamente adversa às Forças Armadas. Pessoas influentes, pouco informadas e interessadas nas Forças Armadas, influenciadas por intérpretes via de regra ideologicamente extremados, compondo grupos política e financeiramente poderosos que perseguem objetivos próprios. Não se trata de uma ficção, nem, tomando emprestado a sentença de um assessor não nominado, de um "delfino persecutório".

À primeira vista, não há nada de mal nisso, uma vez que o conflito numa sociedade pluralista não tem nada de anormal, ainda que seja conveniente evitar a institucionalização de conflitos e praticar simplesmente a sua solução. O que é desnecessário é o envolvimento, *a priori*, das Forças Armadas nesses conflitos. A insistência de determinados grupos em utilizar as Forças Armadas como veículo de suas idéias é uma forma anacrônica de militarismo civil, que remonta às ordenanças da era colonial e que já deveria ter sido abandonada em prol da evolução política brasileira. Infelizmente, esse militarismo civil está cada vez mais atuante, à direita e à esquerda. O outro erro de enfoque é a obsoleta visão do Exército como instrumento da classe dominante. O Exército é instrumento do Estado a serviço da Nação. Desde sua organização, ele obedeceu às diversas Constituições, elaboradas por grupos eventualmente predominantes, através do jogo político, e não apenas por uma classe estigmatizada como dominante.

Certamente não desejamos, brasileiros, civis ou militares, na nossa so-

ciedade, a repetição do drama da Terceira República Francesa, que cultivou a erva suicida da discórdia e da desconfiança classista, mal disfarçada pelo nacionalismo marcial do infício do século e despudoradamente exposta na década de trinta, às vésperas de sua implosão moral, que antecedeu a avalanche fascista, externa e interna.

É importante salientar que as nações mais bem sucedidas do ponto de vista econômico, político e social não têm no seu âmago uma brecha entre civis e militares. Os militares são a personificação institucionalizada do espírito marcial de qualquer nação, que se orgulha de possuí-los como uma síntese de seus valores e como um instrumento de defesa. Privar uma nação desse sentimento é amputar-lhe uma parte legítima, é impor-lhe um sofrimento surdo que ela não entende e que só aquelas que foram derrotadas precisam amargar. Sem precisar recorrer ao militarismo, civil ou militar, e sem militarizar a sociedade, uma nação deve preservar suas tradições militares e delas se orgulhar, permitindo que todos os cidadãos as compartilhem como seu patrimônio.

Um exemplo lamentável da privação desse sentimento de orgulho que boa parte dos brasileiros gostariam de experimentar a respeito de suas Forças Armadas ocorreu quando um famoso jornal, durante a cobertura da Guerra do Golfo, estampou na primeira página a fotografia de um brasileiro naturalizado norte-americano uniformizado como oficial do Exército dos Estados Unidos, projetando uma imagem de herói, enquanto que, na mesma

época, militares brasileiros foram mortos no cumprimento do dever em seus postos na Amazônia e não tiveram, nem de longe, o tratamento que o jornal deu ao brasileiro naturalizado. Constatamos a existência de uma grave ferida no psicossocial da Nação.

O jargão sempre disponível para criticar os militares brasileiros é a "ditadura militar", aí incluídos "golpe de 64", "repressão", "tortura". Essa retórica tem uma enorme gama de aplicações, desde plataforma eleitoral de novas carreiras políticas, até desfibrilador de enfartadas campanhas eleitorais. É dessa fonte que aquela combinação elite-intelectual-interesse se vale para ocupar espaço na imprensa e atingir seus objetivos, sejam eles políticos, econômicos ou psicossociais e, porque não, até pessoais.

É, no mínimo, uma imprudência acreditar que se não houvesse o Movimento de 31 de Março de 1964 o Brasil teria continuado, sem graves convulsões, sua evolução como sociedade livre, pluralista e democrática. As ameaças, as declarações e os fatos, amplamente documentados na época, são hoje esquecidos, comprovando a aplicação da sinistra assertiva de George Orwell, autor de 1984: "Aquele que tem o controle do passado controla o futuro."

É, no máximo, um hermetismo oportunista tupiniquim esquecer que a contestação sistemática da contracultura desaguardaria inevitavelmente, nos anos 60 e 70, na luta armada, como ocorreu no Brasil, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, fosse qual fosse o adjetivo do regime vigente.

Como destacou o Embaixador Merquior, ao proclamar seu paraíso erótico e lúdico, Marcuse inaugurou a luta entre libido e sociedade, garantindo assim, através da psicanálise, a continuidade da revolução, caso sua versão proletária fosse obstaculizada por algum escorregão da História. Os remanescentes dessas seitas escatológicas esperam, até hoje, o final do ano de 1968.

Numa conjuntura mundial de paz morna e guerra fria, enfrentando técnicas e táticas só conhecidas por aqueles "defensores abnegados da democracia" que haviam cursado escolas especializadas em Cuba e na Coreia do Norte, o governo brasileiro enfrentou, dentro das limitações que o grau de evolução das Instituições permitia, o desafio do terrorismo. Para tal empregou as Forças Armadas, como instrumento do Estado e a serviço da Nação que, por não saber que estava sendo "libertada", esperava que as Forças Armadas, em particular o Exército, atendesse à sua necessidade social básica de segurança, comprometida por uma minoria que não hesitava em matar ou roubar para impor as suas verdades.

Para aqueles que questionam essa interpretação existem algumas perguntas. O que aconteceria com o Brasil, ou, como alguns preferem, com a sociedade, se aqueles grupos armados nascidos da onda contestatória que varreu o mundo ocidental de Berkeley até Paris, tivessem alcançado o poder? A sociedade seria melhor do que é hoje? Quantos milhares de mortos iríamos lamentar quando nos uníssemos ao

coro dos arrependidos da História inaugurado após a Queda do Muro de Berlim? E ainda que eles não tivessem alcançado o poder, mas continuassem a existir como tais, com que países da América do Sul nós nos assemelharíamos hoje?

Ampliando um pouco o campo das nossas dúvidas, caberia fazer ainda mais algumas perguntas. No final dos anos 60 e início dos 70, qual o partido político brasileiro, ou mesmo, quais lideranças políticas estavam sinceramente interessados em assumir o Poder e, conseqüentemente, a responsabilidade política da luta contra a subversão? Supondo que na época fossem removidos todos os obstáculos à transmissão do poder para um regime funcionando na plenitude das liberdades democráticas, haveria lideranças nacionais ou regionais capazes de formular uma resposta eficaz ao problema, enquadrando as forças militares e policiais sob a direção política do Estado? Caso ocorresse essa transição, a despeito de falta de condições, qual a probabilidade de vivermos o mesmo drama de um outro país vizinho na mesma época? São perguntas difíceis de responder. A solução da questão parece estar na compreensão da extensão da fragilidade das instituições políticas brasileiras naquela quadra, que aos militares não interessaria ultrapassar, se as mesmas atendessem às suas finalidades sociais básicas.

O Exército não é um ministério. Ele é uma Instituição, respondendo à demanda da necessidade social básica de segurança, sendo portanto *permanente* simplesmente porque essa neces-

sidade também o é. Ele não é nacionalista porque é suficiente e inquestionavelmente *nacional*, não estando à disposição para campanhas de grupos de interesse, nem precisando professar qualquer ideologia substituta para cumprir sua missão. Seus integrantes, profissionais ou temporários, praticam o civismo e pautam suas vidas pelo patriotismo, por mais exótico que isso pareça a determinadas pessoas.

Os militares formam um grupo social bem característico. O que mais os incomoda é não serem bem compreendidos por aqueles a quem servem. Morris Janowitz, autor de *O Soldado Profissional*, o mais extenso e profundo estudo sociológico sobre os militares, alertou que, a despeito das modificações do modo de vida, das tarefas cotidianas e de aspirações do militar, as concepções anacrônicas e obscuras sobre a instituição militar persistem porque a sociedade civil, inclusive o público alerta politizado, prefere permanecer desinformado.

Uma importante contribuição para a evolução das instituições políticas nacionais seria a compreensão pelos diversos segmentos da elite brasileira do papel dos militares na vida nacional, o que ajudaria o desmobilizar desconfianças e preconceitos mútuos, alimentados pela insistência em perpetuar uma guerra que conspira contra a grandeza do Brasil e que nega, através do ranço ideológico, a nossa tradição de conciliação.

Afinal, por serem instrumento da Política, no sentido maior da palavra, ao contrário dos intelectuais, eles não podem "empenhar-se em combates duvidosos".



Major de Artilharia SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Serviu no 29º GAC, Cruz Alta-RS, no 32º GAC, Brasília-DF e no 14º GAC, Pouso Alegre. Foi Instrutor do Curso de Artilharia do CPOR-R, Instrutor-Chefe do NPOR do 14º GAC, Instrutor da Divisão de Ensino, e Comandante da 2ª Bateria de Cadetes do Corpo de Cadetes da AMAN, e Instrutor do Centro de Estudos de Pessoal (CEP). Atualmente é aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A CONJUGAÇÃO INTELIGENTE ENTRE O INTERESSE DO ESTADO E A EFICIÊNCIA DA INICIATIVA PRIVADA



Esse o segredo do empreendimento cujo sucesso representou a solução cabal do grave problema crônico de fabricação de munições de artilharia no Brasil.

A FI é uma empresa privada de capital nacional, que opera instalações industriais da Marinha, sob regime de arrendamento, estando apta a produzir munições na faixa de 35mm a 155mm.



FI INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Esc. Av. Rio Branco, 26 - 8º andar - Rio de Janeiro - Brasil
CEP 20090 - Tel. (021) 233-1188 - Telex: (021) 23997 FILLBR

Fáb. Av. Brasil, km 45 - CEP 23000 - RJ - Tel.: (021) 394-9797



O BRASIL E A UNIDADE NACIONAL

Aldo Demerval do Rio Branco Fernandes

O artigo analisa as influências da Geografia e do processo histórico na definição das fronteiras terrestres e marítimas do Brasil, e na construção da unidade nacional.

INTRODUÇÃO

O sentimento de unidade nacional tem seu nascedouro antes mesmo da descoberta do Brasil. Os reis de Portugal, em sua vocação centralizadora, pensaram e agiram como se o espaço brasileiro fosse um todo homogêneo, numa visão de conjunto apreciável, que se explica através da formação do próprio Estado nacional português.

A partir do início do século XII (1128), D. Afonso Henriques, o primeiro rei da Dinastia de Borgonha, lança as bases de um Estado que seria fortemente centralizado, em uma Europa arraigadamente feudal, consequentemente descentralizada nos

planos político e econômico. Por volta do século XIV (1385), quando, por força de uma revolução, caiu a Dinastia de Borgonha e surgiu a Dinastia de Avis, mais se acentuou a tendência centralizadora que, a partir de então, teve suas bases na sólida aliança entre o rei e a operosa classe mercantil. Assim, a Revolução de Avis deu mais solidez à formação unitária do Estado nacional português.

No fim da Idade Média, na primeira metade do século XV, a Revolução Comercial, a Tomada de Constantinopla pelos turcos e as Grandes Navegações lançaram o mundo na Idade Moderna. Portugal foi a grande nação responsável pela transformação que se operou

na época: o mundo deixou de ser limitado pelo Mar Mediterrâneo, para transformar-se no "Mundo Atlântico". A descoberta do Brasil ocorreu, assim, no limiar de um novo tempo, na quadra histórica em que Portugal se projetou como a mais notável potência européia, ofuscada apenas pela força política da Cúria Romana, que tinha, em seu ápice, o Papa.

Nos anos que se seguiram à descoberta, era necessário, para Portugal, que o Brasil fosse um todo homogêneo, sendo de interesse estratégico a posse da costa brasileira, oposta à africana. Em função de nossas enseadas e portos naturais, passamos a ser o trampolim para as Índias, onde as famosas especiarias se constituíram na razão principal de toda a aventura marítima e comercial portuguesa, iniciada pela tomada de Ceuta em 1415, e tendo como fato relevante, em 1498, a chegada de Vasco da Gama a Calicut, na Índia.

Foi em função dos resultados obtidos por Vasco da Gama que o rei de Portugal, D. Manuel I, o Venturoso, enviou rumo às Índias a mais notável armada do início dos tempos modernos, confiando-a a um nobre, o almirante Pedro Álvares Cabral. Tendo, a exemplo de Vasco da Gama, como destino Calicut, o empreendimento teve, como histórica consequência, o descobrimento do Brasil.

Após atingir seu grande apogeu, a notável empresa comercial montada pelos portugueses nas Índias se desfez, pois o lucro obtido com a venda de especiarias, que cobria os gastos comerciais, não conseguia superar as des-

pesas militares, cada vez maiores. Esgotou-se o erário real, e fracassou o tão sonhado comércio indiano. O insucesso no Oriente transformou o Brasil e a sua exploração em pedra angular para a sobrevivência de Portugal na Europa. No afã de colonizar o Brasil, mais uma vez se manifesta, no plano político, o sentido centralizador da colonização portuguesa.

INFLUÊNCIAS DA GEOGRAFIA NA UNIDADE NACIONAL BRASILEIRA

O Brasil na América do Sul

Nossa base física é influenciada por cinco aspectos geopolíticos que agem na América do Sul: a costa marítima do Atlântico, a costa marítima do Pacífico, a ação separadora da Cordilheira Andina, a atração exercida, ao norte, pela Bacia Amazônica sobre o Atlântico, e a atração oposta na direção sul, exercida pela Bacia do Prata, também em direção ao Atlântico.

Esses fatores exerceriam influência desfavorável para a *unidade nacional*.

A formação geológica

As formações geológicas mais antigas originaram vales, como os dos rios da Bacia Amazônica, do São Francisco e os formadores do Estuário do Prata. Algumas favoreceram a agricultura de subsistência e as atividades pastoris. A planície litorânea revelou formações geológicas favoráveis à

cana-de-açúcar, importante produto de um ciclo da economia colonial. As regiões brasileiras de formação geológica ocorrida durante o cristalino, situadas nas regiões sudeste e centro-oeste, permitiram a atividade mineradora, em particular o extrativismo do ouro e pedras preciosas, que se constituíram no último dos ciclos da economia colonial. Na área mineradora, ocorreu a Inconfidência Mineira, o mais importante dos movimentos de emancipação. Um capricho da geologia fez com que o ouro fosse encontrado, desde os rebor-dos da Mantiqueira até os confins da Vila Bela, na fronteira com a Bolívia, fato que serviu para colocar em contato regiões muito afastadas, articulando-as econômica e culturalmente, concorrendo para dar maior unidade ao conjunto que ajudou a integrar.

A orografia e a hidrografia

A orografia brasileira é muito modesta e não poderia dificultar a *unidade nacional*. A serra do Mar, inicialmente obstáculo, foi depois proteção que impediu o aprofundamento das invasões estrangeiras, em particular no litoral paulista. A região montanhosa do Planalto Brasileiro poderia ter concorrido para separar os núcleos de povoamento. Todavia, a descoberta do ouro, em regiões dispostas ao longo dos meridianos, atraiu os colonos para regiões interioranas, forçando sua articulação com o litoral, escoadouro natural da produção aurífera.

A hidrografia refletiu as características da geologia e do relevo. As três bacias principais, a Amazônica, a do

São Francisco e a do Paraná, têm seus formadores ou afluentes originados no Planalto Brasileiro, favorecendo as ligações entre elas, o que lhe confere caráter unificador, pois facilitaram a penetração para o interior e seu total desbravamento, colocando diferentes regiões naturais em contato e promovendo a circulação interna.

O clima e a vegetação

A variedade climática desenvolveu as condições necessárias para a existência de numerosas atividades econômicas e estilos de vida. As condições climáticas predominantes na hileia amazônica, na floresta tropical, no cerrado, na caatinga e no sul do país não se constituíram em obstáculos à fixação humana. A Amazônia mostrou-se desfavorável a um povoamento intenso; o Nordeste, inadequado à fixação do homem, em particular nas regiões secas. Todavia o fato não ocorreu na área litorânea, intensamente ocupada. Na Região Sul e no cerrado, estão os climas que se mostraram mais favoráveis à colonização, pois criaram condições de circulação interna, atividades agropastoris e povoamento intenso, fatores relevantes para a formação da *unidade nacional*.

A Floresta Amazônica, de difícil transitabilidade, limitou bastante a circulação, subordinando-a aos rios e separando os núcleos populacionais. A Floresta Atlântica foi a primeira visão dos exploradores e permitiu a exploração do pau-brasil; uma vez devastada, permitiu que o interior se

articulasse com o litoral, facilitando, assim, a unidade da Colônia. A vegetação do sertão, do cerrado, dos campos sulinos e do Vale do São Francisco influenciou, decisivamente, na pecuária. A vegetação, como um todo, diversificou as atividades da economia colonial, em particular a agropecuária, facilitou os contatos na região litorânea, onde a vegetação se mostrou permeável ou foi desbastada; na mata atlântica e na Amazônia, dificultou e até mesmo impediu a circulação interna.

Influências do Atlântico

A circulação externa, assim como a interna, foram profundamente influenciadas pelo oceano Atlântico. No tocante à circulação externa, os ventos alísios do Nordeste em muito facilitaram as ligações no trecho compreendido entre a Capitania de Pernambuco e a porção meridional da Colônia. Houve, ainda, relativa facilidade de ligação entre o nosso litoral e a costa africana, em função dos ventos vindos do sudeste, alísios de sudeste e corrente de Bengala. No tocante à circulação interna, o Atlântico desempenhou papel integrador, verdadeira espinha dorsal da Colônia, unindo os distantes núcleos costeiros, quase sempre vivendo separados pela distância, sofrendo a ameaça de tribos hostis, superando as dificuldades do meio físico e tentando se contrapor, a duras penas, à constante presença estrangeira.

Como consequência de nossa maritimidade, já desde os tempos coloniais, a extensa fronteira marítima

facilitou nossas ligações com a Metrópole, permitindo o fluxo de colonos. Por outro lado, a via marítima permitiu as ligações com Angola e Guiné, fato que viabilizou a introdução do negro no Brasil e intenso intercâmbio comercial, nos séculos XVII e XVIII, com aquelas possessões portuguesas de além-mar. O Atlântico facilitou, ainda, a ligação de São Luís e Belém com Portugal, o que influenciou na descentralização administrativa, com a criação do Estado do Maranhão, subordinado diretamente a Portugal.

SÍNTESE DAS INFLUÊNCIAS DA BASE GEOGRÁFICA

Da análise realizada, podemos afirmar que o Brasil é irrigado por importantes bacias hidrográficas, e são modestas as altitudes de nosso relevo. A existência de grandes bacias sedimentares possibilitou, em muito, a circulação do homem e das riquezas. As vastas áreas de campos do sul, do agreste nordestino e do cerrado, apesar das diferenças climáticas, permitiram a criação extensiva do gado, que foi atividade subsidiária para os grandes ciclos da economia colonial — da cana-de-açúcar e da mineração.

A facilidade de fixação do homem à terra, inicialmente, foi maior no Nordeste, uma vez que sua posição, pela maior proximidade da Europa e facilidade de acesso pelos ventos alísios, atraíram para essa área as primeiras levas de colonizadores. Ao fato somou-se, ainda, a fertilidade do solo, propício que era ao plantio da cana-de-açúcar e à criação do gado.

Posteriormente, no final do século XVII e início do século XVIII, esgotado o ciclo da cana-de-açúcar, e em função da descoberta de metais e pedras preciosas, a colonização foi atraída para o Planalto Central, para onde se dirigiram grandes correntes imigratórias, as maiores do período colonial, chegando mesmo a esvaziar a população metropolitana. A pesquisa mineral, realizada pelos bandeirantes, levou à descoberta do ouro nos confins de Mato Grosso, nas barrancas do rio Guaporé, na Vila Bela. O fato impôs a necessidade de uma circulação de fluxos migratórios, que permitiram, ainda que de modo precário, a fixação de colonos engajados na atividade mineradora. Dessa forma, as grandes regiões interioranas foram devassadas, e os mineradores atingiram os afluentes da margem direita do rio Amazonas.

No Planalto Brasileiro, nascem alguns dos principais afluentes do Amazonas, o Tocantins, os formadores do Paraná e do São Francisco. Para o Planalto Central, convergem importantes vias fluviais, que, nos primórdios da colonização, desempenharam o importante papel de rotas históricas percorridas pelos nossos primeiros desbravadores. Assim o fez o notável bandeirante Raposo Tavares, partindo de São Paulo e atingindo o Vale do Rio Amazonas, após navegar pelos rios Tietê, Paraguai, Guaporé, Madeira e Amazonas, no mais notável périplo realizado no continente sul-americano.

A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS TERRESTRE E MARÍTIMA

A fronteira marítima do Brasil foi definida ao longo dos séculos XVI e XVII. Ao definir a fronteira marítima, Portugal procurou a posse dos grandes estuários, pontos de convergência das bacias hidrográficas — os grandes caminhos das civilizações. Ao norte, obteve o controle das duas margens do rio Amazonas; no litoral leste, a presença de Salvador, capital do Brasil, permitia o controle da bacia do rio São Francisco; ao sul, já desde a expedição de Martim Afonso de Souza, Portugal começou a influir na Bacia do Prata, área muito além do limite sul de Tordesilhas, que era Laguna, em Santa Catarina.

A fronteira terrestre foi definida a partir da expansão sertanista. À fase de conquista da fronteira marítima, seguiu-se a de expansão da fronteira terrestre, sem um fim político relevante, porque a expansão tinha objetivo econômico imediato.

Tudo ocorreu com incrível rapidez, se compararmos a expansão da fronteira terrestre, considerando que a base física, apenas litorânea, em apenas um século atingiu os limites atuais do Brasil. Um cronista que retratava o Brasil, em 1618, disse: "Os moradores se concentravam nas fraldas do mar, ocupavam-se somente em fazer açúcar."

Frei Vicente do Salvador, na mesma época, afirmou: "Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve

quem a andasse pela negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos."

Cem anos mais tarde, tudo era diferente. A política sucedeu à aventura. Assim a diplomacia dos tratados consagrou a obra anônima dos pioneiros, e o Brasil alcançou seus limites atuais, praticamente.

Tivemos três grandes núcleos de expansão: o de São Paulo, que abrange o sul do país e o oeste; o da Bahia, que se encontrou, de um lado, com a irradiação paulista; do outro, com as alternativas semelhantes, de povoamento do nordeste; e o do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas.

A articulação dos três centros de descobrimento e a invasão do interior proporcionou à colonização aspectos peculiares: o paulista atuou nos campos gerais e no sul; o paraense, pelo Amazonas. Os dois, genuinamente brasileiros, se anteciparam ao estrangeiro e levaram seu idioma, sua raça e sua religião aos extremos da Colônia. O colono batizou uniformemente a terra, deu-lhe aos acidentes as mesmas designações. O homem era o mesmo; a família, a língua, a crença, depois as instituições locais, continuaram as mesmas, dando à colonização um forte traço unificador.

O desinteresse inicial pela colonização do Brasil termina no momento em que Portugal desiste das Índias. A mudança de atitude se evidencia com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530. Como resultado da nova realidade portuguesa,

adotou-se, como sistemática administrativa, o sistema de *capitanias hereditárias*, em realidade duvidosamente centralizadora, em função da distância física que separava o rei dos donatários. O sistema logo evoluiu para o *governo geral*, notoriamente centralizador em sua essência, mas que confrontava com distâncias marítimas insuperáveis. Por força dos *regimentos*, *cartas de doação e forais*, instrumentos jurídicos que regulavam as relações entre o rei, o governo geral, os donatários e os colonos, o sistema se apresentava centralizador, mas deparou com uma realidade maior, representada pelo gigantismo da Colônia e pela precariedade de recursos para a obra colonizadora. Assim, a verdade geográfica superou a vontade política, e a colonização se inicia, muito mais em função da iniciativa dos donatários, do que dos recursos do erário e da atuação dos governadores gerais.

Nem mesmo a impossibilidade de praticar o centralismo, previsto no sistema de *governo geral*, quebrou o ânimo dos reis. Sempre que lhes foi possível ter a certeza da posse de seu domínio, Portugal manteve um só governo central, coordenando a atuação política, a exploração econômica e a defesa militar da Colônia. Só quando sentiu fugir-lhe o controle da Colônia imensa, tentou, em função das circunstâncias, soluções descentralizadas.

A união das coroas ibéricas (1580-1640) e as invasões estrangeiras no século XVII marcaram, de forma positiva, a unidade brasileira. A união das coroas ibéricas transformou o tra-

tado de Tordesilhas em letra morta, e o fato deu moralidade histórica e jurídica ao expansionismo que se iniciara, a partir de São Paulo para o oeste da linha demarcatória do tratado, o meridiano Belém do Pará-Laguna, em Santa Catarina: "dentro de uma visão geopolítica, a Linha de Tordesilhas cortava, de forma ilógica, o centro geográfico da coluna-mestra da unidade territorial: o Planalto Central." As agressões militares estrangeiras foram superadas, mas sua superação se fez graças ao-apoio mútuo, ocorrido entre os diversos núcleos de colonização, dando-lhes um sentido nativista, como ocorreu na Insurreição Pernambucana.

Cabe realçar que, no caso específico da *Insurreição Pernambucana*, a luta contra os holandeses, iniciada em 1630, seria possível até 1640, quando terminou a União Ibérica, que colocou em confronto Espanha e Holanda. A partir de 1640, Portugal se aproxima da Holanda, como era hábito, e acorda com aquele reino uma trégua, visando ao conflito colonial também. Mas o que ocorreu contrariou a vontade de ambas as coroas européias: no Brasil, a luta prossegue, ganhando maior vulto. É importante ressaltar que, entre 1640 e 1654 — ano da capitulação dos holandeses, a luta é conduzida por elementos coloniais, numa clara demonstração de existência de um sentimento nativista.

No final do século XVIII e início do século XIX, a Europa sofreu profundas transformações econômicas, sociais e políticas, causadas, principalmente, pelas revoluções Industrial

e Francesa. A decretação do *bloqueio continental* redundou na vinda da família real para o Brasil. Essa transmigração acompanhada pela Corte, bem como a transferência de todos os órgãos administrativos para o Brasil, em 1808, transformaram, para surpresa de muitos, a antiga colônia em sede do Reino Unido, por razões que independeram da vontade dos brasileiros, mas que concorreram para tornar a nação apta à independência, sem correr risco de desmembramento, com a conseqüente perda da *unidade nacional*.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarve consolida a precária existência de um laço a Portugal, porque aqui estava o rei. Segue-se o retorno da família real e a emancipação política com a Independência. Por paradoxal que pareça, a permanência de um príncipe português, D. Pedro I, como governante, concorreu para superar o grave momento, quando a Nação correu o risco de desmembrar-se. A autoridade de D. Pedro I, com certeza, era a única que tinha reconhecimento de todos e, como tal, foi básica para a preservação da *unidade nacional*. As lutas internas, durante o reinado de D. Pedro I, colocaram em risco essa unidade, e sua abdicação tornou o problema mais grave.

As *regências*, que se seguem à abdicação do imperador D. Pedro I, entre 1831 e 1840, e o início do reinado de D. Pedro II, até meados de 1850, constituem-se no mais grave momento para a preservação da *unidade nacional*. Foi um período crítico, em que

nossa base física, muito semelhante à atual, legado das gerações portuguesas de brasileiros da Colônia e do Brasil independente, correu o risco de desmembramento. A sabedoria dos políticos da época e o sentido pacificador de Luís Alves de Lima e Silva, ao combater as principais rebeliões ocorridas em 1831 e 1848, consolidaram definitivamente o sentido unificador de nosso processo histórico.

INFLUÊNCIAS DO PROCESSO HISTÓRICO

"O limite é, hoje, o primeiro dever do Estado, e a delimitação é a própria base da paz."

A História e a Geopolítica são construtoras das fronteiras. Através de sua evolução histórica, os povos civilizados sensibilizaram sua experiência política na busca de fronteiras definidas e definitivas.

Portugal, logo após a descoberta do Brasil, desinteressou-se pela efetiva ocupação do litoral, uma vez que as Índias ofereciam as famosas especiarias. Todavia, desfeito o sonho indiano, o Brasil será o objetivo principal da colonização portuguesa. A expedição de Martim Afonso de Souza marca a primeira iniciativa colonizadora e, a partir dela, Portugal se preocupa em buscar uma definição dos limites do Brasil, desconsiderando o Tratado de Tordesilhas.

A prioridade portuguesa valoriza o limite sul, e a expedição de Martim Afonso de Souza, 1530-1532, atingiu o Estuário do Prata, onde naufragou a nau *capitânea*. Ainda assim, Pero

Lopes de Souza, em um bergantim, explorou a região e o fez até o Esteiro de Carandins, já no rio Paraná, onde fixou padrões das armas do rei de Portugal, tomando posse da terra. Logo depois, em 1536, os espanhóis fundaram seu primeiro estabelecimento em Buenos Aires. Com isso estavam lançadas as bases de uma competição internacional, que duraria pouco mais de três séculos, até a queda do ditador argentino Rosas, em 1852.

A conquista da fronteira nordeste, norte e da Amazônia decorreu de uma luta contra franceses e espanhóis. Ainda no século XVI, entre 1570 e 1597, a partir de Salvador, são conquistados Sergipe Del Rei, Paraíba e Rio Grande do Norte, áreas desejadas pelos franceses. No século XVII, após dura refrega contra os franceses, serão conquistados, entre 1600 e 1640, o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará, restando apenas a conquista da Amazônia, obra de Pedro Teixeira, entre 1637 e 1639, que se constitui no mais notável feito dos portugueses após as Grandes Navegações. Através da expedição de Pedro Teixeira, Portugal tomou posse de terras situadas a oeste, junto à embocadura do rio Napo com o rio Aguarico, em terras situadas hoje na República do Equador. A posse das terras foi registrada nos livros da Provedoria e Câmara Municipal de Belém.

Já nos últimos decênios do século XVII, completou-se a posse do vale do rio Amazonas, contra os espanhóis, que pretendiam terras situadas à margem esquerda do chamado "Mar Dulce". Contra a vontade espanhola, lutou o capitão-mor da Capitania do

1. Osvaldo Aranha.

Grão-Pará, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que se opôs também aos franceses, que pretendiam o Amapá.

A conquista do sul e do sudeste se completa no século XVII, com o povoamento do litoral sulino, de Paranaguá e Laguna. Antes de terminada a centúria, estava integralizada, nos domínios luso-americanos, a costa catarinense, sobre a qual espanhóis haviam manifestado pretensões no século anterior.

A conquista do litoral carioca se concretiza na segunda metade do século XVI, com a expulsão definitiva dos franceses da cidade do Rio de Janeiro.

A formação do "continente-arquipélago", que é o Brasil, pode ser considerado como uma obra-prima da Geopolítica — possivelmente fruto de uma política de Estado elaborada em Portugal para três séculos de aventura colonial. O vigoroso expansionismo implicou na triplicação da base física, constatada em simples comparação entre o Brasil de Tordesilhas e o Brasil do Tratado de Madri, em 1750. A política de Estado estabelecida por Portugal foi desafiadora, se considerarmos os poucos recursos do erário e a imensidão colonial. O problema assumiu proporções maiores com a ultrapassagem de Tordesilhas. Ainda assim, a Colônia cresceu, afastando o risco do desmembramento.

A Geografia exercerá papel importante, mas o homem brasileiro foi o autor e protagonista principal; tudo só se tornou possível graças à impetuosidade dele. Foi o mestiço, fruto da

terra, que se notabilizou na concretização da obra expansionista, que só vingou graças à impetuosidade do colono, que era o bandeirante de São Paulo ou o sertante do Nordeste e do Norte, a se completarem na empresa pioneira, posteriormente acobertada, legalizada por medidas que se decretaram, aceitando o fato consumado e o transformaram, desse modo, em ocorrências oficializadas.

Em meados do século XVIII, quando reinava em Portugal D. José, um de seus mais notáveis ministros, o brasileiro Alexandre de Gusmão, atuou de maneira decisiva na formulação do *uti possidetis* — princípio que norteou a fixação da fronteira entre a América Espanhola e a América Portuguesa.

Nas primeiras décadas do século XIX, a América do Sul viveu seu processo de emancipação e, em função dessa consciência libertária, o Brasil é levado à condição de nação independente. Foi na transição de governos, entre D. Pedro I e D. Pedro II e, mais recentemente, durante os anos de 1831 e 1848, que a nação correu o risco de romper com a mais vigorosa herança de três séculos de colonização: o sentimento de unidade.

Uma vez superado o risco de romper-se a *unidade nacional*, teve início a fase final do processo histórico que, durante o Segundo Império e os primeiros anos da República, consolidou essa unidade. Esse sentimento sensibilizou brasileiros dos mais diferentes Brasis, ao longo de quase cinco séculos de História, e transformou-se em objetivo nacional, visando à inte-

gração nacional e à integridade territorial.

Embora grandes dificuldades ainda tenham que ser vencidas, é inegável a existência de um só país, de uma só nação e de uma só cultura, bastante homogênea, que, paradoxalmente, tem como suportes uma base física extremamente diversificada, que impressiona pela sua magnitude, um complexo mosaico étnico e diferentes credos religiosos. A geografia, a etnia e a religião, vistas isoladamente, seriam fatores altamente desagregadores. Todavia são superadas pela determinação do homem brasileiro, manifestada ao longo dos séculos, de unir os diferentes Brasis, pela tolerância racial e religiosa e, finalmente, pela mais viva expressão de nacionalidade brasileira: a língua comum.

CONCLUSÃO

*"Está capaz para se edificar nelle hum grande Império o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano que seja hum dos estados do mundo."*²

O Brasil tem sido bafejado por uma série de circunstâncias que muito influíram na evolução do processo histórico. Portugal elaborou e perseguiu a execução de uma política de Estado precursora de um princípio de Bismarck: "A Política é a arte do possível."

2. Gabriel Soares de Souza — in *Tratado Descritivo do Brasil* — 1587.

Após a descoberta do Brasil, Portugal entra em processo de declínio e deixa de ser a mais importante nação européia. Mas, ainda assim, neutraliza na Europa seus opositores — Espanha, França e Holanda, através de sucessivos compromissos assumidos com a Inglaterra.

A Linha de Tordesilhas passa à condição de letra morta, e a conquista da fronteira marítima é iniciada entre 1530 e 1532, graças à expedição de Martim Afonso de Souza, que oficializou a presença portuguesa no Estuário do Prata. Segue-se a expulsão dos franceses, na segunda metade do século XVI, quando tentaram fundar a França Antártica, combatida e destruída graças aos esforços de Estácio de Sá e Mem de Sá.

A conquista da costa do nordeste e norte se inicia no final do século XVI, e no começo do século XVII são conquistados o Rio Grande do Norte e o Ceará. A conquista do Maranhão se consolidou em 1615, quando os franceses são derrotados por Jerônimo de Albuquerque, esgotando-se a tentativa de fundação da França Equinocial.

A conquista do litoral do Grão-Pará se fez através de uma expedição que partiu do Maranhão, comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que, em 1616, lançou as fundações do Forte Presépio e da povoação de Nossa Senhora de Belém. Mais tarde, em 1637, para consolidar a posse luso-brasileira no atual Amapá, criou-se a Capitania do Cabo Norte, doada a Bento Maciel, excelente soldado e administrador.

A expansão da fronteira terrestre

decorreu do ânimo aventureiro e dilatador de Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho, Fernão Dias Paes, Pascoal Moreira Cabral e tantos outros que, nos séculos XVII e XVIII, se irradiaram pelos confins, rompendo em todas as direções a Linha de Tordesilhas. A conquista da Amazônia, entre 1637 e 1639, atinge sua máxima expansão através da expedição fluvial do capitão Pedro Teixeira. Partindo de Cametá, no Tocantins, alcançou o rio Napo, onde, junto à embocadura do Aguarico, em terras hoje pertencentes à República do Equador, tomou posse das terras em nome da coroa de Portugal.

Em meados do século XVIII, em pleno regime colonial, Alexandre de Gusmão, nascido em Santos, Ministro de D. José, Rei de Portugal, autor do Tratado de Madri, implantou dois princípios da maior projeção no tempo e no espaço para a solução das questões de limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América, o *uti possidetis*, e do reconhecimento de que problemas lindeiros entre as duas colônias deveriam ser resolvidos levando-se em conta, antes, os interesses das ditas colônias que os das respectivas metrópoles. Assim sendo, o Tratado de 1750 deu-nos o reconhecimento do direito das conquistas de portugueses e bandeirantes de além-Tordesilhas. A engenhosidade de Alexandre de Gusmão deu respaldo, no campo do Direito Internacional, para que a nossa base territorial, a duras penas triplicada por bandeirantes e portugueses, fosse reconhecida como parte do Império Colonial de Portugal. O vigoroso ex-

pansionismo luso-brasileiro se equivale ao expansionismo americano, na notável *marcha para o Oeste*. Nos tempos modernos, só é superado pelo expansionismo ocorrido na Rússia, durante o período de Pedro, o Grande, justamente chamado "Imperador de Todas as Rússias".

No século passado, durante o período de emancipação política, tivemos o gênio político de José Bonifácio, cuja visão de um Brasil grande Nação se registra em suas "Lembranças e Apontamentos", redigidos em 1821. Em seus registros, José Bonifácio lançou as bases da Nação que começava a constituir-se dentro de critérios realísticos. Cabe destacar que chegou a localizar a futura capital do Brasil, hoje cidade de Paracatu, próxima a Brasília. Cabe transcrever, de sua obra:

"Nessa cidade central teria assento o governo nacional, com a corte ou a regência, um tribunal supremo de justiça, um conselho de fazenda e uma direção geral da economia pública para superintender as obras de pontes, calçadas, aberturas de canais, minas e explorações minerais, agricultura, metas e bosques, fábricas e manufaturas. Da capital especialmente erigida no interior do Brasil abrir-se-iam logo estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em comunicação com todo o país, a fomentar o comércio interno e a levar por diante a obra de autoconquista a autocolonização do vasto território brasileiro, que até hoje não se realizou. Seria o início de uma nova política, oposta à que tinha até então predomi-

nado, e que voltara de preferência para a exploração litorânea.”

Na transição do século XIX para o século XX, impressiona a visão do Barão do Rio Branco — o notável diplomata que ratificou, com as repúblicas vizinhas, os tratados feitos nos séculos XVIII e XIX. Foi o grande precursor de relações diplomáticas amistosas com nossos vizinhos e lançou as

atuais bases da diplomacia brasileira para o século em que vivemos. É significativo transcrever-se parte de seu discurso, proferido em 1909:

“Não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura, da riqueza e do poder de nossa Pátria que desejamos. É também a crescente prosperidade de todos os povos de nosso Continente.”



Cel Inf ME ALDO DEMERVAL RIO BRANCO FERNANDES — Possui os cursos da arma de Infantaria (AMAN), Forças Especiais, Comandos, Guerra na Selva e EsAO. Graduado e bacharel em História, graduado em Pedagogia e mestrado em Metodologia do Ensino Superior. Serve, atualmente, na DFA.

Ganhe a guerra
da inflação.

2.168,22%

Aplique no
Renda Forte Banfort.

A maior rentabilidade de 89
entre todos os Fundos
ao Portador do País.



BANFORT
O BANCO FORTE



A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E O ACESSO ÀS FRONTEIRAS

Luiz Rogério Castelo Branco Mourão

Matéria extraída de monografia redigida pelo autor como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1991.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Síntese Histórica

Segundo a mitologia greco-romana, eram chamadas amazonas as mulheres guerreiras de uma raça lendária que não permi-

tiam a convivência com o outro sexo, senão na época do acasalamento. Quando suas filhas atingiam oito anos de idade, elas mandavam queimar-lhes o seio esquerdo, para que pudessem manejar o arco e a flecha com mais facilidade. São representadas, artisticamente, a cavalo, armadas com arco,

lança ou machadinha de combate, e escudo. Essas mulheres habitavam regiões isoladas e os filhos do sexo masculino eram devolvidos aos pais. "Amazonas" vem do grego *amazós*, que não tem seio.

Outros autores, buscando uma explicação adequada para o termo, sustentam que o nome provém do indígena *amassanu* que significa "ruído de água, água que retumba".

A lenda clássica das Amazonas foi revivida durante o século XVI, quando o explorador espanhol Francisco de Orellana, na viagem de descida do grande rio em 1540/41, buscando descobrir o "país da canela" afirmou, em relato fantasioso, que combatera uma tribo de mulheres guerreiras. O rio que Orellana penetrou foi batizado de Amazonas, embora seja conhecido, também, como Marañon em sua porção peruana.

A história da Amazônia, resumidamente, inicia-se com o desembarque de Francisco Caldeira Castelo Branco na Bafa de Guajará, em 1616, após a expulsão dos franceses do Maranhão. O fato só foi possível, sem maiores incidentes, graças à união das coroas portuguesa e castelhana. Pelo Tratado de Tordesilhas, a Amazônia estaria situada nos domínios da Espanha.

Não se pode olvidar, também, a importante participação da expedição capitaneada por Pedro Teixeira, 1637/39, subindo o Rio Amazonas e chegando até Quito, no Equador.

Apesar de sua maior proximidade da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA), a Amazônia não revelou os atrativos econômicos tão co-

biçados pelos mercantilistas da época dos descobrimentos, que viam no ouro e na prata o sinal mais ostensivo de riqueza e de poder. Isso explica o maior interesse dos espanhóis pelas suas colônias da costa do Pacífico, em detrimento da região amazônica.

Pedro Teixeira, repetindo inversamente o itinerário de Orellana, fundou, na confluência do Rio Aguarico com o Napo, um núcleo do povoamento que serviu, mais tarde, de argumento a Alexandre de Gusmão para alargar os domínios para oeste, consolidando a posse portuguesa na região.

A conquista final da Bacia Amazônica pode ser creditada às chamadas "tropas de resgate" (pequenas expedições de apresamento de indígenas), aos "droguistas do sertão" (comerciantes de especiarias), aos missionários das várias ordens religiosas e, finalmente, à decisão luso-brasileira de manter a posse segundo o princípio do *uti possidetis*.

Na administração do Marquês de Pombal (1750-77), acelerou-se a construção de uma série de fortes, como os de Macapá, São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Forte Príncipe da Beira. Essas fortificações, localizadas com base em inspiração geopolítica, delimitam, praticamente, o espaço geográfico da Amazônia.

O Quadro Físico

O Brasil amazônico coincide com a Amazônia Legal, definida pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Ela engloba os Estados do Pará, Amazo-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

nas, Acre, Rondônia, Amapá e Roraima, e as porções dos Estados do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° W de Greenwich, de Tocantins, ao norte do paralelo de 13° S, e de Mato Grosso, ao norte do paralelo 16° S.

Essa imensa área possui cerca de 5 milhões de km², aproximadamente 59% do território nacional. Para que se possa ter uma idéia de grandeza, a Amazônia Legal é maior do que as áreas reunidas do Vale do Tennessee (EUA), do Polígono das Secas e do Vale do São Francisco (NE do Brasil). Sua superfície corresponde a dois terços da Austrália e é superior à metade da Europa. A distância em linha reta de Belém (PA) a Cruzeiro do Sul (AC), é semelhante à distância de Belém a Itajaí, em Santa Catarina, o que bem demonstra a extensão da região ao longo do Equador.

Além da extensa fronteira marítima que cobre a orla que vai do Oiapoque a São Luiz do Maranhão, a Amazônia brasileira tem limites terrestres com sete países do subcontinente sul-americano.

Constitui-se, juntamente com as demais áreas amazônicas dos países limítrofes, num bloco compacto voltado para o Atlântico Norte, ao contrário do restante do Brasil, que se volta para o Atlântico Sul.

Manaus, capital do Estado do Amazonas, é o centro de gravidade da área. Na periferia norte, situam-se Belém e São Luiz, que estão mais próximos dos Estados Unidos e da Europa que dos principais portos do Brasil, como Santos, por exemplo. Todas as capitais dos Estados amazônicos estão mais

próximos de Manaus do que de Brasília, centro das decisões político-administrativas do País.

Essa posição da Amazônia, conjugada com a falta de ligação eficiente e contínua do sistema de transportes com o sul do País, propiciou seu afastamento do território nacional, levando-a a integrar-se mais facilmente à América Espanhola, ou simplesmente isolar-se do subcontinente. Entretanto, outros fatores atuaram em sentido contrário, preservando a integridade do território brasileiro. Dentre eles, podemos citar os de natureza fisiográfica, como a Cordilheira dos Andes, a atração pelo Caribe e o obstáculo da floresta equatorial, que afastaram os espanhóis. Além disso, cumpre destacar a ação e a disposição dos portugueses em levar as fronteiras nacionais o mais ao norte e a oeste possível, deixando núcleos humanos implantados em fortificações estrategicamente localizadas, o que teve fundamental importância na manutenção da unidade nacional, ao tempo do início da Colonização e da sequência de atividades de interiorização e integração desenvolvidas pelas Forças Armadas Nacionais, obstáculos efetivos a todas as tentativas de desmembramento da área.

De maneira geral, a Amazônia caracteriza-se por uma vasta planície, limitada, ao norte, pelas Serras de Tumucumaque, Acari, Araf, Paracaima, Parima e Juceri e, ao sul, pela encosta setentrional do Planalto Central Brasileiro, onde nascem os principais rios da margem direita do Amazonas. A oeste, a planície se estende até a Cor-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

dilheira dos Andes, já dentro dos territórios da Bolívia, Peru e Colômbia e, a leste, atinge o litoral atlântico. No seu interior, há uma gama de elevações, com alturas bem menores que as da periferia, situadas no sentido transversal, perpendiculares à calha do Amazonas, servindo de divisor entre os seus grandes afluentes.

As serras do norte não se constituem em significativos obstáculos, pois apresentam ligações com a Bacia Amazônica em todos os países limítrofes.

O relevo, por si só, não condiciona a circulação no interior da área ou dificulta o acesso à mesma, mas compartimenta-a transversalmente, acompanhando a direção dos afluentes do Amazonas. Isso possibilita, em geral, a abertura de vias de acesso em qualquer direção, sem maiores percalços.

A hidrografia é caracterizada pela espinha dorsal do maior rio do mundo em volume d'água, o Solimões-Amazonas, que coleta todas as águas provenientes do degelo dos Andes e das chuvas alternadas a cada semestre do ano, atingindo marcas inigualáveis em todo o mundo. A Bacia do Amazonas oferece, ainda, a maior rede navegável do Planeta. Navios de alto-mar penetram pela foz, em Belém, e podem chegar até Iquitos, no Peru, a quase 3.000km do Atlântico. Ela contém o grande eixo de penetração da região, sem solução de continuidade, no tempo e no espaço.

Essa grande calha, paralela e próxima ao Equador, divide a área em duas partes distintas, com características um tanto diferenciadas, especial-

mente quanto aos afluentes. Os da margem norte são pouco navegáveis, ao contrário dos da margem sul, que, normalmente oferecem boas perspectivas para a navegação.

A rede hidrográfica, paradoxalmente, conduz a diversas possibilidades de acesso, ao mesmo tempo em que dificulta a movimentação. Todos os rios tornam-se obstáculos de vulto, por suas grandes larguras e profundidades, dificultando a construção de passagens contínuas para a travessia. Uma boa parte das rodovias da região utiliza sistema de balsas para transpor os rios caudalosos.

O clima da Amazônia, de maneira geral, é do tipo equatorial úmido, ou seja, temperaturas elevadas, entre 25° e 30°C, e pluviosidade média oscilando entre 2.000mm anuais, chegando a 3.000mm por ano na parte ocidental. É pequena a amplitude térmica.¹ A amplitude térmica diária é muito maior do que a anual, pois no começo da tarde é bastante forte a incidência solar, enquanto pela madrugada, o frescor impele ao uso de agasalhos leves. A umidade relativa do ar é elevada, quase sempre superior aos 80%.

Rompendo o quadro monótono das temperaturas, ocorre, em Rondônia, no Acre e no sudoeste do Amazonas, um fenômeno passageiro conhecido por "friagem", no período correspondente ao inverno austral, com indi-

¹ Diferença registrada, em 24 horas, entre a temperatura mais alta e a mais baixa, no decurso de um dia, um mês, um ano. O mesmo que amplitude diurna.

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

ções de temperatura mínima absoluta em torno de 10°C.

As estações do ano são caracterizadas exatamente pelo regime das chuvas. Inexiste primavera e outono, limitando-se tão-somente a verão e inverno, respectivamente, sem chuvas e com chuvas.

A intensidade das chuvas, mormente nas áreas próximas ao Equador, em que chove praticamente o ano todo, torna crítica a trafegabilidade do solo, dificultando enormemente a construção e manutenção da rede rodoviária e a ligação aérea, pela carência de equipamento adequado. O clima e a meteorologia são fatores condicionantes do movimento em qualquer parte da Amazônia. O índice pluviométrico também condiciona a navegabilidade dos rios, pois na estiagem (verão) alguns rios não permitem a navegação de embarcações de maior calado,² deixando lugarejos, ou mesmo cidades, sem transporte fluvial durante longos períodos de tempo.

A ocorrência de uma densa cobertura florestal é o aspecto mais característico da Amazônia. Predomina a floresta latifoliada equatorial, que recobre 40% do território brasileiro, constituindo uma das mais vastas áreas florestais contínuas do mundo.

Divide-se em mata de terra firme, mata de várzea e mata de igapó. A mata de terra firme recobre as áreas

mais elevadas onde se encontra a castanheira, o mogno, o angelim, o cedro e o guaraná, entre outras espécies vegetais. A mata de várzea, corresponde à parte da floresta que está sujeita a inundações periódicas, onde se encontra com facilidade a *hevea brasiliensis*, a conhecida seringueira produtora do látex, matéria-prima da borracha. A mata de igapó ocupa a planície típica da Amazônia, permanentemente alagada e bastante intrincada, nela encontrando-se a piaçava e outras plantas típicas do extrativismo vegetal.

Diferentemente da densa floresta equatorial, com cerca de 4.000 tipos de árvores já catalogadas,³ existe nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e parte de Goiás, o cerrado, com uma vegetação de menor porte. Em Roraima, uma "grande clareira", forma campos e pastagens à semelhança do pampa gaúcho.

A floresta, aliada à hidrografia, ao clima e às condições meteorológicas, exerce grande influência no movimento para o interior da região, apresentando características peculiares para a transitabilidade.

A natureza do solo afeta a trafegabilidade para qualquer tipo de veículo, sendo, portanto, fator altamente condicionante do movimento.

Os solos amazônicos se dividem em duas grandes categorias fundamentais: os de várzea e os de terra firme. O grande grupo que predomina na Amazônia é o dos latossolos vermelho-

2 Distância vertical entre a superfície da água em que a embarcação flutua e a face inferior da sua quilha. É a profundidade mínima de água necessária para a embarcação flutuar. Também chamado de "calado-d'água".

3 Na Europa, as florestas possuem, apenas, 200 tipos.

amarelos, isto é, o mesmo da mata tropical da encosta atlântica do Brasil — solos de barro vermelho-amarelo. Esses tipos de solos, normalmente, são formados por argilas silicosas ou arenosas de qualidade inferior sem grande capacidade de suporte de carga. Aliados ao elevado índice pluviométrico, e à falta de declividade para escoamento das águas, tornam ainda mais críticas as condições de transitabilidade e de construção e conservação de rodovias, conduzindo à busca incessante de tecnologia específica para a área.

O litoral da Amazônia brasileira estende-se desde o Cabo Orange até a Baía de São Marcos, no Maranhão. Podemos dividi-lo em três partes principais. A primeira, do Cabo Orange ao Cabo Norte, compreende toda a costa do Amapá; a segunda, do Cabo Norte à Ponta Tijoca, no Pará, compreende a desembocadura do Rio Amazonas; e a terceira, vai desde a Ponta da Tijoca à Baía de São Marcos. Por apresentar marés de grande porte (de 3 a 4m), especialmente de fevereiro a abril, ele apresenta grandes irregularidades.

A terceira parte acima citada, sendo baixa, menos recortada e mais arenosa, com uma menor rede hidrográfica e uma malha viária mais adequada, oferece boas condições para a atracação de navios ou outras embarcações, facilitando a penetração para o interior. No entanto, a penetração da costa para o interior, e deste para o mar, é necessariamente feita pela calha do Amazonas, o que aumenta ainda mais a sua importância.

OS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Os Grandes Eixos Rodoviários

A Amazônia está, por assim dizer, descobrindo as rodovias nesta segunda metade do nosso século. Foi com a construção da Belém-Brasília, uma radial no sentido geral norte-sul, que se desfez o encanto e os horizontes amazônicos se abriram para o serviço de transporte extremamente flexível, de porta a porta, realizado pelo tradicional caminhão. As rodovias passaram a influir na interiorização e integração, criando condições de acesso às fronteiras, como agente dinâmico do desenvolvimento regional. Tornou-se uma aliada de sua irmã mais próxima — a aquavia — até então meio natural componente do único sistema de transporte da área.

Os principais eixos rodoviários da Amazônia são os que se seguem (figura 1):

- **BR-364** — Extensa rodovia diagonal de cerca de 4.200km, já implantada em sua quase totalidade. Iniciando em Limeira (SP), passa por Cuiabá (MT) e atinge Porto Velho (RO) em revestimento asfáltico. De Porto Velho a Rio Branco (AC) encontra-se em processo de asfaltamento. Da capital acreana dirige-se para oeste, em revestimento primário, interligando os municípios acreanos e atinge Boqueirão de Esperança (AC), no extremo oeste brasileiro e fronteira com o Peru, o que permitirá o acesso a Cerro de La Bandera, Pucallpa e Lima (os três últimos no Peru), viabilizando a ligação amazônica com o Pacífico.

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

tant (AM), Cruzeiro do Sul (AC), atingindo a Taumaturgo (AC) no extremo Sudoeste acreano, fronteira com o Peru.

• **BR-230** — Consagrada sob o título de “Transamazônica”, liga Cabedelo (PB) a Benjamin Constant (AM), após quase 5.000km de percurso. Constitui um dos projetos mais arrojados de engenharia, pela particularidade tecnológica de sua implantação.

Ligando o nordeste ao Pará, passando por Marabá e Altamira e atingindo o Amazonas até Lábrea, a grande valia desse formidável projeto foi permitir a complementação do maior sistema fluvial do mundo, uma vez que a rodovia percorre os pontos terminais da navegação dos afluentes da margem sul do gigantesco rio.

• **BR-163** — É uma longitudinal que liga São Miguel D'Oeste (SC) à fronteira com o Suriname, num percurso que se aproxima dos 4.000km.

O trecho mais importante liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e está praticamente pavimentado, entre Itauba (PA) e Cuiabá (MT), metade do percurso sul; a outra metade é de revestimento primário. A parte final, ao norte do “rio-mar” prosseguirá de Alenquer (PA) a Tiriós (PA) já na fronteira surinamesa.

Importância para a Interiorização, a Integração e o Acesso às Fronteiras

A opção brasileira do pós-guerra pelo transporte rodoviário prejudicou

sensivelmente o desenvolvimento da Amazônia, devido às dificuldades, já conhecidas, para a implantação de uma rede rodoviária que, pelo menos, interligasse a região ao centro-sul do País.

A construção de Brasília, centro das decisões político-administrativas a nível federal, e a construção de boas rodovias no nordeste despertaram o Governo no sentido de estender tais ligações também à Amazônia. A integração da área ao todo nacional, via artérias rodoviárias, iniciou-se com a construção da Belém—Brasília, assinalando os primeiros marcos de uma integração, seguida da conseqüente interiorização de tão pujante rincão brasileiro.

Os governos militares sentiram a necessidade imediata de tal ocupação e, já no primeiro deles, o Presidente Castello Branco deu início à redenção da região, determinando a reabertura da BR-364, no trecho Cuiabá—Porto Velho, obra tão sonhada pelos amazônidas locais, quanto prometida por muitos governos. Com o êxito da referida estrada, abrindo espaços para a interiorização e integração, outras obras lhe seguiram, como as BR-163, BR-174 e o prolongamento da própria BR-364 até o extremo oeste acreano, apenas para citar algumas. Tais rodovias, assim como as construídas posteriormente (Transamazônica, Perimetral Norte, BR-319 e Manaus—Boa Vista), complementaram as tentativas de integração e interiorização do vasto mundo amazônico ao restante do Brasil.

Ressalte-se, neste particular, a co-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

laboração corajosa e eficaz da Engenharia do Exército Brasileiro, por meio dos Batalhões de Engenharia de Construção (BECnst), espalhados a cavaleiro dos grandes eixos de penetração rodoviário, abrindo estrada, e buscando preservar o patrimônio do Estado pela conservação das já existentes. O pioneirismo dos briosos soldados engenheiros ficará indelevelmente marcado na história da integração e interiorização da Amazônia.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 determinaram uma radical mudança nos planos originais, paralisando praticamente todas as obras e, o que foi ainda mais prejudicial, impedindo a conservação dos milhares de quilômetros implantados, em boa parte rodovias de primeira classe. Exigindo manutenção especializada até a implantação final, a ação das condições climáticas adversas sobre o seu leito provocaram interrupções permanentes ou temporárias, como ocorreu com a Transamazônica e a BR-319, no trecho Humaitá—Manaus.

Com relação ao acesso às fronteiras terrestres, as rodovias assumem particular interesse, na medida em que permitem sua vivificação. Na faixa sul da Amazônia, compreendendo os Estados de Rondônia e Acre particularmente, as unidades militares de fronteira af aquarteladas estão servidas de rodovias em boas condições, que, partindo de Rio Branco, demandam a Plácido de Castro (Pelotão Especial de Fronteira — PEF), Brasília (Companhia Especial de Fronteiras — Cia Esp Fron) e Assis Brasil (PEF), e para oeste, atinge o 7º Batalhão de

Engenharia de Construção (7º BECnst), em Cruzeiro do Sul. No Estado de Rondônia, partindo de Porto Velho, atinge o 6º Comando de Fronteira (6º Cmdo Fron/6º BEF), sediado em Guarajá-Mirim, e o tradicional PEF de Forte Príncipe da Beira. As Unidades militares na fronteira do Peru e Bolívia, na faixa sul referenciada, estão relativamente bem servidas por rodovias.

Na faixa norte da Amazônia, no recém-criado Estado de Roraima, os PEF do Marco BV-8, Bonfim e Normandia, fronteiras com Venezuela e Guiana, estão ligados à sede (2º Cmdo Fron/2º BEF, na capital Boa Vista) pela BR-174 que, dependendo das condições climáticas, permite o tráfego rodoviário em condições normais. A nordeste, no também recém-criado Estado do Amapá, a BR-156 liga Macapá ao extremo norte, em Oiapoque, sede de organização militar (OM) na fronteira com o Protetorado da Guiana Francesa.

Na faixa a oeste, as OM de fronteiras comandadas pelo Comando de Fronteiras do Solimões (CFSol — 1º BEF), como Ipiranga, Japurá, Tabatinga (sede), Estirão do Equador e Palmeira, não são servidas por rodovias, tornando-se acessível, apenas, por via fluvial e aérea.

Todo esse sistema rodoviário, após concluído, oferecerá, certamente, em consórcio com as ligações fluviais, aéreas e os complementos ferroviários, melhorias sensíveis às condições ambientais de todos os brasileiros da região, de modo que se sintam integrados ao todo nacional, e que todo o povo

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

brasileiro, não amazônida, possa usufruir devidamente de mais da metade do seu território, ainda um gigante adormecido.

OS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

A navegação fluvial adquiriu aspecto importante na área amazônica, pelo papel relevante que representou na fixação do homem nos locais distantes dos centros mais populosos, quase perdidos na hinterlândia do majestoso vale tropical.

As artérias fluviais, durante muito tempo, foram as únicas “estradas” da Amazônia, como via preponderante de transporte, e representaram papel notável na penetração e desbravamento da imensa área.

No passado, em estado natural, elas permitiram a penetração. Hoje, nas regiões desenvolvidas, são balizadas, melhoradas pela dragagem, e regularizadas através de barragens eclusadas. Na Amazônia, entretanto, os rios ainda se encontram, em sua maioria, em estado natural. Os trabalhos hidroviários e de balizamento são reduzidos, por serem geralmente muito onerosos.

A rede aquaviária amazônica é a maior do País e, no contexto mundial, apresenta-se, também, de modo expressivo. Conta com mais de 30 grandes rios, num total de mais de 21.000km navegáveis durante todo o ano, e mais 12.000km nas cheias.

Pouco ou quase nada mais há para se acrescentar à evidência de que a vocação amazônica, para a atividade de transportes, é o espaço da hidrovia.

Principais rios da margem esquerda do Amazonas

• **Rio Içá/Solimões** — Também conhecido como Putumayo, apresenta, na maior parte do seu percurso, características de rio de planície, muito serpenteado e com larguras variáveis. O canal está geralmente bem junto à envolvente. Na parte baixa, há numerosos lagos nas margens do rio alimentados pelas enchentes. A navegabilidade, no trecho brasileiro, apresenta calado de mais de 4,00m no inverno, e 1,80m no verão.

• **Rio Japurá/Caquetá** — Rio bastante largo, pontilhado de ilhas e pararáis (canais ligando o mesmo rio), com pouca profundidade, canal navegável sinuoso e fundo de areia e barro. Não tem definido seu regime de águas. A navegabilidade no inverno é de 6,00m e, no verão, 2,00m de calado.

• **Rio Negro** — É um dos principais afluentes do Amazonas, repleto de ilhas, com margens quase impossível de se distinguirem. Sua foz apresenta-se sem ramificações, com largura média de 2km e profundidade acentuada. Com um fundo composto de barro, areia e pedras, apresenta águas escuras. Sua navegabilidade varia de 5,00 a 10,00m de calado, no inverno, e de 1,00 a 3,00 no verão. Permite a ligação com a região norte do Estado do Amazonas e daí, através do Rio Branco, a ligação com o Estado de Roraima até Boa Vista. Durante as cheias, constitui-se no acesso principal.

• **Rio Branco** — Possui um pro-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

gressivo alargamento do leito, devido ao desmoronamento das barrancas, como também, bancos e ilhas obstruindo o canal navegável. Isso acarreta um tráfego de embarcações bastante reduzido. O calado varia de acordo com os trechos, de 2,00 a 5,00m, no inverno, e de 0,60 a 2,00m, no verão.

• **Rio Trombetas** — A maioria das suas curvas é suave, com vários estirões.⁵ Com leito arenoso, liga-se ao Amazonas, antes da foz pelo furo⁶ Cachoeira, que é totalmente navegável, evitando-se a correntada e o lixo na calha principal.

• **Rio Paru** — Seu regime de águas sofre a influência do Rio Amazonas. O médio Paru é totalmente encachoeirado, com corredeiras rápidas e perigosas, enquanto que o baixo Paru é do tipo de planície, com águas barrentas. O trecho navegável (baixo) admite embarcações de mais de 2,00m de calado.

Principais rios da margem direita do Amazonas

• **Rio Jutai** — Rio de águas escuras, boa para aguada⁷ em todo o curso e afluentes. De boa navegabilidade, com profundidade acima de 4,00m, inclusive na seca, não apresenta problemas, apesar de certa dificuldade

em distinguir o curso verdadeiro do rio.

• **Rio Juruá** — É o rio mais sinuoso na bacia amazônica. Seu leito é sujeito a variações, bem como, também, a repiques⁸ rápidos. A navegação é dificultada pela sinuosidade, pequena largura do canal e do lixo grosso que desce o rio no período de enchente. O calado oscila entre 4,00 e 5,00m.

• **Rio Tefé** — Rio bem sinuoso, corre inicialmente em terra firme e, depois, em várzea. Na época da seca, o canal do rio só dá passagem a pequenas embarcações. Devido à grande sinuosidade, torna-se difícil a manobra de embarcações com mais de 45,00m de comprimento e 5,00m de boca.

• **Rio Purus** — Percurso extremamente serpenteado apresentando, em determinadas partes, curvas muito fechadas. Não apresenta corredeiras e o canal navegável modifica-se de maneira sensível. O calado, na época de cheia, é 5,00m e, na vazante, cerca de 2,00m.

• **Rio Madeira** — Apresenta forte correntada, pouca sinuosidade e muitas ilhas ao longo do trecho. Seu leito é permanente, não muda com a estação das cheias. Muda, porém, o seu canal. É navegável em qualquer época do ano, com calados variando entre 6,80m (inverno) e 2,00m (verão). Faz a li-

5 Trecho do rio que corre em linha reta, facilitando o pouso de hidroaviões.

6 Comunicação natural entre dois rios.

7 Abastecimento de água potável.

8 Oscilação das águas de um grande rio, logo após a vazante.

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

gação do Estado de Rondônia, através do porto de Porto Velho, com a região de Manaus.

• **Rio Tapajós** — Hidrovia praticamente navegável, forma um estuário muito largo no seu curso final, chegando a uma distância entre as margens de até 15,00km. Possui um fundo predominante de cascalho, cuja navegabilidade no inverno é de 5,50m de calado e, no verão, de 2,00 a 3,00m.

• **Rio Xingu** — Apresenta-se muito largo, praticamente em forma de estuário, estreitando-se somente na foz, onde tem cerca de 4 milhas de largura. A navegabilidade no verão é de 1,80m de calado e possui trechos encachoeirados, de difícil navegação, permitida apenas para embarcações pequenas.

• **Tocantins** — É um rio de planície, que possui grande quantidade de ilhas no seu percurso. Sua extensão total atinge 1.350 milhas, sendo 150 milhas até Tucuruí. A construção da hidroelétrica de Tocantins virá regularizar a vazão do rio e evitar tão elevada amplitude das águas. A construção da eclusa permitirá uma navegação mais franca no trecho.

Importância para a Interiorização, a Integração e o Acesso às Fronteiras

Como já enfatizamos, as dificuldades do meio geográfico fazem com que a navegação fluvial seja o meio de transporte mais utilizado na região amazônica.

Com relação à interiorização é inegável a contribuição das hidrovias para

que o homem possa deslocar-se, com certa facilidade, para todos os recantos amazônicos, utilizando suas "ruas naturais" para o escoamento de massa e comunicação entre as sub-regiões que compõem o todo amazônico. Quase a totalidade da rede navegável encontra-se, praticamente, nas condições criadas pela natureza, apenas conhecidas pelos práticos.⁹ Por serem, na sua maioria, rios de planície, caracterizados por declividade regular e suave, são muito favoráveis à navegação para barcos de dimensões modestas, exceção feita ao rio Amazonas. Essa característica marcante dos rios e igarapés¹⁰ da região permitem um intenso e regular fluxo de embarcações menores, não-oceânicas, que viabilizam a interiorização e o acesso às fronteiras. Como prova incontestável, a 12.^a Região Militar, Grande Unidade de apoio administrativo do Exército, com sede em Manaus, emprega a 1.^a Cia Especial de Transporte para o apoio administrativo regular a todas as OM de região ocidental, utilizando embarcações de pequeno e médio porte, que realizam o transporte de suprimentos de toda ordem para as unidades interiores e às de fronteira.

Com relação à integração ao restante do País com base nas ligações hidroviárias, o principal elemento desse sistema é o Rio Amazonas. De-

9 Espécie de pilotos que conhecem navegação empiricamente, pela vivência contínua.

10 (Do tupi *igarapé*, "caminho da água") canal natural, estreito, entre duas ilhas ou entre uma ilha e a terra firme. Constituem uma infinidade de pequenos riachos, afluentes de rios maiores.

sembocando em Belém, o "rio-mar", recebe embarcações de calado oceânico que a navegação de cabotagem permite integrar a região às demais brasileiras. De Belém, um dos principais portos, e de Manaus, pode-se utilizar os principais tentáculos do Amazonas, em ambas as margens, com as restrições de calado já vistas, e alcançar o interior. O Rio Amazonas, portanto, constitui uma língua de mar que vai do Atlântico até o interior. Ele consolida o porto de Manaus como porto de mar e de rio, como o de Belém.

OS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

Poucas regiões do mundo, especialmente tão vastas e ricas, tiveram tão pouca presença do trem de ferro como a Amazônia.

As dificuldades de implantação de tal meio de transporte na região certamente concorreu decisivamente para a sua quase ausência no mundo amazônico.

As ferrovias foram projetadas, em parte, com o objetivo precípua de flanquear interrupções nos leitos dos rios.

Com o avanço da tecnologia, mormente nos dias atuais, quando seria viável implantar ferrovias de longo curso, optou o governo pelo sistema rodoviário, sendo esquecido, praticamente, o setor ferroviário durante décadas.

Somente muito recentemente, para viabilizar projetos econômicos no setor da mineração, surgem as estradas de ferro como solução mais econômica para o escoamento da produção.

As ferrovias foram introduzidas na Amazônia no início deste século, em plena euforia do período áureo da borracha e dos transportes ferroviários em todo o mundo, sem maiores estudos econômicos. Com isso, até a década de 70 foram construídas quatro estradas de ferro de interesse puramente local. Mais tarde, nos anos 80, surgiram mais dois projetos que serão apreciados adiante.

O quadro ferroviário da Amazônia

• **Estrada de ferro Madeira—Mamoré** — Por um dispositivo do Tratado de Petrópolis, de 1903, assinado entre Brasil e Bolívia definindo a questão acreana, ficou o Brasil obrigado a construir uma via de comunicação que abrisse caminho ao Atlântico para as exportações bolivianas. Concluída por volta de 1910, após verdadeira epopéia, a estrada de cerca de 370km, ligava Porto Velho a Guajará-Mirim (RO). Uma das finalidades da construção era flanquear o leito do Rio Madeira. Atualmente desativada, algumas obras de arte de sua construção, servem à BR-364, no trecho Porto Velho—Abunã (RO).

• **Estrada de ferro Belém—Bragança** — Destinada a servir à região bragantina do Pará, foi construída ligando a capital do Estado a Bragança, com 290km. No final da década de 60, essa ligação ferroviária estaria inviabilizada economicamente, pois a região conta, atualmente, com



Figura 2: Novas ferrovias: Leste-Oeste e Norte-Sul

um complexo sistema de rodovias pavimentadas.

Semelhantemente, foi construída a estrada de ferro Tocantins, a menor e menos conhecida ferrovia da Amazônia. Sua finalidade foi vencer os desníveis do leito do rio Tocantins, entre Tucuruí e Marabá, com cerca de 120km. Presentemente, encontra-se desativada e sem possibilidade de recuperação econômica.

• **Estrada de ferro do Amapá** — Com a finalidade de escoar o minério de manganês da Serra do Navio até o porto de Santana, foram construídos 194km de linha férrea. Atualmente em operação, esta ligação atende, ainda,

ao transporte de carga e de passageiros, possibilitando uma capacidade de carga anual de 200.000 Ton, além da do minério.

• **Estrada de ferro Carajás** — Iniciada em 1975, cobre um percurso de cerca de 890km, da Serra dos Carajás, no coração do Pará, ao porto de Ponta da Madeira, em São Luiz (MA). Construída pela companhia Vale do Rio Doce (CRVD) para o transporte de minério de ferro, é considerada uma das mais modernas e eficientes dentro dos padrões mundiais. Quatro composições ferroviárias de 180 vagões transportam 72 mil Ton de minério, produzidos, em um só dia, em Carajás.

Projetos destinados à Interiorização, à Integração e ao Acesso às Fronteiras

A figura nº 2 ilustra os dois importantes projetos ferroviários para a Amazônia:

• Projeto da ferrovia Norte-Sul

— A ferrovia Norte-Sul, com seus primeiros 107km em operação, de um total previsto de 1.570km, ligará Açailândia (M), com a ferrovia de Carajás e com o porto de Itaqui, no litoral maranhense. Embora seja um projeto fisicamente inserido no contexto da região centro-oeste, a ferrovia vai articular-se com o sistema hidroviário da Bacia Amazônica, alcançando, dessa forma, os portos de Belém, Manaus e outros de interesse da região amazônica. A ferrovia enquadra-se perfeitamente no modelo de integração, pois visa, nos seus extremos, à interligação e a complementaridade de economias afins, como a da região norte e a do centro-oeste.

Com o expressivo aumento de cargas, as rodovias tornaram-se menos adequadas como meio de escoamento da produção a longas distâncias, exigindo a implantação de sistemas alternativos. Esse é o caso da rodovia Belém—Brasília, que contribuirá como modal auxiliar da ferrovia Norte-Sul.

No momento, a implementação do projeto prossegue com a construção da infra-estrutura ligando o município de Imperatriz (MA) à divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins, no município de Estreito, bem como da ponte

ferroviária sobre o Rio Tocantins. A Norte-Sul, sem dúvida, acrescentará um sistema importante na integração da Amazônia ao restante do País.

• Projeto da ferrovia Leste-Oeste

— Recentemente, foi concluído o processo de concessão para a sua implantação, operação, exploração e conservação exclusivamente a cargo da iniciativa privada, capitaneada pela Empresa Ferronorte S.A. Na realidade, a ferrovia será uma grande penetrante pela "porta" sul da Amazônia (Estado de Rondônia) e integrará a região ao sudeste do País por mais um moderno e eficiente sistema de transporte.

O projeto, prioritariamente está inserido no centro-oeste. No entanto, a ligação ferroviária chegará a Porto Velho, partindo de Cuiabá, ladeando a BR-364 e, desta, sairá um ramal no sentido sul-norte, para Santarém, no Pará.

A ferrovia comunicará, basicamente, a região sul da Amazônia com o sudeste brasileiro, por meio do Triângulo Mineiro e dos ramais ferroviários daquela região, e demandará, então, aos importantes portos do Atlântico.

Sem dúvida, o projeto Leste-Oeste contribuirá para a efetivação da ferrovia na Amazônia que, nesse particular, é demasiado carente.

OS TRANSPORTES AEROVIÁRIOS

A dimensão territorial da região e a deficiência de vias terrestres, parti-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

cularmente rodo-ferroviárias, concedem ao transporte aéreo papel de destaque na função de complementaridade da integração e desenvolvimento da área.

Realmente, o transporte pela terceira dimensão, flanqueando os obstáculos naturais e os mistérios da inusitada selva, veio milagrosamente desempenhar a função de encurtar as distâncias entre as comunidades, diminuir o isolamento de seus habitantes e realizar um valioso serviço social de integração.

Para se ter uma idéia da importância da aviação na Amazônia, tomemos um exemplo. A ligação rodoviária de Brasília a Assis Brasil, no Acre, é da ordem de 120km, em estrada de revestimento primário e sem infra-estrutura, cujo deslocamento, em tempo bom e seco, demanda cerca de 5 horas. Pelo rio Acre, a ligação se fará, empregando embarcação regional de pequeno porte, em 2 dias aproximadamente. Por via aérea, um avião monomotor cobre a distância em cerca de 20/25 minutos. O emprego de aeronaves quer civis ou militares, torna-se, evidentemente, revestido do caráter da imprescindibilidade.

Principais ligações aéreas

De acordo com a figura nº 3, podemos inferir que, no segmento aéreo, o papel central de Manaus é dominante, a meio caminho que está entre Belém e Tabatinga, dos quais dista cerca de 1.300km, a meio caminho entre Boa Vista e Porto Velho, dos quais dista cerca de 660km e 815km, respectiva-

mente. De Manaus, portanto, se irradiam ligações aéreas para todos os recantos amazônicos.

A aviação comercial brasileira, servindo-se de aeronaves tipo Boeing e aeronaves de menor porte, tipo Bandeirantes, de fabricação nacional, possui vôos regulares para todas as capitais dos Estados e cidades maiores, como Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Santarém (PA), Marabá (PA) e outros. Pode-se afirmar, com certeza, que a totalidade dos municípios da região amazônica listados na figura são servidos por vôos regulares da aviação comercial complementados por aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e, ainda, que um número elevado de pequenas localidades que possuem aeroportos são ligadas por via aérea em vôos de Taxi Aéreo, fretados quando necessários.

As aerovias, é evidente, estão imunes à sazonalidade do regime das águas que permite o deslocamento hidroviário. Entretanto, há certas horas do dia, em áreas específicas, em que a água que cai do céu dificulta a plena operação de aeronaves. Em complemento às linhas comerciais regulares da aviação de 1º nível, que tocam desde São Luiz (MA) até locais distantes, passando por Belém, Macapá, Santarém, Manaus, Boa Vista, Tefé, Tabatinga, Rio Branco, Porto Velho, Tucuruí, Marabá e Imperatriz, já é possível contar com a aviação de 3º nível, a qual cobre áreas de menor densidade política, que orbitam como periferias dos núcleos óbvios das capitais estaduais e das cidades maiores.

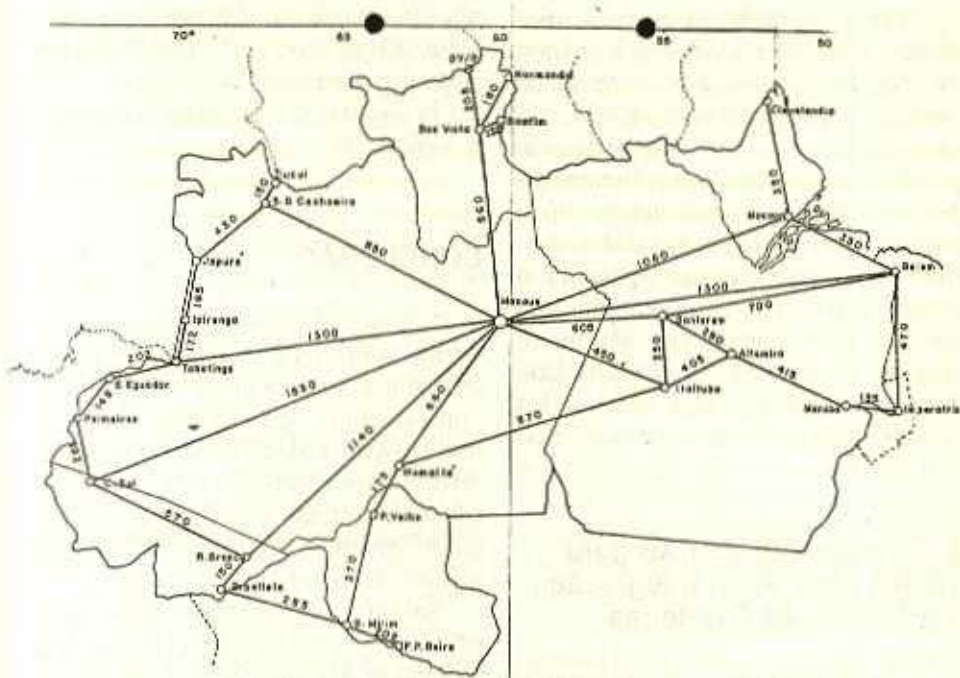


Figura 3: Quadro de distâncias aéreas

Aeroportos e Campos-de-Pouso

Existem muitos campos-de-pouso espalhados pela região, a grande maioria deles construídos, de forma pioneira, pela COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — órgão do Ministério da Aeronáutica.

A existência desses campos-de-pouso, na realidade, pequeníssimos e essenciais arranhões na cobertura vegetal da hiléia, possibilita a logística necessária para garantir a presença do homem civilizado nos mais escondidos rincões.

O principal terminal aeroportuário da região é o de Manaus, seguido pelo de Belém, com características internacionais. Existem, porém, outros bem

satisfatórios como o de Santarém (PA), Macapá (AP), Porto Velho (RO) Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC), e Boa Vista (RR).

O Aeroporto Internacional de Manaus, denominado Eduardo Gomes, a par de seu importante papel como integrador da gigantesca região, entreposto mundial de bens e posto avançado para o turismo interno e internacional, constitui exemplo marcante da moderna infra-estrutura aeroportuária brasileira.

A cobertura radar é precária em toda a região. Apenas os terminais de Belém e Manaus têm disponível cobertura radar e controle de tráfego aéreo, a partir de 100 milhas (cerca de 180km) dos respectivos aeroportos.

Com a evolução da aviação, modernas aeronaves atualmente sulcam os céus da Amazônia e centenas de campos-de-pouso foram surgindo, não raro clandestinamente. Não seria exagerado afirmar que, praticamente, todos os rincões amazônicos onde habitam comunidades regulares possuem uma estrutura que permita o pouso e decolagem de, no mínimo, um táxi aéreo tipo monomotor. Há que se considerar, também, a possibilidade do pouso aquático, nos estirões dos cursos d'água, por aeronaves do tipo hidroavião.

A Contribuição da FAB para a Interiorização, a Integração e o Acesso às Fronteiras

A FAB, operando com suas aeronaves do tipo C-95 (Bandeirantes), existentes em Belém, C-115 (Búfalo), de Manaus e, eventualmente C-130 (Hércules), do Rio de Janeiro, ampliou as linhas regulares para atender ao tradicional e querido Correio Aéreo Nacional (CAN). A cada pouso, uma nova esperança, pela certeza maior de melhores condições de sobrevivência, conduzindo alimentos, remédios etc., e pela possibilidade de entrosamento entre o meio e esses corajosos homens que lá habitam, em paragens tão distantes.

Dos saudosos *Catalina* (hidroaviões que operaram no CAN-Amazônia até o final dos anos 70) aos modernos aviões de transporte de carga e passageiros da FAB, o mesmo espírito pioneiro e desinteressado de servir.

No quadro atual, a FAB desempe-

nhia importante papel como meio complementar de transporte, mormente nas áreas dos extremos rincões das fronteiras brasileiras com o Peru, Colômbia e Venezuela.

CONCLUSÃO

Não se pode conceber, em qualquer estudo sobre rede de transportes, que os sistemas básicos que a compõem sejam estanques, dissociados. Os sistemas básicos (rodoviários, aquaviários, ferroviários e aeroviários), para buscar o rendimento ótimo, passam obrigatoriamente pela ligação mútua, que se denomina intermodalidade.

Assim, ao pensar a Amazônia, é prioritário verificar que o sistema predominante é o aquaviário, pois a Amazônia é água e o rio é a rua.

Não é despropositado imaginar-se que uma vasta língua de mar vá do oceano até Manaus, ligando-a, pelo meio hídrico, a todos os portos do planeta banhados pelo mar. Dessa forma, conclui-se que não há, na região amazônica, nenhuma cidade ou núcleo urbano que não esteja à beira d'água.

Como vimos, a Amazônia faz fronteira terrestre com sete países da América do Sul. No Brasil, essa fronteira está conectada aos centros mais desenvolvidos, pelo espaço aéreo, convenientemente aproveitado, e pelas três penetrantes terrestres, a partir de Brasília e Cuiabá. Essas cidades, bases de projeção, estão ligadas, por sua vez, ao centro-sul do País por extensa malha de comunicações viárias, enrai-

zando-se pelo interior do continente. Desses modos distintos, pelo ar ou sobre o terreno, a posição geopolítica central da Amazônia na colcha de retalhos da América do Sul integra-se ao restante do território nacional.

No altiplano ao sul da calha principal, as penetrantes naturais, estudadas particularizadamente linhas atrás, são vias terrestres, a saber:

- Belém—Brasília, pelas alturas que medeiam os vales do Rio Tocantins e Araguaia;

- Cuiabá—Santarém, pelas alturas a cavaleiro das formações hídras que vão desaguar no Rio Tapajós, com paralelismo estrada-rio a partir de Itaituba (PA);

- Cuiabá-Porto Velho—Manaus, pelos contrafortes que limitam o sul da bacia até Porto Velho e, daí, até Manaus, rasgando a selva paralela aos rios Purus e Madeira, de onde é possível um prosseguimento terrestre para o norte até a fronteira com a Venezuela. Na posição Porto Velho, há o prolongamento para oeste, no sentido de Rio Branco (AC) e, daí, para Assis Brasil ou Cruzeiro do Sul, possibilitando interligar-se com o oceano Pacífico, aproximando Peru e Brasil.

Ao norte da calha do rio Solimões, além das cachoeiras e corredeiras dos afluentes da margem esquerda, as penetrantes naturais são vias aéreas. Excetuam-se, nesse caso, o prolongamento de uma via terrestre a partir de Manaus e o enclave do Amapá, onde existe a possibilidade do emprego marítimo e fluvial pelo rio Oiapoque.

Na posição de Tabatinga, em especial, situada no extremo oeste, fron-

teira com a Colômbia, à beira do "rio-mar", sede do CFSol/1º BEF, a conexão prioritária é a malha hidroviária do Amazonas-Solimões, complementada pelas vias aéreas, pois são quase ausentes as ligações rodoviárias.

Não se pode esquecer que a Bacia Amazônica, a maior do mundo, tem seu sistema hidroviário fazendo a ligação leste-oeste, por intermédio do Amazonas, e, no sentido norte-sul, seus afluentes (Araguaia — Tocantins e Guaporé) se integrariam às demais bacias nacionais, após a transposição dos divisores (sistema multimodal), atingindo a do Paraná-Paraguai.

No segmento terrestre, ocorre ainda a necessidade premente e, porque não dizer, inadiável de:

- prolongar e perenizar a BR-364, além de Porto Velho, para Rio Branco e, desta, para oeste (Cruzeiro do Sul) e sudoeste (Assis Brasil), as três últimas no Acre;

- melhorar a operacionalidade da BR-319 (Porto Velho—Manaus) garantindo a velocidade de movimento no trecho desta penetrante, paralela ao rio Madeira, comprometida com bastante frequência;

- perenizar a BR-174 (Manaus—BV-8) e a articulação terrestre da rodovia Transamazônica, ambas com trechos não trafegáveis até na estiagem.

Dos projetos terrestres acima citados, avultam de importância as ligações para oeste e sudoeste no Acre, que permitiriam romper o isolamento daqueles rincões e facultariam o acesso à linha de fronteira com o Peru e a Bolívia em boas condições.

Além disso, cabe espaço para ramais ferroviários na sub-região sul-ocidental, de modo a incrementar o transporte terrestre para as novas fronteiras de ocupação nacional do distante amazônico. Sabe-se que construir ferrovia ao longo de rodovia já implantada é de custo razoavelmente baixo. A articulação que garantia o transporte feito por ferrovia ao longo da BR-364, como já previsto no projeto ferroviário Leste-Oeste, até Porto Velho, permitirá a conexão para a capital amazonense seguindo o Rio Madeira. Nesse caso, Manaus estaria ligada, duplamente, ao restante do território brasileiro pela ferrovia-hidrovia e pelo mar-hidrovia.

Da plena disponibilidade de todas essas vias, estradas, ruas naturais, para a comunicação entre as sub-regiões amazônicas nos entroncamentos rodo-hidro-ferroviários (Porto Velho e Marabá/PA, depois de concluída a eclusa sobre o Rio Tocantins) e nos entroncamentos rodo-hidroviários (São Gabriel da Cachoeira/AM, Manaus, Belém e Caracará/RR), conclui-se pela possibilidade de conexões permanentes com Manaus (centro irradiador), viabilizando projetos locais que, sem dúvida, concretizariam a tão necessária interiorização e integração do ecúmeno amazônico.

É evidente que as conexões hidro-aeroviárias estão presentes em toda a região e podem assegurar a logística das máquinas de transporte, dos navios e embarcações, dos homens que as guarnecem, da pronta chegada da autoridade no local requerido, compensando a reduzida capacidade de carga

do avião com a grande agilidade de resposta deste singular meio de transporte da região.

No tocante à ferrovia, como vimos, a carência do sistema ferroviário nos induz a soluções adequadas proporcionadas pela multimodalidade. O sistema ferroviário Norte-Sul, ligando as cidades marítimas de São Luiz (MA) e Santos (SP), estaria atrelado à hidrovia da Bacia Amazônica por meio do Rio Tocantins (Marabá/PA e Imperatriz/MA) e à malha ferroviária nordestina em São Luiz, como também às ferrovias do sul do País. O sistema ferroviário Leste-Oeste, ligando as hidrovias da Bacia Amazônica através de Porto Velho, conduz à seguinte ilação: é lícito considerar que de Porto Velho a Guajará-Mirim, a Leste-Oeste poderia ser incorporada à malha ferroviária brasileira empregando trechos desativados da histórica Madeira-Mamoré, fazendo-a atingir a fronteira com a Bolívia.

As aerovias são a solução óbvia de curto prazo, utilizando-se o conceito de entroncamento hidro-aeroviário para suporte aos pontos críticos da fronteira norte (Projeto Calha Norte), até que vias hídricas permanentes (redução das corredeiras por eclusas) ou terrestres (perenização de segmentos rodoviários para contornarem trechos encachoeirados), possam conectar essa sub-região às demais do ecúmeno amazônico e, conseqüentemente, integrar-se ao todo nacional.

A questão dos transportes na Amazônia é polêmica exatamente em virtude de sua complexidade. "Integrar para não entregar" é um lema de dé-

A REDE DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA — IMPORTÂNCIA PARA A INTERIORIZAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E ACESSO ÀS FRONTEIRAS

cadadas mas que, em função da conjuntura mundial, encontra-se mais vivo e atual do que nunca. E para vencer os desafios, somente um caminho se configura como viável: o incremento do sistema de transporte da região para penetrá-la e transformá-la, física e humanamente, em uma região imprescindível para o desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Jorge Luiz Abreu de O' de. *Os transportes na América Latina*. ECEME. Rio de Janeiro, 1986.
2. AMAZÔNIA, O GRANDE DESAFIO. Correio Brasiliense. Brasília, 21 de julho de 1989. Suplemento Especial.
3. CASTRO, Gilberto. Desenvolvimento da Amazônia Brasileira: Situação e perspectivas. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro. Ano VI, nº 124:7-37. Edição Trabalhos Especiais.
4. ESTRUTURA DO PODER NACIONAL PARA O ANO 2001. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 3º volume, Anexo B, Políticas e estratégias para a Amazônia: 149-191, 1990.
5. LUZ, Sérgio Porto da. *Compreensão da Amazônia: políticas e estratégias para integrá-la ao núcleo do Poder Nacional*. Conferência na ECEME, setembro de 1990.
6. MACHADO, Ornêlio da Costa. *Os transportes na Amazônia: seu papel na ocupação, integração, desenvolvimento e segurança da área*. Escola Superior de Guerra, 1986, TE-86/C.A. ESP.
7. MANCHETE. Amazônia, o desafio do futuro. Rio de Janeiro, setembro de 1989. Edição Especial.
8. MICHALANY, Douglas. Atlas Geográfico das regiões brasileiras. São Paulo, Gráfica Editora Michalany. 5ª edição, aum, rev. e atualizada, 1984.
9. PEIXOTO, João Baptista. *Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977, 331 páginas.
10. PICANÇO, Mário Antonio Garcia. *A Política do Ministério dos Transportes*. Conferência na ECEME. Julho de 1989.
11. PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL, 1987/91. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Brasília, agosto de 1987.
12. REBELO, Darino Castro. *Transamazônica, integração em marcha*. Rio de Janeiro, CPD-MT, 1973, 244 páginas.
13. TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Ed. Civilização Brasileira, 1982, 177 páginas.
14. VIAS E MEIOS DE TRANSPORTES MILITARES NA AMAZÔNIA. Ministério do Exército. Comando Militar da Amazônia. Manaus, 1983.



LUIZ ROGÉRIO CASTELO BRANCO MOURÃO é major da Turma de Infantaria da AMAN de 1974. Possui os cursos de Operações de Selva (B), Aperfeiçoamento de Oficiais e Comando e Estado-Maior do Exército. Possui as medalhas Militar (prata) e do Mérito Amazônico. Serve, atualmente, no Comando Militar da Amazônia (CMA), Manaus (AM), tendo, anteriormente, ao longo da carreira, servido no 4º Cmdo Fron/4º BEF (Rio Branco, AC) e no 54º BIS (Humaitá, AM).



O EXÉRCITO E O CRIME ORGANIZADO

Um caso hipotético?*

Roberto José da Costa

O artigo condensa alguma experiências colhidas em operações realizadas em proveito da Justiça Militar e da Defesa Interna sob a égide da Constituição de 1988.

Levanta uma questão cuja resposta não pode ser imediata nem simplista, mas que não pode, também, ser tratada com indiferença.

INTRODUÇÃO

É possível o Exército combater o crime organizado?

Uma primeira abordagem simplista do tema concluiria, rapidamente, por uma resposta de inconstitucionalidade. Essa conclusão encontraria amparo, inclusive, na trajetória das diversas constituições que antecederam a de 1988. Ela é tão consistente que se consolidaria, também, na História Militar Brasileira. À exceção do Batalhão Sagrado, com Caxias, no século

XIX, e experiências pouco eficazes no século XX de combate ao contrabando, não há muitos exemplos do emprego de efetivos do Exército como forças policiais na Segurança Pública. É evidente que há muitos exemplos de Operações Tipo Polícia, mas em um contexto de Defesa Interna.

A finalidade deste trabalho é procurar mostrar que a evolução dos cenários internacional e nacional poderá conduzir à possibilidade do emprego constitucional de efetivos do Exército em Operações Tipo Polícia contra o crime organizado.

Inicialmente, a finalidade, em si,

* Selecionado pelo PADECME

não seria de combater o crime organizado, mas de permitir a manutenção da lei e da ordem, num quadro de possível, embora não desejável, degenerescência do tecido social, político e jurídico. Outras possibilidades poderão ocorrer em atividades desencadeadas em proveito de ações de interesse da justiça militar e/ou da segurança das instalações militares.

Se, por um lado, não existe amparo constitucional, nem interesse da Instituição em ser empregada contra o crime, por outro lado o cumprimento de missões constitucionais pode levar à utilização de parcelas ponderáveis de tropa em áreas sob influência ou controle do crime organizado — áreas liberadas que existam, não só por impossibilidade física das forças policiais, mas por inexistência da vontade política de solucionar problema tão complexo e delicado, consequência possível de pressões exercidas, proporcionais ao grau de infiltração do crime no Estado organizado.

Vale dizer, a ocupação de uma favela implicará em vencer vários elevados e extensos níveis de reação, além da dificuldade natural consequente de a massa dos habitantes da favela ser de trabalhadores e suas famílias, vivendo sob pressões do crime e da polícia e assistidos, em suas necessidades básicas, pelo primeiro, na ausência e no vácuo do Estado.

UM CENÁRIO À GUIA DE INTRODUÇÃO

Outro nome adequado para este subtítulo poderia ser: “vivendo no tor-

velinho de um cenário indefinido”.

O fim, ou pausa, da Guerra Fria, marcando o término de uma bipolaridade militar, chega com o surgimento de, pelo menos, três gigantescos blocos econômicos de nações, todos no hemisfério norte.

O avanço da Ciência e Tecnologia (C&T) e o conhecimento adquirido pela humanidade nos últimos 50 anos supera todo o saber conquistado em milhares de anos pelo homem. Esse avanço está trazendo transformações de toda ordem no relacionamento entre indivíduos e nações, transformações das quais não se pode, ainda, imaginar as consequências, por estarmos no interior dessas mudanças.

Por um lado nações se fundem em gigantescas federações ou blocos na Europa, América do Norte e Ásia, e poderosas organizações não-governamentais contestam os conceitos de Estado-Nação e soberania. Por outro lado, nacionalismos latentes, amortecidos por ideologias ultrapassadas, ressurtem com violência exacerbada, modificando diariamente o mapa mundi. Organismos supranacionais e o bem comum são instrumentos de grupos de nações. Ideologias, conceitos de Estado-Nação, organização do Estado em 3 poderes, família-celular, tudo é contestado. Gostemos ou não, uma nova ética está sendo construída sobre modificações conceituais e vivenciais.

E o que é o estamento militar? Um subsistema do sistema Nação, envolvido pelo ambiente internacional ou mundial. As dúvidas e mudanças do macrosistema penetram e interagem

em cada sistema e subsistema interdependentes.

MUDANÇAS EM DUAS DÉCADAS

No Brasil, em 1974, por iniciativa do então II Exército, vários oficiais realizaram cursos de prevenção contra o uso de drogas no Instituto Social Morumbi, em São Paulo. O então *Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs* (BNDD — Dept of Justice — EUA) deslocou também para São Paulo agentes, com experiência internacional, para estágios repressivos ministrados a autoridades policiais civis e militares. Naquela ocasião, esses agentes alertaram para o perigo, ainda inicial, da maconha (*cannabis sativa*). Não por ser perigosa como droga em si, talvez o primeiro degrau a descer,¹ mas pelo risco de que os pontos de transbordo internacional tendiam a transformar-se, no futuro, em regiões de consumo e sucursais do crime organizado. Em menos de duas décadas a previsão técnica consumou-se.

Qual foi a evolução ou involução, no âmbito das nações?

Na Itália, em 1992, tropas paraquedistas de elite são deslocadas contra a máfia da Sicília, após a morte de vários juízes e promotores no sul do país. É relevante lembrar a experiência e tradição de competência e eficiência dos Carabinieri italianos como tropa policial-militar, com encargos na segurança pública.

Os EUA, que sempre se recusaram a admitir o emprego de tropa federal na defesa interna, deslocam para Los

Angeles a 7ª DE, uma de suas poucas divisões com alguma experiência nesse mister, por ocasião dos distúrbios raciais de 1992. As dificuldades da Polícia Estadual e da Guarda Nacional em controlar a situação, motivaram a decisão presidencial. Efetivos militares norte-americanos já foram utilizados, também, no exterior, no combate ao narcotráfico.

A América Latina é premida a empregar tropas combatentes e deixar utilizar em seu território equipamentos e assessores da USAF e USArmy no combate ao crime organizado.² Como nos líquidos, essa pressão tem seus reflexos sobre o território brasileiro vizinho, tanto por parte do crime organizado, como da opinião pública, na busca de utilizar-se as Forças Armadas nesse combate. Em pelo menos dois países da América do Sul, a situação não é mais de "áreas liberadas", mas ações do narcotráfico e organizações de cunho ideológico na ocupação e contestação do próprio Estado.

AS FORMAS DE COOPTAÇÃO — INFILTRAÇÃO — ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

À semelhança das organizações subversivas que intentaram implantar a ideologia comunista no Brasil, o crime organizado atua de forma diferenciada nas áreas metropolitanas e rurais.

Nas megacidades, inicialmente, esconde-se em áreas periféricas. Com o desenvolvimento, domina essas

áreas, procurando estabelecer um cinturão de asfixia da cidade, criando "áreas liberadas" nas favelas. Nessa fase, já possui alguma representação parlamentar em todos os níveis. Da mesma forma, ocupa o espaço do governo nas favelas, procurando graduar o terror com a assistência social negada pelo Estado. A infiltração, às vezes com o apoio de organizações de cunho ideológico extremista,³ procura atingir os três poderes, o Ministério Público e organizações policiais civis e militares.⁴

Na área rural, a infiltração se faz de forma semelhante, mas com objetivos bem diferenciados. As instalações visadas são os aeroportos e campos-de-pouso que devem, por todos os meios, permanecer não homologados. Procura-se desmoralizar as autoridades não cooperativas, atuando nos escalões superiores por intermédio das ligações estabelecidas nas capitais. O controle das organizações de polícia judiciária e policiais militares é mais facilitado pelos pequenos efetivos e sua pulverização nos destacamentos das pequenas localidades.

A grande diferença, e aperfeiçoamento, na atuação do crime organizado em relação às organizações terroristas dos anos 60 está no aliciamento. A maior parte das autoridades civis e colaboradores obtidos nas organizações militares e policiais não é cooptada por ideologia, e, por incrível que possa parecer, não é também como partícipes no crime organizado. O aliciamento é feito por extorsão, chantagem e troca de favores. Vulnerabilidades como a difícil situação fi-

nanceira, pequenos deslizes morais, moradia em áreas já sob controle, favorecimento ilícito e homossexualismo são utilizados para que o aliciado preste serviços à organização, sem envolver-se diretamente em crimes, nem receber, por vezes, participação nos lucros. Dependentes físicos e psicológicos de drogas também são recrutados para pequenos serviços. Essa diferença é da maior importância para a forma diferente da atuação preventiva do Estado e das Forças Armadas, em particular.

A mensagem principal deste artigo é alertar que não se trata mais, fundamentalmente, de evitar a infiltração de conscritos viciados nos quartéis. Trata-se agora, também, de evitar a cooptação dos quadros, e prepará-los para uma possível ação futura, seja em proveito da Justiça Militar, seja para participar de operações de defesa interna. A diferença é que, nessas ações futuras, se falhar a fase preventiva, poderá haver, nos postos de controle de trânsito (PC Tran) ou nas operações de busca e apreensão, agentes a favor, ou chantageados, pelo crime organizado. Pode parecer ficção, mas já acontece, sistematicamente, em países limítrofes e já aconteceu no Brasil. Depois de atingido certo grau de cooptação nos organismos do Estado, fica difícil qualquer operação militar. Um único militar infiltrado pode causar o disparo acidental de uma arma em um PC Tran, com reflexos negativos imediatos na população civil local e na mídia nacional e internacional. Isto sem falar na quebra de sigilo das operações.

No Brasil, na área metropolitana, destaca-se a situação da cidade do Rio

de Janeiro e seu cinturão de favelas abandonadas, muitas já sob controle efetivo do crime organizado. Na área rural, houve real incremento das atividades em decorrência da pressão dos EUA sobre Colômbia, Peru e Bolívia.

MEDIDAS PREVENTIVAS DE PREPARO DA FORÇA

As medidas preventivas para evitar, ou preparar o uso futuro da Força poderiam ser listados em 3 níveis: político, estratégico e tático/técnico. No nível político não serão consideradas as importantes medidas fora da Força, por não serem o escopo deste artigo. Várias das medidas propostas não são novidades, e já vêm sendo adotadas sistematicamente. Sua citação é importante por serem todas elas interdependentes.

Medidas Políticas

A nível político-institucional, o interesse imediato para 1993 é a manutenção das missões constitucionais. Pode-se prever a ação de grupos de pressão sobre o Congresso Nacional, de origens internas e externas, com a intenção de incluir, ou deixar brechas, na reforma constitucional, visando ao emprego legal das Forças Armadas no combate ao narcotráfico, o que seria bastante delicado. Essas pressões podem ser não só fruto do grau de confiança da população no estamento militar, mas também conseqüências do final da Guerra Fria, da bipolaridade militar e das pressões exercidas pelas

grandes potências sobre países vizinhos para desviarem suas Forças Armadas da missão principal. Uma coisa é combater o crime para atender a uma missão maior. Outra é ter a obrigação, e não o preparo, para missões de cunho policial, com prejuízos para a missão específica de uma Força Armada regular.

Ações do estabelecimento militar nas áreas de moradia, remuneração, saúde, investimentos e assistência social, sem dúvida, repercutirão no afastamento das famílias e dos quadros das "áreas-problemas" cujo equacionamento independe da Força, salvo, complementarmente, por ações cívico-sociais e outras de caráter assistencial.

Outra preocupação importante é com relação ao Código de Processo Penal Militar (CPPM). A sistemática adotada por esse código está em desacordo com a atual Constituição. É preciso uma definição precisa, por intermédio do Ministério Público Militar (MPM) ou do Poder Judiciário, sobre ações que exijam cerceamento de liberdade do cidadão, busca domiciliar etc., que estavam bem definidas no atual CPPM. Durante o desenrolar de ações reais, não há tempo para respaldar procedimentos, por não haver definição anterior sobre quais artigos do CPPM encontram, ou não, amparo na Constituição.

A situação acima citada é agravada pelo fato de que a Constituição estabelece a prisão apenas com mandado judicial. O cerco a um domicílio em região de fronteira internacional, devidamente amparado por evidências ou declarações de testemunhas tomadas

a termo, não pode aguardar 4 dias de feriados, para que o telex ou fax com os depoimentos, seja recebido pelo Procurador do MPM, e mais alguns dias para ser autorizada a busca pelo juiz. Os procedimentos judiciais e as ligações das autoridades de Polícia Judiciária Militar, MPM e Juiz Auditor precisam ser adaptados à nova Constituição. O risco da decisão, agora, não é mais de quem detém o poder de polícia, mas do Juiz Auditor. À autoridade de Polícia Judiciária Militar compete amparar com competência o pedido para ser autorizado pelo Juiz a ação contra o domicílio ou contra a privação de liberdade. E na execução, como antes de 1988, o fiel cumprimento dos ritos legais.

Medidas a nível estratégico

Entre outras, pode-se considerar como relevantes as seguintes preocupações das Instituições Militares, a nível estratégico:

- conscientização dos quadros (em todos os níveis) de que, para cumprir a missão constitucional de defesa da lei e da ordem, podem ser configuradas missões de combate ao crime organizado, pelo vulto do controle que este possa assumir de "áreas liberadas" no interior do Estado. Conscientização do perigo de atuar nessas áreas sem um prévio preparo psicológico e técnico-militar. É preciso que os quadros estejam cientes da atual forma de cooptar pessoas, diferente da exclusivamente ideológica de anos atrás. Diferenciar com nitidez, que o preparo para atuar num quadro de defesa in-

terna ou em benefício da Justiça Militar não significa modificação da missão constitucional;

- atuação sobre o universo a selecionar para o serviço inicial (inclusive NPOR, CPOR e MFDV) que apresenta já alguns vícios e distorções indesejáveis;

- rigor no acompanhamento das escolas de formação de oficiais e sargentos, na consecução dos atributos da área afetiva. Continuidade desse trabalho nos QG, estabelecimentos e corpos-de-tropa;

- precisa diferenciação, em todos os níveis, do que seja a ligação técnica do moderno enfoque sistêmico com a necessária preservação do canal hierárquico;

- difusão e real implementação das pesquisas já realizadas pelo CEP na área de prevenção do consumo de drogas;

- cooperação no conscientizar as autoridades civis e militares em todos os níveis, inclusive o nível guarnição isolada, dos riscos da infiltração do crime organizado nos poderes constituídos do Estado. Esta é a ação preventiva mais importante e também a de mais difícil e delicada execução. Só pode ocorrer, talvez, quando evidências irrefutáveis e informações precisas assegurarem que a relação custo x benefício é favorável à Instituição. Requer apoio e confiança na cadeia de comando e integração com autoridades e população civil;

- contínua busca de integração com as Forças Auxiliares e demais Forças Armadas;

- a nível estratégico, a continuar

agravando-se a evolução dos cenários internacional e nacional, é preciso responder, sem prejuízo do elevado preparo de defesa externa que a estatura do País exigirá no século XXI, a seguinte questão: "Não está na hora de reaprender guerrilha?"

Nível tático e/ou administrativo

Recentes experiências demonstram que este é o nível no qual há um longo caminho a percorrer. A utilização de postos de controle de trânsito (PC Tran) e operações de busca e apreensão, em áreas onde o narcotráfico atue com alguma desenvoltura, mostra que há adaptações a serem incorporadas às experiências colhidas no passado.

Quanto aos PC Tran

As seguintes realidades interferem na composição, relação do pessoal, material e operação dos PC Tran em área sob algum tipo de influência do narcotráfico:

- procura do erro 0 — o PC Tran interfere no narcotráfico normal, causando-lhe altos prejuízos. Haverá interesse de ocorrer uma falha nos PC Tran para difusão na mídia e assim reforçar as pressões que o crime organizado manterá nos escalões políticos e administrativos onde exerça alguma influência, para a retirada dos PC Tran. Além disso, um único militar operando PC Tran e sob coação do crime organizado, poderá forjar um acidente, com reflexos imediatos na mídia nacional ou mesmo internacional;

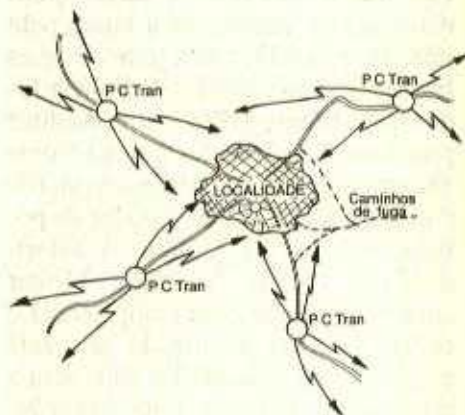


FIGURA 1

- o PC Tran não impede, efetivamente, a saída ou entrada por um eixo, de material ou pessoas procuradas, que podem fluir campo entre dois eixos de uma localidade (figura 1). A validade do PC Tran reside em retardar e obrigar ao planejamento para esta entrada ou saída, gerando assim evidências, indícios ou informes decisivos. O PC Tran é, também, eficiente forma indireta de pressionar o narcotráfico pelo corte abrupto de suprimentos. Serve igualmente para fazer chegar aos dirigentes mensagens de interesse da Força.

Em consequência das realidades acima, podem-se citar, como experiências colhidas nos PC Tran em rodovias de acesso a uma localidade em região de passagem ou com algum tipo de influência do narcotráfico:

- rigorosa seleção do pessoal, com prejuízo inclusive, se necessário, das substituições para repouso. Nesse caso é essencial dispor no local de meios de conforto para a tropa (camas, banho, ceia etc.);

- intensa atividade de supervisão, coordenação e controle, dispondo de meios de comunicações confiáveis e flexíveis 24 horas por dia. Constante alteração dos códigos e frequências, com rigorosa disciplina nas redes rádio;

- definição precisa, a cada oficial, graduado e soldado, das situações em que o tiro real é necessário e autorizado;

- conscientização dos quadros e da tropa da necessidade de falha 0 na decisão de atirar. O oficial supervisor dos PC Tran tem que estar consciente dos princípios de segurança e rapidez;

- o uso de metralhadora com reparo (MAG) permite maior segurança que o uso do Fuzil Automático Pesado (FAP), particularmente para a amarração do tiro com precisão nos pneus de viaturas que se lancem contra o bloqueio;

- necessidade de intenso e contínuo patrulhamento a pé e de viatura entre os eixos de acesso à localidade;

- a população e o escalão superior devem estar informados da necessidade e das causas do controle realizado;

- suficiente material reserva estocado e pronto para embarque, inclusive à noite. O apoio da população manifesta-se pelas informações de que caminhos de fuga desconhecidos estão sendo utilizados, exigindo novos PC Tran montados imediatamente. Apesar

de que o material de PC Tran possa ser quase todo com meios de fortuna (dispositivos de iluminação, fura-pneus etc.) há necessidade que estejam disponíveis em quantidade para embarque imediato, quando do recebimento das informações. O uso de fura-pneus (cama de pregos) proporciona efetiva segurança como inibidor, evitando-se o tiro prematuro da arma coletiva. Sua utilização extensiva é essencial.

Quanto às Operações de Busca e Apreensão

A grande diferença das operações de busca e apreensão, sob a égide da nova Constituição de 1988, é que a autoridade militar com poder de Polícia Judiciária Militar não dispõe mais de poderes para determiná-las, dependendo de decisão judicial. A autoridade depara-se então com outra dificuldade: fora dos horários de expediente, não há nenhum funcionário de plantão nas auditorias militares para receber pedidos de prisão e/ou busca domiciliar, o que não era necessário até 1988. Além disso, a ligação tem que ser feita através do MPM. Imagine-se uma apreensão a ser feita a 1.000km da sede e cuja abordagem termine às duas horas da madrugada de um sábado, estando a poucos passos de uma fronteira internacional?

Quando uma unidade valor batalhão for responsável por coordenar várias operações de busca e apreensão, necessita receber:

- carros e combustíveis para deslocamento rápido;
- suprimentos de fundos ágeis;

- elementos de operações de informações;
- apoio de informações e, pelo menos, um analista para coordenar um centro de informações;
- elemento credenciado pelos diversos escalões superiores para coordenação e ligações com autoridades civis e militares, à medida que são ultrapassadas as divisas dos Estados da Federação e os limites de responsabilidade dos diversos comandos;
- meios de comunicações para grandes distâncias.

Como nas operações com PC Tran, ressalta, ainda mais, a seleção do pessoal, equipamentos adequados, perfeita definição da ordem de fogo, confiança na cadeia de comando, coordenação e controle.

Quanto a ações preventivas a nível Cmdo de Guarnição Isolada

Entre outras, podem-se citar as seguintes medidas preventivas que conduzem ao sucesso nas operações de defesa interna em regiões onde o narcotráfico possua, ou procure manter, qualquer nível de influência:

- perfeita e indistinta integração com todos os clubes de serviço, segmentos representativos da sociedade e autoridades constituídas. Atitude respeitosa, de prestígio em atos oficiais, mas cautelosa com autoridades de comprovada ligação com o narcotráfico;
- manter os escalões superiores, e subordinados, informados das possibilidades de ação contra instalações militares;
- relação de pessoal, preparo téc-

nico e material para ações inopinadas de controle de trânsito, busca e apreensão, dentro e fora do setor de responsabilidade;

- intensa procura no atingimento junto aos quadros mais jovens de atributos da área afetiva previstas no SIMEB;⁵
- contínuo reconhecimento, inclusive aéreo, do setor de responsabilidade por oficiais do EM e subunidades;
- intensa instrução dos quadros.

CONCLUSÃO

A questão se devem as Forças Armadas serem empregados contra o narcotráfico, associado este, ou não, a organizações terroristas internacionais, movimentos ideológicos extremistas⁶ ou mesmo a outras formas do crime organizado e de corrupção política, não pode receber uma resposta imediata e simplista. Este artigo apenas condensa algumas experiências colhidas nas operações realizadas em proveito da Justiça Militar e da defesa interna, já sob a égide da nova Constituição de 1988. Não tem a pretensão de modificar *vade-mécum* mas de contribuir com estudos a respeito. A intenção foi alertar que as respostas podem ser diferentes, conforme o nível do enfoque.

A nível institucional, não há dúvida, é procurar manter na reforma de 1993, as missões constitucionais, sem envolver-se na Segurança Pública. Os cenários de incertezas nas formas futuras de sobrevivência do Estado-Nação e da família celular, dentro da nova ética cibernética, recomendam prudência no nível político-institu-

cional. Sem contar os riscos de transformar-se em milícia, sem que para isto tenha preparo, e descuidar-se das missões precípuas.

A nível político, a procura de garantir respaldo à ação da autoridade investida do poder de Polícia Judiciária Militar, seja pela definição dos artigos do CPPM ainda em vigor, seja pela agilização dos pedidos de decisão judicial, que antes de 1988 competiam à autoridade de polícia judiciária militar. O risco de vidas humanas, as distâncias continentais do País e o nível de decisão alterado pela Carta Magna, pedem, pelo menos, a existência, quando necessário, de permanências credenciadas pelo MPM ou autoridade judicial competente nas auditorias militares.

A nível estratégico, tático e administrativo é que estão as grandes experiências a colher. E a principal é que, não sendo missão constitucional, o emprego de tropa na defesa interna ou mesmo externa, pode conduzir ao confronto com organizações narcotraficantes e suas intrincadas combinações, ideológicas ou não. Ressalta aí como de maior preocupação a nova forma isidiosa de cooptar pessoas, que resulta mais difícil de identificar, isolar ou combater que a simplesmente ideológica do passado. Internamente à Força Armada, as medidas sobre o moral, a seleção criteriosa e o desenvolvimento dos atributos da área afetiva são a primeira resposta. No emprego, a real confiança entre os diversos escalões de comando.

Até o momento, as ações repressivas contra o crime organizado, res-

tringiram-se a pequenas experiências muito localizadas, em benefício e no interesse da Justiça Militar. Nas guarnições isoladas, a ação dos diversos segmentos representativos da sociedade e de autoridades civis responsáveis, alertados a tempo, isolou a ação política continuada de elementos no Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Policiais e Forças Armadas. Quando a ação dessas autoridades civis ou dos comandantes de guarnições não for mais suficientes para isolar a ação dos que atuam em proveito do crime, então as ações militares não mais serão atos isolados e fora da mídia. E se, *in extremis*, a economia informal crescer ainda mais, retratando a gravosidade social, os quadros militares se proletarizarem convivendo dentro dos "cinturões higiênicos" sob controle do crime organizado, e a base parlamentar do crime assumir contornos elevados, aí a luta estará no nível político e estratégico de contestação do Estado, como na Itália, Colômbia, Peru...

Será prudente aguardar o emprego de Brigadas Estratégicas?

A complexidade do assunto exige outras respostas. Seja esta apenas uma abordagem que conduza a discussões e estudos profissionais.

NOTAS

1. 1º degrau na escala do perigo, da dependência e desorganização mental.
2. Numa aparente inversão da lei do mercado, procura-se atingir a produção da droga para evitar o acesso a consumidores do hemisfério norte.
3. Apesar dos modernos meios de comunicação

social, pequena parcela da elite intelectual de países em desenvolvimento parece ter um retardamento de alguns anos para absorver que ideologias já foram praticadas e ultrapassadas na Europa. O Muro de Berlim ainda não caiu para a cúpula do *Sendero Luminoso* no Peru. A informação imediata e as leis da informática parecem não influir, ainda, nesta parcela intelectualizada que insiste em ideologias radicais e obsoletas.

4. Nas instalações militares pode ser adiado, ou não, para fases mais adiantadas.
5. Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro.
6. Para efeito deste artigo, as expressões "crime organizado" e "narcotráfico" foram utilizadas indistintamente. Na verdade, nos dias de

hoje, as associações entre traficantes de drogas, movimentos de guerrilhas de cunho ideológico, terroristas profissionais e traficantes de armas constituem um intrincado relacionamento que precisa ser analisado em cada caso e região específicos, o que não era objetivo deste artigo. Optou-se assim pela expressão "crime organizado" e sua mais ativa sucursal na América Latina: o "narcotráfico". Vale dizer que este, quando associado a movimentos ideológicos de cunho subversivo (como no Peru), gera o mais recente fenômeno intelectual — a "narco-subversão" — cujas consequências e profundidades ainda carecem de maior tempo de experimentação para serem devidamente avaliadas nos estudos e pesquisas dos analistas de informações.



Cel Inf QEMA ROBERTO JOSÉ DA COSTA. Ex-aluno da EsPC, Campinas (SP), é Aspirante a Oficial da Turna de 18.12.65 da AMAN. Possui os cursos de Instrutor de Educação Física (EsEFEx), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e de Altos Estudos Militares (ECEME). Possui, ainda, os cursos de Prevenção ao Uso de Drogas (Instituto Social Morumbi) e de Repressão ao Uso de Drogas (Bureau of Dangerous Drugs — Departamento de Justiça, EUA). Serve, atualmente, no Estado-Maior do Exército, Brasília (DF).



FATOS E PERSONAGENS DO IMPÉRIO — O LIMIAR DA REPÚBLICA

Davis Ribeiro de Sena

O título expressa, sem retoques, o conteúdo do artigo. Trata-se de uma apreciação crítica em torno de personalidades e fatos do Império e do alvorecer da República.

*"Fica proclamada provisoriamente e decretada como
forma de governo da Nação Brasileira a
República Federativa."*

(Art. 1º do Dec. nº 1 dos Estados Unidos do Brasil)

A DINASTIA BRAGANTINA...

Ungido primeiro imperador do Brasil e, mais tarde, 27º rei de Portugal, como D. Pedro IV, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Mi-

guel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon (1798-1834) nasceu e morreu na sala dedicada a D. Quixote, no palácio de Queluz, perto de Lisboa.

Era filho do então príncipe regente e futuro rei D. João VI, a partir de

1816, ocasião em que, insinuante e formoso mancebo, tornou príncipe real e herdeiro do trono. Casou-se, por procuração, com D. Carolina Josefa Leopoldina (1797-1826), arquiduquesa da Áustria, conveniência ditada pelo Congresso de Viena. De caráter impulsivo, identificou-se francamente com as idéias liberais saídas da revolução constitucionalista de 1820, embora preferisse os exercícios físicos, como equitação, ao enfadonho exercício das letras. Compôs a música do hino da Independência.

Amante audacioso, ficaram célebres suas conquistas amorosas extramatrimoniais e os rompantes arbitrários com que geria a coisa pública. Certa ocasião, segundo R. Magalhães Jr., chegou ao exagero de agradecer, com títulos de nobreza, em um só documento, 41 personalidades (19 viscondes e 22 barões), aproximadamente o total de galardões conferidos, no reino de Portugal, desde a sua fundação (1067) até o citado despacho (início do século XIX): 16 marqueses, 8 viscondes e 4 barões, somando 54 benesses. De outras feitas, irreverente, fez grande benemérito da Pátria o seu barbeiro, e comendador a uma criança de apenas 6 anos de idade.

Com o regresso da família real a Portugal, permaneceu como regente na colônia americana e resistiu à ordem de retorno com estoicismo, através do "fico". Com esse ato, deflagrou o processo de independência do Brasil, nomeando embaixadores autônomos em Londres, Paris e Berlim. Logo a seguir, filho de rei, foi sagrado e coroado com o aparatoso título de

Imperador, à moda napoleônica.

Malgrado representar a política absolutista da Santa Aliança, a imperatriz Leopoldina apoiou o marido abertamente, conquistando a simpatia popular. Mas a ostensiva e ardente paixão de D. Pedro I por D. Domitila de Castro Canto e Melo — a quem fez marquesa de Santos e com quem teve 5 filhos — rompeu a harmonia do casal. E a austríaca sem encantos veio a falecer de parto prematuro.

Em gesto autoritário, típico de seu temperamento, D. Pedro I dissolveu a assembléia constituinte de 1824 e outorgou a Constituição do País, elaborada, em menos de trinta dias, por cerca de 10 notáveis nomeados por ele próprio. Voluntarioso, encontrou forças e disposição suficientes para inaugurar o Estado brasileiro, mas teve atitudes polêmicas, como "indenizar" Portugal¹ e pagar à Inglaterra pelo seu indispensável reconhecimento diplomático.

Imprevisível, caráter forte mas inconstante, o "*defensor perpétuo do Brasil*" tomou atitudes que variavam, da rara generosidade, à vingança impiedosa, flutuando, do liberalismo espontâneo, ao absolutismo mais mesquinho.

Seu amigo íntimo era o português e companheiro de boêmia Francisco

1. 2.000.000 de libras esterlinas (1.400.000 para a Inglaterra e 600.000 entregues a D. João VI, como reparação por suas propriedades no Brasil. Visando a garantir o trono americano à filha arquiduquesa, a Áustria, espécie de árbitro mundial de então, apoiou a Independência, sem delongas.

Gomes da Silva, o “Chalaça”, cuja existência física muitas vezes é omitida nos livros escolares, em vã tentativa de “consertar” a História.² Sob sua influência, D. Pedro demitiu o poderoso ministro da Fazenda, marquês de Barbacena, como desonesto, o qual replicou pelos jornais, em constrangedora polêmica pública.

Com a morte do pai, acumulou, por oito dias, o governo do Reino e do Império. Nesse ínfimo período, outorgou a sua segunda Carta Constitucional, dessa vez para Portugal, longamente esperada por seus patrícios, a quem concedeu anistia política ampla e irrestrita, abdicando, logo depois, na pessoa da filha brasileira, D. Maria da Glória (D. Maria II) e dando-lhe a mão, solenemente, ao mano rebelde, união que foi abençoada pelo papa.³ As bodas jamais se realizaram, mercê da ambição pessoal do nubente varão, fascinado pela idéia de tornar-se D. Miguel I.⁴ No final do seu reinado, dedicava-se a solucionar os profundos

problemas dinásticos de sua terra natal.⁵ Era mais D. Pedro IV que D. Pedro I.⁶ Valente, fez-se paladino da “causa constitucional”.

O primeiro soberano do Brasil casou, em segunda núpcias, com D. Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais (1812-1873), neta de D. Josefina, a primeira mulher de Napoleão, para quem, em garbosa honraria, criou a Ordem Imperial da Rosa, cor predileta da homenageada. Várias casas reais européias recusaram, de forma embaraçosa, o vínculo sangüíneo com a realeza sul-americana, mas a jovem e bela milanese impressionou favoravelmente o Imperador — mesmo que, sob o aspecto preconceituoso do nascimento, sua origem não fosse das mais ortodoxas — sobre ele exercendo influência benéfica.⁷

No dia 7 de abril que consolidou a independência, a Imperatriz tentou evitar a abdicação, porém o impetuoso marido, incompatibilizado com o Exército (que procurou extinguir por decreto) e com a oligarquia que detinha o poder, optou por retornar às suas raízes, atraído pelas razões do Estado lusitano, a força telúrica e as ambições do infante D. Miguel, seu irmão, obstinado em usurpar-lhe o trono.

O deputado federal Lima Cavalcanti (PE), em discurso pronunciado no plenário da Câmara dos Deputados (sessão de 09.03.1989) sobre a evolução da dívida externa brasileira, citou, sem

2. Mais tarde, cônsul brasileiro em Nápoles, de onde tramou a queda de Barbacena.

3. Tentar casar sobrinha com tio não era uma invenção de D. Pedro I. Sua avó, D. Maria, a Louca, era esposa do tio, D. Pedro III.

4. Príncipe consorte era pouco para o 3º filho de D. Carlota Joaquina. Apoiado pela rainha-mãe, o infante depôs a rainha, sobrinha e noiva. Foi rei, de 1828 a 1834, e faleceu no exílio, em 1866.

5. A prometida casou, já rainha, com o príncipe Augusto de Leuchtenberg, irmão de D. Amélia, 2ª imperatriz do Brasil.

6. O Príncipe Regente de Portugal, D. Pedro, recuperara a coroa para a filha, após guerrear o irmão usurpador, falecendo como Duque de Bragança, em 1834, após longa agonia, vítima da asma e da tuberculose.

7. Em seu testamento, recomendou à cónjuge a proteção a seus filhos naturais D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira (a duquesinha), Rodrigo Delfim Pereira e Pedro de Alcântara Brasileiro.

contestação que, “em 26.06.1829, foi efetuado um empréstimo de 400.000 libras esterlinas junto ao Banco Rotschild — das quais recebemos apenas 208 mil — destinado a armar uma esquadra para retomar o trono de Portugal, de D. Miguel para D. Maria II, custear a filha de D. Pedro I (do Brasil) e sua corte na Inglaterra, e financiar a escolha de uma segunda esposa para o nosso Imperador”. E acrescentou: “Este foi o mais danoso empréstimo feito pelo Brasil, chegando o governo inglês a pensar em impedir a realização do mesmo, devido aos rumores de corrupção. Com os dois primeiros assuntos gastou-se 85% do empréstimo e com o casamento, 15%.”

Seu primogênito, D. João Carlos, viveu apenas um ano e, depois dele, o desejado filho varão foi natimorto. D. Pedro II foi o 7º filho, o caçula, do casal Pedro-Leopoldina. Infenso a escândalos, o primeiro Imperador teve mais 5 filhos, com 5 mulheres diferentes: 2 francesas, 1 uruguaia, uma irmã de D. Domitila e a monja portuguesa Ana Augusta.

A Confederação do Equador (1824) marcou o início do seu desgaste político, no país que fundara, juntamente com a perda da Cisplatina (1826).⁸

A sucessora do segundo reinado não escapou do costume familiar de

batizar seus filhos com nomes quilométricos, chamava-se Isabel Cristina Leopoldina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (1846-1921).

Princesa imperial e regente por 3 vezes, a ela coube assinar a lei de 28 de setembro de 1871. Mostrando a fictícia intenção de proteger cativos recém-nascidos, a Lei foi, na verdade, um inteligente ato protelatório, visando a evitar a derrocada da escravidão negra no País, objetivo que foi colimado.

Muitos dos seus contemporâneos — como o emancipacionista mulato José do Patrocínio — questionavam-lhe a vocação e competência para exercer o elevado cargo de Imperatriz do Brasil, já que o poder de fato passaria para as mãos do príncipe, seu marido, francês de nascimento, contrariando interesses da corte e da Inglaterra.

Taunay, Leão XIII, Nabuco, Carlos Gomes,⁹ os militares,¹⁰ pressões de expressivos representantes dos vários segmentos da sociedade brasileira, a oposição oportunista dos “republicanos de 14 de maio”, e o isolamento imposto pelas mais importantes correntes de opinião internacionais, forçaram o 13 de maio,¹¹ que a queda do gabi-

9. Que a presenteou com a partitura da ópera “Lo Schiavo”, acompanhada de significativa dedicatória.

10. A moção do Clube Militar, assinada por Benjamin Constant e dirigida à princesa regente foi rejeitada pelo ajudante-general, visconde de Gávea. Publicada pela imprensa, deflagrou extremada agitação política.

11. Escolhido, talvez, por ser data festiva na corte (casamento de seus avós, Pedro e Leopoldina, e natalício de D. João VI).

8. O gesto de vinda do enforcamento do revolucionário Ratchiff também contribuiu para a sua impopularidade, pois contrariava o clero, a imprensa, os amigos, parlamentares e a marquesa de Santos.

nete Cotegipe (10 de março de 1888), grande escravagista, já prenunciava. Daí para a frente, a entrega solene de 103 cartas de alforria, em Petrópolis (1º de abril), e o “isabelismo” foram as últimas tentativas realistas de sustentação, apoiadas nas armas de uma improvisada e fugaz “Guarda Negra”, de triste memória. É válido concluir que o governo imperial, ao conceder à herdeira¹² o privilégio de assinar a “Lei Aurea”, pretendia apresentá-la, aos partidários da ameaçadora República, como a “Redentora”. Preparava assim o terreno, habilidosamente, para uma possível continuação da dinastia imperial, o que não evitou a queda imediata do Império, irmão siamês do sistema servil vigente.

*

Sua Alteza o Príncipe-Consorte Luís Felipe Maria Fernando Gastão D’Orleans, o conde D’Eu (1842-1922), jovem cabo-de-guerra, testado nas lutas européias e africanas, era marido da princesa imperial Isabel de Bragança, herdeira do trono brasileiro e, como marechal-de-exército, foi agraciado com as grã-cruzes de todas as Ordens do Império. Sem dúvida, interessava à aristocracia reinante apresentar o futuro príncipe do Brasil como herói e vencedor da Guerra do Paraguai. Foi, assim, nomeado seu comandante-em-chefe, em 22.03.1869, com apenas 27 anos de idade, ato que desagradou a maioria dos veteranos oficiais-generais brasileiros, mas que

12. Os filhos varões de D. Pedro II, Atonso e Pedro, faleceram ainda bebês.

apareceu os pruridos republicanos nascentes no importante setor militar da Nação, eis que preocupantes manifestações de contestação à monarquia já tinham sido identificadas em vários pontos do país.¹³

Pragmático e prudente, caído o Império, o conde D’Eu preferiu retornar à sua terra, mais civilizada, e aconselhou os parentes a não resistir e a aceitar, com tranquilidade, a indenização e os proventos mensais que o governo provisório destinara à família real, com quem foi banido, até a anistia de 1920, concedida pela Primeira República. Os historiadores guaranis — que evitam comentar o procedimento de chefes militares brasileiros, como Caxias e Osório — são unânimes em condenar a conduta pouco generosa do noviço comandante das forças em operações, na fase derradeira do sangrento conflito armado que envolveu os dois países.¹⁴

...NA CORTE DE SÃO CRISTÓVÃO...

Pedro de Alcântara João Carlos Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Gonzaga (1825-1891), segundo imperador do Brasil, apesar da sua presença física agregadora, centrípeta, não era

13. O povo cognominava o príncipe francês de “O Estrangeiro” e exagerava estórias sobre sua avareza.

14. Vale ressaltar que o presidente paraguaio Francisco Solano Lopez, com intenção de formalizar uma aliança com o Império e evitar a iminente tragédia, pretendeu desposar uma das princesas brasileiras, gesto reputado insolente pelos gentis-homens nativos.

exatamente um homem de ação, de iniciativa, de tomar decisões de profundidade política ou social, embora reservasse para si, exclusivamente, a resolução de todas as pendências internas ou externas, consideradas de caráter grave.

De personalidade amena, admitia, com urbanidade, as críticas mais ferinas e injustas. Entretanto, desconfiado do Exército — principal geratriz da abdicação de seu pai (1831) — chegou a pensar em transformar os oficiais em agrimensores, engenheiros ou professores civis, enquanto favorecia a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça.

Autocrata, soube, contudo, ultrapassar com sabedoria a Revolução Farroupilha, a Campanha contra Oribe e Rosas, a Guerra da Tríplice Aliança e, principalmente, a instabilidade política interna do Império, consubstanciada nas sucessivas rebeliões — reprimidas com extrema violência — que eclodiam em numerosas províncias, particularmente a de Pernambuco.

Compareceu à solenidade de rendição do exército agressor paraguaio em Uruguaiana (RS), pois sem a augusta presença, Estigarribia entregarse-ia ao presidente argentino Mitre, o generalíssimo aliado, que exercia patamar hierarquicamente superior ao ocupado pelos generais brasileiros.

No decorrer do conflito, longo, cruento e oneroso, mostrou-se implacável com o marechal Lopez, proibindo o comparecimento de parlamentar brasileiro na conferência de paz, proposta por ele (Itaiti Corá, 12.09.1866) e aceita pelo comandante-em-

chefe Bartolomeu Mitre, e pressionou Venâncio Flores, presidente oriental, para que se ausentasse. Posteriormente, negou-se a aceitar os esforços do embaixador norte-americano no mesmo sentido, decidindo pela perseguição ao ditador paraguaio, assim como o fizera, logo no início das hostilidades, em relação à intermediação de vários países sul-americanos neutros (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia).

Politicamente conservador, avesso a reformas e legalmente irresponsável, o primeiro ato do menino órfão, ao assumir o poder — advindo da crise conjuntural da Maioridade¹⁵ — foi decretar a anistia geral (22.08.1840), mas não soube, ou não teve condições, de fugir à mesmice política e ao atraso social, estabelecendo a harmonia dos poderes e abolindo a escravidão, sua companheira inseparável de travessia em todo o reinado, chegando ao ponto de admoestar ostensivamente distintos guerreiros — como o general Tibúrcio — por participarem ativamente da campanha da emancipação.

Essa honraria transferiu, habilmente, à sua filha regente, D. Isabel, no momento em que se encontrava em périplo externo, pela 3ª vez, vilegiaturas que alternava com as da filha, tendo visitado a Europa (3 vezes), o Egito (2 vezes), os EUA, o Canadá e o Oriente Médio, às suas expensas.

O Brasil foi o último dos países con-

15. Repetiu-se no Brasil a solução encontrada, em Portugal, para o impasse institucional: a antecipação da maioria legal dos irmãos herdeiros. Lá, D. Maria II (1834), aqui, D. Pedro II (1840).

siderados civilizados a abominar a nequícia do servilismo. Mesmo assim, a princesa emergiria como a “Redentora”, influenciando favoravelmente as opiniões públicas interna e externa, visando à constituição de um 3º governo imperial sob a dinastia da Casa de Bragança.

Não obstante concentrar em suas mãos tanto poder individual, não há notícias de que Sua Majestade tenha opinado sobre a política econômico-financeira do Império; todavia, os seus prosélitos de sangue limpo foram exímios gastadores do erário público. Em realidade, os presidentes do Conselho (espécie de 1º ministro, à moda inglesa, a partir de 1847) e seus assessores da área econômica encontraram grandes dificuldades para promover o desenvolvimento nacional através de recursos internos, tendo contraído sucessivos empréstimos bancários em Londres, desde o gabinete Olinda, 1865,¹⁶ prosseguindo em 1871,¹⁷ e só finalizando em 1889.¹⁸

Segundo Valentim Bouças, os empréstimos externos do Império, resgatados ou não, totalizaram 68.142 mil libras, ou 640.913 contos de réis, afirmando o parlamentar pernambucano atrás citado que o último empréstimo imperial (17.213.500 libras, das quais recebemos 15.492.150) foi firmado em 1889, com a finalidade de consolidar

dívidas contraídas, sendo ratificado pelo governo republicano em 29.04.1890. E concluiu sua explanação citando a “Resenha Financeira do ex-Império do Brasil”, de autoria de Amaro Cavalcanti: “...o Império deixou uma dívida total de 30.283.300 libras inglesas”.

Pois bem. Carioca da gema, nascido literalmente em berço de ouro e revelado adulto em tenra idade, cresceu, amadureceu e envelheceu à feição da classe de senhores de escravos que regia os destinos do País. O preceptor José Bonifácio, que poderia incutir no herdeiro presuntivo, idéias progressistas, foi logo afastado. E o Pedro brasileiro aflorou publicamente aos 15 anos, tímido e introvertido, fruto do chamado “golpe de estado da maioria”, e nunca desapontou a oligarquia dominante, que sempre confiou no seu conservadorismo, principalmente quanto ao anacrônico e perverso sistema social que manteve por quase meio século, esteado em três colunas basilares: a poderosa Igreja Católica Apostólica Romana, a força do Poder Moderador, que situava nossos monarcas bem perto do despotismo, e o latifúndio legado pelos antepassados dos tempos coloniais.

Em um tempo em que não era raro prender, surrar e assassinar jornalistas de pensamentos opostos, e empastelar órgãos de comunicação, Sua Majestade Imperial aceitava democraticamente veementes, desrespeitosas e, às vezes, infundadas críticas, inclusive a alcunha de “césar caricato”, que lhe faziam seus adversários mais viperinos.

16. Quase sete milhões de libras esterlinas, para financiar a Guerra do Paraguai.

17. Três milhões e meio, destinados a cobrir déficits decorrentes da mesma campanha.

18. Vinte milhões. Todos os compromissos foram honrados pelo novo regime.

O Império era considerado pelos opositores uma "democracia às avessas", pelo fato de o chefe-de-gabinete ser nomeado pelo Imperador, sem ouvir o Congresso. Só então o nome escolhido arbitrariamente era apresentado àquela Casa para homologação, contrariando o mecanismo adotado pelas monarquias européias, onde o Congresso elegia o 1.º Ministro, o qual, já investido do cargo, exibia suas credenciais ao chefe de Estado, o rei.

Portador do mal congênito que afligia o sangue azul dos Bragança, as pronunciadas bochechas — que ele disfarçava através de venerandas barbas — diabético, não conseguia dissimular a voz fina que o martirizava e o incapacitava de pronunciar a "fala do trono", ato que confiava a terceiros, e ao qual comparecia como assistente, mas de faustoso cetro à mão e opulento manto imperial, em que se destacavam aplicações de numerosas plumas coloridas arrancadas de papos de tucanos, além da imponente coroa imperial, incrustada com mais de um milheiro de refulgentes diamantes e pedras preciosas.

Desposou, em 1843, a princesa Tereza Cristina Maria de Bourbon (1822-1889), filha de Francisco I, Rei das Duas Sicílias, a ele imposta pelo Regime, e com quem teve quatro filhos: Afonso (1845-47), Isabel, Leopoldina (1847-71) e Pedro (1848-50).

Do mesmo modo que o pai, encontrou dificuldades para concretizar o matrimônio, frustrando pretensões de casar com rapariga das cortes da Áustria, da Rússia ou da Espanha.

O contrato foi assinado em Viena, e o cônjuge — que conhecera a noiva

por retrato — não pôde dissimular sua decepção, ao vê-la desembarcar, desgraciosa, no cais do Rio de Janeiro, em meio a cerimonial esplendoroso e intensos festejos populares programados pelos acólitos da corte.

Documentos divulgados recentemente comprovam que a figura terna de D. Pedro II acalentou sonhos e devaneios amorosos, através de cartas apaixonadas remetidas a cortesãs, atrizes e admiradoras, como qualquer mortal. Afagos platônicos ou não, as propostas de troca de fotografias e de *souvenirs* e as revelações de intimidades de alcova anunciam o lado humano e másculo da pessoa em cujas veias corria o sangue galante de D. Pedro I, exorcizado do sufocante mito de criatura extraterrestre invulnerável às emoções da vida e imune às tentações da carne que muitos de seus apologistas, equivocadamente, tentam impor à sociedade brasileira.

A condessa de Barral, ex-aia das princesas Isabel e Leopoldina, foi a mais íntima amiga do nosso Pedro, discreto apreciador da sensualidade feminina, mas várias beldades mantiveram ligação, pelo menos epistolar, com ele, também colecionador de retratos de lindas e famosas artistas francesas, e de outras partes do mundo, até moscovitas. A condessa de Latour, Clair D'Azy, Anne de Villereune, Anne de Balligand e Eponina Otaviano foram-lhe assíduas e carinhosas misivistas, de acordo com Tobias Monteiro.

Buscando o reconhecimento internacional tácito da realeza brasileira,

casou as filhas com jovens fidalgos europeus de sangue azul, ao invés de eleger membros da nobreza cabocla, conduta que, mais tarde, trouxe óbices à sucessão, por força da rejeição espontânea aos "estrangeiros" de parte da sociedade mestiça do lado de cá do oceano.

A atitude imperial resultara antipática e incompreensível, já que, segundo R. Magalhães Jr., em 67 anos de monarquia foram conferidos 388 diplomas nobiliárquicos — não raro a ricos comerciantes de escravos, a cortesãos e a estrangeiros como, por exemplo, o escocês almirante Cochrane (marquês do Maranhão) — a saber: 1 duque, 7 marqueses, 10 condes, 54 viscondes e 316 barões, relação a que deve ser acrescido, no mínimo, o nome do duque de Saxe, o outro genro de D. Pedro II e da duquesa de Goiás, filha ilegítima e querida de D. Pedro I.

Inexistiam critérios judiciosos para a concessão dessas mercês, que não eram hereditárias, reforçando a autoridade pessoal do monarca, e muitas vezes eram obtidas a peso de ouro. Atente o leitor, que a aristocracia constitua uma camada social superior ao brasileiro comum, detendo privilégios de cidadania de 1ª classe, tal como ter seus bens e propriedades considerados inalienáveis para arresto judicial. Por ser humanamente impossível promover a essa categoria todos os colaboradores prestimosos que gravitavam em sua órbita, via-se Sua Majestade na bizarra posição de ter de apartar os ciúmes e cobiças, as intrigas e maledições que compunham o dia-a-dia do paço imperial e sua corte.

Ainda que se mostrasse pessoalmente amigo das letras e das artes, escritor e poeta bissexto que era, alguns pesquisadores consideram o seu reinado obscurantista, pois o sistema educacional brasileiro foi relegado a segundo plano, o que se comprova por dois fatos esclarecedores: os cursos jurídicos existentes no País, à época, remontavam ao primeiro reinado e a nossa universidade mais antiga surgiu na República, quando, na Argentina, existiam escolas superiores desde o início do século XVII.

Sua figura simpática, serena e declarada sagrada pela Constituição (o que não impediu que fosse vítima de um atentado, em 1889) é exaltada, quase mitologicamente, pela maioria de nossos historiadores e exegetas, mas o papel por ele exercido na direção dos destinos nacionais por período consideravelmente longo e atribulado, poucas vezes é analisado pelos estudiosos com imparcialidade científica.

O último ato do último Imperador foi convidar o conselheiro Saraiva para organizar novo gabinete ministerial. O veterano político aceitou a incumbência, condicionando-a, porém, à anuência de Deodoro.

Melancolicamente, D. Pedro II tomava consciência de que o Poder lhe fugira das mãos...

...E A REPÚBLICA PROVISÓRIA

O Exército inquietava-se com o reaparecimento do prestígio da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério

da Justiça, desde que surgira a “questão militar”, e manifestava desagrado com a larga distribuição de patentes da citada corporação e de títulos nobiliárquicos, constante nos despachos recentes do Imperador.

Seu principal líder, o marechal Deodoro da Fonseca — guerreiro de realce na campanha do Paraguai, da qual participou desde o início das hostilidades até a ocupação militar daquele país — era um homem austero, vaidoso, digno, de olhar penetrante, possuidor de invejável porte varonil. Perfumava as barbas, envergava impecáveis uniformes e elegantes trajes civis, sendo admirado pelo sexo oposto. Exalava autoridade e respeito, por suas atitudes sempre firmes de chefe bravo na guerra e severo na paz. Asmático, disciplinador, crente em Deus, não tolerava o pacifismo dos positivistas agnósticos e a indisciplina nascente que ameaçava a coesão do seu querido Exército, naqueles momentos de apreensão por que passava o Brasil.

Assim, não assimilou pacificamente a derrota eleitoral para o Senado do Império, representando a província do Rio de Janeiro, em 1887. Creditou-a a seus inimigos encastoados na corte, o que, de resto, era verdade, haja vista que as eleições vigentes eram viciadas, a “bico de pena”, e a situação raramente era vencida. Beneficiava-se de um diminuto contingente nacional de 200.000 eleitores (1,5% da população), sem representatividade, pois os analfabetos (78% dos brasileiros) e os cidadãos com menos de 100.000 réis de renda mensal, não votavam.

Deodoro entrara em rota de colisão

com a cúpula dirigente, desde os episódios em que foram envolvidos o coronel Cunha Matos (1885) e o tenente-coronel Sena Madureira (1886), na chamada “questão militar”, atuando com vigor na defesa do que considerava direito dos citados oficiais. Ao morrer seu irmão, o barão de Alagoas, em 07.03.1889, os laços de cortesia com a realeza foram definitivamente cortados.

Monarquista, respeitava a pessoa do Imperador, seu compadre, mas não perdoava o séquito de gala que o cercava, pois, ao lado de personalidades dignas e respeitáveis, dele faziam parte, em contrapartida, áulicos, arrivistas e as deslumbrantes damas de honra.

A elite dirigente admitiu de bom grado o desafio proposto e andava às turras com ele, transferindo-o para fúrias guarnições militares, quando não o transformando em um marechal em disponibilidade, sem comando, em plena corte de São Cristóvão. A boa política e a cautela ensinavam que o orgulhoso alagoano, oficial mais condecorado do Exército, deveria ser atraído pela nobreza, e não hostilizado publicamente. Ao invés do confronto ostensivo, urgia integrá-lo ao sistema, eis que, logo após a República — que eliminara a concessão de títulos nobiliárquicos — foi aclamado, desvanecido, no posto de “generalíssimo de terra e mar”, inexistente na hierarquia militar. Por outro lado, seu irmão, que exercia as funções de veador de Sua Majestade a Imperatriz, embora de menores expressão e prestígio nacionais, falecera como partícipe da intimidade

palaciana, e outro mano, presidente da província da Bahia, monarquista fiel, somente reconheceu o novo regime no dia seguinte à proclamação, após sabê-lo decretado por Deodoro.

Unitarista, superou a enfermidade com obstinação e deixou leito e medicamentos diretamente para o dorso do cavalo baio nº 6¹e sem desembainhar a espada, proclamou a República "provisoriamente", como se fosse possível derrubar temporariamente um trono e revogar títulos de exceção, honras e privilégios, enfim, todo o modo de vida derivado da sua existência. Talvez o vacilante advérbio tenha sido indicação de Deodoro, pois os republicanos que o secundavam, jovens e radicais, acreditavam firmemente no regime de seus sonhos, como é notório, embora o Parlamento contasse com apenas 2 deputados republicanos assumidos. E, provavelmente, o encanecido marechal não teria apreciado a adoção do federalismo, determinado no mesmo decreto como a futura forma de governo.

Fundador e primeiro presidente do Clube Militar (27.06.1887), cujos estatutos eram claros quanto à sua finalidade de "defender os interesses da classe", não compactuava com a escravatura e verificava, com apreensão, que, desde 1881, os ministros da guerra tinham sido personalidades civis — sem demérito ao valor pessoal de cada um — traduzindo o límpido sintoma da desconfiança do Imperador em relação aos chefes militares.

O tempero romântico esteve também presente: a notícia da nomeação do líder liberal gaúcho Gaspar da Silveira Martins para chefe-de-gabinete

trouxe-lhe à mente a imagem inesquecível da prenda riopardense — filha viúva de um cavalariano de escol, barão pelo seu valor, morto em combate na guerra do Paraguai — e pomo de discórdia entre ambos.

Suas mágoas e o desencanto atingiram o paroxismo, ao constatar que o soberano nomeara, para o Senado Vitalício, apenas 3 militares e outros 3 para o Conselho de Estado, nos últimos 40 anos. Desarmado, só e a pé, transpôs sereno o pórtico do palácio da guerra, para o inexorável encontro que marcara com o destino. Era o ocaso do "pétreo poder".

Assim como o monarca decaído resguardou com altivez a sua dignidade pessoal, os pioneiros republicanos souberam manter o respeito a toda a família real, inclusive concedendo um expressivo estipêndio para o ex-ocupante do trono, bem como assegurando aos seus herdeiros diversas propriedades privadas da coroa, além de um valdêmio que perdura até os dias atuais.

A ordem do ajudante-geral interino, marechal Floriano Vieira Peixoto (cujo nome fora vetado para ministro da guerra pela princesa Isabel, segundo Moreira Bento), comandante operacional do Exército, transferindo o 9º RC do bairro de São Cristóvão — a Vila Militar da época — para ocupar o prédio da Escola Militar da Praia Vermelha, na noite de 14/15,¹⁹ detonou nos quartéis, como o tiro terrorista que

19. Coincidentemente, a República foi proclamada na mesma data do reconhecimento da autonomia política do Brasil por Portugal e pela Inglaterra: 15 de novembro de 1825.

matou o grão-duque austríaco, estopim da I Grande Guerra.

O major Solon Ribeiro, comandante daquela Unidade e oficial arregimentado de posto mais elevado — porquanto o tenente-coronel Silva Telles, comandante do 1º RC, alheiar-se à insurreição — decidiu botar a tropa na rua, imediatamente. Quem quisesse que aderisse. O objetivo era o edifício do Ministério da Guerra, situado no Campo de Santana, onde o gabinete Ouro Preto estava em reunião permanente. Os correligionários civis e os principais líderes militares do movimento republicano (Benjamin e Deodoro) não se encontravam no aquartelamento: o primeiro incorporou-se à coluna no local onde hoje fica o gasômetro e, o segundo, na altura da atual Praça Onze. Os meios disponíveis — homens, metralhadoras e canhões — reunidos no interior e nas imediações do Quartel-General, para a defesa do Império agonizante e colocados sob o comando direto do barão do rio Apa, primo de Deodoro e, teoricamente, subordinados a Floriano, eram superiores, em número, aos da reduzida força que, ousadamente, arremetia a posição. O barão de Maracaju, outro primo-irmão, como ministro da guerra completava o esquema de segurança da coroa combatida.

*

“Acautelou-se, com elegância, a ida do ex-monarca para a Europa com todas as honras, respeito e deferência, levando a bordo ajudante-de-ordens,

médico particular, todos os familiares, alguns fidalgos e criados, sendo até comboiado por navio de guerra ostentando, porém, a primeira bandeira da República” (Silveira do Prado).

Até os nossos dias, o Exército mantém a tradição republicana de o comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda — “Dragões da Independência” — montar sempre um cavalo baio nº 6, simbolismo regulamentar em referência ao número e pelagem do corcel que serviu ao marechal Deodoro da Fonseca, no ato da Proclamação.²⁰

Confirmando a ausência de ressentimentos e rancores ao monarquismo, enumera em sua ordem de batalha um tradicional “Batalhão D. Pedro II”, em Petrópolis (RJ) e um insólito “Grupo D. Pedro I”, em plena capital do País.

20. Os 1º e 9º RC, respectivamente sob os comandos do tenente-coronel Silva Telles e do major Frederico Solon Ribeiro, ocupavam o mesmo aquartelamento — as antigas baías do palácio da Quinta da Boa Vista, adaptadas, onde está hoje o Jardim Zoológico — e, na prática, constituíam uma só Unidade, pois oficiais e praças confraternizavam e partilhavam os mesmos anseios e agruras, da mesma caserna. 32 oficiais subalternos dessas organizações militares assinaram solenemente o célebre pacto de sangue de 12 de novembro de 1889. O 9º RC (atual 17º RC Mec, “Regimento Solon Ribeiro”) viera transferido de Ouro Preto, no ano anterior, devido a um incidente disciplinar de grandes proporções com a força policial daquela província.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DE CONSULTA

BENTO, Cláudio Moreira. *Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca*, in *Anais da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República*, IHGB, Rio, 1989.

ECEME. *Evolução Política do Império*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1969; *Evolução Social e Econômica do Império. A Abolição e a República*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1969.

Edição Especial da Revista *Veja*, de 20 de novembro de 1989.

Edição do Centenário da República do *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1989.

Edição Especial da *Revista do Exército Brasileiro*, Out/Dez. 1989.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. *Os Militares e a Política Durante o Império*, in *A De-*

fesa Nacional, Abr/Jun 1001 (1ª parte) e Jul/Set 1991 (conclusão).

LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1927.

PRADO, Francisco Silveira do. *D. Pedro II*, in *Revista do Exército Brasileiro*, Jul/Set 1991.

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu Mundo*, Editora Documentário, Rio, 1976.

Anais do Congresso Nacional.

Acervo da Biblioteca Nacional, particularmente a doação do historiador Tobias Monteiro.

Trabalhos do autor publicados em revistas militares, com ampla bibliografia.

MUSEU IMPERIAL (Petrópolis-RJ).

Nota do Autor: Os dados pessoais, datas e eventos relatados foram coligidos de conhecidas enciclopédias e de livros didáticos, mas as análises e avaliações sobre determinados personagens e fatos históricos, ao longo do texto, são de responsabilidade do autor, sob a influência dos trabalhos indigitados.



Cel Cav R/1 DAVIS RIBEIRO DE SENA — possui os cursos normais da carreira de oficial do Exército Brasileiro, além de ser bacharel em Administração de Empresas. Estudioso da História do Brasil, particularmente da História Militar, tem vários artigos publicados em revistas e jornais, inclusive na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Serviu nos 4 Exércitos e no Comando Militar do Planalto (CMP), exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército, trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambai-MS). Concluiu sua carreira na Ativa, exercendo as funções de E/1 da 1ª Divisão de Exército, "Divisão Mascarenhas de Moraes", sediada na Vila Militar, Rio de Janeiro. Pertence ao IGHMB e, atualmente, é o Redator Executivo da *Revista do Exército Brasileiro*.



VINTE E UM ANOS DE OPERAÇÕES “NINFA”

Gil Cordeiro Dias Ferreira

Narração do que foi a “Operação Conjunta Preliminar Rio Apa” (12.07 a 04.08.71), origem da série “Ninfa” de operações ribeirinhas combinadas, envolvendo o Brasil e o Paraguai.

Registra, também, de maneira sumária, o que ocorre atualmente, em termos desse tipo de operações, no Pantanal Matogrossense.

INTRODUÇÃO

No período de 12 de julho a 4 de agosto de 1971 — há precisamente vinte e um anos — realizava-se, ao longo do rio Paraguai, o primeiro “exercício fluvial” reunindo as Marinhas do Brasil e do Paraguai. Foi a “Operação Conjunta Preliminar Rio Apa”, que dava início à série NINFA, de Operações Ribeirinhas (OpRib), hoje realizadas bienalmente, nos anos pares, revezando-se o comando, agora combinado, entre os dois países. Por essa razão, o as-

sim chamado “exercício fluvial” é até hoje informalmente conhecido por “NINFA ZERO”.

Por ter tido a oportunidade de participar da operação, não posso me furtar à “celebração”, vinte e um anos depois, do que considero uma *maioridade ribeirinha*, tal o grau de sofisticação que as “NINFA” vêm atingindo.

O presente artigo tem por propósito, além de narrar o que foi aquela experiência pioneira, relatar, de maneira sumária, o que ocorre atual-

mente, em termos de OpRib, no Pantanal Matogrossense.

Além disso, admito não ter conseguido conter uma ponta de vaidade, por terem, os Fuzileiros do Pantanal e a Flotilha de Mato Grosso (FlotMT), precedido seus irmãos da Amazônia, na "largada" para a realização de adestramento sistemático de OpRib. Mas que essa construtiva emulação seja proveitosa para o aprestamento operativo de uns e outros, é o que espero.

PRELIMINARES

Até 1971, o contato da Marinha Brasileira (MB) com a Armada da República do Paraguai (ARP), embora já antigo, limitava-se fundamentalmente à ida de um navio à cidade de Assunção, para as comemorações da independência daquele país, no mês de maio. O GptFNLa¹ participava apenas com a guarda da Bandeira, em face da pouquíssima disponibilidade de espaço a bordo de quaisquer dos navios da FlotMT — o antigo *Paraguassu* (baixa em 1971), o Monitor *Parnaíba* ou o Navio-Tanque *Potengi* (os dois últimos ainda na ativa) são os mais antigos navios da MB em serviço, incorporados, respectivamente, em 1937 e 1938.

Em 1971, entendimentos entre os dois governos, acentuados pela inauguração, em junho daquele ano, da "Ponte da Amizade", sobre o Rio Apa, bem como pela preocupação mútua com o agravamento da atuação de

grupos guerrilheiros em toda a América do Sul (Tupamaros, Montoneros, M-19/FARC, MR-8, ALN, VPR etc), conduziram à criação da série "NINFA".

A partir daí, a aproximação se acentuou. As viagens de representação, em maio, graças à incorporação do novo *Paraguassu* e do *Piraim*, passaram a contar com um contingente maior da MB.

Inicialmente, as "NINFA" eram anuais e antecipadas por uma "Pré-NINFA", ao regresso da viagem de representação. Considerações de ordem econômica, todavia, conduziram à programação bienal do exercício. Entretanto, o adestramento em OpRib, no Pantanal, não foi reduzido, pois nos anos ímpares, realiza-se pelo menos uma "RIBEIREX", com a participação de destacamentos variados da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) e da Esquadra (ForS/GRUMEC, ForAerNav),² logo após a viagem de representação, que ainda é anual.

Mas, voltemos à "NINFA-ZERO".

SITUAÇÃO, MISSÃO, ORGANIZAÇÃO

A situação política da época conduziu à visualização de uma atuação guerrilheira. O quadro delineado foi o de cerca de três grupos, cada qual variando de dez a vinte guerrilheiros, atuando na zona limítrofe Brasil/Paraguai (ao longo do rio Apa), tra-

1 Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário.

2 Força de Submarinos/Grupo de Mergulhadores de Combate, Força Aeronaval.

zendo insegurança à população, emboscando embarcações e cruzando frequentemente a fronteira, de forma a escapar à ação repressiva das Forças Armadas (FA) de ambos os países.

O GptFNLa extraiu sua tarefa da Ordem de Operação (OOp) emitida pelo Comando Naval de Ladário (CNLa), que determinava a realização de "desembarques e assaltos". O texto final da missão foi: "Desembarcar em trechos previamente selecionados do território brasileiro, a fim de localizar, capturar, repelir ou eliminar possíveis grupos de guerrilheiros, assinalados ao longo das margens dos rios limdeiros entre o Brasil e o Paraguai; e realizar desembarques e assaltos previstos, a fim de efetuar incursões limitadas."

Para o cumprimento dessas missões, as forças do CNLa se organizaram em uma *Força Móvel Fluvial* (FT-65), sob o comando do capitão-de-corveta (CC) José Francisco do Prado Gondim, comandante da FlotMT.

O velho *Paraguassu*, que daria baixa poucos meses depois, e o Monitor *Parnaíba*, que se encontrava com problemas na máquina do leme, não participaram. O transporte foi provido por um navio mercante do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) — o *Guarapuava* — afinal adquirido pela MB e denominado, hoje, de *Paraguassu*.³

A força tarefa (FT) se compunha de três grupos-tarefa (GT):

- GT 65.1 (Grupo de Comando

e Serviços), constituído: pelo *Guarapuava* (comandado pelo CC Paulo Paulista Sampaio, tendo, como imediato, o capitão-tenente (CT) Jorge de Andrade Falcão); e pelo NT *Potengi*, sob o comando do CT Gustavo Bentmüller;

- GT 65.2 (Esquadrão de Assalto Fluvial — EAF), comandado pelo CT Carlos Rogério Bonorino Nobre, com quatro embarcações de desembarque de viaturas e pessoal (EDVP) e três lanchas-patrolha fluviais (LaPaFlu), recém-obtidas; e

- GT 65.3 (Grupo de Desembarque e Assalto — GDA), comandado pelo CC (FN) Nelson da Costa Rezende, comandante do GptFNLa, e contando com um PelFuzNav (Ref),⁴ liderado pelo autor deste artigo, então 1º Ten (FN).

Por dever de ofício, recorro outras autoridades que, embora não comparando ao exercício, dele participaram na fase de planejamento ou nas reuniões de crítica: contra-almirante (C Alte) Ivan Modesto de Almeida, então comandante naval de Ladário, já falecido; CT Ronaldo Schara, seu assistente; e capitão-de-fragata (CF) Luiz Philipe da Costa Fernandes, chefe do estado-maior (CEM) CNLa, dentre outros. O ComOpNav enviou dois observadores: CF Eduardo Russo e CC (FN) Roberto Miranda.

A Armada da República do Paraguai (ARP) compareceu com um "Baque de Desembarco de Utilitários" (BDU),⁵ duas LaPaFlu e um contin-

³ Observe-se a redação do mesmo nome, antes com "ç" e agora com "ss".

⁴ Pelotão de Fuzileiros Navais Reforçado.

⁵ Espécie de embarcação de desembarque de carga geral — EDCG, de maior capacidade que as brasileiras.

gente de cerca de cem IM (*infantes de Marinha*), que receberam muitos equipamentos nossos — particularmente de comunicações — por empréstimo. Dentre seus oficiais, recordo-me do capitão-de-navio Tomas Galeano, comandante da força; do CC Carlos Royg, seu chefe do Estado-Maior; e do Ten Andres Legal, comandante da tropa.

Se o "BDU" paraguaio era bastante rudimentar e operacionalmente inferior aos navios brasileiros, as LaPaFlu, inversamente, eram bem melhores. A propulsão era provida por dois motores centrais, GM diesel, que lhes permitiam atingir até quase 50 km/hora, contra os cerca de 22 alcançados pelas brasileiras, impulsionadas por motores de popa Volvo-Penta, de rabeta curta. E mais, nosso armamento consistia em duas metralhadoras *Browning*, 7,62mm (.30), enquanto as paraguaias eram de calibre 12,7mm (.50), sobre reparos que permitiam melhores ângulos de tiro, inclusive antiaéreo. Por fim, os equipamentos de comunicações das lanchas paraguaias eram bem superiores aos das nossas.

Recordo ainda que, por determinações superiores, emanadas de entendimentos diplomáticos, cada força só poderia desembarcar tropas no território de seu próprio país. Todavia, trocaram-se observadores desarmados, o que foi bastante proveitoso para ambos os países.

CONCEBENDO UMA DOCTRINA

O leitor já terá observado, pela denominação dos GT que compunham

a FT-65, o quanto éramos carentes (e talvez ainda o sejamos) de manuais de OpRib, de experiência, de uma terminologia comum, de uma doutrina, enfim. À falta de tudo isso, partiu-se para a "criatividade". Assim é que o Anexo "D" à OOp da FlotMT ("Organização das Operações Fluviais") trazia uma série de conceitos, enfeixados sob a denominação geral de "Doutrina Estabelecida", tais como: *Operação Fluvial* (visaria à negação do uso do sistema hidroviário ao inimigo); *Operação em rio* (não incluía ações terrestres); *Força Móvel Fluvial* (atualmente, Força-Tarefa Ribeirinha — ForTaRib); e os já mencionados *Esquadrão de Assalto Fluvial* (embarcações destinadas a apoiar o cumprimento de várias tarefas, entre as quais a de desembarcar a tropa) e *Grupo de Desembarque e Assalto* (tropa embarcada na Força Móvel Fluvial).

Alguns anos depois, criou-se a URB — unidade de reconhecimento e busca. Essa unidade-tarefa (UT) consistia em um conjunto de embarcações e tropa que se deslocava à frente da ForTaRib, para localizar o inimigo e, se dentro de suas possibilidades, destruí-lo ou repeli-lo.

Atualmente, ainda não dispomos de manuais mais completos para a execução da OpRib, particularmente em nível tático, ou seja, para emprego a partir do escalão companhia de fuzileiros navais (CiaFuzNav). Algumas tentativas já foram feitas, pela constituição de GT,⁶ na Amazônia e no Pan-

⁶ Grupo de Trabalho.

tanal, incumbidos de elaborar publicações nesse sentido.

Mas as experiências colhidas nos exercícios realizados, nesses dois decênios, por forças do 4º e do 6º Distritos Navais (DN), com a participação da FFE, da Esquadra, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB), têm fomentado o desenvolvimento de uma doutrina. Além do constante da Doutrina Básica da Marinha e do tradicional manual norte-americano *Riverine Operations*, outras fontes, principalmente da ESG, do EMFA e do CIASC,⁷ podem e devem ser consultadas, para realização de OpRib.

Os relatórios dos GT conduzidos no 4º e no 6º DN também são excelentes subsídios para os planejadores de OpRib. Mas creio que tal bibliografia, tão farta e variada, poderia ser condensada em manuais do ComOpNav, específicos para a Amazônia e o Pantanal, o que, em meu entender, contribuiria para a consolidação doutrinária e a unificação da linguagem, além de facilitar bastante o trabalho das forças brasileiras empenhadas nesses exercícios.

Fica a sugestão.

EXECUÇÃO

A FlotMT criou cinco conjuntos de "dispositivos táticos": "defesa", "ataque", "deslocamento de forças", "estacionamento de forças" e "manobras conjuntas com a FT para-

guaia". Cada um deles era subdividido em três ou quatro "situações", conforme, por exemplo: o dispositivo do inimigo ("defesa"); o número de locais de desembarque da tropa ("ataque"); as possibilidades de contato com o inimigo ("deslocamento"); o tipo de manobra — fundeio ou atracação ("estacionamento"); e as várias formaturas possíveis, com os navios paraguaios.

Cada dispositivo recebia uma *denominação* (alfabeto fonético internacional, nomes de peixes ou estrelas), um *conceito de emprego* e uma *descrição* pormenorizada (navios ou embarcações empregados, movimentos a serem executados, distâncias, velocidades etc.), acompanhada de gráficos.

No que diz respeito à tropa, tudo começou com um inusitado processo de obtenção de meios, simultaneamente a um árduo adestramento.

Aquela época, o GptFNLa ainda era estruturado como companhia, sem dispor de EM.⁸ O armamento era o fuzil FS e, os equipamentos de comunicações, nada menos que os antigos AN-GRC/9 e AN-PRC-10.

O comandante do GptFNLa, bastante entusiasmado, conseguiu sensibilizar várias autoridades navais para a necessidade de sua tropa se apresentar muito bem naquele primeiro exercício internacional. E assim conseguiu, parte por empréstimo, parte em caráter definitivo, vários equipamentos, como o FAL, bússolas, mosquetões de montanhismo, cabos de nylon, coturnos de selva, transeptores mais mo-

⁷ Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo.

⁸ Estado-Maior.

ternos, material de demolição etc.

A tropa foi organizada em um PelFuzNav (Ref). Os GC,⁹ entretanto, não eram constituídos exclusivamente por infantes, já que o emprego em OpRib difere bastante da atuação tradicional da Infantaria — outras habilidades são necessárias, para o combate no Pantanal. Assim é que aquela fração contava com praças de Comunicações, Engenharia, Artilharia, Saúde e até Artífices. Duas características, entretanto, eram comuns a todas — o acentuado vigor físico e a habilidade para se deslocar, combater e sobreviver naquele agressivo terreno.

O adestramento foi longo, variado e intensivo. Contou-se, inclusive, com a presença de uma praça cursada em guerra na selva, cujos conhecimentos foram de intensa valia.

Um fato curioso foi a coincidência da presença, em Corumbá, de um técnico do Instituto Butantã, que ministrava instrução de ofidismo, por solicitação do Sindicato Rural, para vários fazendeiros. Esse técnico conduzia para a cidade várias cobras, acondicionadas em caixas especiais, mas identificadas como "soro antiofídico". Todavia, em cidades pequenas tudo se sabe. Após os cursos — um dos quais para o pelotão que atuaria no exercício — nem a ferrovia nem as empresas aéreas aceitaram levar de volta o "soro". A "fama" das casca-veís e corais do Butantã já atingira toda a cidade. Conclusão: retornaram ao GptFNLa, que as doou ao Hospital Naval de Ladário (HNL), onde até hoje

se encontram, conservadas em formol.

O PelFuzNav (Ref) foi denominado de "PELOTAR", à semelhança da sigla usada pelo EB para designar alguns pelotões seus, empregados em Operações Especiais, que tinham, como principal característica, estarem sempre prontos a serem transportados por aeronaves — até hoje o melhor meio de deslocamento no centro-oeste.

Esse "PELOTAR", adestrado em combate de selva, montanhismo, armadilhas, caça e pesca, navegação terrestre, patrulhas, natação utilitária, demolições etc, realizou numerosos desembarques, vasculhamentos de áreas, transposições de cursos d'água (ver Fig. nº 1) e até uma ação real: a abordagem, de surpresa, de uma aeronave civil, estacionada em pista clandestina e suspeita de estar participando de ações ilegais. Mas essa é uma outra história...

E assim, empiricamente, mas com muita "garra", tanto dos fuzileiros quanto dos marinheiros, nasceu a série de Operações "NINFA" — a idade das águas doces — que atinge, em 1992, a idade adulta.

A MAIORIDADE RIBEIRINHA

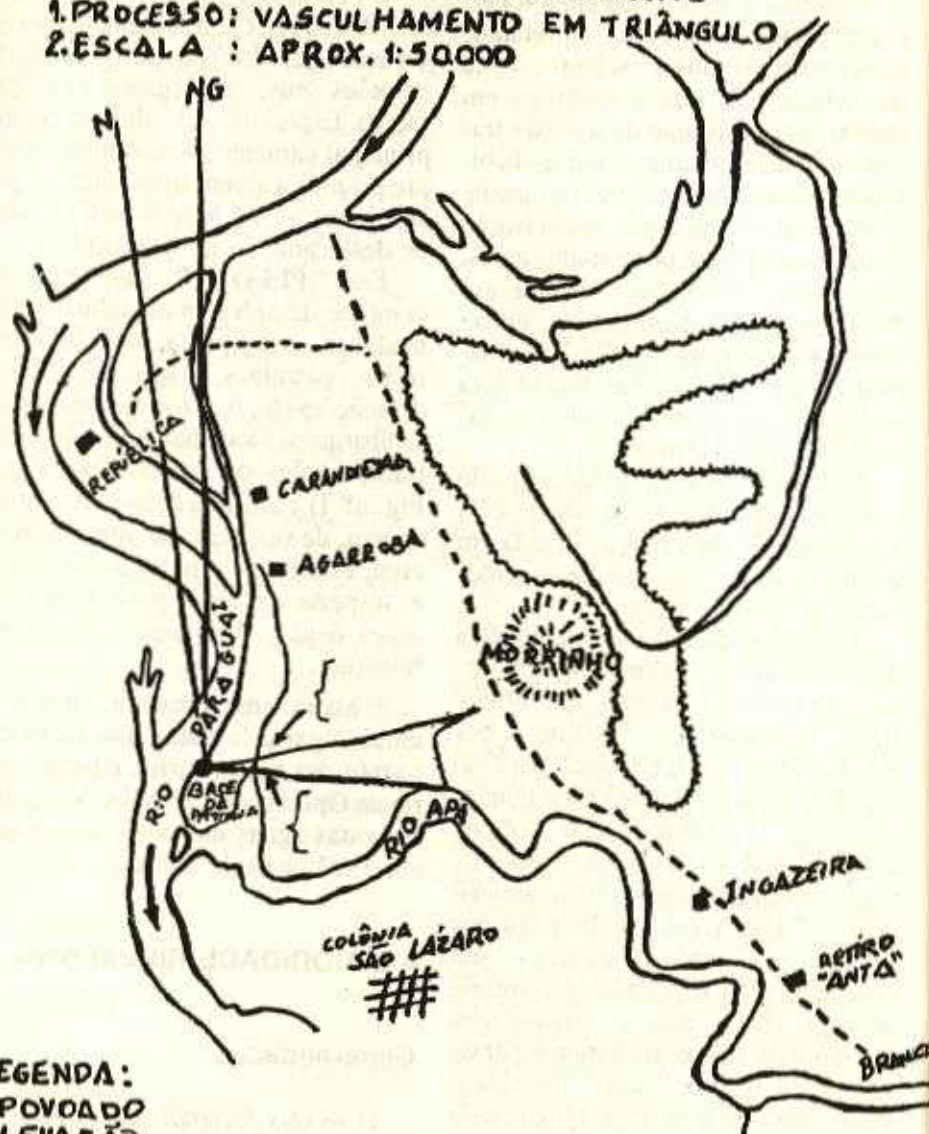
Generalidades

O *modus faciendi* das OpRib, no Pantanal, tem variado bastante, o que é natural, considerando-se uma doutrina em desenvolvimento. Assim, seria arriscado afirmar, agora, que as operações "são feitas atualmente desta

⁹ Grupos de Combate.

CROQUIS DE VASCULHAMENTO

1. PROCESSO: VASCULHAMENTO EM TRIÂNGULO
2. ESCALA: APROX. 1:50000



3. LEGENDA:

■ POVOADO

☼ ELEVACÃO

○ MATO

VILA C/ APROX. 3000 HAB.

— CAMINHO CARROÇÁVEL

ou daquela forma". Algo pode e deve ter mudado, desde que deixei a região, ao início de 1989. Afinal, muitos têm sido os estudos e seminários sobre OpRib, realizados, principalmente, no âmbito do Comando de Operações Navais (ComOpNav) e da Escola de Guerra Naval (EGN).

Gostaria de registrar uma das maneiras como conduzimos, em 1987, não a "NINFA", mas uma "RIBEIREX". Pareceu-me a melhor das experiências. Vamos lá.

Organização

Tudo teve início com uma Carta de Instrução do Com 6º DN, calcada no Plano Geral de Adestramento do Comando de Operações Navais (PGACON). Em decorrência, elaboraram-se três grandes "sistemas":

- a **Força-Tarefa Ribeirinha** (ForTaRib), comandada pelo ComFlotMT e contando com um EM combinado (FlotMT, GptFNLa, ForAerNav). Essa Força também poderia ser comandada pelo ComGptFNLa, como ocorre na Operação "Alagados", outro dos vários exercícios realizados na região;

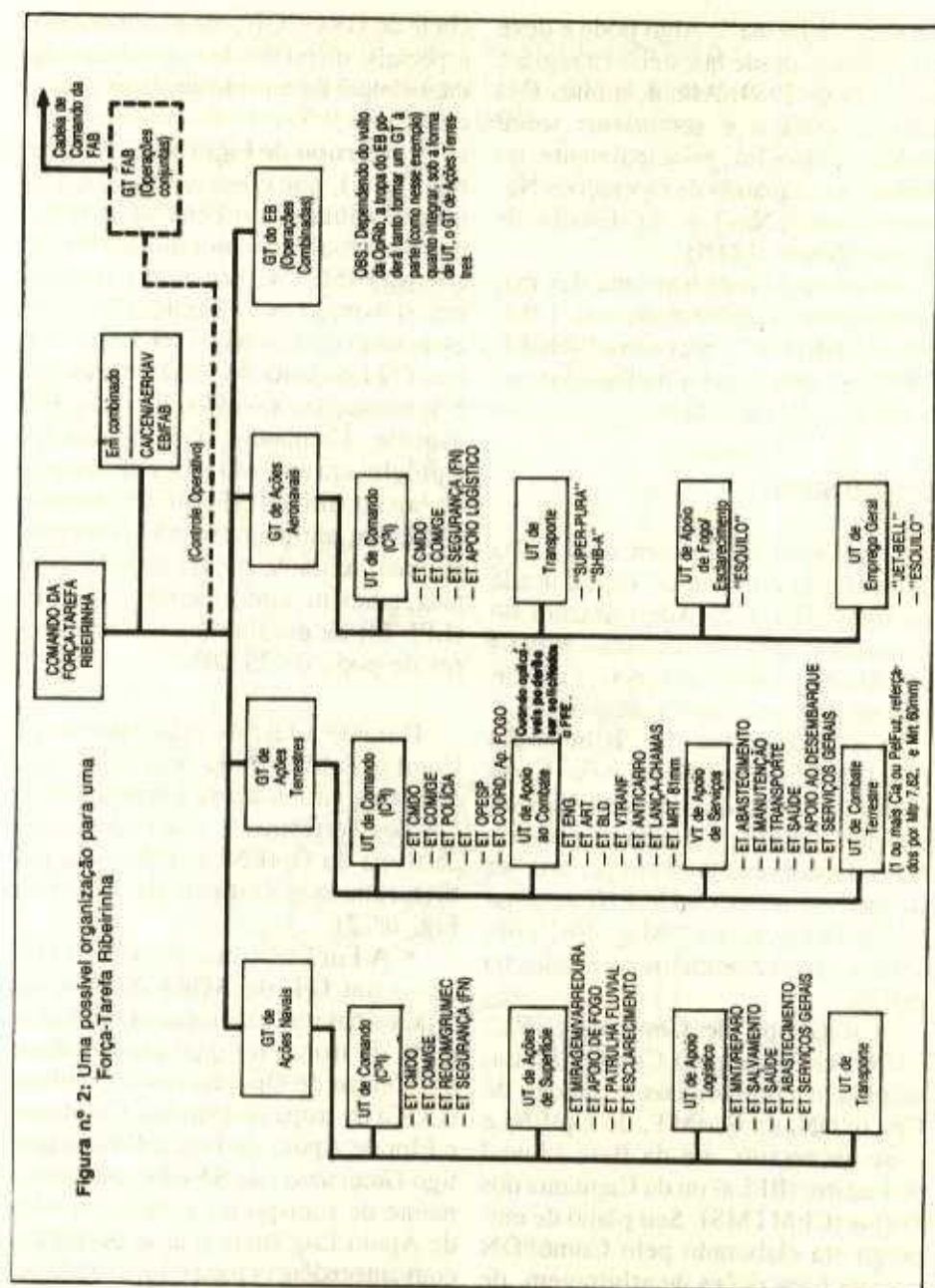
- o **Grupo de Controle** (GRUCON), chefiado pelo ComGptFNLa, mobiliado com oficiais e praças do Com6ºDN, da FlotMT, do GptFNLa e, se necessário, até da Base Fluvial de Ladário (BFLa) ou da Capitania dos Portos (CPMTMS). Seu plano de emprego era elaborado pelo Com6ºDN e trazia prescrições de arbitragem, de segurança e de controle da ação planejada. É interessante ressaltar que o

chefe do GRUCON, em circunstâncias especiais, dispunha de autoridade para interromper ou mesmo encerrar o exercício; e

- o **Grupo de Figurativo Inimigo** (GpFigIni), que consistia em cerca de quinze militares do GptFNLa, reforçados por alguns mergulhadores de combate (MEC). Seu plano também era elaborado pelo Com6ºDN, com assessoria do ComGptFNLa e do oficial FN lotado na Seção de Operações e Informações (SecOpeInfo) do EM daquele Comando. Geralmente, o GpFigIni era apoiado pela embarcação de apoio fluvial (EApFlu) *Antonio João*, um antigo rebocador existente na área, bastante remodelado. E contava, também, com algumas *voadeltras* (LPF-6); de duralumínio, com motores de popa de 25 HP.

Durante a fase de planejamento, o ComForTaRib emitia uma OOp que, dentre os vários anexos, trazia um de "Ações Terrestres", alusivo à atuação da tropa do GptFNLa, reforçada por destacamentos variados da FFE (ver Fig. nº 2).

- A ForTaRib era organizada em:
 - um **GT de Ações Navais**, ou seja, os navios: *Paraguassu*, de transporte de tropa, no qual era instalado um Centro de Operações de Combate (COC) da tropa; *Parnaíba*, Capitânea e Elm de Apoio de Fogo; *Piraí* (antigo *Guaicurus*, do SNBP), exclusivamente de transporte; e *Potengi*, Alm de Apoio Logístico, que se deslocava com antecedência para o local onde seria montada uma "Base de Operações Aérea" (BOA), já que nenhum daque-



les navios dispõe, até hoje, de convés de vôo;

— um **GT de Ações Terrestres**, geralmente organizado em: uma UT de comando e comunicações; uma unidade tática (UT) de combate terrestre; uma UT de apoio ao combate; e uma UT de apoio de serviços ao combate. Essas UT contavam, além da tropa do GptFNLa, com elementos de Operações Especiais, reconhecimento terrestre e anfíbio, comunicações e Infantaria, provenientes da FFE; e

— um **GT de Ações Aeronavais**, com helicópteros (*Esquilo*, *Super-Puma* e, por vezes, até mesmo o *SH-3A*) da ForAerNav.

Embora não tenha ocorrido em 1987, contava-se, em algumas operações, com a presença do EB, seja constituindo um GT à parte, seja integrando o GT de ações terrestres. Mas, a fim de evitar certos "conflitos" do passado, sua zona-de-ação era afastada da dos fuzileiros e o "inimigo" que enfrentava era figurado com seus próprios soldados.

tica" (ZRT) para frações ou subunidades, que vasculham essas áreas, buscando bases de guerrilheiros.

O desembarque geralmente ocorre em regiões onde não é esperada reação. A seguir, a tropa se desloca até uma "área de reunião clandestina" (ARC), de onde se pode partir para um ataque coordenado, pressionando o inimigo — se a situação assim o determinar — com ações do tipo "martelo e bigorna"; ou se podem estabelecer "bases de combate terrestre" (BCT), para o nível CiaFuzNav e/ou "bases de patrulhas" (nível PelFuzNav).

Os navios, fundeados, compõem uma "base de combate flutuante" (BCF). Os MEC procuram atacá-la, e geralmente o conseguem, com sucesso, graças a seu elevado nível de adestramento, como também porque, se os navios fossem adotar as medidas verdadeiramente adequadas para repeli-los (emissão sonar, movimento das hélices, redes) os resultados seriam fatídicos...

A participação da FFE e da Esquadra

Execução

Ao contrário do que se possa imaginar, não é comum, no Pantanal, realizarem-se "assaltos ribeirinhos". A ameaça que se visualiza na região é do tipo "irregular". Por conseguinte, as possibilidades consideradas em relação a ela são muito mais de "atuar" do que de "atacar" ou "defender o terreno". Dentro dessa ordem de idéias, o que geralmente se faz é atribuir "zonas de responsabilidade tá-

Os helicópteros são fundamentais para as OpRib, sob quaisquer ângulos em que se visualize seu emprego. Uma das ações mais interessantes e proveitosas foi a que realizamos em 1988, nas proximidades de Porto Murtinho, quando toda a tropa, sob orientação de instrutores da CiaReconTer, foi adestrada em *rappel*, *pick-up*, *deix-up*, desembarque "hoverando" e outras "interações" homem-aeronave.

Os elementos de Infantaria da FFE

dobram o poder de combate do GptFNLa; a CiaReconAnf provê orientação final para pouso de helicópteros, e, junto com a CiaReconTer, realiza ações específicas, como seus nomes indicam, de reconhecimento; a CiaOpEsp geralmente é empregada em ações de sabotagem das bases inimigas, ou de resgate, como ocorreu em 1987, quando se figurou uma situação em que os guerrilheiros se apoderavam do *Antonio João* (momentaneamente fora de situação) e faziam reféns (recordo-me de que demos ao GRU-MEC e à CiaOpEsp a oportunidade de se adestrarem na técnica de negociação com terroristas, via rádio) e a CiaCom, por fim, multiplica de maneira admirável as possibilidades dos meios de comunicações locais.

Principais vulnerabilidades

O ponto fraco das OpRib no Pantanal ainda são os navios. O *Paraguassu* e o *Piraim* são mercantes adaptados, sem qualquer rusticidade; o *Paranaíba*, encouraçado, navega com dificuldade, pelas restrições de calado em época de seca e pelos problemas naturais, decorrentes de sua idade avançada; além disso, sua fumaça é avistada a quilômetros; e o *Potengi* é apenas um navio-tanque. Restam as *voadeiras*, com as quais foi formado, no GptFNLa, um "grupo de assalto ribeirinho", de grande mobilidade tática, mas bastante vulnerável a ataques das margens. Já as EDVP não parecem adequadas para OpRib, em minha opinião: lentas, difíceis de serem desencilhadas e oferecendo uma silhueta

grande, facilmente identificável, que as tornam presas fáceis de ataques das margens. Por fim, as LaPaFlu, a que me reporteí, já não existem mais, o que é uma pena. Esse tipo de embarcação é de extrema utilidade em OpRib. Mas todo esse quadro deverá se modificar — para melhor — quando o 6ºDN receber um NPaFlu, dotado de convão (o que eliminará a instalação da "BOA") e de instalações para a tropa. Além disso, a ativação do destacamento aéreo embarcado (DAE) da FlotMT — que já dispõe de instalações no Complexo Naval de Ladário — proverá um "salto de qualidade" no aprestamento operativo das forças do 6ºDN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sendo este trabalho uma tese ou monografia, mas simples narrativa, prefiro não buscar conclusões, salvo quanto ao fato de que muito ainda se há de estudar e praticar, até que se possá esboçar uma doutrina de OpRib. Voltemo-nos, entretanto, para outro tema — a situação das Forças Armadas na atualidade.

A partir do término da "Guerra do Golfo", têm vindo a público intensos debates sobre a destinação das Forças Armadas; e neles não se pode deixar de entrever, como pano de fundo, dentre outros fatores, um certo questionamento sobre o *vulto* das FA e a insinuação de que seu melhor emprego seria na defesa das fronteiras e, nesse caso, as OpRib despontam como uma das ações militares de maior probabilidade de execução.

Não é meu propósito debater apro-

fundadamente esse tema, eis que o presente artigo tem conotação meramente histórica.

Mas, como oficial de estado-maior, não me posso furtar à realização de um *brain storming*, considerando o maior número possível de hipóteses, ao enfocar um específico tema militar. Assim, imagino que o destino nos possa impulsionar para ações de fronteira, em ambientes ribeirinhos. Se isso acontecer, a experiência de exercícios anteriores nos será fundamental. Como a trazida pela série "NINFA". *Historia magistra vitae!*

Rememorei, não sem uma certa nostalgia, a concepção e o "partejamento" das OpRib no Pantanal. Relatei sumariamente o que vi anos mais tarde e que, acredito, esteja ocorrendo hoje, no que tange ao adestramento das forças do 6º DN.

Quanto ao futuro um tanto nebuloso, aventado neste final, melhor será que nos preparemos para sua eventual chegada. Afinal, no dizer de Camilo Castelo Branco: "O tempo chega sempre; mas há casos em que não chega a tempo."



CMG (FN) GIL CORDEIRO DIAS FERREIRA — Guarda-Marinha de 1967, possui os cursos Básico, de Comando e Estado-Maior, Superior de Guerra Naval e de Política e Estratégia Marítima da Escola de Guerra Naval. Possui, ainda, o Curso de Estado-Maior da Real Marinha Britânica, além do Curso de Análise de Sistemas (DATAMEC) e o Ciclo de Estudos de Segurança e Desenvolvimento da ADESG. Entre várias funções de relevo exercidas, comandou o Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário. Atualmente, é o Chefe do Departamento de Estudo e Pesquisa do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.



UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA PARA A AMAZÔNIA*

José Benedito de Barros Moreira

Neste ensaio, o autor se propõe a identificar as raízes dos problemas que afligem a Amazônia, e esboçar-lhes soluções, no amplo círculo do poder nacional, "ora submetido a poderosas influências providas da reorganização do poder mundial, conseqüente da derrocada do sistema comunista na, até bem pouco, URSS", conforme ressalta.

*"É preciso ser raposa para reconhecer as
armadilhas, e leão para amedrontar os lobos."*

(O Príncipe — Maquiavel)

*"Não pode ser ignorada a ameaça de
'internacionalização' ou de 'soberania restrita',
verdadeiramente ofensivas à nossa
independência."*

(Senador Irapuan Costa Junior — ECEME, outubro de 1991)

INTRODUÇÃO

Tratar de tema tão amplo e fascinante quanto a Amazônia exige primordialmente a definição do objetivo a ser alcançado e a delimitação do assunto aos aspectos básicos. Não fosse assim, este trabalho

se tornaria por demais extenso, enfadonho e, certamente, inócuo.

Tendo em mente essas considerações, na análise e interpretação de cada fato buscar-se-á identificar e realçar as causas verdadeiramente primárias dos problemas que afligem a Amazônia, evitando as minudências não essenciais.

Tudo isso está coerente com a pro-

* Selecionado pelo PADECEME

posta de uma "concepção estratégica" que se pretende erigir ao longo deste trabalho. A idéia implícita já pressupõe a observância de um enfoque amplo que situa a Amazônia e sua problemática atual como o resultado de um longo processo histórico ainda em curso, exacerbado no momento pela crise que debilita o Estado e pela cobiça internacional declarada sobre aquela área. Em resumo, nosso objetivo será identificar as raízes do problema e propor-lhes a adequada solução no amplo círculo do poder nacional, ora submetido a poderosas influências providas da reorganização do poder mundial conseqüente da derrocada do sistema comunista na, até bem pouco, URSS.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

A Nova Ordem Internacional

O mundo atravessa um período de profundas transformações. O retumbante colapso do comunismo gerou um vácuo de poder que vem sendo ocupado pelos EUA, secundados por seus fiéis aliados: o Reino Unido e a França.

O restante do planeta, atônito, assiste ao exercício desse poder indisputado, do qual a recente Guerra do Golfo Pérsico foi apenas um episódio. Já batizado de "a nova ordem internacional", esse novel esquema de forças, ainda em consolidação, tem sua ação caracterizada por pressões explícitas, ou não, que direta, ou indiretamente, visam ao enquadramento progressivo

dos Estados ainda rebeldes. Os agentes dessas pressões são os próprios governos dos três países mencionados ou, de forma genérica, os países ricos que formam o Grupo dos Sete (G-7). Organismos internacionais supostamente independentes são também muito úteis nesse processo, com destaque para a ONU, o FMI e o Banco Mundial. Outros órgãos não-governamentais (ONG) constituem-se, também, em eficientes canais de pressão, particularmente na área ecológica.

O poder do G-7 é respaldado pelo sólido domínio da moderna tecnologia em relação biunívoca com o poder econômico de cada um dos países componentes daquele Grupo, como sobejamente foi demonstrado por Paul Kennedy. Como conseqüência, a cena mundial é hoje dominada pela velocidade. Ela está presente na informação instantânea que brota de satélites e computadores. Está também nos mísseis inteligentes, nos bombardeiros invisíveis e nos gigantescos aviões de transporte. Essa nova "era da velocidade" causou profunda reviravolta nas relações internacionais. No século XIX, a notícia levava 6 meses para sair da China dos Taipings e chegar à Inglaterra vitoriana. Hoje, a diplomacia se faz em tempo real, seja em sua face de paz, seja de guerra.

O mundo mudou. É importante perceber esse fato e visualizar os riscos que a nova ordem traz aos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

As Projeções do Poder

Em relação ao Brasil, as pressões internacionais se materializam através de ações predominantemente econômicas, políticas e psicossociais. Nenhum *casus belli* pode ser, por enquanto, apontado; todavia é uma hipótese que não pode ser destacada, mormente depois da mensagem de truculência a ser extraída da invasão do Panamá, em 1989, e do massacre do Iraque, dois anos depois.

De forma genérica essas pressões se expressam nas seguintes áreas:

- negociação da dívida externa e manipulação dos créditos internacionais;

- restrições diversas ao intercâmbio comercial;

- restrições ao acesso à tecnologia de ponta;

- posicionamento negativo da mídia internacional (e nacional);

- a questão ecológica, com ênfase na floresta amazônica;

- o problema indígena e o suposto genocídio ianomâmi; e

- o combate ao narcotráfico.

Cada um desses assuntos mereceria, por si só, uma ampla análise, coisa que não interessa ao escopo deste trabalho. Ao longo da exposição, contudo, recorrer-se-á eventualmente a esses conceitos.

É interessante frisar, desde já, a convergência de três desses vetores sobre a Amazônia Brasileira, mais precisamente o arco que vai de Tabatinga ao BV-8. São eles: a questão ianomâmi, o combate ao narcotráfico, e a proteção à floresta.

A CONJUNTURA NACIONAL

O estudo da conjuntura nacional deve ser efetuado à luz do sistema internacional, mais abrangente e com ela profundamente imbricado. Nesse estudo, por ser mais importante para seu escopo, deter-se-á um pouco mais neste tópico de forma a melhor realçar os fatores que influenciam marcadamente a problemática amazônica. Para tanto, empregar-se-á a clássica divisão do Poder Nacional, segundo a ESG.

Expressão Política

A Constituição Federal de 1988 é apontada como um severo óbice à ação governamental. De feição parlamentarista, dotou o Congresso Nacional de poderes tais que parecem entorpecer a ação de governo, que não tenha maioria parlamentar. Por outro lado, a classe política é mal vista pela população em geral, conforme repetidas pesquisas de opinião que têm vindo a público. Denúncias de fisiologismo, nepotismo, absentismo, corporativismo e outros tantos "ismos" negativos tornam o povo descrente de seus representantes.

O Executivo, a seu turno, não transmite ao povo a desejável imagem de competência e probidade. Os desperdícios, as indefinições, o compadrismo, por vezes o amadorismo, deixam o povo inseguro quanto ao seu destino, e torna-o suscetível a boatos e manobras espúrias que oprimem em benefício de pessoas e grupos inescrupulosos. A indefinição de objetivos nítidos e, pior que isso, as contradições, acabam por conduzir o empre-

sariado à abulia e o povo à ataraxia.

O Poder Judiciário tem se revelado mais cioso de suas prerrogativas que zeloso com seus deveres. Gozando de absoluta liberdade de ação, de vez que julga sem ser julgado, a reputação do judiciário — antes acoimado de moroso e ineficiente — fica abalada pelos escândalos que surgem já com certa freqüência envolvendo alguns de seus membros. Os altos salários pagos a seus servidores transmitem a imagem de uma casta privilegiada, alheia aos pungentes problemas nacionais.

Em resumo, o Estado brasileiro esbarra em suas próprias contradições políticas e não consegue encontrar a solução para os agudos problemas que afligem a sociedade, por força da dicotomia entre o interesse genuinamente nacional e a práxis política vigente. Destarte, lacerado pelo conflito entre grupos poderosos, o Estado faz-se fraco e indefeso ante os mag-nos desafios endógenos e exógenos.

Expressão Econômica

Os desmandos políticos têm uma profunda repercussão na área econômica. A maior evidência desse fato reside no refluxo do capital externo e, ainda mais preocupante, na fuga, legal e ilegal, do próprio capital nacional.

O retorno do PIB aos índices de 1980 retrata a decadência de uma economia que, outrora próspera, assombrava o mundo a taxas de crescimento espantosas, no que ficou conhecido na década de 70 como o “milagre brasileiro”. Mas o milagre esvaiu-se por entre as largas malhas da incompetên-

cia e da corrupção, e nosso País, no efeito iô-iô, começa a resvalar perigosamente, ladeira abaixo, fato, aliás, já ocorrido antes, na primeira metade deste século, com nossos vizinhos do Cone Sul, Argentina e Uruguai.

A hidra inflacionária brasileira tem mais de sete cabeças, e nem mesmo Hércules, se contratado para esse 13º trabalho, ousaria aceitar o desafio. Eis que esse vírus insidioso faz hoje parte da cultura nacional, e obra em proveito da classe rica, como uma colossal sanguessuga a drenar a energia produtiva da Nação, concentrando perversa e perigosamente a renda nacional em benefício de poucos.

Corroborando e expandindo essas assertivas, em um relatório preparado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos são apontadas as cinco principais causas da estagnação: a instabilidade econômica e insuficiente capacidade de investimento; o déficit crônico do setor público; a elevada transferência de poupança líquida ao exterior; a ineficiência da ação do Estado; a obsolescência e baixa eficiência do setor produtivo.¹

A esse rol, ainda se pode acrescentar: a legislação caótica e por vezes conflitantes; os privilégios cartoriais e o corporativismo; a infra-estrutura deficiente e depauperada; os desequilíbrios regionais.

Malgrado todas essas mazelas, o País tem condições de sustentar-se sobre seus próprios pés. Tem motivos de orgulhar-se uma Nação que foi capaz de construir Itaipu.

O problema econômico, na reali-

1. Coluna do Castelo, JB, 19.10.91.

dade, não existe. O verdadeiro problema nacional é essencialmente político.

Expressão Psicossocial

O renomado filósofo e historiador Oswald Spengler caracterizava a nação pela existência de um ideal comum.

Qual o ideal da Nação brasileira? Qual a força viva que galvaniza cada um de seus membros e fá-lo dizer com orgulho que é brasileiro? Onde está aquela identificação com os símbolos maiores, que fazia o povo cantar com vibração o Hino Nacional nas grandes conquistas esportivas da década de 70 ou na "campanha das diretas já"?

Infelizmente, o desânimo, a abulia parecem haver se assenhorado da alma nacional. Quais os fatores que conduzem a isso?

Tentaremos responder a essa questão de forma breve, ainda que correndo o risco de errar pela simplificação de problema tão complexo.

- Os desequilíbrios sociais acentuam-se em detrimento dos pobres e miseráveis, que ora empregam todas suas energias na busca da sobrevivência. A criança abandonada é uma consequência desse fenômeno.

- O crescimento da miséria espelha-se no inchamento desordenado dos centros urbanos que se vêem assolados pelo desemprego, miséria, prostituição, fome, violência.

- O crime se organiza e promove a insegurança, acua o cidadão e corrói a força policial.

- O jogo institucional e o ilegal são fontes de corrupção e vendem a ilusão

da riqueza sem trabalho.

- O analfabetismo e a ignorância formam o pano de fundo para o crescimento de perigosas seitas religiosas, já com grande poder junto às classes mais pobres, com possíveis reflexos para a segurança nacional.

- As doenças e a desnutrição endêmicas nas regiões nordeste e norte geram populações raquíticas e nanicas aprofundando o fosso entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas do País.

A enumeração destas mazelas não esgota toda a delicada problemática social do Brasil, mas serve para dimensionar o vergonhoso quadro que tem de ser revertido, sob pena de se ter engrossada a corrente de emigrantes que deixam este País tangidos pela desesperança.

Expressão Militar

O poder militar do Estado é função biunívoca das outras três expressões do poder nacional. Vive para elas e na sua direta dependência. Maquiavel identificou, com admirável clarividência para sua época, a importância do próprio povo na defesa da nação-estado. As guerras napoleônicas viriam a cobri-lo de razão. Clausewitz enfatizou o papel da política na definição dos objetivos do Estado, na paz ou na guerra, e os exércitos como um instrumento dessa ação. Finalmente, Paul Kennedy pôs a nu a estreita dependência que todos esses fatores têm do poder econômico. A ciência de governar está em harmonizá-los.

Um Estado forte precisa de forças armadas (FA) fortes, ou melhor, só se torna forte por possuí-las. A dimensão das FA deve estar coerente com a grandeza do Estado e com os objetivos nacionais de governo e, principalmente, com os permanentes, que garantem a continuidade temporal do Estado como entidade independente e soberana.

Forças armadas: para quê?

Volta-e-meia essa indagação parece perpassar a mídia nacional como um reflexo da insensibilidade de parcela expressiva da população que desconhece o papel que cabe ao braço armado do Estado. Por ignorância, por desinformação, por força de um pacifismo suicida, por simples má-fé, por revanchismo, ou até mesmo como inocentes úteis a fazer o jogo do inimigo, esse tipo de atitude colabora para dificultar às FA o cumprimento de sua missão precípua. O estrangulamento orçamentário é parte desse processo. Com apenas 2,3% do orçamento nacional ou 0,4% do PIB, as FA brasileiras alinham-se entre as menos onerosas do mundo. Chegaríamos à mesma conclusão se a comparação se desse em relação à população ou território.

No momento em que a tecnologia, cada vez mais dispendiosa, torna-se o fulcro da guerra moderna, há necessidade de desenvolver armas e sistemas, ofensivos e defensivos, que sejam capazes de exercer um grau mínimo de dissuasão, frente a qualquer agressor eventual. Não se trata de projetar poder além-fronteiras, pois vivemos em harmonia com nossos vizinhos e não

alimentamos pretensões imperialistas. Trata-se, sim, de obter o mínimo de capacidade retaliadora em face de uma potência do Primeiro Mundo. Af, por exemplo, se enquadra o projeto do submarino nuclear, da Marinha de Guerra, e o veículo lançador de satélites (VLS), da Força Aérea, a merecerem o máximo apoio da Nação.

Auspiciosamente, parece já existir um despertar das elites nacionais para a importância das FA no complexo panorama internacional que se debuxou no pós-guerra do Golfo Pérsico, sob a égide da "nova ordem internacional".

As sugestões para o restabelecimento do acordo militar com os EUA e a crescente pressão para o engajamento das FA brasileiras no combate ao narcotráfico, conforme já ocorre na Colômbia, Peru e Bolívia, são alguns dos óbices externos a registrar. Internamente, além do orçamento precário, já mencionado, inexistente uma política militar integrada que possa obter o rendimento mais eficaz dos esforços ora isolados das 3 Forças.

Desde já, conforme palestras realizadas pelos Ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, no ano de 1991, na ECEME, ficou clara a prioridade da "hipótese amazônica", como área crítica do território nacional, em face dos riscos exógenos já identificados. Os recentes episódios no Rio Traíra, fronteira com a Colômbia, o controle do cólera em Tabatinga, a demarcação das terras indígenas, a explosão de pistas de pouso irregulares são exemplos da crescente importância do trabalho das FA na Região Amazô-

nica, o que é reconhecido e propalado por lideranças políticas estaduais e federais.

A carência de recursos, todavia, limita de forma ntuada a capacidade de ação das FA. A implantação do Sistema de Vigilância Aérea na Amazônia (SIVAM) e a conclusão e expansão do Programa Calha Norte (PCN) são hoje fundamentais para consolidar a presença do Estado naqueles lindes. Em conferência realizada na ECEME, o Secretário de Assuntos Estratégicos reafirmou o interesse do Governo em sustentar e ampliar o PCN nos moldes em que foi concebido.

As guerrilhas na Colômbia e no Peru, associadas ou não aos narcotraficantes, os choques entre os migrantes que chegam e os posseiros já estabelecidos, dos quais o episódio Chico Mendes é apenas um exemplo, o garimpo clandestino e predatório, interferindo nas comunidades indígenas e provocando atritos fronteiriços, a presença de "missões religiosas" espúrias, o potencial de crise na fronteira do Suriname, caso haja uma intervenção dos Países Baixos naquele país, tudo são fatores que recomendam aumento da presença militar na área.

Finalmente, cabe acentuar a necessidade de se preparar as FA, desde já, para a eventualidade de emprego na guerra irregular, a mais indicada para reagir a uma agressão de uma potência militar de primeira ordem, um fator dissuasório que dependerá de nossa vontade e capacidade para ser implantado. O mais difícil já possuímos: o Homem, o Soldado. Resta-nos erigir uma doutrina compatível com os recur-

sos existentes, perfeitamente integrada, no âmbito das FA. Essa doutrina deverá ter como ponto de referência a ação de pequenos grupos dotados de grande mobilidade — a ser conseguida por lanchas rápidas e helicópteros — comunicações e elevado poder de fogo, apoiados por uma logística adequada à sua atuação.

A AMAZÔNIA

Ao longo desta análise, será evitada a repetição de conceitos e dados sobrejamente conhecidos sobre a Amazônia. Isso só ocorrerá ao longo da exposição quando houver interesse em realçar um ou outro aspecto daquela imensa área, comparável em extensão ao subcontinente indiano.

A diversidade é a característica mais marcante da região genericamente chamada de Amazônia. Daí surge uma primeira conclusão: não existe uma solução única para seus problemas.

Outro grande equívoco é confundir a hileia com a Amazônia Legal, esta última um arcabouço legal que anexa à floresta tropical propriamente dita uma imensa orla de savanas e florestas de transição. E é exatamente nesse entorno que está concentrada a maior parte dos projetos agropecuários implantados na área em período recente, gerando a destruição da vegetação e os protestos dos ecologistas.

Em torno do miolo florestal intocado, da ordem de 3 milhões de km², gravitam áreas diferenciadas pela corografia e pelo próprio grau de desen-

volvimento e que chamaremos genericamente de Amazônia Ocidental, Oriental, Norte e Meridional.

A Amazônia Oriental tem como pólo a cidade de Belém e como eixo principal a rodovia Belém—Brasília, a ser complementado pela futura ferrovia Norte-Sul. Embora interrompida em alguns trechos, a Transamazônica é um eixo transversal que vertebrava e integra o interior. No coração dessa área o Projeto Jari, o Projeto Carajás e sua ferrovia, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí são pólos de desenvolvimento incipientes, assim como o porto de Santarém e o complexo mineral de Oriximiná, nas proximidades daquela cidade. Fica evidente que essa porção amazônica já possui uma dinâmica de progresso autônoma, carecendo apenas de uma infra-estrutura que favoreça o crescimento auto-sustentado dos projetos industriais e agropecuários ali implantados.

Ao sul, a BR-364 surge como o grande eixo de desenvolvimento, ao propiciar a ligação do Acre, Rondônia e Mato Grosso aos principais centros produtores e consumidores do Sul do país. O crescimento demográfico desordenado do Acre e de Rondônia, principalmente, atestam a influência civilizadora daquela rodovia.

	1967	1990	%
Acre	196.000h	417.000h	213
Rondônia	107.000h	1.095.600h	1.023

Dados: SUFRAMA/91

As cidades rondonienses de Jí-Paraná, Cacoal, Ariquenes e Porto Velho estão dentre as que mais cresceram no país, e a incapacidade governamental de lidar com essa realidade conduziu a região a um caos ainda não domado, de que o narcotráfico é uma das facetas.

A importância do modo rodoviário para o desenvolvimento da Amazônia não fica apenas no exemplo positivo acima citado. Pode ser sentida, também, no declínio causado a cidades outrora prósperas como Guajará-Mirim, então o principal porto de entrada a cavaleiro do Rio Mamoré.

A Amazônia Ocidental tem seu centro de gravidade econômico e populacional na cidade de Manaus, responsável por 98% da produção e concentrando, com seus 1.500.000 habitantes, 75% da população do Estado do Amazonas.

A Zona Franca de Manaus ao ser implantada, em 1967, estabeleceu um modelo de desenvolvimento acelerado que beneficiou a restrita área circunvizinha, atraindo migrantes que incharam a cidade em detrimento de outras áreas já despovoadas. Esses vazios ecumênicos são mais notáveis e perigosos no arco lindeiro que vai do Acre a Roraima. Naquela faixa, municípios enormes, de extensão superior a alguns Estados da Federação, encontram-se à míngua populacional, o que se torna ainda mais crítico com as ameaças representadas pelo narcotráfico e pela guerrilha. Barcelos, sede da primeira capital regional, ainda no período da conquista colonial, possui uma superfície de 122.429km² e uma população

que não ultrapassa 20.000 habitantes, parcialmente esparsos ao longo da calha dos rios.

O progresso que tem ocorrido em Roraima se reflete no crescimento de Boa Vista e sugere o aparecimento de um importante pólo secundário baseado na exploração do rico subsolo daquele Estado e na criação das Áreas de Livre Comércio nas fronteiras venezuelana e guianense. O eixo balizado pela BR-174, Manaus—BV-8, e seu futuro asfaltamento, em obediência a tratado firmado com a Venezuela pelo governo brasileiro, dará o impulso definitivo à região, abrindo uma notável via de acesso aos portos do Caribe, e daí ao Pacífico, através do Canal do Panamá.

Finalmente, fechando esse imenso arco amazônico, encontramos o norte do Pará, espremido entre Roraima e o Amapá, fronteiro às Guianas e completamente virgem, não fosse a modesta guarnição militar de Tiriós. A proteção dessa área tem sido a sua relativa inacessibilidade e a atração geopolítica dos países limítrofes pelo Caribe. Não se deve esquecer, contudo, a presença da França na sua Guiana e os vínculos do Suriname com a antiga metrópole.

Todo esse vasto mosaico amazônico, grosseiramente subdividido segundo os pontos cardiais, gravita em torno do eixo Solimões-Amazonas e de uma série de afluentes de porte que balizaram a penetração centenária do homem.

Todavia, não cessa aí a diversidade amazônica.

A posição das diversas regiões em

relação à própria área e aos países vizinhos confere valores geopolíticos diferenciados a cada uma delas.

Passando ao largo da atração gravitacional exercida por Belém e Manaus e desprezando os efeitos resultantes dos eixos de ligação internos, concentrarei as análises nas faixas limítrofes. A propósito, o ilustre geopolítico Gen Carlos de Meira Mattos identificou uma série de enlaces fronteiriços, verdadeiras áreas de dependência mútua a serem desenvolvidas sob o guarda-chuva do Tratado de Cooperação Amazônica; Tabatinga e Leticia, Bonfim e Lethen, BV-8 e Santa Elena do Uirém são exemplos desse entrelaçamento de interesses econômicos e sociais a unir o Brasil à Colômbia, Guiana e Venezuela, respectivamente. A professora Berta Becker também identificou essa interdependência e alertou quanto à maior atração gravitacional exercida na nossa faixa de fronteira por alguns países panamazônicos (Peru, Colombia, Venezuela). A criação das Áreas de Livre Comércio de Fronteira nas regiões acima mencionadas e a implantação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista, são respostas à preocupação da ilustre professora.

A diversidade amazônica predomina também na corografia. Largos tratos de terra roxa, campos gerais, várzeas, florestas de transição convivem em meio à hileia e abrem uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento regional. O zoneamento ecológico, já iniciado sob os auspícios da SAE, é o primeiro passo nesse sentido

e responde aos reclamos da própria SUDAM.

A migração interna tem sido outro fator a transformar a Amazônia. Se na época colonial coube aos paulistas arranhá-la pelo baixo ventre, pelas bandeiras e mais tarde pelas monções, ao norte a penetração deu-se pela calha do Amazonas a partir de São Luiz e Belém. A corrente migratória sulina declinou e desapareceu com o esgotamento do ouro das minas de Cuiabá e Guaporé. Por outro lado, a corrente dita nordestina acentuou-se com a exploração da borracha do Acre e a eclosão da grande seca do final do século XIX. Esse fluxo mais recentemente foi reativado pela construção da Transamazônica que tinha por mira transferir o excesso de população do nordeste pobre para a despovoada Amazônia rica. Isso foi parcialmente conseguido à custa de sérios problemas sociais e ecológicos.

Em resumo, a Amazônia é um verdadeiro caleidoscópio a desafiar a argúcia dos planejadores estratégicos, freqüentemente traídos por não se darem conta de suas colossais contradições, rejeitando soluções simplistas e uniformes.

OS ÓBICES

Alguns dos objetivos nacionais permanentes ONP têm íntima relação com a atual problemática amazônica. São eles: integração nacional, integridade do patrimônio nacional e soberania.

Em face do panorama internacional já analisado e sua imbricação com o nacional é possível identificar com

clareza os principais óbices ora existentes para que o Estado brasileiro possa alcançar e manter os ONP citados. Embora parcialmente tocados nas análises preliminares, trataremos a seguir de enunciá-los de forma mais completa, segundo as áreas correspondentes do poder nacional, de modo a orientar as soluções a serem propostas no próximo capítulo e que constituem o cerne deste trabalho.

Expressão Política

- Ausência do poder estatal nos pontos críticos da região, particularmente nas fronteiras internacionais, garimpos, áreas indígenas, zonas de conflitos de terra etc.

- Pletora de órgãos federais e estaduais com responsabilidade sobre a área, gerando conflitos de jurisdição, antagonismos e contradições: Incra, Ibama, Funai, Sudam, Suframa, Polícia Federal, Forças Armadas, Governos estaduais e municipais.

- Inexistência de uma clara definição política que coloque a Amazônia como área prioritária no contexto nacional, retardando a sua integração ao resto do País.

- A cobiça internacional se exprime de forma inequívoca, tendo por objetivo as riquezas naturais e minerais da área e age, como forma de pressão, através dos desdobramentos das seguintes idéias: combate ao narcotráfico; preservação do meio-ambiente; proteção aos silvícolas, em especial os ianomâmis; manipulação da dívida externa.

- Progressiva vivificação das fronteiras com reflexos para a segurança nacional.

Expressão Econômica

- Inexistência de recursos nacionais no volume requerido pela área.
- Desenvolvimento regional diferenciado, com preponderância da área oriental sobre a ocidental.
- Desenvolvimento polarizado em torno de Belém e Manaus, com o esvaziamento da hinterlândia.
- Estiolamento da Zona Franca de Manaus.
- Depredação ambiental, em especial pela ação do garimpo irregular e por projetos agropecuários ecologicamente inadequados.
- Infra-estrutura pobre e ineficiente nos setores energético e viário.
- Inexistência de uma tecnologia adequada ao atendimento das peculiaridades da área.
- Pressões internacionais visando ao retardo do desenvolvimento regional.

Expressão Psicossocial

- A rarefação demográfica prejudica a ação do Estado e a coesão nacional.
- A mídia internacional e nacional age de maneira tendenciosa sobre a opinião pública, de modo a conformar um quadro cataclísmico, com a conseqüente descrença na competência e interesse das autoridades nacionais.
- As deficiências econômicas provocam uma mobilidade social perversa,

que torna mais grave o quadro preexistente de miséria, fome, doença e ignorância.

- As missões religiosas espúrias agem deletariamente sobre índios e caboclos, em prejuízo da integração nacional. Preocupação análoga devem merecer as seitas exóticas, tipo Santo Daime, ora em franca expansão.

- Registre-se um incremento da criminalidade sob a égide da narcotráfica.

Expressão Militar

- Os recursos destinados às Forças Armadas são insuficientes para o cumprimento da missão.
- Os efetivos presentes na área são exíguos para a consecução da estratégia da presença.
- A política militar vigente carece de incentivos ao pessoal da área.
- Inexiste uma doutrina consistente que harmonize a ação militar na área.
- A presença de militares de potências do primeiro mundo em países vizinhos, sob o argumento de combate ao narcotráfico.
- A pressão internacional sobre os países sul-americanos, visando, ao emprego preferencial de suas FA no combate ao narcotráfico.

UMA PROPOSTA

Identificados os óbices, cabe agora apresentar um conjunto de idéias, devidamente estruturadas, que possibilitem, em âmbito nacional, a adequada solução aos agudos problemas da área

amazônica. Isso se torna premente nos dias atuais, pela rápida evolução dos acontecimentos mundiais e pela inexistência de um plano estratégico que atenda a essas necessidades de forma integrada. Notam-se tão-somente esforços isolados, compartimentados, que respondem a estímulos ocasionais e locais e não configuram uma política de governo, com amplitude estratégica, que privilegie a Amazônia no contexto nacional. No entanto, alvissareiramente, embora embrionária, a consciência dessa necessidade parece já existir nos altos escalões da administração pública federal, conforme ficou claro nas exposições de autoridades diversas realizadas ao longo do simpósio "A Amazônia Brasileira", promovido pela ECEME, de 07 a 10 de outubro de 1991.

A proposta que se segue tem o objetivo de cooperar com esse esforço, apresentando idéias que, no seu todo, configuram uma concepção estratégica nacional para a Amazônia. Nesse sentido, as últimas iniciativas datam da década de 70, com os governos Médici e Geisel, das quais a Transamazônica e a Perimetral Norte, ambas inconclusas, são símbolos a serem considerados. Todavia, por dever de justiça, é forçoso reconhecer que a redenção da Amazônia tem seu marco definitivo na mudança da Capital Federal para Brasília, verdadeiro trampolim para a sua ocupação e desenvolvimento nos tempos modernos.

Para alcançar esse objetivo estratégico, são propostas as seguintes linhas mestras para a Amazônia:

- aumento da presença estatal;
- integração e harmonização da política de desenvolvimento e conservação da área;
- valorização do homem e estímulos à sua fixação à terra;
- garantia da integridade do patrimônio e soberania nacional; e
- as FA como o agente principal das ações do governo.

Em traços largos, essas linhas mestras estruturam e balizam a concepção estratégica sugerida. Na seqüência, para cada uma delas serão detalhadas medidas específicas e correlatas.

Aumento da Presença Estatal

É fundamental a ação do Estado como agente propulsor do desenvolvimento amazônico, pois só ele possui as dimensões compatíveis com o desafio ciclópico que a Amazônia oferece. Por outro lado, essas dimensões continentais exigem que se estabeleça uma hierarquia de objetivos, uma adequada seleção da frente de combate, como se costuma fazer na arte bélica quando os encargos superam os meios disponíveis.

De conformidade com as análises preliminares deste estudo, fica evidente que o baixo desenvolvimento econômico e social, a rarefação demográfica e a infra-estrutura praticamente inexistente somam-se ao interesse internacional difuso que concentra suas atenções na Amazônia Ocidental, mais particularmente na faixa limdeira que vai de Tabatinga a Roraima, área de imensa riqueza mineral que convive com a guerrilha, a narcotraficância,

o garimpo predatório e o problema ianomâmi.

O primeiro passo nesse sentido está na criação dos territórios federais do Rio Negro e do Alto Solimões, ante-projeto aguardando aprovação do Congresso Nacional e que, tem como justificativa, o abandono da área e os riscos à segurança nacional.

Abrangendo toda a faixa de fronteira do Acre a Roraima, esses territórios correspondem aproximadamente à área de influência do Programa Calha Norte, em fase de expansão atualmente, pelos notórios serviços que presta ao País naquelas regiões remotas. A respeito desses territórios, o governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, mostrou-se francamente favorável à sua criação, pois reconhece a incapacidade de seu governo de gerenciar os problemas daquelas áreas, distantes mais de 1.000km, em média, de Manaus, com acesso restrito e difícil.

Paralelamente, a experiência histórica também tem mostrado que o desmembramento territorial da região amazônica tem conduzido a resultados muito auspiciosos. Os atuais Estados do Amapá, Roraima e Rondônia tiveram sua gênese, em 1943, como territórios federais desmembrados dos Estados do Pará e do Amazonas. Este último também foi criado pela bissecção da Província do Grão-Pará em meados do século XIX. A partir da secessão, todos os novos territórios apresentariam um desenvolvimento ascensional nitidamente diferenciado de áreas congêneres do Estado matriz.

A criação de novos territórios da-

ria uma maior expressão política à área amazônica como um todo, por força do estabelecimento de uma infraestrutura de poder a ser necessariamente organizada nos novos territórios e pela representação que passariam a ter na Câmara de Deputados. Sinalizaria, também, para toda a Nação, a importância da Amazônia para o resto do país, uma última fronteira de recursos a ser explorada.

Em resumo, o que se propõe é:

- a priorização política da Amazônia no contexto nacional, em especial a sua parte ocidental;
- a criação e organização dos Territórios Federais do Rio Negro e do Alto Solimões, como expressão dessa política;
- o incremento do Programa Calha Norte como fator do desenvolvimento almejado naquela faixa de fronteira;
- o Estado Nacional como o principal agente do desenvolvimento da área, seja através de investimentos diretos, seja pelo favorecimento à iniciativa privada.

Uma Política Integrada e Harmônica para o Desenvolvimento e Conservação da Área

A complexidade da Amazônia favoreceu o surgimento de uma plethora de organismos com ingerência sobre a área, que laboram de forma pouco harmônica, e às vezes antagônica, conforme a experiência tem mostrado. Apenas como exemplo dessa assertiva, seria lícito recordar o conflito entre as normas do INCRA e do IBAMA.

Aquele exige o desmatamento de metade da área florestal concedida ao colono como forma de assegurar a posse da área de assentamento, o que contraria visceralmente a política ecológica desenvolvida pelo último.

Isso sugere a criação de um organismo superior que, acima das querelas regionais e dos interesses de grupos, venha a harmonizar os esforços de todos os setores com ingerência na área. Esse órgão poderia ser um Ministério para a Amazônia, fato que também atenderia à valorização da região no cenário nacional.

Esse Ministério estaria voltado para todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento e preservação da área e teria, como fulcro de sua atuação:

- o incentivo ao desenvolvimento econômico através da iniciativa privada nacional e estrangeira, pela exploração racional dos recursos naturais do solo e do subsolo, onde sobressai a exploração da floresta como elemento essencial. O turismo ecológico, a caça e o jogo devem ser ressaltados como fatores importantes nesse processo;

- a coordenação e o incentivo à pesquisa científico-tecnológica voltada para os interesses da área;

- a implantação da infra-estrutura necessária e imprescindível ao desenvolvimento auto-sustentado da região, com ênfase nos setores energético, de comunicações e viário; o modo rodoviário, em que pese a extensa malha hidroviária da Amazônia, tem se mostrado mais dinâmico na promoção do desenvolvimento regional. A ligação com o Pacífico pela extensão da BR-364 e com o Caribe pela BR-174

aumentará a importância geopolítica da hinterlândia amazônica.

O Ministério para a Amazônia não é essencial para que toda essa política seja implementada e aperfeiçoada, mas sua existência favorecerá esse objetivo.

Valorização do Homem e Estímulos a sua Fixação à Terra

Ao homem cabe a palavra final. É ele que, com sua presença, define a posse da terra para uma Nação, ali implantando a sua própria cultura.

Qualquer política para a região amazônica deve ter em conta essa realidade, não esquecendo que é para o homem e sobre o homem que ela será exercitada. Ademais, por motivos óbvios, a valorização do homem está relacionada ao desenvolvimento harmônico da área, que lhe dará condições de se auto-sustentar e se fixar à terra. Para tanto, são propostas as seguintes medidas:

- ordenação e controle do fluxo migratório, com incentivo às empresas de colonização privadas;

- estímulo à formação e ao crescimento auto-sustentado de pólos urbanos aglutinadores, disseminados por toda a extensão amazônica, que favoreçam ao processo civilizador e à ação do Estado nos campos da saúde, educação e segurança;

- integração do homem à Nação, respeitada a sua cultura regional (aqui se incluem também os indígenas das diversas tribos amazônicas já aculturados ou em vias de o serem). Isso será obtido pela presença do poder estatal, aí inseridas as Forças Armadas, em

especial o Exército. As obras de infraestrutura — energia elétrica, comunicações e transporte — são essenciais para que se possa atingir esse objetivo.

*Medidas para Garantir
a Integridade do Patrimônio
e a Soberania Nacionais*

Todas as idéias anteriormente expostas contribuem genericamente para o objetivo em epígrafe. No entanto, algumas providências específicas devem ser tomadas, máxime no campo psicossocial.

O governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, foi de extrema felicidade ao declarar, em palestra na ECEME, que o problema maior a ser vencido na Amazônia não estava no risco de internacionalização mas, sim, na sua efetiva nacionalização. O dirigente do Estado mais rico da região captou com muita sensibilidade a ambivalência da ação federal, dos órgãos de comunicação de massa e dos diversos grupos representativos da elite nacional, que ainda olham a Amazônia como um problema e não como uma solução, que ainda enxergam a área como um imenso depósito a receber os excedentes populacionais de outras regiões do país, os desajustados sociais, os aventureiros. O Comandante Militar da Amazônia, em linha paralela, alerta que não cabe mais na Amazônia o militar transferido a bem da disciplina, como uma espécie de punição. A Amazônia exige homens idealistas e íntegros. Em contrapartida, cabe ao Estado e ao Exército valorizar os serviços ali prestados através de atrativos

pecuniários e profissionais, um justo incentivo aos que ali se sacrificam no pioneirismo das guarnições isoladas do Calha Norte ou frentes de trabalho dos Batalhões de Engenharia de Construção.

Assim, na visão junguiana da psicologia das massas, é mister a criação de uma consciência coletiva nacional que compreenda que a Amazônia é Brasil e não do Brasil, conforme o feliz dizer de um líder garimpeiro. Para isso, faz-se necessário um inteligente trabalho de ação psicológica através da mídia nacional e internacional agindo percucientemente sobre a nossa gente, de forma a propiciar o surgimento de uma atitude receptiva e colaborativa, em face das ações a serem desencadeadas pelo governo federal.

A ação intervencionista de algumas nações do primeiro mundo devem também sofrer um combate cerrado, principalmente pelo esclarecimento das elites nacionais e, secundariamente, por ação nos foros e na mídia internacionais.

O governo brasileiro já reconheceu, oficialmente, pela palavra abalizada do Secretário de Assuntos Estratégicos, que sob a capa de grupos supostamente missionários encontram-se espiões estrangeiros a vasculhar o território nacional à busca de suas riquezas, máxime no Estado de Roraima, considerado hoje a maior reserva mineral do planeta. Urge combater esses grupos quinta-colunas e expulsá-los de nosso território sem delongas, pois são eles também os arautos da internacionalização da área onde se localiza a "nação ianomâmi", futuro embrião de

um enclave territorial em nosso País, sob a égide da ONU.

As Forças Armadas como o Agente Principal das Ações do Governo

A ocupação da Amazônia, obra ciclópica digna da saga portuguesa tão bem expressa pelos Lusíadas, foi um empreendimento essencialmente militar. A expedição de Pedro Teixeira subindo o Amazonas e o Napo até Quito diz bem da disposição lusa de aceitar o desafio do "rio-mar" e desvendar os seus mistérios. De idêntica magnitude é a bandeira de Antonio Raposo Tavares que, na mesma época, vara o interior desconhecido e aborda a floresta pelo sul, rasgando-lhe o ventre e retornando a Belém em um vasto movimento de pinça. Ainda em Portugal, Raposo Tavares contactara o futuro rei de Portugal restaurado, D. João IV, e dele obteve apoio e estímulo para seu lendário empreendimento, o que lhe confere foros oficiais.

A política portuguesa para a Amazônia teve seu fulcro na construção dos inúmeros fortes que, na boca do Amazonas ou no interior da área, bloquearam a penetração de aventureiros e conquistadores. Essa política de "artérias suturadas" revelou-se perfeita e teve sua expressão máxima sob o Marquês de Pombal, talvez o maior geopolítico português dos tempos modernos.

Através dos fortes povoou-se a Amazônia. A continuação dessa política, pela criação das colônias militares, permitiu o balizamento da moderna ocupação da área. Os recentes acontecimentos relacionados ao

surto do cólera em Tabatinga não deixam margens a dúvidas de que ainda hoje é pela estrutura militar que, na Amazônia, se faz presente o Estado. O Exército, em particular, possui uma tradição que não pode ser desprezada quando se pretende abordar a Amazônia. O Programa Calha Norte, embora interministerial, só foi executado na parte que cabia ao Exército. As dificuldades para os outros órgãos federais são de elevada monta, pois além de não deterem a mesma experiência na área, não estão suficientemente vertebrados para a manutenção do apoio logístico que qualquer empreendimento reclama.

A imagem positiva do Exército, solidamente implantada na mente dos amazônidas será de vital importância para respaldar as futuras ações do governo, além de permitir-lhe a execução de seus planos a um custo mais baixo. O exemplo dos Batalhões de Engenharia de Construção fala por si. A maior parte das rodovias da Amazônia e outras tantas obras de infra-estrutura essenciais à população foram por eles construídas. Essa imagem positiva junto aos amazônidas será essencial, se o futuro eventualmente exigir a defesa do território frente a uma indébita agressão de potência do primeiro mundo, pois sem dúvida a Amazônia se transformaria "em um imenso Vietnã".

A experiência do passado deve ser farol a iluminar o caminho do presente. O desenvolvimento da Amazônia, notadamente a ocidental, será facilitado pelo incremento da presença militar na área. Será essencial que o Programa

Calha Norte, uma vez atendidos os seus objetivos atuais, seja expandido por toda a área, nucleando a Amazônia de sementes de futuras vilas e cidades, servindo, como as antigas colônias militares, de pólos aglutinadores da população dispersa nos vales. As pequenas vilas e cidades poderiam ser contempladas com unidades militares menores, das quais o tiro-de-guerra, com as devidas adaptações, é um exemplo notável.

A educação, a saúde, a segurança, o civismo, a alimentação, estariam dessa forma acessíveis a uma população hoje desassistida e, até mesmo, despossuída de nacionalidade.

Em resumo, a tradição centenária e o atual conhecimento da área aconselham o aproveitamento das Forças Armadas, em especial o Exército, como agente principal da ação de governo para a ocupação, desenvolvimento e segurança da Amazônia. A estrutura já ali existente será de extrema valia para o apoio logístico às ações dos demais órgãos governamentais. Finalmente, a presença militar deve ser ampliada na área, em um gigantesco Programa Calha Norte, estabelecendo a interface governo-povo, que será o cerne da "nacionalização" da Amazônia.

CONCLUSÃO

A proposta de uma concepção estratégica para a Amazônia deve, necessariamente, abranger todos os campos do poder nacional e restringir-se a ações no contexto da grande estraté-

gia nacional. Este trabalho procurou ater-se a esse escopo, evitando as minudências que contribuiriam mais para confundir que para elucidar o problema em uma fase tão complexa da realidade nacional, mormente sob o impacto de uma conjuntura internacional desfavorável e agressiva.

Nos tempos recentes, algumas ações de governo conformaram uma visão estratégica de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira que tiveram seu ápice nos governos Médici e Geisel. Esses marcos notáveis são:

1943 — O desmembramento dos Estados amazônicos e a criação dos territórios federais do Guaporé (Rorônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá.

1953 — Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mais tarde, SUDAM.

1960 — Transferência da capital federal para Brasília, o verdadeiro trampolim para a conquista e integração da Amazônia.

1966 — Transformação da SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

1970 — Plano de Integração Nacional (PIN). Estabelece a estratégia federal para a integração da Amazônia até hoje vigente. A Rodovia Transamazônica e a Cuiabá—Santarém são os seus símbolos mais evidentes.

1974 — O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) dá continuidade ao PIN.

1978 — Assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (Pacto Ama-

zônico) pelos países soberanos da área, "defende o desenvolvimento e o meio-ambiente da área, com base no respeito à soberania dos países membros, numa linha de cooperação econômico-social", segundo a análise do Prof. Adherbal Meira Mattos.

1985 — Criação do Projeto Calha Norte, já no Governo Sarney, como uma consequência do Pacto Amazônico.

A reativação do Projeto Calha Norte sob a égide do Governo Collor representou a retomada dos ideais da Revolução de 64 em relação à integração da Amazônia e consubstanciados no PIN e no Polamazônia.

Essa reativação se fez necessária pela eclosão dos problemas fronteiriços ligados ao narcotráfico, à guerrilha e ao garimpo. Mais que isso, porém, simbolizou a tomada de consciência a respeito dos riscos de internacionalização pendentes sobre a área, e que hoje encontra repúdio nas autoridades responsáveis pelo governo deste País.

A Amazônia, mais que um problema, representa a grande solução para os problemas nacionais e assim deve essa questão ser encarada. Isolá-

la no espaço e no tempo é obrar contra o ciclo histórico que teve seu início no Forte do Presépio e ainda não encontrou sua solução definitiva.

Este trabalho é mais uma contribuição para acelerar esse processo. Não pretende responder a todas as questões, mas certamente estabelece uma linha de raciocínio coerente que pode ajudar a decifrar a esfinge amazônica.

BIBLIOGRAFIA

- VIANNA, Hélio, *História do Brasil*, 1963.
 SOARES, Teixeira, *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, Bibliex Editora, 1973.
 MATTOS, Carlos de Meira Gen, *Uma Geopolítica Panamazônica*, Bibliex Editora, 1980.
 TOCANTINS, Leandro, *Amazônia — Natureza, Homem e Tempo*, Bibliex Editora, 1982.
 KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Editora Campus, 1989.
 BECKER, Berta K., *Amazônia*, Editora Ática, 1990; *Geopolítica da Amazônia*, Editora Zahar, 1982.
 MATTOS, Adherbal Meira, *Amazônia e Outros Estudos*, CEJUP, 1991.
 ESG, *Manual Básico da ESG*, 1988.
 GOES, Synesio Sampaio, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, Brasília: IPRI, 1991.
 PANDOLFO, Clara, *Considerações sobre a Questão Ecológica da Amazônia Brasileira*, Gráfica da SUDAM, 1990.



Coronel QMB/QEMA JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA — Aspirante a Oficial em 19.12.64, possui os cursos de Instrutor de Educação Física da EsEFEx, de Engenharia Química do IME, de Aperfeiçoamento de Oficiais da EsAO, Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército da ECEME. Comandou o NPOR do IME, foi Diretor do Pq R Mnt/5, Instrutor da ECEME e Coordenador do CPEAEx, e Oficial do Gabinete do Ministro do Exército (Assessoria Parlamentar). É o atual ADIEx nos Estados Unidos e Canadá.



A ENERGIA ELÉTRICA E O PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA

Oswaldo de Jesus Ferreira

Matéria extraída de monografia redigida pelo autor como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1991.

Em face da sua extensão, foi dividida em duas partes.

Nesta edição aborda os principais aspectos do problema energético, em geral, e da energia elétrica, em particular, na América Latina.

Na próxima edição serão apreciados os aspectos ligados ao petróleo.

O PROBLEMA ENERGÉTICO NA AMÉRICA LATINA

Panorama Energético Mundial

Causa e efeito do progresso, a energia tem sido, através dos tempos, a principal força impulsora da evolução econômica e social dos povos.

Antes da Segunda Guerra Mundial, foi a energia fornecida pelo carvão e

pela eletricidade que garantiu o êxito da expansão industrial. Depois dela, foram o petróleo e a energia nuclear que aceleraram, vertiginosamente, o progresso.

Nas últimas três décadas, o mundo progrediu muito mais do que durante séculos e, para conquistar e manter o progresso conquistado, foi, e tem sido, necessário um excessivo consumo de energia.

A multiplicidade de aplicações do

petróleo e a extraordinária expansão da petroquímica conduziram a economia mundial à dependência de uma fonte não renovável¹ cujas maiores jazidas estão concentradas em uma região extremamente instável politicamente, expondo os países importadores a uma incômoda incerteza quanto ao suprimento e preço do produto.

Na década de 70 e início dos anos 80, a economia mundial viveu uma nefasta escalada dos preços do petróleo. De US\$ 2,80, em outubro de 1973, o barril² do produto evoluiu, em outubro de 1981, para US\$ 34,00.

Diante desse quadro, tanto os países industrializados como os países em desenvolvimento buscaram uma menor dependência das respectivas economias em relação ao petróleo.

Panorama Energético da América Latina

Ao longo da década de 70, os reajustes dos preços do petróleo (1973/74 e 1979/80) agravaram, ainda mais, as conseqüências negativas que a crise da economia mundial vinha trazendo para as economias dos países latino-americanos importadores do produto.

A dependência em relação ao petróleo comprometeu maiores quantidades de divisas. A recessão na economia mundial e as medidas protecionistas

dos países industrializados deixaram as economias desses países sem recursos financeiros suficientes para adquirir os volumes de hidrocarbonetos consumidos por seus aparatos produtivos.

Para financiar suas importações de petróleo e não comprometer o crescimento econômico, os países importadores da América Latina tiveram de recorrer a créditos junto a bancos internacionais, e os empréstimos financeiros externos se processaram em condições cada vez mais duras, em termos de amortizações e juros.

Quanto aos países latino-americanos exportadores de petróleo, diante da escalada dos preços do produto, vislumbraram a possibilidade de diversificar suas economias e encurtar a distância que os separava do conjunto de nações industrializadas. Mas, rapidamente, puderam constatar que a dependência do petróleo como principal fonte de divisas e financiamento de investimentos lhes tinha trazido mais problemas que benefícios;

O aumento desmedido das importações desses países, a inflação importada, a desvalorização monetária, a recessão nos países industrializados, os esforços mundiais de conservação, e os progressos na substituição de uns combustíveis por outros comprimiram, severamente, a demanda de petróleo, diminuindo acentuadamente a entrada de divisas.

Diante dessa situação, tanto países importadores como exportadores continuaram ostentando uma situação deficitária, e alguns se encontram particularmente endividados.

1. Fonte cuja utilização representa uma redução na herança global que cada geração lega à sucessora. Sua característica principal é a sua existência finita. O petróleo é o principal energético componente desse tipo de fonte.

2. 159 litros.

O crescimento industrial, comercial e urbano da região se processou, assim, baseado em um sistema energético dependente do petróleo. Em 1978, a participação do petróleo na demanda de energia comercial alcançou 70% do total consumido.

A necessária transição energética, visando à substituição da dependência da economia em relação ao petróleo e à utilização de outras fontes de energia, é tarefa difícil. Além da grande falta de recursos financeiros, falta também o desenvolvimento de tecnologias para melhor aproveitar recursos energéticos como o carvão e o urânio.

A dificuldade de propiciar uma oferta energética mais diversificada, baseada principalmente em recursos renováveis, é multiplicada pela crescente necessidade do atendimento dos anseios mais elementares das populações. É muito mais rápida, e menos dispendiosa, a instalação de diversas termoeletricas a diesel, do que uma única hidroelétrica de capacidade igual ao somatório de suas capacidades.

Apesar da favorável evolução da demanda interna de algumas economias latino-americanas ocorrida nos últimos anos, o consumo energético regional ainda é muito baixo e extremamente dependente do petróleo.

O consumo energético médio por habitantes atinge somente 17% do consumo *per capita* dos países desenvolvidos. Agrava a situação o fato de que 30% da população tem o consumo de energia fundamentado na lenha e em resíduos vegetais e animais, reconhecidamente de baixa qualidade.

Se a situação é grave na América Latina como um todo, é maior em âmbito nacional, existindo países que nem conseguem atingir o já baixo nível de consumo regional. Mesmo nos que conseguem atingi-lo, existem diferenças de consumo marcantes, com a maior parte da população não alcançando um consumo energético que lhe permita cobrir suas necessidades mais elementares.

A tabela "A" traz a evolução da estrutura do consumo de energia na América Latina, considerando-se os anos de 1970, 1985 e 1989.

A importância do petróleo é comprovada por representar, aproximadamente, 50% do consumo, ao longo dos últimos vinte anos. Se somado ao gás natural, atinge 60% do total.

Atualmente, a lenha mais o carvão vegetal representam 17,6% do total consumido, contra 31,5%, em 1970, com a menor taxa de crescimento no período, 0,3%.

A utilização de energia elétrica cresceu à taxa de 7,3% ao ano, mas ainda é baixo o seu consumo, pois significa pouco mais de 12% do total.

Durante os últimos anos, os países latino-americanos aumentaram seus volumes de produção primária de energia. A variação da produção de petróleo, entre 1980 e 1988, chegou a + 13%. Igualmente, observaram-se aumentos na produção de hidroeletricidade, carvão e gás natural.

A tabela "B" dá a evolução da produção de petróleo latino-americano entre 1980 e 1988.

No período citado, Brasil, Cuba e

Tabela A — Estrutura do Consumo de Energia na América Latina

Fontes de Energia	1970	1985	1989 % a.a. (1)
Petróleo mais Derivados	571,9 (47,8)	1013,7 (48,6)	1093,4 (48,8) 3,5
Gás Natural	82,9 (6,9)	229,8 (11,0)	245,8 (11,0) 5,9
Eletricidade	71,7 (6,0)	234,3 (11,2)	273,5 (12,2) 7,3
Carvão Mineral mais Coque	30,8 (2,6)	78,6 (3,8)	79,9 (3,6) 5,1
Lenha mais Carvão Vegetal	376,8 (31,5)	391,6 (18,8)	395,3 (17,6) 0,3
Outros	63,5 (5,3)	139,7 (6,7)	154,3 (6,9) 4,8
Total	1197,6 (100,0)	2087,7 (100,0)	2242,2 (100,0) 3,4

Observações:

- (1) — Média do consumo anual entre 1970 e 1989.
- Consumo em 10 toneladas equivalentes de petróleo.
- Entre parênteses — participação no consumo total de energia em %.
- Fonte: OLADE — 1990.

Colômbia aumentaram suas produções anuais em 200%, aproximadamente, enquanto o Chile, Peru e Trinidad e Tobago apresentaram reduções superiores a 25%. Ocorreu também uma inversão na liderança da produção de petróleo regional, pois o México, com acréscimo de 22%, superou a Venezuela que reduziu a produção anual em 11,7%.

A hidroeletricidade tem desacelerado seu ritmo de expansão. Detentora de 69% das reservas totais de energia, ela contribui com apenas 8% da oferta

de energia. Essa desaceleração agrava a dependência ao petróleo que, sustentando 48% da oferta de energia comercial, detém apenas 16% das reservas de energia.

O pouco conhecimento e a baixa utilização do carvão mineral levam à mesma relatividade entre reservas de energia e oferta de energéticos, já que, participando com 26% dos recursos, o mesmo não cobre 4% da oferta regional.

A utilização de gás natural vem se promovendo gradualmente, pois requer

Tabela B — Evolução de Produção de Petróleo na América Latina

País	1980	1986	1988	Variação (1)
Argentina	28.566,0	25.194,2	26.119,6	- 8,5
Barbados	41,9	97,7	70,0	+ 67,0
Bolívia	1.383,8	1.020,0	1.110,0	- 19,8
Brasil	10.562,0	33.204,2	32.235,3	+ 205,2
Chile	1.933,1	1.940,3	1.420,2	- 26,5
Colômbia	7.303,7	17.600,0	21.790,6	+ 198,3
Cuba	288,0	987,4	884,9	+ 207,2
Equador	11.890,4	17.000,8	18.013,3	+ 51,5
México	122.822,0	147.741,0	149.866,1	+ 22,0
Peru	11.345,4	10.301,2	8.221,4	- 27,5
T. Tobago	12.340,9	9.801,6	8.777,6	- 28,8
Venezuela	125.737,0	102.525,2	110.955,0	- 11,7
Total	334.214,2	367.413,6	379.463,7	+ 13,5

Observações:

— (1) — Variação entre 1980 e 1988 em %.

— Produção de petróleo em 1000m³.— Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, CEPAL — ONU.
Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, edição 1989.

grandes investimentos. Mesmo assim, o impulso à construção de gasodutos que viabilizam o aproveitamento dos recursos gasíferos é uma realidade, principalmente nos países da América do sul, onde as ampliações de redes até as zonas urbanas permitiram atender, competitivamente, às necessidades do setor residencial.

Finalmente, os recursos bioenergéticos, que caracterizam a estrutura energética da região, apresentam um comportamento irregular. A falta de dados mais corretos distorce a reali-

dade da oferta de bioenergia. Apesar do crescimento da produção em termos absolutos, a bioenergia perdeu posição em termos relativos, significando hoje menos de 20% da oferta total de energia primária.

Apesar de evidenciar avanços em alguns países, por estruturar soluções energéticas baseadas na bioenergia, as pesquisas e atividades, valorizadas no final da década de 70 e início da de 80, entraram em perigosa curva descendente, devido à falta de estímulos e investimentos e, particularmente,

pela expectativa na redução dos preços do petróleo.

Programas alternativos, como o pró-alcool do Brasil, passaram por momentos difíceis. O risco do desabastecimento e o questionamento sobre sua viabilidade poderiam tê-los conduzido à desativação completa.

A instabilidade do mercado internacional do petróleo exerce influência negativa sobre a América Latina. Comprometendo-lhe o desenvolvimento econômico e energético, cria problemas, tanto para os países importadores como para os exportadores.

Para os primeiros, a redução dos preços do barril de petróleo significa um alívio nas respectivas balanças de pagamento, mas esse reflexo não é suficiente para se contrapor à carga onerosa da dívida externa.

Para os exportadores, a citada redução de preços significa uma queda acentuada no ingresso de divisas, afetando diretamente a economia regional.

O balanço duplamente negativo reduziu as possibilidades de enfrentar os agudos problemas que dificultam a expansão e o desenvolvimento da América Latina, tão necessários para melhorar as condições de vida de sua população.

A tabela "C" dá a participação percentual do petróleo cru e de seus derivados no ingresso total de divisas da América Latina, no período de 1970 a 1988, evidenciando a importância da atividade petrolífera que se tem constituído em sua principal fonte de divisas.

Fatores internos e externos exercem

influências negativas sobre o desenvolvimento do setor energético da América Latina.

Como fatores externos, podem ser citados, dentre outros, a grande instabilidade dos preços internacionais do petróleo, a diminuição de investimentos e capitais externos e a onerosa carga da dívida externa dos países da região. Como fatores internos, dentre outras, a deteriorização dos preços e tarifas de energia, e a postergação de programas e projetos.

Os graves problemas de ordem econômico-financeira e os problemas tecnológicos se constituem em obstáculos que afetam duramente o quadro energético latino-americano, o qual dificilmente poderá ser revertido, pelo menos a curto prazo.

Em tal circunstância, faz-se imperioso redobrar os esforços de integração e cooperação, como meio de enfrentar o difícil desafio que a crise energética impõe.

As três entidades latino-americanas abaixo citadas foram criadas com esse objetivo.

• **Organização Latino-americana de Energia, OLADE**,³ "criada como entidade regional de cooperação, coordenação e assessoria, tem por objetivos fundamentais propiciar a adequada preservação das fontes energéticas da região, promover um desenvolvimento independente dos recursos e capacidades energéticas de seus Estados Membros e propugnar o desenho e aplicação de políticas energéticas co-

³ Suas estatísticas serviram de fonte dos dados utilizados neste trabalho.

Tabela C — Participação do Petróleo e Derivados no Ingresso de Divisas na América Latina

Produto(1)	1970	1980	1982	1984	1986	1988
Petróleo cru	14,4	28,5	34,5	28,2	14,5	15,4
Gasolina	4,8	9,6
Derivados	5,6
Carburantes	1,8
Lubrificantes	5,6
Outros
Exportação (2)	14,29	88,76	86,60	95,64	77,53	34,45

Observações:

- Dados em %.
- (1) — Estão computados os índices referentes à produção de produtos de petróleo somente quando estes foram cotados como um dos dez principais produtos da pauta de exportação da América Latina.
- (2) — Exportação ao mundo em bilhões de dólares, referente aos dez principais produtos.
- Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, CEPAL — ONU, Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, edição 1989.

muns, como fator de integração e defesa dos interesses da área”.

• **Associação de Assistência Recíproca Petrolífera Estatal Latino-americana, ARPEL**, “que tem como objetivo fomentar a colaboração e co-operação mútuas entre seus membros em apoio de seus interesses comuns, com vistas a seus desenvolvimentos, a integração comercial e tecnológica, assim como a assistência recíproca, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento da indústria petrolífera latino-americana no contexto mundial”.

• **Comissão de Integração Elétrica Regional, CIER**, “que tem

como objetivo promover e favorecer a integração elétrica entre os países da América do Sul”.

A ENERGIA ELÉTRICA

Importância

O setor elétrico desempenha importante papel no desenvolvimento sócio-econômico de um país. Ele participa da satisfação das necessidades humanas básicas e da geração de empregos, conduzindo ao aumento da produção e do poder aquisitivo da população. Por isso dois índices utilizados para determinar o grau de desenvolvimento

de um país, o consumo *per capita* de energia elétrica e a taxa de crescimento desse consumo, estão ligados a ele.

Um dos energéticos mais dinâmicos e de maior penetração na América Latina é a energia elétrica. Desde o início da década de 80, para um crescimento do consumo energético de 30%, o consumo de energia elétrica tem sido de 7,3%, ao ano.

Em alguns países latino-americanos, o fornecimento de energia está ainda abaixo do normal. Isso implica em que grande parte da população, especialmente a das zonas rurais e a marginal dos grandes centros urbanos, não usufrua desse serviço. A situação requer soluções que abranjam fontes alternativas e tecnologias de produção, transmissão e distribuição a custos acessíveis.

Nos últimos anos, têm sido estudadas diversas opções, desde a instalação de pequenas centrais hidroelétricas, para consumo local, até as grandes obras, que exigem transporte de energia a longa distância.

Devido à realidade financeira dos países da região, estão sendo intensificadas ações para ampliar interligações elétricas internacionais, a fim de satisfazer o aspecto social e diminuir o ônus financeiro das nações.

Geração

As principais fontes disponíveis para geração de energia elétrica são a hidráulica, a nuclear, a geotérmica e o petróleo. Além destas, podem ser consideradas, também, com menor sig-

nificado, a biomassa, o carvão mineral e o gás natural.

Levando em conta que qualquer fonte energética possui características sócio-ambientais positivas e negativas, sua utilização na geração de eletricidade dependerá das reações da sociedade em relação a ela.

As tabelas "D" — Potencial Hidroenergética e Capacidade Instalada, por Tipo de Central, e "E" — Geração de Energia Elétrica, por Tipo de Central, mostram dados que reforçam a importância da energia hidráulica na geração da eletricidade latino-americana.

Hidroeletricidade

Dentre as fontes convencionais de energia, a hidroeletricidade ocupa o primeiro lugar na produção da energia elétrica da América Latina⁴.

O potencial econômica e tecnicamente instável é elevado⁵ e ocupa o primeiro lugar no mundo⁶.

Os seguintes aspectos positivos da hidroeletricidade na América Latina podem ser citados:

- é fonte renovável, com potencial expressivo na região, não sujeita a variações de preços ou fornecimentos futuros;

- existe na região, principalmente no Brasil, larga experiência em projetar e construir centrais hidroelétricas e sistema de transmissão, garantindo autonomia tecnológica com baixos índices de importação.

4 65,2% do total.

5 Cerca de 617.000 MW.

6 A região contém 32% das reservas hidroenergéticas mundiais.

Tabela D — Potencial Hidroenergético e Capacidade Instalada por Tipo Central

País	Potencial Hidroen. (1)	Capacidade Instalada (2)			Nuclear	Capacid. total (3)
		Hidro- elétrica	Térmica	Geotér- mática		
Argentina	44.500	35,7	52,3	—	12,9	16.820
Barbados	—	—	60,6	39,4	—	132
Bolívia	18.000	44,8	55,2	—	—	613
Brasil	106.500	87,2	10,5	—	2,3	57.321
Colômbia	93.000	79,1	10,9	—	—	8.850
Costa Rica	9.155	80,5	19,5	—	—	869
Cuba	(4)	5,2	94,8	—	—	3.853
Chile	22.800	57,0	43,0	—	—	4.039
Equador	21.250	51,7	48,3	—	—	1.739
El Salvador	1.600	61,5	15,3	23,2	—	650
Granada	—	—	100,0	—	—	13
Guatemala	10.890	55,0	45,0	—	—	729
Guiana	4.500	—	100,0	—	—	121
Haiti	90	—	100,0	—	—	186
Honduras	3.600	71,3	28,7	—	—	561
Jamaica	110	—	100,0	—	—	447
México	80.800	31,0	54,1	6,8	8,9	25.124
Nicarágua	5.800	27,8	44,4	27,8	—	360
Panamá	6.600	56,4	43,6	—	—	887
Paraguai	25.000	97,8	2,2	—	—	5.525
Peru	74.000	57,0	43,0	—	—	4.106
Rep. Dom.	2.010	9,5	90,5	—	—	2.105
Suriname	2.420	44,8	51,2	—	—	391
T. Tobago	—	—	100,0	—	—	1.189
Uruguai	2.700	74,1	25,9	—	—	1.566
Venezuela	83.400	52,3	47,7	—	—	17.600
Amér. Lat.	617.725	61,9	36,1	0,6	1,5	155.796

Observações:

- Dados referentes a 1989.
- (1) — Potencial hidroenergético em 10^6 W (MW).
- (2) — Capacidade instalada por central em %.
- (3) — Capacidade total das centrais de geração elétrica em 10^6 W.
- (4) — Dado não disponível.
- Fonte: OLADE — 1990.

Como aspecto negativo, vale citar os impactos ambientais, como as inundações de terras e alterações nos regimes dos rios, que podem afetar as populações e o meio físico e biológico.

O regime intermitente das águas requer um estudo cuidadoso, para diminuir as dificuldades técnicas surgidas com período de hidraulicidade crítica.

O México possui 13% do potencial hidroenergético latino-americano. Em 1989, a hidroeletricidade representou 22,4% da energia elétrica gerada no país. A grande disponibilidade de petróleo faz com que a exploração dos recursos hídricos para geração de energia elétrica seja levada a efeito somente onde o seu aproveitamento é realmente compensador.

A América Central conta com uma produção considerável de hidroeletricidade, que constitui o principal recurso energético da sub-região. Mais de 80% da energia elétrica produzida na Costa Rica e em Honduras é de origem hidroelétrica. A situação dos países do Caribe porém é completamente diferente. A República Dominicana é o único país que utiliza a hidroeletricidade.⁷ Os demais não dispõem de recursos hidroenergéticos aproveitáveis ou, possuindo-os, eles são bastante modestos, como é o caso da Jamaica e do Haiti.

A América do Sul apresenta oferta de recursos hídricos em abundância. Em 1987, 75% da energia elétrica gerada na América do Sul foi de origem hidráulica.

A maior taxa de crescimento de ge-

ração elétrica se deu na Zona Andina, em 1986, com a inauguração da hidroelétrica de Guri, na Venezuela. Com ela e Itaipu, a sub-região conta com as duas maiores hidroelétricas do mundo, em capacidade de geração.

As maiores reservas de hidroeletricidade estão distribuídas entre Colômbia, Peru, Venezuela, Brasil e Argentina, nas bacias do Amazonas e do Prata.

No caso da bacia Amazônica, os problemas técnicos de transmissão e o impacto ambiental não impedem, economicamente, a construção de hidroelétricas e suas interligações com os grandes centros consumidores. O período de tempo disponível até o início da construção permitirá equacioná-los, de forma satisfatória.

No Cone Sul, a bacia do Prata possui grande capacidade de aproveitamento energético, ainda não explorado pelos países da sub-região.

A Argentina possui bom potencial hidráulico para geração de energia elétrica. Em 1989, a utilização desse recurso correspondeu a 26,8% da produção total de eletricidade do país, existindo perspectivas de aumentar esse índice, através de aproveitamentos binacionais.

O Paraguai está resolvendo seu problema de geração de energia elétrica com Itaipu, e mais dois projetos em comum com a Argentina. Seu mercado consumidor está atendido plenamente e hoje o país é exportador de eletricidade.

O Uruguai tem a maior parte de sua energia elétrica gerada em hidro-

⁷ 20% do total gerado em 1989.

Tabela E — Geração de Energia Elétrica por Tipo de Central

País	Hidroeletricidade	Termoeletricidade	Geotérmica	Nuclear	Total (1)
Argentina	26,8	59,2	—	14,0	49.903
Barbados	—	100,0	—	—	509
Bolívia	59,3	30,7	—	—	2.007
Brasil	91,5	8,5	—	—	229.820
Colômbia	76,2	23,8	—	—	34.602
Costa Rica	100,0	—	—	—	3.306
Cuba	—	100,0	—	—	14.542
Chile	68,0	32,0	—	—	16.932
Equador	85,5	14,5	—	—	6.036
El Salvador	50,0	25,0	25,0	—	2.058
Granada	—	100,0	—	—	1
Guatemala	55,0*	45,0*	—	—	1.753
Guiana	—	100,0	—	—	300
Haiti	—	100,0	—	—	571
Honduras	81,0*	19,0*	—	—	2.012
Jamaica	—	100,0	—	—	1.960
México	22,4	67,2	10,4	—	110.606
Nicarágua	46,5*	25,3*	28,2*	—	1.288
Panamá	64,3	33,7	—	—	2.681
Paraguai	100,0	—	—	—	22.271
Peru	73,9	26,1	—	—	13.736
Rep. Dom.	20,0	80,0	—	—	3.840
Suriname	35,7	64,3	—	—	1.260
T. Tobago	—	100,0	—	—	3.189
Uruguai	62,3	37,7	—	—	5.661
Venezuela	62,1	37,9	—	—	54.656
Amér. Lat.	65,2	32,7	0,9	1,2	585.398

Observações:

- Dados referentes a 1989.
- Dados parciais em %.
- (1) — Geração elétrica total em 10⁹Wh.
- * — Dados referentes a 1987.
- Fonte: OLADE — 1990.

elétricas,⁸ sendo o maior exportador latino-americano. Porém seu potencial hidroenergético está praticamente todo utilizado. Isso poderá trazer-lhe dificuldades futuras, aumentando suas necessidades em importação de petróleo, já que não possui reservas desse energético, nem de carvão ou de gás natural.

No Brasil, as reservas mais interessantes da região sul estão localizadas nas bacias dos rios Paraná, Uruguai e Jacuí. O potencial hidrelétrico, dessa e da região sudeste, está quase totalmente aproveitado. As hidrelétricas do rio Uruguai apresentam baixo custo de geração, apresentando-se bastante atrativas do ponto de vista econômico.

No continente sul-americano, muitos rios com potencial hidráulico aproveitável são divisores naturais entre países, estimulando o aproveitamento comum, como Itaipu, entre Brasil e Paraguai, e Yacyretá, entre Argentina e Paraguai.

Geotermia

A energia geotérmica, como a hidráulica, só é transformada em elétrica nos locais onde há condições favoráveis à sua captação. Ela tem origem no aproveitamento do calor interno da terra, encontrado em solo de formação vulcânica. É explicada pela dissipação da energia interna da terra, resultante da interação entre as placas, ou laterais, quando se deslocam.

Quantidade importante de geoenergia de alto conteúdo térmico pode ser encontrada no México, no Caribe, na

América Central e na Zona Andina da América do Sul.

O México é o país que mais desenvolveu a Geotermia para a geração elétrica. Em 1989, 10,4% da energia elétrica gerada no país foi da origem geotérmica.

Além do México, Nicarágua e El Salvador utilizam esse tipo de energia. Em termos absolutos, os valores da produção são modestos, mas significam mais de 25% da energia elétrica gerada por esses países.

Nucleoeletricidade

A energia nuclear usa a fissão nuclear a alta temperatura para gerar eletricidade. O combustível usado é o urânio, que, ao ter seu núcleo atingido por um nêutron, parte-se e libera energia.

Na América Latina, apenas dois países utilizam esse tipo de energia para geração de eletricidade: Argentina e Brasil.

A Argentina tem mais de 10% de eletricidade de origem nuclear substituindo o potencial hídrico, cujas fontes estão muito distantes dos grandes centros consumidores. Suas reservas de urânio são de, aproximadamente, 5% das reservas totais de energéticos do país.

O Brasil é o quinto país do mundo em reservas de urânio e o primeiro da América Latina. Sua maior jazida é a de Itataia, no Ceará, seguida da de Lagoa Real, na Bahia. Ele possui uma central nuclear em operação, que colabora com apenas 0,5% do total da geração da energia elétrica nacional.

⁸ 62,3%, em 1989.

Está localizada em Angra dos Reis, RJ.

O urânio está entre os energéticos mais promissores, para quando se esgotar o potencial hidroelétrico economicamente aproveitável.

Embora vários países do mundo já a dominem, a tecnologia nuclear ainda não atingiu um estágio que propicie a definição de um projeto padrão, universalmente aceito. Isso justifica os altos custos na instalação de uma central nuclear. Além desse obstáculo a desinformação da população tem impedido a incorporação desse tipo de energia no contexto da América Latina, provocando atrasos no programa nuclear, destacadamente no Brasil e no México.

Térmica convencional

Em 1989, na América Latina, 32,7% da eletricidade gerada foi de origem térmica convencional.

Ela utiliza combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, sendo o carvão mineral, o petróleo e o gás natural os de maior uso. Tem a vantagem de os combustíveis poderem ser transportados até o local de geração, sendo, portanto, mais utilizados nos sistemas isolados.

Na América Latina, até pouco tempo, o uso do carvão não merecia maior atenção dos planejadores da estrutura energética de produção e consumo. Os poucos países que faziam uso dele, utilizavam-no na metalurgia. Não obstante, a maioria dos carvões da região, por ser do tipo coqueificável,⁹ presta-se adequadamente à geração de

eletricidade, em substituição do óleo combustível e outros.

O principal programa de carvão mineral da região é o colombiano. A Colômbia é o único país latino-americano exportador de carvão, sendo o seu carvão energético considerado de excelente qualidade.

Brasil, México e Argentina aumentaram as explorações carboníferas para atenderem às necessidades internas, principalmente na geração de eletricidade.

No Brasil, as grandes reservas situam-se em Candiota — RS, com 40% do carvão nacional. Nessa região, será instalada uma termoeletrica de grande porte, que possibilitará exportar eletricidade para a Argentina.

O Chile vem desenvolvendo intensa atividade na exploração do carvão, prevendo a substituição do petróleo nas termoeletricas localizadas ao norte do país.

O maior aproveitamento do carvão visa a substituir o petróleo, principalmente na geração de energia elétrica.

O petróleo é, com certeza, o combustível mais utilizado em termoeletricas na América Latina, sendo o Caribe a sub-região mais dependente dele, dadas as suas limitações de fontes alternativas. Brasil, Paraguai e Costa Rica são os menos dependentes.

Os diversos países da região vêm incorporando outros energéticos na geração de energia elétrica, reduzindo, com isso, as respectivas dependências do petróleo, guardando-o para utilizações mais nobres.

O gás natural guarda grande relação

⁹ Baixo poder calorífico, alto teor de enxofre, cinzas, etc.

com o petróleo e é utilizado em sistemas isolados, substituindo-o. Seu aproveitamento tende a aumentar na geração de eletricidade na América Latina, pois é de menor custo e menos poluente do que o petróleo.

O México apresenta reservas consideráveis de gás natural, usando-o em treze usinas, para geração de eletricidade.

No Peru, a descoberta de uma importante reserva de gás natural possibilitou a construção de termoeletricas com capacidade de 400 a 600MW, atendendo à demanda por dez anos.

A Bolívia prevê a instalação de termoeletricas, com possibilidade de exportar os excedentes de energia para o Brasil.

No Brasil, no oeste da Amazônia, foram iniciados estudos para aproveitar o gás natural da região na geração de eletricidade.

Bioenergia

A bioenergia utiliza lenha, resíduos vegetais e animais, e outros, para a geração de energia.

Há dificuldade em se obter registros de informações sobre a produção de eletricidade através da bioenergia, mas ela é uma realidade na América Latina, atendendo às demandas isoladas.

O Brasil é o país que mais consome bioenergéticos¹⁰ na geração de eletricidade.

Na América Central e na Zona Andina, a lenha é o energético mais utilizado para gerar eletricidade, com destaque para o Chile.

Os bioenergéticos têm as vantagens de serem renováveis, facilmente adaptáveis e disponíveis nas atividades do setor rural, atendendo às solicitações econômicas e sociais de eletricidade.

Outras Fontes

São de menor expressão na América Latina, cabendo apenas o registro da possibilidade de geração de eletricidade baseada nas seguintes fontes: eólica, solar, das marés e xisto betuminoso.

Transmissão

Quando um aproveitamento energético para gerar eletricidade é feito longe do centro consumidor, se faz necessário transportar a energia gerada até o local de consumo.

O custo desse transporte aumenta com a distância a ser vencida e diminui com a quantidade de energia a ser transportada. Ele deve ser o menor possível e obedecer a padrões técnicos aceitáveis.¹¹

A tecnologia de transmissão de energia elétrica está bem desenvolvida na América Latina, com pesquisas voltadas, atualmente, para o transporte de grandes blocos de energia e grandes distâncias.

Os sistemas elétricos de cada país latino-americano admitem interligação

¹¹ Em um sistema interligado, por exemplo, a transmissão deve atender à inversão no fornecimento de energia, favorecendo regiões distintas em épocas críticas de operacionalidade das usinas.

¹⁰ Lenha, bagaço de cana-de-açúcar, carvão vegetal e casca de arroz.

com os sistemas elétricos dos países vizinhos. Atualmente, já existem interconexões elétricas internacionais nas fronteiras de alguns países da região.

O grande desafio latino-americano, em transmissão de energia elétrica, está no Brasil, tendo em vista que a energia gerada com os recursos hidráulicos da Região Amazônica, deve ser transportada para os centros consumidores das regiões sudeste e nordeste do País.¹²

Para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longa distância, como requer a energia gerada na Região Amazônica, estão sendo desenvolvidas novas tecnologias, pois a utilizada no sistema Itaipu não lhe é adaptável, devido a aspectos técnicos e ambientais. Foram descartadas, também, a supercondutividade e o uso de hidrogênio no transporte de energia.

Como opção atual, foram arroladas as seguintes tecnologias:

- em corrente alternada: linhas compactas em 800 KV; sistemas de ultra-alta tensão (1.000 a 1.200 KV); sistemas trifásicos de meio comprimento de onda; e sistemas hexafásicos.

- em corrente contínua: sistemas em tensões até 600 KV; sistemas em tensões superiores a 600 KV e até mais ou menos 800 KV; sistemas multiterminais.

Mercado

Na década de 80, a América Latina

apresentou um crescimento interno de eletricidade de mais de 5% ao ano, correspondendo, aproximadamente, 45% ao Brasil, 17% aos países da Zona Andina, 17% ao México e os 21% restantes aos demais países.

Os países que tiveram maior crescimento industrial foram os que apresentaram maior índices de consumo de eletricidade. Porém a energia elétrica atende também ao crescimento populacional e à urbanização, não ficando restrita às atividades econômicas do setor secundário.

Pela tabela "F" — Consumo de Energia Elétrica, verifica-se que os países que apresentam índices mais elevados de consumo de energia elétrica *per capita* correspondem aos considerados de renda média alta. Em 1989, o índice médio da América Latina foi de 1.099 KWh/habitante, ficando apenas o México, que pertence ao primeiro grupo, abaixo de 1.000 KWh/habitante, fato explicado pelo uso intenso do petróleo.

O Brasil é o maior consumidor de energia elétrica da região com 44,6% do total, seguido pelo México, Venezuela e Argentina. No conjunto esses países são responsáveis por 80,1% do consumo latino-americano.

Brasil e Argentina destacam-se como importadores de eletricidade e o Uruguai, como exportador.

Interconexão Elétrica

Na década de 80, os países latino-americanos foram profundamente atingidos por problemas de ordem econô-

¹² O Brasil possui o maior nível de tensão elétrica de transmissão do mundo ocidental: 800kV em corrente alternada e 600kV em corrente contínua, ambos em Itaipu.

Tabela F — Consumo de Energia Elétrica, Total e *Per Capita*

País	Renda Média		(1) Baixa	PNB (4) "Per Capita"	Consumo de Energia Elétrica (5)	
	(2)	(3)			Total	"Per Capita"
Argentina	x			2.301,4	41.200	1.290
Barbados	x			3.678,4	441	1.702
Bolívia		x		577,8	1.709	240
Brasil	x			2.002,1	213.181	1.446
Colômbia		x		1.376,2	25.749	795
Costa Rica		x		1.456,9	3.514	1.195
Cuba	x			2.784,6	11.900	1.132
Chile	x			2.536,2	13.794	1.064
Equador		x		1.399,0	4.582	443
El Salvador		x		638,0	1.692	329
Granada		x		961,3	39	386
Guatemala		x		924,0	1.737	194
Guiana			x	409,1	315	308
Haiti			x	206,8	337	53
Honduras		x		600,8	1.205	241
Jamaica		x		1.144,8	1.476	594
México	x			2.268,9	84.853	978
Nicarágua		x		500,3	1.045	279
Panamá		x		1.463,2	1.794	757
Paraguai		x		1.290,8	1.709	411
Peru		x		898,6	11.568	530
Rep. Dom.		x		1.153,7	2.489	354
Suriname	x			1.744,8	1.181	2.975
T. Tobago	x			3.153,9	2.909	2.303
Uruguai	x			2.237,3	3.720	1.209
Venezuela	x			2.536,3	43.652	2.268
Amér. Lat.				1.872,4	477.791	1.099

Observações:

- Dados referentes a 1989.
- (1) — Renda *per capita* considerada:
 - média alta: acima de US\$ 1.500,00 (inclusive)
 - média baixa: entre US\$ 500,00 e US\$ 1.500,00
 - baixa: abaixo de US\$ 500,00
- (2) — Renda Média Alta.
- (3) — Renda Média Baixa.
- (4) — Produto Nacional Bruto *per capita* em US\$.
- (5) — Consumo de energia elétrica:
 - Total em 10⁹Wh.
 - *Per Capita* em KWh/habitante, em um ano.
- Fonte: OLADE — 1990.

mica. O endividamento externo e a redução dos créditos internacionais implicaram na postergação de obras nos setores de energia elétrica e de infraestrutura básica fornecida pelo Estado para os diversos segmentos de consumo.

Como a demanda de eletricidade tem crescido, há de se buscar soluções a custo mínimo, para evitar a estagnação da economia, principalmente no setor industrial.

A integração entre países da região é a maneira mais amadurecida de superar a crise, buscando, principalmente, fontes e potenciais alternativos.

O espírito de integração fez surgir, nas três últimas décadas, várias organizações que visam à cooperação mútua entre os diversos países latino-americanos, abrangendo os diferentes setores de atividade econômica.

No setor elétrico, além da OLADE e da CIER já citadas, existem outras organizações criadas com o mesmo fim integracionista, tais como a Conferência Latino-americana de Eletrificação Rural, CLER¹³ e o Encontro Latino-americano de Cigré, ELARC.¹⁴

A interconexão elétrica internacional envolve fatores técnicos e econômicos que devem ser considerados pelos países envolvidos. Como vantagens, ela permite assegurar a continuidade do serviço na maioria das situações; reduz o custo final do sistema;¹⁵ aproveita os excedentes das fontes energéticas de um país, para

atender ao *déficit* elétrico do país vizinho; promove a troca de tecnologia e favorece o surgimento de pólos regionais e o desenvolvimento dos existentes ao longo da rota da linha de transmissão.

Caso seja possível, deve ser atendida a inversão do fluxo de energia, ampliando-se os benefícios decorrentes das diferenças hidrológicas dos sistemas.

A geração de energia elétrica na América Latina, como já foi ressaltado, é basicamente hidráulica, existindo ainda inúmeras bacias hidrográficas em que os potenciais estão praticamente inexplorados. A maior parte delas tem abrangência internacional.

A tabela "G" — Aproveitamentos Hidroelétricos Binacionais — Principais Características Energéticas evidencia a importância das bacias hidrográficas compartilhadas por diversos países da região.

No México, a maior parte dos recursos hídricos se concentra na península de Yucatán, bacia de Usumacinta-Grijalva, abrangendo o norte da Guatemala.

Na América Central e Caribe, as bacias hidráulicas são pouco expressivas, devido à composição orográfica da sub-região. O aproveitamento mais expressivo é da bacia do San Juan, entre Nicarágua e Costa Rica.

Na América do Sul encontram-se os maiores recursos hídricos aproveitáveis da América Latina, com destaque para as bacias do Amazonas, do

13 De caráter técnico, a Conferência abrange planejamento e projeto de eletrificação na área rural.

14 Aborda aspectos exclusivamente técnicos.

15 Por tratar-se de empreendimento bi ou multi-

nacional, necessita de concorrência internacional.

Tabela G — Aproveitamentos Hidroelétricos Binacionais — Principais Características Energéticas e Físicas

BACIA Aproveitamento	Países envol- vidos	Situação atual (1)	Potência (2)	Volume (3)	Super- fície (4)	Entrada em Serv.
Grijalva-Usumacinta	Gua-Mex	Inv.	S/D	S/D	S/D	S/D
Lago Guija	Gua-ElS	Idéia	S/D	S/D	S/D	S/D
Rio San Juan	CRi-Nic	Inv.	S/D	S/D	S/D	S/D
Orinoco						
— Atures-M.	Col-Ven	Inv.	2.000	S/D	S/D	S/D
Vertente do Pacífico						
— Tumbes-C.	Equ-Peru	Viab.	S/D	S/D	S/D	S/D
Titicaca	Bol-Peru	Idéia	S/D	S/D	S/D	S/D
Do Prata						
— Cach. Apa *	Br-Par	Inv.	23	0,8	S/D	S/D
Rio Bermejo						
— Astilleros	Arg-Bol	Inv.	121	0,6	54,3	S/D
— Arrasayal	Arg-Bol	Inv.	166	0,4	37,4	S/D
— Las Pavas	Arg-Bol	Inv.	147	0,4	22,6	S/D
Rio Paraná						
— Itaipu	Br-Par	Oper.	12.600	19,0	1460,0	1985
— Corpus	Arg-Par	P.Bás.	4600	5,0	575,0	S/D
— Yacyretá	Arg-Par	Const.	2700	7,4	1600,0	1993-4
Compens. Yacyretá	Arg-Par	Inv.	1100	S/D	1850,0	S/D
Rio Uruguai						
— Roncador/						
Panamá	Arg-Br	Viab.	2700	S/D	930,0	S/D
— Garabi	Arg-Br	P.Bás.	1800	S/D	920,0	1996
— San Pedro	Arg-Br	Viab.	745	S/D	1000,0	S/D
— Salto Grande	Arg-Ur	Oper.	1890	6,0	783,0	1979
— Compens. Salto Grande	Arg-Ur	Inv.	400	S/D	S/D	S/D
Lagoa Mirim						
— Paso Del						
Centurion	Br-Ur	Viab.	32	S/D	S/D	S/D
— Talavera	Br-Ur	Inv.	8	S/D	S/D	S/D

Observações:

— S/D — Sem dado

— (1) — Em ordem de progresso do avanço no estudo e desenvolvimento:

— Idéia: idéia.

— Inv.: inventário.

— Viab.: estudo da viabilidade.

— P. Bás.: projeto básico.

— Const.: construção.

— Oper.: em operação.

— (2) — Em 1000 MW.

— (3) — Em km³.

— (4) — Em km².

— Fonte: CEPAL.

Prata e do Orinoco, compartilhadas por dois ou mais países.

Itaipu, empreendimento conjunto de Brasil e Paraguai, é a mais destacada obra de geração elétrica internacional, com 12.600 MW de potência e a maior hidroelétrica do mundo. Entrou em operação em 1985 e, até hoje, não pôde utilizar todo o potencial de que é dotada, por não estar totalmente montada.

Salto Grande, aproveitamento comum argentino-uruguaio, está localizada no Rio Uruguai. Em operação desde 1979, tem potencial de 1890 MW.

Yacyretá, explorada por Argentina e Paraguai, localiza-se no Rio Paraná. Ainda em construção, deverá entrar em operação em 1993.

Garabi, no Rio Uruguai, envolve aproveitamento conjunto da Argentina e do Brasil. Em fase de projeto, sua entrada em operação está prevista para 1996.

Corpus, no Rio Paraná, empreendimento comum entre Argentina e Paraguai, também em fase de projeto, não tem previsão para entrar em operação.

No Rio Uruguai, estão sendo estudados outros dois aproveitamentos binacionais, Roncador e San Pedro, ambos na divisa entre Brasil e Argentina.

Na Lagoa Mirim, Brasil e Uruguai estudam os aproveitamentos de Paso Del Centurion e Talavera, onde os potenciais hidroelétricos são modestos.

Nas demais sub-regiões latino-americanas — México, América Central e Caribe — faltam dados sobre os

aproveitamentos hidroelétricos internacionais.

Fornecimento internacional de energia elétrica

Na América Central e México, o intercâmbio é feito de forma irregular, tendo o México contribuído com baixo índice.

Na América do Sul, as trocas são expressivas entre os países do Cone Sul.

As interligações elétricas brasileiras enfrentam limitações quanto ao nível de frequência. O Brasil adota a frequência de 60 Hertz (ciclos por segundo), a mesma do Peru, Colômbia e Venezuela. Já a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia utilizam 50 Hertz de frequência, o que impõe a utilização de instalações conversoras nas interligações elétricas do Brasil com esses países.

Com a Argentina, o Brasil realiza a interconexão norte, correspondente às localidades fronteiriças de São Tomé (Arg) e São Borja (RS), e a interconexão sul, entre Paso de Los Libres (Arg.) e Uruguaiana (RS).

O Brasil garante o fluxo de energia em regime de emergência para as fronteiras do Paraguai, através de Ponta Porã e Mundo Novo (MS), e do Uruguai, por Livramento e Quaraí (RS).

Está em estudo com o Uruguai, a interconexão Candiota (RS)-Montevideo (Ur), para fornecimento da termoelettricidade gerada naquela cidade gaúcha.

Com a Bolívia, o Brasil projeta a

ligação Puerto Suares (Bol)-Corumbá(MS), invertendo o fluxo de energia elétrica e reforçando o atendimento da ELETROSUL, ao iniciar o fornecimento de termoelectricidade a gás natural pela Bolívia.

Para atender à localidade de Rio Branco (AC), está em estudo com o Peru a interconexão Rio Branco-Uribamba.

Para abastecer o norte do Brasil, existe grande possibilidade de interconexão com a Venezuela. Do elevado potencial da Usina Hidroelétrica de Guri, no Rio Caroni, partiriam as linhas de transmissão para Boa Vista (RR) e Manaus (AM), percorrendo 1.300km. É um projeto viável, pois apresenta vantagens para os dois países, tais como: aproveitamento do excedente de energia; substituição de geração térmica; reprogramação das hidroelétricas da Amazônia; baixo impacto ambiental; baixo custo final.

Outro abastecimento poderá vir da Bolívia, com a construção da hidroelétrica Cachuela Esperanza, próximo à fronteira do Brasil, em Rondônia. É de interesse brasileiro pelos mesmos motivos citados em relação a Guri.

Outros aproveitamentos podem ser citados, além dos hídricos.

No Peru, o gás natural da região de Camisea River poderá facilitar a construção de termoeletricas, e estender o atendimento energético às áreas brasileiras na fronteira comum.

Na Colômbia, o carvão poderia ser aproveitado na geração de eletricidade suficiente para abastecer cidades de pequenos potenciais no extremo norte do Brasil.

Finalmente, ao sul, estuda-se o aproveitamento do gás natural da Argentina para o fornecimento de eletricidade para cidades do Rio Grande do Sul.

Além do Brasil, a Argentina mantém interligações elétricas com os outros países vizinhos.

Com o Uruguai, interliga as localidades de Concepción Del Uruguai e Colón (Arg) e Paysandú (Ur). Outra interconexão refere-se à Hidroelétrica Salto Grande, ao sul.

Com o Paraguai, a Argentina cobre seu *déficit* de eletricidade na província de Misiones, através da interligação em Carlos Antônio Lopes (Par) e Eldorado (Arg). Outras interconexões importantes dos dois países são: Posadas (Arg)-Encarnacion (Par) e Clorinda (Arg)-Guaranbaré (Par).

Com o Chile, a Argentina estuda a possibilidade de interconexão na Cordilheira dos Andes, pelo túnel internacional de Mendoza.

Entre a Colômbia e a Venezuela, existe também uma importante interligação, na região de Maracaibo.

(Continua na próxima edição)



OSWALDO DE JESUS FERREIRA — Major da Arma de Engenharia do Exército. Possui os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Sesquicentenário da Independência, 12 de dezembro de 1975), EsAO (1984) e ECEME (1991). Possui ainda o Curso de Operações na Selva Cat — B, no CIGS (1979). Serviu em Unidades de Engenharia, de Combate e de Construção, e na AMAN. Comandou a 15.^a Cia E Cmb em Palmas-PR (janeiro de 1985 a janeiro de 1988). Atualmente, serve no EM CMP/11.^a RM.

**A CCE
NÃO PARA DE INOVAR
PORQUE
O MUNDO NÃO PARA
DE EVOLUIR.**



AUDIO-VIDEO-INFORMÁTICA



LIVROS

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 290 páginas.

Preocupado com os grandes problemas modernos da Filosofia do Direito e sobretudo do Estado, acerca dos quais fez publicar vários trabalhos desde 1962, Reinhold Zippelius, professor catedrático da Universidade de Erlangen-Nürnberg e presidente do Institut für Rechtsphilosophie und Allgemeine Staatslehre, imprimiu, na Alemanha, o seu livro *Allgemeine Staatslehre*. Agora, por intermédio da tradução do diplomata António Cabral de Moncada, o ilustre autor se dá a conhecer ao leitor da língua portuguesa, com este *Teoria Geral do Estado*.

Zippelius, pluralista em teoria, é avesso a ideologias abstratas e implacável com os "movimentos de massas hipnotizadas, em que o indivíduo se afunda", como o nazismo (L. Cabral de Moncada, no prefácio).

No Capítulo I, os problemas do conhecimento da realidade do Estado e da escolha do ideal de Estado começam a ser distinguidos um do outro. São apresentados pontos de apoio metodológicos para uma teoria empírica do Estado e regras extraídas da experiência.

No segundo Capítulo, Zippelius estuda a estrutura fundamental do Estado, enfocando: o Estado considerado como organismo vivo, o Estado considerado como se fosse mera rede de relações entre os indivíduos, o Estado considerado como se fosse um ordenamento de normas e a comunidade estadual encarada como se fosse um feixe de comportamentos orientados num certo sentido.

A seguir, no Capítulo III, o erudito autor reflete acerca do território e do povo do Estado, bem como do poder estadual e das relações entre os Estados.

Muito extenso é o quarto Capítulo. Seção A engloba a história da teoria das formas do Estado, monocracias, oligarquias e a democracia representativa. A Seção B abrange o domínio de castas e por classes, o Estado pluralista e a opinião pública na qualidade de fator político. A Seção seguinte inclui o Estado totalitário e o Estado liberal, o Estado de poderes divididos, o Estado de direito e o Estado frente à Sociedade. Na seção D são estudados: a origem dos direitos fundamentais, os problemas acerca da validade dos direitos fundamentais, a liberdade, a igualdade e a socialidade. A última Seção inclui exame da democracia parlamentar e da democracia presidencial dos EUA.

O Capítulo V do didático livro trata das uniões entre Estados. Comunidades de órgãos políticos e uniões políticas pessoais, organizações internacionais, confederações de Estados e Estados Federais são examinados.

Zippelius estuda, no Capítulo VI, os órgãos do Estado. A organicidade, a ordem das competências e os atos de organização, a designação dos funcionários, em especial por meio de eleição e a burocracia são, por sua vez, observados.

No último Capítulo, o autor aborda a justificação do Estado. Vem à tona, portanto, as teorias fundadas na origem dos Estados, justificações profanas e teológicas e o problema do anarquismo.

Muitos estudiosos são esquecidos, a exemplo de Heinrich von Treitschke, V. E. Orlando, Giovanni Sartori, Niklas Luhmann, Georges Burdeau, Norberto Bobbio, Raymond Aron, François Furet, Georges Balandier, Seymour M. Lipset, Daniel Bell, Gerald E. Caiden, Robert Dahl, Charles Lindblom, Anthony Downs, Arend Lijphart, Walter Dean Burnham, Michael Sandel, Forrest McDonald, E. J. Hobsbawm, Marcello Caetano, Jorge Miranda, Miguel Reale, Paulo Bonavides, Afonso Arinos de Melo Franco, Pinto Ferreira, Tércio Ferraz Júnior, Nelson N. Saldanha, Orlando M. Carvalho, José A. O. Baracho, Djacir

Menezes, Darcy Azambuja, Ataliba Nogueira e José C. A. Nogueira, para citar estes apenas. Todavia, o livro de Zippelius traz a lume inúmeros autores de peso, alguns dos quais desconhecidos entre nós, como K. Loewenstein, R. Bäumlín, P. Badura, F.W. Jerusalem, H. Rehm, H. Jacoby, G. Salomon, I. Seidl-Hohenveldern, R. Thoma e L. Waldecker, de expressão alemã.

Algumas idéias começaram a se impor com intensidade crescente neste limiar do século XXI: direitos humanos, liberdades individuais, plura-

lismo, democracia parlamentar e Estado de direito. Efetivamente, com a crise do Estado-nação e a privatização do *Welfare State*, com a bancarrota do comunismo e a ascensão da Comunidade Européia, obras como a de Zippelius, já de importância primordial, tornaram-se imprescindíveis.

Cristiano Lúcio de Souza
Bacharel em Administração Pública



Agradecimentos

Os Oficiais, Praças e Funcionários Civis da Bibliex agradecem sensibilizados os votos de felicitações formulados por seus assinantes, colaboradores e OMs, por ocasião do transcurso da data de aniversário da Biblioteca do Exército em 17 de dezembro.



INFORMAÇÕES

PIONEIRISMO DO EXÉRCITO NO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO

Entre os diversos pioneirismos do Exército que pesquisa, registro aqui o seu pioneirismo no Movimento Tradicionalista Gaúcho, hoje tão aceso e vivo no Rio Grande do Sul e além. Ocorreu através da ação de um dos seus integrantes, o major de Cavalaria João Cezimbra Jacques (1849-1922), hoje consagrado, pelos tradicionalistas gaúchos, como o Patrono do Tradicionalismo Gaúcho, em razão de haver escrito *Costumes do Rio Grande do Sul* e fundado, em 22 de abril de 1898, em Porto Alegre, o Grêmio Gaúcho destinado ao culto das tradições do Rio Grande do Sul.

Para a fundação desse Grêmio, ele contou com o concurso de oficiais e alunos da Escola Militar de Porto Alegre, no Casarão da Redenção, e civis. Extinta essa Escola Militar, ele foi transferido, levando aquela idéia, junto com oficiais e alunos, para a então Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo (1898-1905).

Foi assim que o Exército foi pioneiro no Movimento Tradicionalista Gaúcho: através dele, Cezimbra, e de alguns oficiais e alunos da Escola Militar de Porto Alegre, no Casarão da Redenção.

O casarão seria reaberto por volta de 1906, com o nome de Escola de Guerra de Porto Alegre, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada e depois extinta, em 1905, por envolvimento com a Revolta da Vacina Obrigatória de 1904.

Em *Costumes do Rio Grande do Sul*, reeditado pela ERUS em 1979, o major Cezimbra preservou, para a posteridade, as tradições gaúchas civis e militares do Rio Grande do Sul. Como gaúcho e cavalariano autêntico, ele soube traduzir o espírito que dominou a Cavalaria gaúcha

de (1737-1883) e testemunhar sobre os seus grandes vultos já falecidos.

Registrou, ainda, a articulação do Exército no Rio Grande em 1883: a Infantaria em Porto Alegre, Rio Pardo, Uruguaiana, Alegrete, São Gabriel; a Cavalaria em Jaguarão, Bagé, Santana e São Borja (espalhada, ao longo da fronteira, em ranchos de santa fé, à exceção do posto do Chuí construído com tijolos e telhas) e a Artilharia em São Gabriel, a mais forte guarnição do Exército.

Cezimbra era filho de Santa Maria. Lutou na Guerra do Paraguai como Voluntário da Pátria, após sentar praça em dezembro de 1867, com 18 anos de idade. Nela perdeu, em ação, o seu pai. Ao final da guerra cursou a Escola Militar de Porto Alegre. Foi alferes em 1875, tenente em 1884, capitão em 12891, e major em 1901, quando deixou o serviço ativo. Foi instrutor das escolas Militar de Porto Alegre e Preparatória e Tática do Rio Pardo (1895-1901). Foi veterano da Guerra do Paraguai e da Revolução de 93. A par de sua carreira militar foi um grande campeão, como desportista.

Cláudio Moreira Bento

Sócio Efetivo do IHGB e Benemérito do IGHMB

BICENTENÁRIO DO ENSINO MILITAR ACADÊMICO, NAS AMÉRICAS, E DO ENSINO SUPERIOR CIVIL, NO BRASIL

Dia 17 de dezembro de 1992 registrou o bicentenário da instalação na Casa do Trem da Artilharia (atual dependência do Museu Histórico Nacional) da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, por ato do 13º vice-rei do Brasil e 2º Conde de Resende (que também criaria, em 1801, o município de Resende

que, por essa razão, leva o nome de seu título).

A data coincidiu com o aniversário de D. Maria, rainha de Portugal, que havia enlouquecido em fevereiro e substituída no governo por seu filho D. João, o mesmo que, em 1810, criaria, na mesma Casa do Trem, aproveitando a infra-estrutura da Real Academia do Conde de Resende, Academia Real Militar. Oficialmente, por decreto do Presidente Vargas de 17 de junho de 1937, a Academia Real foi considerada como raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras. Historiadores militares e civis dedicados ao tema, entretanto, com apoio em novas fontes históricas surgidas, consideram que a Academia Militar das Agulhas Negras possui suas raízes históricas na Real Academia do conde de Resende. Por via de consequência, seria ela a mais antiga instituição de ensino militar acadêmico das Américas, além de situar-se em Resende, cidade criada por seu fundador. Coincidência?

O título deste artigo se justifica por ter sido a Real Academia do conde de Resende, independente de ser ou não a raiz histórica da AMAN, o primeiro estabelecimento militar acadêmico das Américas, pois a detentora deste título até agora cabia a Academia Militar de West Point dos EUA, criada em 1801 pelo Congresso Americano. E mais, cabe-lhe a primazia do estabelecimento do ensino superior civil no Brasil, com a fundação, nela, do ensino superior de Engenharia Civil, circunstância reconhecida e comemorada pela Engenharia Civil que teve, entre nós, precedência sobre o ensino superior de Direito e Medicina etc.

É, pois, 17 de dezembro de 1992 data muito expressiva e basilar para o ensino militar acadêmico nas Forças Armadas do Brasil e para o Ensino Superior no Brasil que começaram de mãos dadas há 200 anos, no Rio de Janeiro.

Concluindo, vale recordar as expressões: "História é verdade e justiça" e "Informação é liberdade de escolha". Espera o historiador que os que concordarem com esta informação que ajudem a restabelecer a verdade histórica e a fazer justiça ao conde de Resende, o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior no Brasil.

Cláudio Moreira Bento

Sócio Efetivo do IHGB e Benemérito do IGHMB

O SISTEMA LUIZ JÁCOME E A CAVALARIA BRASILEIRA (1852-76)

O Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) possui picadeiro em homenagem a Luiz Jácome. Sua obra, como *expert* na "questão cavalina", ou hipologia, voltada para desenvolver a nossa Cavalaria, com melhores e mais adestrados cavalos de guerra nacionais, caiu no esquecimento nacional, daí esse resgate com sentido reverencial, em especial ao CMRJ.

Luiz Jácome foi professor de hipologia e de equitação da Escola Militar da Praia Vermelha durante a Guerra do Paraguai 1865-70. Foi interpretado como uma "mistura de domador nobre ou fidalgo, cientista, idealista e patriota". Carioca bem nascido, estudou na Inglaterra. De retorno, desenvolveu e propagou, de 1852 a 1875, o sistema ou escola Jácome de doma racional de cavalos, éguas e muare chucros, usando "fraque francês, cartola e luvas", tudo com vistas a uma melhor Cavalaria Brasileira e, mesmo, melhores muare para o serviço de Transportes do Exército em Campanha.

Ao ter início a guerra, colocou-se à disposição do Exército com o seu método ou sistema, o qual recebeu do mais tarde marechal João Manuel Mena Barreto o seguinte parecer oficial: "Posto em execução o Sistema Jácome, em pouco tempo desaparecerá, do orçamento, a verba Remonta." A burocracia, entretanto, impediu o uso oportuno do sistema Jácome. Segundo ele, "a Guerra do Paraguai foi ganha pelo Brasil com cavalos argentinos e com muitos combates com a Cavalaria combatendo a pé".

De 1871 a 1872, em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, Jácome deu convincentes e muito aplaudidas demonstrações do seu sistema de domar e adestrar cavalos. Uma delas ocorreu no primeiro picadeiro do Rio Grande do Sul, o qual foi por ele introduzido em Porto Alegre. O evento contou com a presença, misturado ao povo, do general Osório, atual patrono da Cavalaria Brasileira, que muito apreciou a novidade.

Em Sorocaba (SP), fez demonstrações convincentes e também muito aplaudidas e concorridas de seu sistema de domar e adestrar mulas, em cujos lombos circulava, no interior do Brasil, as riquezas produzidas e importadas, à semelhança

hoje dos caminhões em nossas rodovias, cortando o Brasil em todos os sentidos.

Jácome foi o introdutor, no Brasil, dos hipódromos a européia em: Petrópolis (1855), Rio (1866), Porto Alegre (1872) e São Paulo (cerca de 1874), tudo com vistas a desenvolver e apurar um cavalo brasileiro, a semelhança do que hoje se faz com o automóvel na Fórmula 1. Tudo visava a uma cada vez mais bem montada Cavalaria Brasileira.

Jácome formou, em seu sistema, vários alunos e seguidores no Rio, Rio Grande do Sul e São Paulo. Foi mestre de equitação de ilustres

figuras como os príncipes D. Pedro e D. Augusto.

Além de *Sistema Jácome*... ele escreveu: *O cavalo do Rio Grande e do Paraná* e o *Livro do Ferrador*. Este, sob o argumento militar de que "por falta de um cravo perde-se uma ferradura e por falta desta perde-se um combate".

Aluísio de Almeida, em *Vida e morte do Tropeiro* (São Paulo, LMF, 1971), o reverencia, reconhecido.

Cláudio Moreira Bento

Sócio Efetivo do IHGB e Benemérito do IGHMB

Conta corrente com rendimentos diários.

Conta Remunerada Bamerindus.

Com a Conta Remunerada Bamerindus você tem uma grande vantagem. Seu dinheiro não fica parado. Tem rentabilidade diária. Sem prazo para depositar ou sacar. Fácil e automaticamente. Conta Remunerada Bamerindus. A primeira a passar da conta.

 **BAMERINDUS**
O banco da nossa terra.



DESTAQUES DA IMPRENSA

A CONQUISTA DA CIDADANIA

Em estudo recente, o historiador José Murilo Carvalho trata do maior paradoxo da cidadania brasileira: apesar da plenitude dos direitos políticos, a permanência da incerteza e da insegurança quanto ao nosso futuro de nação democrática. Há no Brasil eleições regulares e razoavelmente honestas, o sufrágio nunca foi tão amplo, incluindo até analfabetos e maiores de dezesseis anos, os partidos políticos podem ser organizados livremente, a liberdade de imprensa é completa.

Contudo, persiste o sentimento de que as instituições, como o Congresso, os partidos, a Presidência, os sindicatos, ainda não funcionam de maneira satisfatória. Há uma difusa sensação de que a democracia continua sendo um sonho irrealizado entre nós e que os problemas básicos da população permanecem irresolvidos. Segundo José Murilo Carvalho, tal frustração tem a ver com o maior desenvolvimento dos direitos políticos em relação aos direitos civis na sociedade brasileira.

Os direitos políticos arrolados pela Constituição — o direito de votar e ser votado, de organizar partidos e fazer reivindicações políticas — estão sendo atendidos. Mas, os direitos civis, também listados na Carta — a igualdade perante a lei, o direito de propriedade, a liberdade de pensamento, associação e religião, a preservação da honra e da privacidade, a inviolabilidade do lar e o direito de não ser privado de liberdade sem devido processo legal —, são violados sistematicamente no Brasil.

José Murilo evoca o clássico estudo de T. H. Marshall sobre a evolução histórica dos direitos que compõem a cidadania — os civis, os políti-

cos e os sociais. Segundo ele, nos países onde se consolidou a democracia moderna, esses direitos surgiram seqüencialmente: primeiro os civis, depois os políticos, finalmente os sociais — a regulamentação do trabalho, a proteção à saúde do trabalhador, a pensão, as férias, a aposentadoria etc.

Tal encadeamento seqüencial explicaria a solidiez da sedimentação do sentimento democrático nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Neles, a cidadania foi uma construção lenta, transformando-se gradativamente num arraigado valor coletivo pelo qual os cidadãos consideram que vale a pena viver e morrer.

No Brasil, o caso é outro. A pressão popular pelo direito de voto foi praticamente inexistente em nossa história, havendo mesmo retrocessos em relação às garantias formais da Constituição imperial de 1824, como a retirada do voto do analfabeto, num país em que eles constituíam 80% da população. Pode-se dizer que o único movimento reivindicando participação eleitoral em 170 anos de vida independente do país foi a campanha das diretas, em 1984.

Lembremos que a Constituição de 1824 já garantia os direitos civis que figuravam na Constituição francesa de 1792. Mas se eles ainda hoje são ignorados, o que dizer da situação na sociedade escravista do século 19? O uso sistemático da violência contra os trabalhadores e a soldadesca marcou todo esse período — é sintomático que a revolta da chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido, tenha abolido a prática dos maus-tratos apenas em 1911.

Direitos políticos sem direitos civis e desprovidos da convicção cívica da liberdade individual e dos limites do poder do Estado redundam numa cidadania incompleta. Daí o trágico descompasso

entre o formalismo eleitoral e as velhas mazelas anacrônicas, como o clientelismo, a irresponsabilidade no trato da coisa pública, o paternalismo, o empreguismo e a impunidade. Tudo isto estaria na base do desencanto com as instituições democráticas, com os partidos políticos, com o Congresso e com os representantes do povo.

Os direitos sociais, por sua vez, desenvolveram-se no Brasil *antes* dos direitos políticos. A legislação social foi outorgada pelo paternalismo do Estado Novo, conformando a classe trabalhadora com o corporativismo e se enraizando na prática sindical de patrões e operários. Vantagens que foram concedidas como benesses, não conquistadas como direitos.

Acrescentemos a esta receita de incivilidade o imediatismo e a falta de visão de nossas elites, seu total desprezo pelos investimentos sociais. Não dá para tapar o sol com peneira: nossos dirigentes cuidam mal do povo brasileiro. Até há pouco tempo, as massas entravam nas negociações internacionais como "mão-de-obra barata", uma vantagem sustentada pela perpetuação da miséria e do analfabetismo.

Só que este processo cruel deixou de ser funcional. Uma das tendências mais evidentes no mundo de hoje é a menor utilização da força de trabalho na produção. Em indústria eletrônicas sofisticadas, por exemplo, a força de trabalho representa somente 2% a 3% dos custos de produção.

Desapareceu, portanto, a vantagem competitiva do emprego de mão-de-obra desqualificada. O grande trunfo, hoje, é o nível de instrução, a qualificação técnica, a criatividade tecnológica. O futuro pertence aos países onde o setor público está ajudando as empresas privadas a atuar num ambiente altamente competitivo.

Uma consulta ao *Relatório sobre o desenvolvimento humano (Human Development Report 1992)* das Nações Unidas, sugere que o Brasil não está no páreo desses novos tempos. O Brasil exibe simplesmente a pior distribuição de renda do mundo. Estamos no capítulo mais triste do *Guinness Book* de recordes: como um PIB de US\$ 319,2 bilhões, o Brasil exibe uma distribuição de renda inferior à de Botswana, cujo PIB são modestíssimos US\$ 2,5 bilhões. Como esperar que nossa população desenvolva uma noção ativa de cidadania?

O Brasil precisa refletir sobre estes graves temas: a importância dos investimentos em saúde

e educação e o senso de liberdade cívica. O povo brasileiro não precisa ser substituído, mas apenas alimentado, educado e instruído. A liberdade cívica exige como contrapartida o senso de liberdade do outro. A prioridade aí é a construção de um espaço público onde a essência do governo democrático é o local onde se conciliam os interesses divergentes. A ausência de cultura cívica compromete o exercício dos direitos políticos. E o cidadão político só é eficaz se ele se apóia nos ombros do cidadão civil.

(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 20.09.92)

A VIAGEM QUE NÃO TERMINOU

Como todos os heróis históricos, de Júlio César a Mao Tsé-tung, passando por Vasco da Gama e Napoleão, Cristóvão Colombo tem sido o que a maioria das pessoas afirma que ele foi. Os humanistas do Renascimento o consideravam um explorador esclarecido — uma espécie de Leonardo da Vinci dos mares. Os revolucionários americanos o elegeram "pai" dos *founding fathers*, criando um mitológico avô italiano para renegar a ascendência britânica. Cem anos atrás, em plena expansão colonial, os europeus praticamente o santificaram. Contudo, por ocasião do quinto centenário do descobrimento da América, comemorado oficialmente amanhã, Colombo se tornou um personagem polêmico.

No centro dos debates há um grande desacordo, menos sobre a pessoa do navegador do que sobre o seu legado histórico. Afinal, o que pôs em movimento o enigmático genovês, quando pela primeira vez aportou no Novo Mundo? Na versão eurocêntrica clássica, Colombo trouxe a civilização para um continente imenso e subpovoado, num processo enriquecedor que alterou profundamente o Velho Mundo de onde o navegador provinha.

Entre outras coisas, a viagem de Colombo foi o primeiro passo de um longo processo que eventualmente produziu os Estados Unidos, uma bem-sucedida história de progresso material e uma ousada experiência democrática, que se tornou o símbolo da liberdade individual e abrigo para os povos oprimidos do mundo. Sua viagem alterou a ciência, a geografia, a filosofia, a agricultura, a lei, a religião, a ética e os governos do Ocidente.

Ecos de seus feitos estão presentes na *Utopia* de Thomas Morus, nos versos amorosos de John Donne, no teatro de William Shakespeare, nos ensaios de Montaigne e nas teorias de Rousseau. Troca desencadeada por seu feito, envolvendo o açúcar, a batata, o milho e o cavalo, modificaram profundamente os dois mundos nestes últimos 500 anos.

Mas o quinto centenário do descobrimento — ou do Encontro de Civilizações, na versão “politicamente correta” — coloca o comandante da *Santa Maria* em face de acusações constrangedoras, que vão do assassinato cruel ao escravismo, passando pela sistemática destruição da natureza. A chegada de suas caravelas teria inaugurado a era da destruição das culturas locais pela arrogância, a brutalidade e as doenças infecciosas.

A lista das mazelas transplantadas inclui o genocídio, o ecocídio e a exploração. Historiadores como Hans Koning apresentam Colombo como um ambicioso desprovido de piedade. Em *A conquista do paraíso*, Kirkpatrick Sale transforma Colombo num compêndio de todas as transgressões do credo verde: eurocentrismo, capitalismo e tráfico de especiarias.

Na verdade, a discussão sobre 1492 transfigura-se numa discussão de 1992, polarizando um debate ideológico. De um lado, o tema do triunfo do progresso humano em direção à perfeição. Do outro, a tese do estupro histórico do hemisfério ocidental pela Europa.

Os adeptos de Colombo argumentam que o navegador deve ser julgado como um homem do seu tempo, religioso, que lutou por seus ideais e descobriu um continente. Considerá-lo um genocida seria o equivalente a atribuir a Jesus Cristo os excessos da Inquisição. Não havia lugar para a ternura no rude e arriscado universo das navegações, realizadas pela primeira vez no oceano aberto em embarcações de menos de 30 metros.

Os detratores de Colombo retrucam que os navegadores portugueses foram mais elementos e que os defensores do genovês são os que invariavelmente se identificam com o perfil do macho europeu branco. Nesta linha, alguns evangélicos americanos alegam que os descendentes dos sobreviventes dos massacres e da escravidão não podem nem devem comemorar 1492. Em sua *vulgata*, o libelo reduz Colombo a Átila ou Hitler do ponto de vista do “descoberto”.

Neste nível, a discussão resvala celeremente para a retórica panfletária. Foi o que ocorreu por

ocasião de outras efemérides, como o bicentenário da Revolução Francesa, quando o “sujeito oculto” dos debates sobre o Terror era uma revisão do estalinismo, tendo como pano de fundo o desmoronamento dos regimes do Leste. Os clamores da exaltação e do desmerecimento podem mascarar uma reavaliação histórica em nome das exigências da memória e da ideologia.

Como mostra o belo romance de Alejo Carpentier, *A harpa e a sombra*, Colombo não foi nem o nefando pecador que seus inimigos desejaram queimar, nem o santo que a Igreja pensou em canonizar. A História é o que aconteceu e não pode ser reescrita em função de uma forma diferente de considerar suas motivações.

Existe mesmo uma reorientação na maneira de encarar 1492, não mais como ingênua celebração da saga de Colombo ou triunfo europeu e mito fundador, mas como o encontro de duas culturas e a forma pela qual os nativos descobriram o descobridor. Estabelece-se assim uma dialética de olhares, o que facilita a admissão de que os europeus inseriram o continente na História e o estudo de como o Novo Mundo galvanizou a imaginação européia a partir do século 15.

O Novo Mundo é indissociável do Renascimento, processo histórico que envolveu não apenas a reapropriação da cultura clássica e a explosão da ciência moderna, como também o sentido de um futuro a ser descoberto. Troca-se assim a arena do moralismo pela serenidade da História, única disciplina capaz de fazer compreender o presente em função da maneira pela qual ele foi construído.

É evidente que a América pré-colombiana não era habitada por seres edênicos que desconheciam o autoritarismo, o sacrifício humano e o escravismo. Muitos antes do massacre dos astecas por Cortez, os astecas massacraram os toltecas. Idealizar as vítimas da Conquista e afirmar que o mal foi exclusivamente importado da Europa equivale a roubar paternalisticamente a história desses povos antes da chegada dos brancos. Não é verdade que havia um mundo perfeito e que se tornou imperfeito no dia em que as caravelas de Colombo aportaram em Hispanfólia.

Este mito vem sendo cultivado como uma versão atualizada da expulsão de Adão e Eva do paraíso. A transformação dos nativos encontrados pelos navegantes em demônios cede lugar a um angelismo não menos maniqueísta — agora para transformar Cristóvão Colombo no agente exclusivo da Mal.

Estas inversões mitológicas escamoteiam o fato de que a chegada de Colombo detonou um fascinante processo histórico, marcado por conflitos que fizeram vitoriosos e derrotados, mas que acabou gerando uma inédita mistura de raças e de culturas que não é feita só de vencidos nem só de vencedores.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 11.10.92)

CARTAS NA MESA

Já se disse que a eleição presidencial americana é tão importante que o mundo inteiro deveria poder votar nela. A *boutade* serve para ressaltar as consequências planetárias de uma eventual mudança do ocupante da Casa Branca. Por isso, de quatro em quatro anos, analistas políticos e *scholars* se esmeram em adivinhar os reflexos mundiais e implicações regionais da votação do dia 3 de novembro.

Os descontentes com o *status quo*, via de regra, esperam mudança e renovação. Os que torcem pela continuidade tentam trocar um apoio prematuro por maior possibilidade de acesso. Os países latino-americanos freqüentemente preferem o conhecido. Até alguns meses atrás, isto significava escolher Bush. Mas, ao que tudo indica, Bill Clinton deverá ser o novo presidente dos Estados Unidos.

O Brasil deve preparar-se para esta mudança de guarda com naturalidade e sabedoria. O país que tem a maior economia da América Latina deve firmar de pronto uma política de médio prazo com o país que é nosso maior cliente, investidor e credor, além de ser nosso vizinho e primeira potência mundial.

Em primeiro lugar, temos de estar atentos à significação do possível retorno dos democratas ao poder, depois de doze anos na oposição. Provavelmente ocorrerá uma reavaliação de prioridades: mais atenção aos problemas domésticos do que à política externa, maior sensibilidade às exigências protecionistas, maiores cuidados com a responsabilidade social do Estado.

Bill Clinton deve trocar o incentivo à orgia especulativa e consumista que marcou a última década por um programa que será financiado pelos impostos somente depois de atingido um alto nível de emprego. O candidato democrata mostra-

-se menos entusiasmado do que os republicanos por versões tropicais da *reaganomics* e pelo Nafta, o mercado comum da América do Norte. O Brasil deve registrar isto.

Na opinião do *staff* de Clinton, o problema americano reside menos na existência em si de um considerável déficit público do que no mau direcionamento dos recursos que o provocaram. Durante o longo reinado republicano, os investimentos em infra-estrutura caíram de 2% para 0,5% do PIB. Isto ocasionou a defasagem tecnológica de amplos setores da indústria e uma queda nos altos padrões educacionais americanos. Atualmente, 85% da população dos EUA necessitam ser culturalmente reciclados.

Os democratas estão conscientes de que o grande trunfo num mundo de economias abertas e de mercados globalizados é o nível de instrução, de qualificação técnica e de criatividade tecnológica. O futuro peretence aos países em que o setor público investe pesadamente na qualificação e na excelência e ajuda as empresas privadas a atuarem num ambiente altamente competitivo. O Brasil deve compreender que desapareceu a vantagem comparativa do emprego de mão-de-obra qualificada.

Ao mesmo tempo, Clinton deverá moderar o extremismo liberal dos republicanos. Em consequência, as negociações sobre a abertura das economias deverão ter um encaminhamento mais social e ambientalista. Os temas ecológicos estiveram muito presentes na argumentação do candidato democrata durante os debates.

Na qualidade de potência ecológica — 95% dos produtos naturais empregados nos remédios são colhidos em florestas tropicais, e o Brasil detém mais de 60% da cobertura da mata tropical do mundo —, temos trunfos decisivos para renovar o diálogo com Washington. O vice da chapa democrata, Al Gore, é autor de um livro, *Earth in balance*, que deve ser analisado imediatamente pelo Itamarati.

Vários são os problemas envolvidos na questão ecológica: a possibilidade de contabilizar no PIB a destruição do meio ambiente, a política de investimentos governamentais para criar novas indústrias limpas, os incentivos fiscais ao processo de reciclagem industrial, a reciclagem do extrativismo predatório. O Brasil deve posicionar-se sem demora nessas questões. Poderíamos, por exemplo, tomar a iniciativa de suspender a coleta na Amazônia por tempo determinado, sinalizando

o desejo de entabular um debate adulto e mutuamente proveitoso sobre a biodiversidade.

Evidentemente, teríamos de tomar medidas energéticas no campo da proteção ao meio ambiente, estabelecer um sistema razoável de radares capazes de cobrir a Amazônia legal. Temos meio ambiente para negociar e não estamos usando esta poderosa carta convenientemente. Não podemos continuar aceitando que nossa opulenta biodiversidade seja *tax free*. Por outro lado, os americanos demonstram grande interesse por tecnologias desenvolvidas no Brasil, sobretudo as relativas a defensivos orgânicos e à produção de álcool combustível. Tais interesses devem ser levados à mesa de negociação quando a questão se referir às patentes e aos direitos de propriedade intelectual.

O Brasil deve encarar de frente o temor americano de que as principais inovações tecnológicas de suas indústrias farmacêuticas venham a ser copiadas e revendidas em versões baratas. Outros assuntos delicados dizem respeito ao controle de segredos e à transferência de tecnologia sensível.

Caso eleito, Clinton deverá substituir os *latin americanists* neo-liberais por gente mais aberta a questões políticas e sociais. De qualquer forma, como diz Jorge Castañeda, professor visitante da Universidade de Princeton, "uma nova política americana em relação aos verdadeiros problemas latino-americanos — pobreza, desigualdade, cidadanias frágeis — vai depender do que o novo governo fizer no plano interno".

Segundo Castañeda, se o novo presidente colocar em marcha um profundo processo de reformas domésticas, os efeitos benéficos de longo prazo na América Latina poderão ser consideráveis. Como ele bem diz, não há melhor política externa americana em relação à América Latina do que uma política americana interna mais justa, próspera e generosa.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 25.10.92)

O CONGRESSO E O PROJETO NACIONAL

I magine-se saindo de casa de manhã para um encontro importante no centro da cidade. Só que, no meio do caminho, você es-

quece com quem deve se encontrar e como se chega ao centro. Dá para avaliar a angústia?

Pois é isso que está acontecendo com o Brasil, faz tempo. Não há projeto nacional, ou seja, não há um conjunto de políticas aprovado por forças partidárias majoritárias no seio da população e do Congresso Nacional. Logo, a sociedade não sabe para onde vai e instaura-se o salve-se quem puder.

O projeto nacional brasileiro deveria ser um conjunto de propostas consensuais que pudesse obter a aprovação da sociedade civil organizada e dos seus representantes nos partidos políticos majoritários.

O primeiro problema é saber quem é majoritário, descoberta difícil em um Congresso fragmentado em 19 partidos, sendo que pelo menos seis têm bancadas suficientemente numerosas para paralisar a tramitação de propostas.

Os politólogos Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, do IDESP, entrevistaram 71% dos deputados e 60% dos senadores para saber em que pé estamos.

As conclusões a que chegaram:

A importância da integração econômica latino-americana já entrou na cabeça de 80% dos parlamentares, inclusive 60% do PT. Já a proteção seletiva das empresas nacionais só é defendida por 25%, embora 47% do PT sejam a favor, o que parece indicar ser esse o verdadeiro partido da Fiesp. Os empresários só não votam nele por burrice.

Há uma grande indecisão sobre o verdadeiro papel do Estado. Apenas 46% dos parlamentares acham que ele deve restringir-se às áreas clássicas, ou seja, segurança, educação e justiça. Isso quer dizer que o neoliberalismo, defensor do estado mínimo, não está tão implantado assim, nem mesmo nesse ambiente marcadamente à direita dos vários níveis do Executivo. Em contrapartida, a mesma divisão ocorre quanto à necessidade de o Estado atuar como empresário em áreas estratégicas. Embora 79% do PT e 48% do PSDB achem indispensável a sua presença no setor do petróleo, essa opinião é compartilhada por apenas 44% do total de parlamentares. A constatação não favorece a manutenção do monopólio da Petrobrás. Em outros setores, a presença do Estado é rejeitada. Na siderurgia, cuja privatização está em curso, apenas 15% dos parlamentares defendem a presença estatal.

Um dos grandes empecilhos à adoção de mé-

todos de gestão de qualidade no setor público é a garantia de estabilidade para funcionários, estabelecida pela Constituição. Fosse a proposta votada hoje, somente os concursos gozariam dessa prerrogativa, e, assim mesmo, só com o apoio de 59% dos congressistas.

Os parlamentares são pessimistas. Apenas 13% acreditam nas chances de aumentarmos substancialmente a participação dos 40% de brasileiros mais pobres na renda nacional até o ano 2000 e somente 9% acreditam na possibilidade de diminuir as desigualdades entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. Sendo esse o ponto central de qualquer projeto nacional que se preze, pouco podemos esperar do Congresso. O corolário dessa descrença é que 40% acham que viveremos um estado crônico de convulsão social.

Só um conservador empedernido pensa um projeto nacional para deixar tudo na mesma. Embora eles existam aos magotes em um Congresso onde predominam deputados e senadores vindos dos rincões mais atrasados, 92% são a favor da criação de empregos e da retomada do crescimento, o que é vago. Quando se chega a políticas ativas de distribuição de renda, o apoio diminui. Apenas 51% favorecem uma reforma agrária com distribuição de terra particulares — proposta apoiada por 100% do PT e apenas 15% do PDS e do PRN. Somente 32% favorecem uma garantia de renda mínima, como a existente nos Estados Unidos e na Europa, proposta feita pelo projeto de Imposto de Renda negativo do senador Eduardo Suplicy. Mesmo no seu partido, o PT, a idéia tem apenas 80% de apoio, o que mostra como estamos longe de uma sociedade solidária, do gênero da defendida por De Gaulle nos anos 60 e concretizada pelos conservadores e socialistas que o sucederam.

A manutenção do ensino superior público para todos só tem a aprovação de 22% dos parlamentares, o que indica um belo espaço para uma reforma universitária. Quarenta e sete por cento do PT e 69% do PDT são contra a idéia. Parece que começam a perceber que fomos nós, classes dominantes, que instituímos a regra, por ser ela excelente para os nossos filhos e péssima para os dos trabalhadores.

Finalmente, há um forte sentimento nacionalista a respeito da preservação ecológica da Amazônia. Uma maioria de 61% acha ser esse um problema de exclusivo interesse nacional, embora os partidos de esquerda tenham uma visão diferente: 76% do PT, 60% do PSDB e 47% do PDT.

Curiosamente, o questionário não indagou o que os congressistas pensam das Forças Armadas, se devem ou não continuar a existir e para quê.

O resultado da investigação é claro: com esse congresso qualquer projeto nacional que implique uma real melhora das condições de vida da maioria dos brasileiros não passa. Lembrei-me de um antepassado, fazendeiro de café e deputado pela velha Província Fluminense. Em abril de 1888, ele fez um discurso dizendo: "Os abolicionistas são assaltantes de caminho real. Para eles, tenho o meu revólver." Ainda bem que Joaquim Nabuco, genro do visconde de Itaboraí, chefe conservador, não passava por perto.

(Reprodução de matéria publicada pelo Jornal do Brasil, edição de 31.10.92, e assinada pelo jornalista e cientista político Márcio Moreira Alves)

GUERRA AOS POBRES

A Espanha criou a "guarda civil marítima" para conter à força, se preciso a tiros, africanos em passagens clandestinas pelo Estreito de Gibraltar. Em fuga maciça de "regiões hostis e desumanas", como diz o autor francês do ensaio *O império e os novos bárbaros*. Gente miserável em busca desesperada de um lugar ao sol nos países ricos.

A fronteira sul da Europa é fechada militarmente em cumprimento ao chamado Acordo Schengen, destinado a tornar a comunidade europeia inacessível a emigrantes do Terceiro Mundo. Os guarda espanhóis, agora embarcados, de armas engatilhadas contra árabes e negros, eram a tropa de choque da ditadura franquista. Sua brutalidade é conhecida. Nos aeroportos da Espanha a perseguição a latino-americanos provoca uma rotina de expulsões diárias, com reembarques forçados de pessoas munidas de passaporte e visto de entrada.

Ao norte, na Suécia, ex-parafuso do asilo, um partido populista e xenófobo já consegue mais de 10 por cento dos votos pregando "reação igual à dos alemães", caso não se fechem as portas aos do sul. Nos Estados Unidos militares construíram um muro metálico que sai do Pacífico, na Califórnia, e atravessa a cidade de Tijuana, onde é maior o volume de tentativas de cruzamento da fronteira na marra, a partir do México.

Calculo de mais de um milhão anual de "indocumentados" da América Latina dispostos a enfrentar até bala, levados pelo sonho de vida mais decente. No centro da Europa os dois maiores partidos da Alemanha, ainda com aversão a muros, já se entenderam para, talvez num primeiro passo, trancar acessos juridicamente. O quadro de "rejeição", que se amplia a partir dos conflitos racistas em cidades alemãs, parece dar razão aos que falam em começo de guerra entre ricos e pobres.

Entre o norte afluente e o sul cada vez mais empobrecido, faminto e degradado. Há "estados de guerra" em várias partes. Gibraltar, fronteira entre Estados Unidos e México, relacionamento da polícia francesa com estrangeiros amorenados etc. Não devem causar estranheza, portanto, declarações do professor Jean-Christophe Rufin, da França, dizendo que "as nações ocidentais, onde predominam os valores da lei, da ética e do humanismo, tendem a tornar-se fortaleza para conter a pressão dos países periféricos, onde reina um caos incontrolável".

Vale a pena reproduzir pensamentos de Rufin recolhidos em entrevista pela jornalista Any Bounier e constantes de seu livro *O império e os novos bárbaros*, o Terceiro Mundo "violento e superpovoado". Segundo ele, "Roma representava o racionalismo e a ordem e os bárbaros o fanatismo". Confronto igual "se desenha no planeta, desde que o fim do comunismo uniu as nações do norte, agora com interesses comuns". O inimigo passou a ser "o estrangeiro que bate à porta dos ricos, procurando participar de suas riquezas".

Aumentam os "contrastes" entre norte e sul, provocando "temores apocalípticos" entre os ricos. Racismo, xenofobia e violência surgem na "fortaleza nortista" como "reações instintivas de sobrevivência". São questionados os "modelos tradicionais de apoio ao desenvolvimento econômico" dos países "ditos antiimperialistas". Acabam em "operações financeiras especulativas, ajuda humanitária desviada e em terríveis e crescentes desigualdades sociais".

Trouxe-se urgente "conter a invasão", para "salvar o Ocidente". Nessa grande guerra as "leis naturais" (mathusianismo, guerras, fome, terremotos, doenças tipo Aids etc.) são armas dos ricos contra o terror demográfico sulista. Rufin, que se limita, como diz, a fazer "leitura fria e sem compromissos ideológicos dos fatos e da his-

tória", é professor do Instituto de Ciências Políticas de Paris e da "École National d'Administration". Tem pedigree.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 31.10.92, e assinada pelo jornalista e escritor Newton Carlos)

OH LIBERDADE, QUANTOS CRIMES...

"O h liberdade, quantos crimes são cometidos em teu nome!" Com esta frase, pronunciada instantes antes de ser guilhotinada, em junho de 1793, Mme. Roland entrou para a História. Clássica, a expressão serve, agora, para apontar o nó paradoxal criado, involuntariamente, pelo legislador do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não se trata de condenar a jovem lei, por muitos motivos merecidamente elogiável. Reuniu-se, no mesmo código, a tutela de crianças e adolescentes, antes diferenciados conforme sua condição irregular ou não, procurando-se atribuir e garantir direitos a todas as "pessoas em processo de desenvolvimento", sem distinção. Assim, por exemplo, o direito de acesso à justiça diretamente, sem intermediários, ou a liberdade de opinião e expressão para discutir, inclusive, critérios avaliativos na escola. Preocupou-se o legislador em assegurar o que chamou de proteção integral à criança, dando a ela absoluta prioridade.

O Estatuto, porém, traz em si um pecado mortal. Concede às crianças a liberdade de "ir, vir e de estar nos locais públicos" (art. 16, I), liberdade que é particularmente cara aos adultos, mas que para meninos e meninas educados por pais responsáveis sempre foi cuidadosamente restringida. A rua, nas cidades médias e grandes, é (ou costumava ser) pura diversão para os olhos infantis. Enxergam brincadeira onde há perigos, vêem apenas desafios onde se encontram o vício e a perversidade.

A lei nova, contudo, não deixou opção. Com o objetivo declarado de substituir o assistencialismo por um conjunto de propostas de trabalho sócio-educativo moderno, de caráter emancipador, proibiu o internato de crianças abandonadas. Assim, somente se o adolescente cometeu ato infracional poderá sofrer a penalidade de internação,

cabendo oferecer aos outros adolescentes e crianças, *se desejarem*, abrigo, medida excepcional e provisória, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta e que não pode implicar privação da liberdade.

Não se pense que às crianças o Estatuto permita tudo. Ao contrário, há numerosas e severas restrições como a proibição de permanecer em casas de jogos, em bares, em boates etc. Não é permitido vender-lhes bebidas alcoólicas nem podem comprar determinadas revistas. A lei regula os programas a que podem assistir, impondo às emissoras de rádio e televisão que somente exibam, no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, culturais e informativas.

A liberdade que lhes foi atribuída, entretanto, a de estar na rua, transformou-se em grilhões. Desta cadeia, destes ferros eles não conseguem mais sair. Passaram a ser os únicos responsáveis por decisões que interferem diretamente na sua própria sobrevivência. E quando são levados, subjugados pela fome ou pelo medo, a entregar-se a um desses abrigos, não ficam muito tempo. Já não são mais crianças, têm a experiência dos ex-combatentes, dos soldados que lutaram e jamais deixarão de ter pesadelos. Não pertencem a lugar algum.

Permanecer na rua, portanto, é um mal em si. Qual terá sido, então, o espírito do legislador? Qual terá sido a razão do dispositivo legal? Há um princípio geral de direito — a cada dia menos acreditado, é verdade —, que afirma a razoabilidade do legislador. Dada uma lei, devemos sempre interpretá-la como proveniente de um ente razoável. Quis o legislador, muito provavelmente, impedir que se perpetuassem aqueles centros de tortura, de deseducação, de exploração, aqueles antros que eram algumas das antigas Funabens e Febens.

Mas tal explicação não justifica a solução legal. Em primeiro lugar, porque, como se sabe, nem todas as unidades eram iguais, algumas verdadeiramente cumpriram seu papel. Em segundo, porque a política da terra arrasada, do dizimar tudo o que não funciona adequadamente ou funciona pessimamente, é ruim sempre; termina por impedir que outras pessoas possam reconstruir a partir dos destroços. Enfim, porque o governo, puro e simplesmente, pode lavar suas mãos enquanto assiste ao medonho espetáculo dos meninos de rua.

A lei atribuiu ao Poder Público o dever de recolher e acolher as crianças abandonadas. Se tivessem pais ou responsáveis estes deveriam mandá-las ao colégio (art. 55), sustentá-las e educá-las (art. 22). Como não têm mais qualquer referência familiar, e como podem permanecer nas ruas, esfomeadas, maltrapilhas e maldormidas, na prática ninguém tem nada a ver com isso.

Ninguém, a não ser os exterminadores. Mais de duas crianças são assassinadas por dia nas ruas de São Paulo. Segundo o *Jornal do Brasil*, de 19 de julho, 39 crianças e adolescentes foram mortos no mês de junho no Grande Rio. Recordes mundiais, provavelmente. E os números não param de crescer.

Este é o efeito mais cruel da liberdade imposta às crianças pelo Estatuto. Não fazem parte da sociedade organizada, e dificilmente o farão em virtude da funesta experiência. E a sociedade, de um modo ou de outro, começa a temê-las. Trágico, embora compreensível se lembrarmos que a ditadura mais sangüinária do planeta, a do Kmer Vermelho, contava, em sua linha de frente, com crianças e adolescentes de fuzil na mão. Ou se pensarmos naquela historinha do Millôr, a do menino que, chorando porque sua tartaruga tinha morrido, consolou-se ao receber a promessa de um enterro maravilhoso para o qual seriam convidados todos os seus amiguinhos. Quando a tartaruga mexeu-se, pois apenas dormia, e ele soube que não haveria a festa, logo propôs: — Pai, a gente matamos ela!

As crianças merecem proteção integral, diz o art. 1º do Estatuto. Deve-se entender com isso que precisam ser protegidas contra os adultos, contra a fome, o frio, o desamparo e contra elas mesmas. Enquanto os Poderes Públicos e a sociedade civil interpretarem literalmente a liberdade prevista no art. 16, I, estarão desrespeitando, entre outros, o art. 18 da mesma lei, segundo o qual "é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".

Há muito se sabe que a vida humana não se inicia com a liberdade, mas com a linha do insuperável e com o limite. Essa é a condição e, também, o desejo das crianças.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 06.11.92. Assina-a Celina Bordin de Moraes Tepedino, professora associada

da PUC/RJ, doutora em Direito Civil pela Universidade de Camerino, Itália)

DEFESA É PRIORIDADE

O presidente eleito dos EUA, Bill Clinton, surpreendeu os republicanos rompendo com a tradição liberal dos democratas e trazendo seu partido mais para o centro. Os argumentos tradicionais não colaram este ano como em 1980, quando Ronald Reagan usou como carro-chefe o *slogan* "vamos tornar a América poderosa outra vez", alegando que o presidente democrata Jimmy Carter relegara o poderio militar a segundo plano, colocando os EUA em desvantagem diante da União Soviética.

As posições de Clinton na área militar não diferem muito do atual presidente, George Bush, a ponto de ele propor um corte de apenas US\$ 50 bilhões sobre a projeção de gastos militares para o quinquênio 1983-1987, de US\$ 1.35 trilhão. Ele também endossou uma análise feita pelo Pentágono, atualmente na mão dos conservadores republicanos, sobre as principais ameaças que devem ser consideradas pelos Estados Unidos a curto e médio prazos: "Turbulências na ex-União Soviética e o possível risco de uma Rússia agressiva, a proliferação de armas de destruição em massa, tensão na Coreia e no Oriente Médio, rivalidades étnicas e nacionalistas e riscos de ataques terroristas contra alvos americanos."

Num documento sobre seu credo militar divulgado durante a campanha, Clinton fez uma declaração que Reagan assinaria embaixó: "O colapso do comunismo não significa o fim do perigo. Uma nova série de ameaças num mundo ainda menos estável nos obrigará a manter a guarda, mesmo enquanto reestruturarmos nossas defesas. O mundo está mudando rapidamente e devemos manter nossa capacidade de responder a ameaças em potencial."

Uma diferença fundamental entre Clinton e Bush é que o atual presidente defende uma maior presença militar no exterior, enquanto Clinton prefere concentrar forças em território americano e desenvolver os meios de deslocamento rápido desses efetivos. Atualmente há 225 mil militares americanos na Europa, por exemplo, que estão sendo repatriados à razão de 5 mil por mês. Bush pretendia reduzir esse contingente para 150 mil homens até 1995, mas Clinton prefere algo entre

75 mil e 100 mil no mesmo ano.

Quando o novo presidente eleito tomar posse, o programa em curso para dotar as Forças Armadas de meios de transporte terá um impulso considerável. Até a guerra do Golfo Pérsico, os EUA vinham negligenciando o transporte de tropas, a ponto de cogitar o cancelamento de um novo avião, o C-17. Depois da derrota do Iraque, não só o C-17 mas também a construção de navios cargueiros assumiram prioridade máxima, porque pode ser que no futuro não se disponha de tanto tempo como na crise do Golfo, quando o dirigente iraquiano Saddam Hussein esperou sentado enquanto a coalizão multinacional juntava forças para derrotá-lo.

No *pager* em que apresentou seus postulados militares, o presidente eleito Bill Clinton resumiu os quatro pontos básicos da doutrina estratégica que tem em mente:

- Dissuasão nuclear — "Podemos reduzir drasticamente nossos arsenais nucleares, mas devemos manter o mínimo indispensável para dissuadir qualquer possível agressor";

- Deslocamento rápido — "Precisamos de uma força capaz de projetar nosso poderio onde e quando for necessário";

- Tecnologia — "Devemos manter nossa liderança tecnológica";

- Espionagem — "Numa era de ameaças imprevisíveis, nossos serviços de espionagem devem analisar não apenas os fatores puramente militares, mas devem estar preparados para compreender as condições políticas, econômicas e culturais que possam gerar conflitos".

O general de divisão Daniel Schroeder, um dos principais estrategistas do Exército americano, enfatizou que Clinton terá pela frente o desafio considerável de reorganizar as Forças Armadas, transformando-as numa força menor, de alta tecnologia, capaz de continuar desempenhando seu papel na nova realidade mundial.

O general Schroeder alerta que, no passado, os chefes políticos e militares não souberam adaptar a máquina militar a novas realidades depois de um grande conflito. Isto aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, quando a desmobilização acabou deixando as Forças Armadas despreparadas para um conflito como a Guerra da Coreia, onde sofreram grandes baixas. A guerra do Golfo Pérsico poderia ter sido um desastre se Saddam Hussein fosse do ramo. Clinton precisaria assegurar que da próxima vez os

militares americanos serão mais eficientes diante de conflitos em que os interesses imperiais estejam em jogo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.11.92, e assinada por Jamari França, como destaque da reportagem "Clinton quer mudar os EUA em 100 dias — presidente se prepara para marcar sua chegada à Casa Branca com medidas de impacto e dar início a uma nova era")

A FESTA ACABOU

Uma fase do premier Felipe González, a propósito da Espanha, dramatiza uma situação que não é apenas de seu país, mas de quase todo o mundo: "Vivemos acima de nossos meios. Chegou a hora de pagar a conta." De fato, de Norte a Sul, sem piedade especialmente em relação aos países que não se precaveram para o tempo de vacas magras, a recessão apresentou a nota a todos aqueles que nos anos 80 se expandiram à custa de manobras financeiras.

Se a crise incomoda os países do Primeiro Mundo, pior ainda é a situação daqueles que, como o Brasil, nem viveram acima de seus meios e, no entanto, por culpa da crise internacional, também pagam a conta da despesa alheia. É uma despesa dupla, amarga.

Para a Espanha, não é só uma, mas várias as festas que acabaram simultaneamente. Durante todo o ano de 92, grandes eventos chamaram a atenção: jogos olímpicos, pavilhão de Sevilha, Madri capital da cultura. Tudo parecia brilhar no céu espanhol, não fosse a aparição súbita do buraco negro da recessão. O *nulagre espanhol* entrou em compasso de espera. No Orçamento para 93, o governo prevê cortes enormes. Os adversários de Felipe González acham que sua política econômica se exauriu. Foi útil em certo momento, mas sofreu o impacto da crise econômica internacional.

A chave do sucesso espanhol, depois da transição do franquismo para a democracia, foi a abertura para a Europa nos últimos dez anos. Esta abertura significou ingresso de novos capitais e a chegada das multinacionais. Nem todos os problemas, no entanto, resolveram-se com a simples abertura. Alguns ainda estão aí. Um deles é o desemprego, que no próximo ano chegará a 21%

da força de trabalho. O déficit da balança comercial atingiu 6% do PIB.

González tem consciência de que durante os 10 anos de seu governo teve maioria absoluta no Parlamento, além de não sofrer oposição forte. Mas hoje ele raciocina em termos europeus e sabe que a Espanha e os outros países estão no centro de uma mudança histórica profunda, ligada à queda do muro de Berlim e ao desmantelamento do comunismo. É o fim de ciclo, que se efetua em paz. Mas este momento histórico criou paradoxalmente angústias e temores. Exige-se, segundo ele, demais da Europa, num momento em que é necessário não se deixar seduzir pelas ondas nacionalistas ou pela nostalgia de um passado que já acabou.

González relembra a "síndrome de 1898", ano em que a Espanha perdeu suas colônias e começou a se voltar para si mesma. Seguiram-se o isolamento econômico, a nostalgia da grandeza passada, o sonho de uma Espanha universal. Nos anos 50, os franquistas falavam da Espanha como "unidade de destino no universal", e esta dobra prosseguiu até 1978, quando nasceu a nova Espanha, com a atual Constituição. Um centrista, Adolfo Suárez, transformou-se em chefe do primeiro governo democrático, seguindo-se a hegemonia, por 10 anos, dos socialistas. A Espanha viveu um período de forte crescimento, de criação de empregos, de modernização industrial. Houve até uma mudança institucional enorme, com a repartição do governo central entre as 17 autonomias. A ETA é hoje um grupúsculo terrorista em via de extinção.

Mas surgiu a corrupção, cujo crescimento em geral está ligado ao desenvolvimento ultra-rápido da economia. Hoje em dia — e isto se tornou claro com a vitória de Bill Clinton nos EUA — as pessoas começam a redescobrir o papel do Estado e compreendem que o capitalismo selvagem não é a única forma de progredir.

A recessão cumpre assim a terrível função de abrir os olhos dos países. Os espanhóis descobriram, à própria custa, como disse o escritor Francisco Umbral, que viver bem nem sempre é sinônimo de verdadeira riqueza, de verdadeiro desenvolvimento.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 19.11.92)

O JULGAMENTO DA HISTÓRIA

A História anda desfilando à nossa frente. Desde 1989, ela não pára de dar saltos e sustos. Também estamos vivendo grandes retrospectivas. Em 1989, foi a Revolução Francesa. Em 1992, a saga do Descobrimento.

Pode ser um grande assunto para os professores da matéria. Eles têm a possibilidade de mostrar a seus alunos a História viva, em movimento — tão diferente do que às vezes se aprende nos compêndios. Um grande historiador contemporâneo — Simon Schama, autor de *Citizens* — acaba de chamar a atenção para a importância dessa História viva. Se um estudante (ou um adulto) for sensível ao movimento da História, entender que ela pode ser modificada — e, às vezes, das maneiras mais surpreendentes e inesperadas — terá motivos maiores para se interessar pelo presente, para acreditar que nem tudo é imutável, completo, acabado.

O contrário disso seria um tipo de pensamento maniqueísta que congela a História em categorias prontas — a História de hoje e a de ontem. Na verdade, ainda não acabamos de fazer o balanço da Revolução Francesa. No Brasil, discute-se até hoje o que significa a figura de Getúlio Vargas.

Há um tipo de enfoque que elimina essas nuances. Cristóvão Colombo, este ano, pagou o preço dessa abordagem. A historiografia tradicional sobre o Descobrimento era, certamente, anterior a todos os avanços da antropologia, e a uma mudança de mentalidade que nos faz, hoje, estudar cada povo no seu contexto histórico. Dessa velha História tradicionalista e triunfalista passou-se, sem muita gradação, para uma anti-História que é capaz de transformar Colombo num vilão, num releu agente do "imperialismo".

O julgamento de um vulto do passado é às vezes utilizado como recurso para dar vida a um debate acadêmico. Pode ser um estratagema eventualmente válido. Mas há um lado perigoso nisso, que é o de achar que temos condições de ser o tribunal definitivo das épocas e figuras que nos precederam.

Não se trata de entrar num relativismo deletério — como se vê nas tentativas de inverter a História da II Guerra Mundial, para dizer que não houve holocausto. Mas, sim, de reconhecer que a História é mais complexa (e mais dinâmica) do que costumamos acreditar.

Acaba de passar pelo Brasil, por exemplo, uma pessoa que fez História: Mikhail Gorbachov. Há diversas maneiras possíveis de enfocar o que ele fez: para alguns, ele mereceu mesmo o Prêmio Nobel da Paz, porque acabou com o fantasma da III Guerra Mundial, e deixou partir os povos dominados da Europa Oriental. Para outros, ele é o responsável por um desastre de grandes proporções, desmontando o sistema soviético antes que existisse alguma coisa em seu lugar.

Qual é a versão verdadeira? A primeira? A segunda? Nenhuma das duas? Ou as duas, simultaneamente? Quem tem condições de decidir?

Não é por acaso que homens públicos costumam confiar-se ao julgamento da História, quando se sentem sob pressão excessiva. Pode ser, também esta, uma forma de escapar a responsabilidade, e de sugerir que alguém possa estar imune ao julgamento dos seus contemporâneos.

Mas que a História tem muitos segredos, lá isso ela tem. E quem for capaz de acompanhar esse drama sem idéias preconcebidas perceberá, talvez, o que outros podem deixar de perceber; e nunca chegará a ter da História a visão desencantada de quem se apegou demais a esta ou aquela dentre as suas inumeráveis possibilidades.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 22.12.92)

PORNOGRAFIA NA CABEÇA

Enquanto as redes americanas fazem um acordo entre si para reduzir os programas de violência e a televisão europeia concorda em abrandar a pornografia, a televisão brasileira acentua suas deficiências — para manter audiência — através do aumento da violência e da pornografia.

A falta de auto-regulamentação séria, que dispensa a intervenção de censura governamental, é o que leva a televisão brasileira ao impasse em que se encontra. Umberto Eco teorizou sobre a televisão cuja principal característica é falar sempre menos do mundo exterior, conformando-se em falar de si mesma e do contato que estabelece com o próprio público.

Como o objetivo declarado da televisão brasileira é faturar de qualquer maneira, sem compromisso com qualidade artística, é fácil imaginar

que suas alavancas principais, violência e pornografia, estejam sendo utilizadas sem escrúpulos. Há canais que vivem às custas do jogo do bicho e do crime organizado. Bicheiros, assassinos notórios, assumem o primeiro plano quando se trata de cobertura intensiva de carnaval, multiplicando a lógica assistencialista que os transforma, num passer de mágica, em benfeitores da população, a quem eles exploram, de braços dados com a televisão.

A cultura sambista, agora na berlinda com a aproximação do carnaval, assume importância totalmente esquivada. Produtores de televisão, bicheiros, imprensa sensacionalista, todos se dão as mãos para divulgar um Brasil de fantasia para consumo de turistas embasbacados com a explosão artificial de sexo nas passarelas — supervalorizado pela mesma televisão que contribuiu para matar-lhe a espontaneidade. O morro, antigo santuário da batucada, transformou-se em reduto *funk* — ritmo que encurralou o samba na última franja antes do esquecimento.

A exemplo do samba, tudo é desvirtuado na televisão, criando novos e insolúveis problemas para a sociedade. O samba-enredo, que antigamente era demonstração do gênio popular, é hoje um instituto imposto a tiro em concursos controlados pela malícia de bicheiros e traficantes. Rola a droga na partida dos desfiles das escolas de samba e na finalização, como a completar a moldura das forças corruptoras.

O diretor televisivo que, numa enquête de revista, renega valores de família como o Natal e declara que seu "negócio é Carnaval", revela com franqueza a polarização de energia dos meios de comunicação em torno da contravenção. A televisão brasileira, pornográfica e violenta, por deformação de ofício, não é, no entanto, caso perdido. Alternativas existem, embora bloqueadas pelo espírito mercantilista.

A televisão européia, tanto a pública como a privada, está aberta à realização de programas culturais, em sociedade com a indústria cinematográfica, estimulando a produção de curtas-metragens e filmes de qualidade. Já a televisão brasileira que drenou, com a telenovela diária, todos os talentos do teatro e do cinema, agigantou-se ao mesmo tempo em que o cinema e o teatro decaíam. Guerra de audiência entre programas dominicais acentuam o lado macabro de uma concorrência que não tem objetivo nenhum, a não ser agarrar o telespectador pelo pescoço e

empurrar-lhe imbecilidades goela abaixo.

Quando, a partir dos horários noturnos, a pornografia invade as telas, pode-se medir a força deletéria da televisão brasileira: ela contribui para a decadência dos costumes com a inconsciência de quem não tem a mínima responsabilidade pela cultura nacional. A transmissão de cenas cruas de carnaval é uma forma de confundir liberdade de expressão, assegurada pela Constituição, com a explosão de pornografia que reflete a faceta mais sombria do caráter nacional.

O dilema é grave, num país cheio de distorções, no qual a décima economia do mundo convive com a pior rede de ensino. A televisão brasileira, por sua omissão e suas escolhas, é a jóia desta coroa falsa.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 25.12.92)

A INDÚSTRIA DA SUJEIRA

No combate à poluição, as potências industriais são forçadas a adotar legislações ambientais cada vez mais severas com o objetivo de suas indústrias desenvolverem tecnologias capazes de minorar os efeitos nocivos da poluição. Como decorrências de tais medidas, verifica-se uma tendência cada vez mais acentuada dos dirigentes das mesmas de transferir as fábricas ou então de abrir subsidiárias em outros países onde a legislação ambiental é bem mais flexível e onde, além do mais, os salários e a legislação trabalhista lhes são igualmente favoráveis. Acresce a isto outro fator da máxima importância, ou seja, as novas instalações podem ser localizadas junto à matéria-prima. É bem verdade que existem desvantagens que poderão custar caro, como uma mão-de-obra pouco qualificada.

O desastre ocorrido em 3 de dezembro de 1984, provocado pelo escapamento de gás isocianato de metila da fábrica da Union Carbide, em Bhopal, com a morte de mais de 2.500 pessoas e danos à saúde em mais de 125.000, inclusive cegueira, é o melhor exemplo desta prática. A possibilidade de desastres semelhantes em países do Primeiro Mundo não deve ser eliminada, mas a existência de leis e de um controle bem mais severos diminui a possibilidade. Além do mais, naqueles países, as indústrias capazes de provocar danos desta natureza são localizadas longe dos

centros mais povoados. O mesmo costuma ocorrer, no papel, nos países em desenvolvimento, mas, aos poucos, as áreas de segurança em torno das indústrias são ocupadas por favelas, sem que as autoridades tomem medidas necessárias no sentido de evacuar as citadas áreas. Com o passar do tempo, verifica-se um fenômeno curioso, ou seja, movimentos dos posseiros no sentido de que as indústrias sejam fechadas por atentarem contra a saúde dos habitantes.

Os progressos tecnológicos têm demonstrado ser possível diminuir substancialmente os efeitos nocivos provocados por algumas destas indústrias, como as de papel, couro, alumínio e de fertilizantes à base de fosfato. O estudo de dois casos vinculados ao Brasil pode servir de exemplo.

O país possui a terceira maior reserva de bauxita do mundo; este fator, ligado ao seu potencial hidroelettrico, às condições geográficas favoráveis e a uma tradição nas indústrias metalúrgicas, faz com que o Brasil ocupe atualmente a quinta posição entre os países produtores de alumínio, com um total de 1,2 milhão de toneladas por ano. É, portanto, uma importante fonte de divisas.

A mineração da bauxita provoca, contudo, danos ecológicos inevitáveis, inclusive contra a biodiversidade, caso algumas precauções não sejam tomadas. A industrialização, também, pode ser outro fator de dano ambiental. As indústrias brasileiras ligadas ao setor têm demonstrado consciência na defesa da ecologia. Antes de ser iniciada a mineração, toda a camada vegetal é retirada com cuidado e esfocada para ser reposta posteriormente, quando a flora original e a vegetação são recuperadas. O principal efeito negativo da industrialização é a chamada *lama vermelha*, que, de acordo com a mais avançada tecnologia disponível, é armazenada em lagos selados, com vistas a sua eliminação futura.

No caso da indústria de papel, várias técnicas e soluções têm sido adotadas para evitar danos ambientais e também para buscar a reciclagem. A transformação do bagaço da cana-de-açúcar em polpa para papel veio solucionar um problema antigo. A reciclagem de papel é outra solução desejável, mas o reaproveitamento no Brasil ainda não apresenta os índices alcançados nos Países Baixos, Grã-Bretanha e Dinamarca, ou na Coreia do Sul, com índices de aproveitamento de 70 por cento.

A instalação da indústria norueguesa de polpa de papel Borregaard, na década de 70, perto de

Porto Alegre, merece ser citada. Na sua instalação, devidamente autorizada pelo governo brasileiro, não se cogitou em exigir o preenchimento de algumas normas de natureza ambiental. Na verdade, as preocupações desta natureza só começariam a surgir no Brasil bem mais tarde. A Borregaard passou a ser em Porto Alegre sinônimo de poluição e de mau cheiro. Diante da grita popular e da atuação de grupos ambientalistas, a fábrica acabou por ser nacionalizada com a denominação de Riocel. Os benefícios se fizeram sentir de imediato, a ponto de a Riocel haver sido citada no exterior como exemplo de programa de poluição bem-sucedido. Os resíduos, devidamente tratados, foram comercializados como adubos, calcários e outros produtos.

A recente decisão do governo do Rio Grande do Sul de duplicar a produção da Riocel, contudo, foi muito mal recebida não só por parte da população, mas também da Prefeitura de Porto Alegre, sob a alegação de que grande parte dos resíduos não é tratada e despejada no Rio Guaíba em prejuízo da saúde humana e do meio ambiente. No fundo, ambas as facções têm certa razão: a duplicação significará forte aumento de renda e de empregos: quanto aos efeitos nocivos, é inevitável que existem. Mas a situação poderá ser conciliada: basta que as autoridades ambientalistas do estado exijam que a Riocel passe a incorporar às novas instalações os últimos avanços tecnológicos, muito embora nos *greenfield mills* os investimentos sejam onerados com mais ou menos 20 por cento, além de significarem uma economia na mão-de-obra, argumento indesejável do ponto de vista brasileiro.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 28.12.92, assinada pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Dr. Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva)

BALANÇO MELANCÓLICO

Faz dois anos, apenas dois anos, o alívio geral com o fim da Guerra Fria lançou uma expressão que logo ganharia curso universal — os dividendos da paz. Acreditava-se na criatividade a brotar espontaneamente dos espíritos libertados da opressão ideológica. Num imenso capital humano que, imobilizado até então, pas-

saria a render benefícios sociais. A semelhança do capital financeiro investido, que produz o retorno de bonificações, juros, valorização.

A expressão foi um sucesso efêmero. O fim da Guerra Fria não foi o nascimento de uma nova comunidade humana. Ao contrário. Sem falar nos ressentimentos que a Guerra do Golfo deixou; sem falar no colapso da União Soviética, que foi o avesso da perestroika (palavra que significa reconstrução), assistimos, sobretudo neste ano a se encerrar, a um sério recrudescimento do que se julgava sepultado no passado; ou remetido à conta de acidentes da História.

Assistimos, em 1992 e quase por toda a parte, a manifestações acintosas de racismo, de xenofobia e de fundamentalismo religioso. De tudo aquilo que se julgava tão distante quanto estão distantes, no tempo, o nazismo e o fascismo. Surpreendeu-nos a multiplicação dos focos de ódio, exatamente quando nos julgávamos prestes a recolher os dividendos da paz.

Como Hitler, faz mais de 50 anos, Slobodan Milosevic procede a anexações territoriais: um pedaço da Croácia, ao norte e um bom naco da Bósnia, a oeste. Quanto ao Kosovo, a região formalmente autônoma, habitada por albaneses étnicos e muçulmanos, está francamente submetida a um estatuto semicolonial. E não fica aí o nazismo redivivo. Não apenas na Sérvia, mas também sob forma disfarçada na Croácia, reaparece o mito da nação fundada no sangue e no território — o *blut und boden* do mote hitlerista. E se decreta a diáspora de populações inteiras, sob o imperativo despudoradamente despótico da "purificação étnica".

Na Europa Ocidental, cenário das revoluções liberais e da redescoberta da cidadania, encontra-

mos um contra-senso gritante. Enquanto se prepara a inauguração da Comunidade, nesta sexta-feira, difunde-se a xenofobia como bandeira de movimentos e até de organizações partidárias. São públicos e notórios os propósitos de *skinheads* e neonazistas, na Alemanha, assim como da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen, na França. Mas quem poderia imaginar, até bem pouco tempo, que a Espanha viesse também a ser tentada de xenofobia, a pretexto de seu novo e afortunado estatuto europeu?

O fundamentalismo religioso de nossos dias é capaz, como o de todos os tempos, de avalizar tiranias com um suposto direito divino dos governantes; de açular à conquista territorial, com o apelo ao "Deus assim quer" das guerras santas; e de fazer tábua rasa de quaisquer direitos individuais, em tribunais inquisitoriais. Há um fundamentalismo islâmico a se afirmar na Argélia e no Irã, assim como há um fundamentalismo hinduísta a fazer guerra de morte a outros grupos religiosos, na Índia.

O fim da Guerra Fria não trouxe proveito para a reflexão. Não provocou o exame das bases da civilização, para o advento da paz verdadeira e seus dividendos. Fingiu-se que os capitais liberados pelo fim da escalada bélica, financeiros e políticos, produziram progresso por geração espontânea. Como se o crescimento fosse sinônimo de desenvolvimento. É como se direitos humanos universais não dependessem necessariamente do acatamento universal, resultante de uma mentalidade também universal.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 29.12.92)



PRODUÇÕES
GRÁFICAS E
PUBLICIDADE
LTDA.

Rua Senador Dantas, 117, sala 1743, Rio - RJ
Tels.: 533-0037 - 240-1530

Quem escolhe Toyota não joga no escuro.



Jipe equipado com opcionais

Não é por acaso que ninguém duvida do Jipe Toyota. Forte. Versátil. Com o motor OM 364 mais potente, ele enfrenta as piores estradas e aguenta o trabalho pesado. Se você quiser, seu Toyota pode vir equipado com roda livre, relógio quartz, tacômetro, bancos em tecido, direção hidráulica, ar condicionado e muitos outros itens. Além disso, na hora da revenda você também não arrisca. Porque ele tem grande durabilidade e valorização de mercado. Agora que o Jipe Toyota deixou bem claro suas vantagens, é só levar o seu. Com toda a certeza.



Junco



Quando o Exército Brasileiro e a Indústria andam
de braços dados, quem ganha é o Brasil.

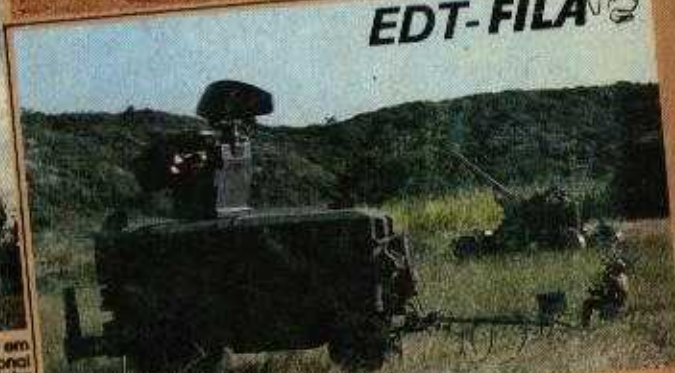
ASTROS II



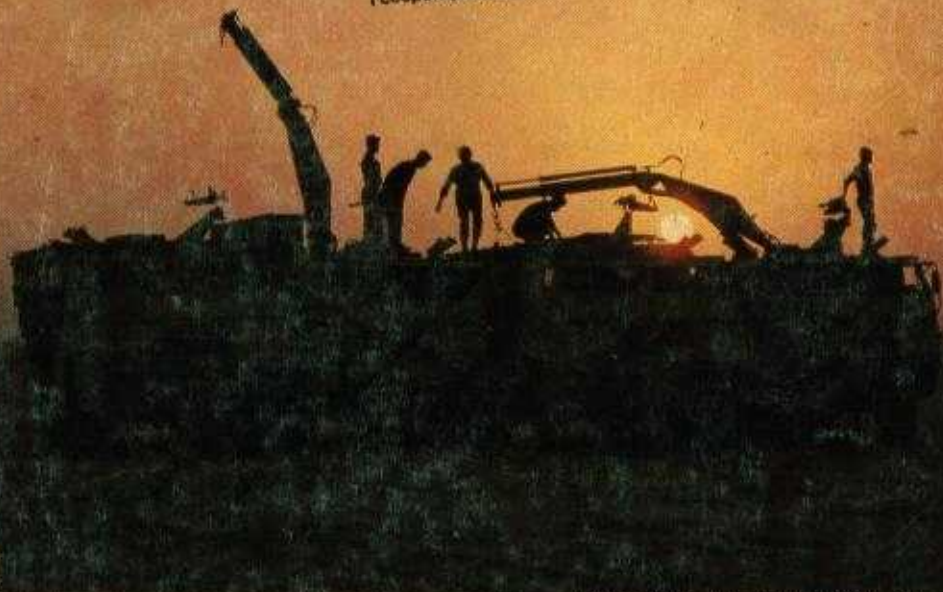
ASTROS II - tecnologia de ponta em
saturação de área - a engenharia nacional
projetando a tecnologia brasileira
de defesa e gerando divisas para o País.



EDT-FILA



EDT-FILA - a defesa antiaérea no estado da arte - resultado concreto da
cooperação entre o Exército e a AVIBRAS.



AVIBRAS AEROSPACIAL S.A.

Antiga Estrada de Paraibuna, km 118 - Caixa Postal 229 - 12.200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 24-7433 - Telex (123) 3493 AIAE BR - FAX (0123) 221680